

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
Programa De Pós-Graduação Em Relações Internacionais
UNESP/UNICAMP/PUC

Thiago Spada Zati

Promovendo a Democracia: o Debate Sobre a Legitimidade do
Papel dos Estados Unidos no Mundo no pós-Guerra Fria

MESTRADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

SÃO PAULO
2009

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
Programa De Pós-Graduação Em Relações Internacionais
UNESP/UNICAMP/PUC-SP

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Thiago Spada Zati

Promovendo a Democracia: o Debate Sobre a Legitimidade do
Papel dos Estados Unidos no Mundo no pós-Guerra Fria

MESTRADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Dissertação apresentada à Banca
Examinadora como exigência parcial
para obtenção do título de MESTRE em
Relações Internacionais pela Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo sob
orientação do Prof. Dr. – Reginaldo
Mattar Nasser.

SÃO PAULO
2009

Banca Examinadora:

Agradecimentos:

Agradeço ao CNPq e a Rede de Pesquisa de Paz e Segurança pelo financiamento, que me permitiu a tranquilidade necessária para a execução desta pesquisa. Agradeço imensamente a amigos e familiares que tiveram paciência em todos estes meses, em especial à aqueles que tiveram participação direta como leitores e críticos do texto, em especial à Gabriela que corrigiu por horas a versão final. E por fim à Juliana, que me acompanhou por todo o trajeto, sendo minha debatedora e confidente.

Agradeço em especial ao professor e amigo Reginaldo Mattar Nasser, que transformou esta orientação em um grande diálogo, permitindo minha plena liberdade na execução e andamento desta pesquisa.

Esta dissertação é resultado para a pesquisa que está sendo desenvolvida na “Rede de Pesquisa de Paz e Segurança” coordenada pelo professor Marco Cepik e com financiamento do CNPq.

Sumário:

Introdução - A legitimidade como problema de análise nas Relações Internacionais	pág. 10
Capítulo 1 – Ordem e Legitimidade e o papel dos Estados Unidos nas Relações Internacionais no Século XX.....	pág. 18
1.1 - A legitimidade como conceito relativo à ciência política.....	pág. 19
1.2 - Legitimidade e ordem nas relações internacionais: duas perspectivas principais.....	pág. 27
1.3 - Tipos de Ordem Internacional.....	pág. 36
1.4 - A ordem e a legitimidade no mundo pós-Guerra Fria como um problema teórico.....	pág. 41
1.4.1 - A análise dos teóricos de vertente realista.....	pág. 44
1.4.2 - A perspectiva liberal.....	pág. 45
1.4.3 - O modelo da paz democrática.....	pág. 47
1.4.4 - As “Novas Guerras”.....	pág. 51
1.5 - A Guerra do Golfo como um Ponto de Inflexão.....	pág. 53
Capítulo 2 - O Fim da Guerra Fria e a Guerra do Golfo de 1991: os intelectuais e o papel dos Estados Unidos Como Hiper-potência.....	pág. 62
2.1 - Os Estados Unidos e a Primeira Guerra Mundial - o surgimento do Wilsonismo.....	pág. 69
2.2 - Os Estados Unidos e a Segunda Guerra Mundial - O Wilsonismo revisitado.....	pág. 78
2.3 - A ordem mundial pós-Guerra Fria e a debate entre as diferentes perspectivas intelectuais.....	pág. 87
2.3.1 - Neoconservadores: a revisão da tradição de Wilson.....	pág. 92
2.3.2 - Conservadores: entre o isolamento e o interesse nacional.....	pág. 99
2.3.3 - Liberais: foco na economia e na globalização.....	pág. 104
2.3.4 -As perspectivas contemporâneas do Imperialismo norte-americano.....	pág. 111
Capítulo 3 – Os Polycymakers debatem o papel dos Estados Unidos em busca de uma possível Nova Ordem Mundial.....	pág. 116
3.1 - A ambiguidade política de Bush e a operação Causa Justa em 1990.....	pág. 123
3.2 - A intervenção no Iraque em 1991 e a eclosão da Guerra do Golfo.....	pág. 126
3.3 - A ascensão de Bill Clinton e a aproximação com os Neoconservadores.....	pág. 151
3.4 - Clinton e o alargamento da democracia como mote principal em política externa.....	pág. 164
3.5 - Um novo papel para os Estados Unidos para o pós-Guerra Fria.....	pág. 174
Considerações Finais - A promoção de valores e a democracia - a busca de um novo paradigma para a política externa dos Estados Unidos.....	pág. 181
Referências Bibliográficas.....	pág. 189

Resumo:

Promovendo a Democracia: o Debate Sobre a Legitimidade do Papel dos Estados Unidos no Mundo no pós-Guerra Fria

O fim da Guerra Fria e o colapso do comunismo internacional criaram um novo panorama nas relações internacionais contemporâneas e a necessidade de uma revisão do papel dos Estados Unidos no mundo. A vitória dos Estados Unidos na Guerra Fria e o desmantelamento da União Soviética criaram as condições para o que foi definido à época como uma Nova Ordem Mundial. Nesse novo cenário, os Estados Unidos seriam a nação indispensável e principal responsável para a garantia da ordem no sistema internacional de Estados soberanos. O fim do comunismo mundial e o colapso da União Soviética trouxeram um contexto novo à política internacional, na qual apenas um país teria o potencial para tornar-se o poder hegemônico organizador no mundo. Este contexto trouxe um reexame interno das possíveis posições que os Estados Unidos deveriam assumir e qual a natureza das possíveis conformações de uma Nova Ordem Mundial.

Esta pesquisa tem por objetivo apresentar um panorama das idéias colocadas em debate durante este contexto. Para tanto, num primeiro momento serão apresentadas as perspectivas teóricas em ciência política e em relações internacionais relacionadas ao tema da legitimidade e da ordem, com foco na análise dos debates surgidos sobre estes temas após Guerra Fria; num segundo momento será abordado o panorama das idéias em debate dentro da academia americana relativas ao papel que deveria ser desempenhado pelo país no novo contexto mundial. Por fim serão analisados as afirmações e documentos de *policymakers* republicanos e democratas a cerca das escolhas e objetivos dos Estados Unidos ao final do conflito bipolar e as ponderações sobre os conceitos de ordem e legitimidade relativas à prática política do país naquele contexto.

Palavras Chave: Estados Unidos, pós-Guerra Fria, Nova Ordem Mundial, Legitimidade, Democracia

Abstract:

Promoting Democracy: the debates about the legitimacy of the role of the United States in a post-Cold War World.

The end of the Cold War and the breakdown of the international communism started a new panorama on the Contemporary International Relations and the need of a revision of the role of the United State in the World. The victory of the United States on the Cold War and the dismantled of the Soviet Union produced the conditions for what was named in that time the a New World Order. In this new scenario, the United States were an indispensable nation and the major responsible for the guarantee of the international system order of the sovereign states. The end of the international communism and the collapse of the Soviet Union brought a new context to the international policy, that only one country could have the potential to become the organizer hegemonic power on the world. This context brought an internal reexam of the possible positions that the United States should assume and what the nature of the possible conformations of a New World Order.

This research has the purpose to present a panorama of the ideas and debates during this context. Therefore, on the first moment will be present the theoretic perspective in political science and in the international relations related to the legitimacy the order, with the focus on the analysis of the debates that emerge on this post Cold War themes; on the second moment will be approach the ideas panorama that were in debate on the American academy relative of the role that should be performed by the country on the new world context. At least, will be analyzed the affirmations and documents of republicans and democrats *policymakers* about the choices and purposes of the United States at the end of the bipolar conflict and the ponderations about the order and legitimacy of concepts relatives to the policy practice in that country on this context.

Key Words: United States, post-Cold War, New World Order, Legitimacy, Democracy

“America does not repel the past or what it has produced under its forms or amid other politics or the idea of castes or the old religions accepts the lesson with calmness . . . is not so impatient as has been supposed that the slough still sticks to opinions and manners and literature while the life which served its requirements has passed into the new life of the new forms . . . perceives that the corpse is slowly borne from the eating and sleeping rooms of the house . . . perceives that it waits a little while in the door . . . that it was fittest for its days . . . that its action has descended to the stalwart and wellshaped heir who approaches . . . and that he shall be fittest for his days”

Walt Whitman - Leaves of Grass, 1955

“Essa bala é antiga.

Em 1897 disparou-a contra o presidente do Uruguai um rapaz de Montevideú, Arredondo, que passara longo tempo sem ver ninguém, para que o soubessem sem cúmplices. Trinta anos antes, o mesmo projétil matou Lincoln, por obra criminosa ou mágica de um ator, que as palavras de Shakespeare tinham transformado em Marco bruto, assassino de César. Em meados do século XVII, a vingança a usou para dar morte a Gustavo Adolfo da Suécia, em meio à pública hecatombe de uma batalha.

Antes, a bala foi outras coisas, porque a transmigração pitagórica não é própria apenas dos homens. Foi o cordão de sede que no oriente recebem os vizires, foi a fuzilaria e as baionetas que destroçaram os defensores do Álamo, foi a lâmina triangular que segou o pescoço de uma rainha, foi os obscuros cravos que atravessaram a carne do Redentor e o lenho da Cruz, foi o veneno que o chefe cartaginês guardava num anel de ferro, foi a serena taça que num entardecer Sócrates bebeu.

No Alvorecer do tempo foi a pedra que Caim atirou em Abel e será muitas coisas que hoje nem sequer imaginamos e que poderão dar fim aos homens e a seu prodigioso e frágil destino”

Jorge Luis Borges - in memoriam J. F. K.

Introdução - A legitimidade como problema de análise nas Relações Internacionais

“A new partnership of nations has begun, and we stand today at a unique and extraordinary moment. The crisis in the Persian Gulf, as grave as it is, also offers a rare opportunity to move toward an historic period of cooperation. Out of these troubled times, our fifth objective—a new world order—can emerge: A new era—freer from the threat of terror, stronger in the pursuit of justice and more secure in the quest for peace. An era in which the nations of the world, east and west, north and south, can prosper and live in harmony. A hundred generations have searched for this elusive path to peace, while a thousand wars raged across the span of human endeavor, and today that new world is struggling to be born. A world quite different from the one we've known. A world where the rule of law supplants the rule of the jungle. A world in which nations recognize the shared responsibility for freedom and justice. A world where the strong respect the rights of the weak”

George H.W. Bush, em discurso de 11 de setembro de 1990 sobre as responsabilidades dos Estados Unidos em um mundo pós-Guerra Fria.

“Heavy as they are, the cost of action must be weighed against the price of inaction. If Saddam defies the world and we fail to respond, we will face a far greater threat in the future. Saddam will strike again at his neighbors. He will make war on his own people. And mark my words, he will develop weapons of mass destruction. He will deploy them and he will use them.

Because we are acting today it is less likely that we will face these dangers in the future. (...) But once more the United States has proven that although we are never eager to use force, when we must act in America's vital interests, we will do so. In the century we're leaving America has often made the difference between chaos and community, fear and hope. Now in a new century we will have a remarkable opportunity to shape a future more peaceful than the past. But only if we stand strong against the enemies of peace. Tonight, the United States is doing just that”

Bill Clinton, em discurso a nação na ocasião do lançamento da operação Raposa do Deserto, em dezembro de 1998.

No dia 4 de Novembro de 2008, o democrata Barack Obama foi eleito presidente dos Estados Unidos da América. Em meio à crise financeira internacional, aos graves problemas econômicos internos, e os péssimos índices de aprovação do seu antecessor, George W. Bush, (do Partido Republicano, eleito eleições de 2001 e reeleito em 2005), um ponto parecia onipresente nas análises dos desafios em política externa do próximo presidente dos Estados Unidos: o resgate da legitimidade do papel do país no mundo. Após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 ao World Trade Center e ao Pentágono, o governo norte-americano levou a cabo a Guerra ao Terror, processo que resultou em duas intervenções militares: no Afeganistão, em 2001, e no Iraque, em 2003. Ambas em curso e que resultaram em fracasso, gerando uma escalada de ações violentas, mortes de civis e a multiplicação de grupos terroristas atuantes em ambas as regiões.

A crescente onda de antiamericanismo em todo mundo é um dos fatores mais importantes para a compreensão do significado da percepção internacional ações dos Estados Unidos¹. Noam Chomski, Robert Kagan, Robert Tucker e Henry Kissinger apontam uma questão em comum sobre os principais desafios dos Estados Unidos no mundo contemporâneo: o país deve buscar alternativas para restabelecer a legitimidade de seu papel diante do mundo nas relações internacionais. Porém, como a legitimidade norte-americana pode se deteriorar tão rapidamente entre 1989 e 2008?

Se durante as eleições de 2008, uma das principais questões colocadas em pauta foi a necessidade de uma revisão do papel nos Estados Unidos no mundo; nos anos que vão da derrubada do Muro de Berlim em 1989 à eleição de Bill Clinton em 1992, o contexto era completamente diferente. A vitória dos Estados Unidos na Guerra Fria e o desmantelamento da União Soviética criaram as condições para o que foi definido à época como uma Nova Ordem Mundial. Nesse novo cenário, os Estados Unidos seriam a nação indispensável e o principal responsável para a garantia da ordem no sistema internacional de Estados soberanos. O fim do comunismo mundial e o colapso da União

1 A oposição às ações dos Estados Unidos na Guerra ao Terror teve sua expressão máxima em 15 de Fevereiro de 2003 por intermédio da manifestação públicas coordenada em dezenas de países do mundo contra as ações norte-americanas no Iraque: "(...) on February 15, 2003, an estimated 10-15 million marched in Europe and many other cities all over the world, marking the largest recorded coordinated demonstration opposing the United States" (KATZNESTEIN, KEOHANE, 2005).

Soviética trouxeram consigo um contexto novo à política internacional, na qual apenas um país teria o potencial para tornar-se o poder hegemônico organizador no mundo. Para reforçar esta idéia, em 1991, com a autorização do conselho do Segurança das Nações Unidas, uma coalizão de países, lideradas pelos Estados Unidos, promovem uma grande intervenção no Iraque com o objetivo de dar fim a invasão territorial promovida por este país ao Kuwait.

Neste contexto, a legitimidade do papel dos Estados Unidos, enquanto líderes e promotores de uma Nova Ordem Mundial, surgia como inquestionável. Em menos de 20 anos, porém, os Estados Unidos passam a ser vistos, de principal exemplo e difusores de valores do mundo, para a principal fonte de ameaças e o principal alvo de críticas vindas de todas as regiões do globo. Em menos de um quarto de século, de incontestável papel de líder de um mundo pós-Guerra Fria, os Estados Unidos são percebidos por centenas de grupos políticos e personalidades em dezenas de países como a principal força tirânica do sistema internacional.

Para compreender os principais desafios dos Estados Unidos em direção o restabelecimento de seu papel de liderança nas relações internacionais de hoje, faz-se necessário entender como se iniciou este processo. O fim da Guerra Fria representou a terceira vez em que o país pode moldar a ordem do sistema internacional. Compreender como iniciou-se esta nova era no pensamento político dos Estados Unidos significa buscar os pilares principais da auto-imagem norte-americana no mundo e identificar os atores responsáveis pela política internacional norte-americana do período entendiam as possibilidades de rearranjo da ordem internacional.

Dessa maneira, é fundamental o entendimento a respeito das justificativas e dos debates internos referentes ao papel dos Estados Unidos no mundo pós-Guerra. Estas questões apareceram em discursos, debates no congresso e declarações em jornais da época, e são importantes fontes para que possamos construir um quadro analítico do panorama interno das diferentes percepções existentes dentro do país sobre quais posições e ações deveriam tomar durante este momento.

Grande parte da literatura já discorreu suficientemente sobre essas questões na dimensão internacional, mas o que se pretende destacar é que houve um grande debate interno entre os principais líderes e estrategistas políticos do país, na transição entre os governos George H. W. Bush e o governo de Bill Clinton, sobre quais seriam as atitudes

legítimas a serem tomadas pelos Estados Unidos para a resolução da crise no Iraque. Percebe-se também que estes debates não refletem apenas uma situação circunstancial resultante da ação do Iraque contra o Kuwait. Reiteradamente as questões colocadas no contexto da Guerra do Golfo em 1991 ainda hoje se fazem presentes como problemas fundamentais da política externa norte-americana, não simplesmente enquanto puro exercício de poder da superpotência, mas sim, enquanto a possível legitimidade no que se refere às questões que motivam ações no campo da política internacional. Chollet e Goldgeier fazem referência a persistência e problematizações desses temas na política externa dos Estados Unidos no pós-Guerra Fria em obra recente²:

When should the United States use force to solve problems? When does it need to work through the United States use force to solve problems? When does it need to work through the United Nations to ensure legitimacy for its actions? Should it care that others perceive American goals as selfish? Will promote free trade as jobs move overseas? Should it make democracy promotion a central part of its foreign policy? How much should it care about what happens inside other states? Debates over these issues continue to rage. (CHOLLET, GOLDGEIER, 2008. Pág. XV)

O objetivo principal deste trabalho incide mais sobre uma síntese das fontes disponíveis deste referido contexto do que sua análise e crítica pormenorizada. Apresentar o conjunto de perspectivas e debates sobre a questão de maneira sistemática e organizada tornou-se, deste modo, o principal intento desta pesquisa. O contexto a ser analisado concentra-se no processo de transição que se coloca entre o fim da Guerra Fria, em 1989, a Guerra do Golfo, a transição dos governos de George H. W. Bush e Bill Clinton, seguindo até a resolução, em 1995, do conflito civil na Bósnia; bem como nas análises teóricas e conjunturais realizadas nestes momentos, além das percepções posteriores que faziam referência àquele contexto.

Mas seriam as questões relativas a legitimidade e da justificativa moral pertinentes às relações internacionais e aos estudos em política internacional?

Sempre que se fala em política, refere-se a numa ação social que se realiza em um determinado contexto histórico-político específico. Skinner (1998) faz referência à

22 CHOLLET, Derek, GOLDGEIER, James. *America Between the Wars - From 11/9 to 9/11*. Public Affairs, Nova York, 2008.

legitimidade relacionando-a com o campo do possível na política. Comentando a passagem de Skinner, Lafer explicita a relação inerente dos valores para a compreensão da ação política:

Assim, mesmo quando valores e princípios não operam como motivos mas apenas como racionalizações de comportamentos, são informadores e delimitadores das linhas de ação que podem ser perseguidas. Por isso, não se explicam as diretrizes políticas externa dos Estados, num dado momento histórico, se não se articula o tema da legitimidade, e os valores que a sustentam naquele momento histórico. (Celso Lafer in FONSECA, 1998. Pág. 14).

Vemos que as idéias e valores tem impacto significativo nas ações políticas. A análise de idéias e valores é parte fundamental para uma melhor compreensão dos problemas em relações internacionais, porém ainda é uma perspectiva analítica pouco aprofundada na área³. O que torna os estudos relode-se ter maior clareza das escolhas promovidas por um determinado ator num momento histórico específico. Como demonstram Goldstein e Keohane, a visão de mundo dos atores é fundamental para a compreensão da política e dos interesses, pois são as idéias que moldam as ações e limitam seu escopo:

Ideas help to order the world. By ordering the world, ideas may shape agendas, which can profoundly shape outcomes. Insofar as ideas put blinders on people, reducing the number of conceivable alternatives, they serve as invisible switchman, not only by turning action onto certain tracks rather than others, as in Weber's metaphor, but also by obscuring the other tracks from agent's view. (GOLDSTEIN e KEOHANE, 1993. Pág. 12)

Sendo a política condicionadas as escolhas promovidas por seres humanos em contextos sociais e históricos específicos, os dilemas morais aparecem como um limite entre ações que consideramos corretas (e portanto, passíveis de justificação), ou injustas

3 Duas são as obras de referência na abordagem da importância das idéias e dos valores para a análise em Relações Internacionais: GOLDSTEIN, Judith e KEOHANE, Robert. *Ideas and Foreign Policy*. Cornell University Press, Nova Yorke, 1993; e LAPID, Yosef e KRATOCHWIL, Frederick. *The Return of Culture and Identity in IR Theory*, Lynne Rienner Publishers, 1996. Em português, a grande referencia é a análise de FONSECA, Gelson. *A Legitimidade e outras questões internacionais*. Editora Paz e Terra, São Paulo. 1998.

(consideradas socialmente como crimes ou atos tirânicos)⁴. Esta idéia foi desenvolvida também por Goldstein e Keohane (1993. Pág. 13) na qual os autores afirmam que as visões de mundo e crenças de dada sociedade estruturam a natureza da vida e a moralidade das práticas e das escolhas. Assim, as idéias, crenças e a moral apontam os limites para as ações no campo da política e estas só podem ser compreendidas em seu contexto específico.

Para Walzer (2003), a existência de limites morais às ações de estadistas não significam que estes não sejam sistematicamente rompidos: sua existência denota apenas as balizas morais para o julgamento de comportamentos existentes em qualquer âmbito social, inclusive, ou ainda, principalmente, na âmbito político. Nesse sentido, ainda segundo Walzer, a própria justificativa de atos socialmente considerados tirânicos é um dos principais fatores que comprovariam a existência de convenções sociais que balizam e julgam a utilização da violência:

A comprovação mais nítida da estabilidade de nossos valores ao longo do tempo é o caráter imutável das mentiras que estadistas e soldados contam. Eles mentem para justificar a si mesmos, e com isso descrevem para nós os traços característicos da justiça. Onde quer que encontremos a hipocrisia, também encontraremos o conhecimento moral. (WALZER, 2003. Pág. 31).

A fim de buscar utilizar de maneira prática a analítica proposta por Goldstein e Keohane, faremos uso da metodologia do contextualismo histórico, mais amplamente difundido dentro da metodologia das Ciências Política e Histórica a partir do trabalho de Quentin Skinner. Busca-se apresentar as idéias que estavam em debate na formulação da política externa dos Estados Unidos no período, para então compreender os significados atribuídos pelos atores em seus próprios contextos, tendo em vista as suas percepções sobre os problemas apresentados. A história das idéias, desta maneira, só pode ser compreendida em seu contexto, pois é somente assim que o real significado das proposições dos atores pode ser entendido.

⁴ “Assim que concentramos a atenção em algum caso concreto de tomada de decisão moral e militar, entramos num mundo que é regido não por tendências abstratas, mas pelo arbítrio humano. As pressões reais no sentido da escalada são maiores aqui, menores acolá, raramente tão avassaladoras a ponto de não deixar espaço para manobra” (WALZER, 2003. Pág. 39).

No prefácio de sua obra, Skinner diz sobre seu método:

Uma insatisfação que sinto diante do tradicional método “textualista” é que embora seus expoentes em geral afirmassem estar escrevendo uma história da teoria política, raras vezes o que nos apresentaram pôde ser considerado, de fato, história. Com razão a historiografia recente chegou ao lugar comum de que, se temos em mira compreender sociedades anteriores a nossa, precisamos recuperar suas ‘*mentalités*’ de dentro, da forma mais empática possível. (SKINNER, 2006. Pág. 11).

O foco da análise recai, portanto, para os discursos, declarações e artigos de *policymakers* americanos que tinham posição influente nos debates sobre o tema durante os momentos explicitados. As análises intelectuais e conjunturais estarão presentes no texto, não como objeto, mas sim como possível referência intelectual a ponderações que estavam sendo feitas dentro da esfera política interna nos Estados Unidos.

A escolha do método contextualista para a análise das idéias políticas e debates ocorridos nos Estados Unidos no contexto do pós-Guerra Fria se justifica na medida em que a busca pelo significado das ações é parte essencial das Ciências Humanas. Como aponta Skinner:

(...) a própria vida política coloca os principais problemas para o teórico da política, fazendo que um certo elenco de pontos pareça problemático, e um rol correspondente de questões se converta nos principais tópicos de discussão. (SKINNER, 2006. Pág. 10)

Para fins expositivos, iremos usar a abordagem proposta por Ikenberry⁵ em especial, a proposta no capítulo 5, intitulado *The Settlement of 1919*. Nesta obra, o autor analisa o contexto interno dos Estados Unidos logo após o fim da Primeira Guerra Mundial dando especial atenção ao clima político no congresso norte-americano e aos debates intelectuais consequentes da vitória liderada pelos Estados Unidos contra os países da Entente, com o objetivo de explicar o momento imediato ao fim do conflito e o papel empreendido pelos país. Ikenberry demonstra as diferentes alternativas

5 IKENBERRY, John. *After Victory: Institutions, Strategic Restraint, and the Rebuilding of Order after Major Wars*. Princeton University Press, 2001.

vislumbradas pelos atores para a constituição de uma ordem internacional no pós-Primeira Guerra Mundial. A metodologia empregada torna-se especialmente relevante para o trabalho proposto visto que o objetivo é aproximar daquele proposto por Ikenberry: buscar, através das idéias em debate pelos *policymakers* norte-americanos em compreender qual era a visão de mundo que estes atores tinham neste dado contexto e qual o papel que os Estados Unidos deveriam assumir.

Deste modo, apresentaremos esta pesquisa em três partes, complementadas por uma introdução e considerações:

No capítulo 1 serão apresentadas as perspectivas teóricas em ciência política e em relações internacionais com relação ao tema da legitimidade e da ordem. O foco da análise recairá sobre a revisão da bibliografia disponível a respeito do tema. Por fim, analisaremos o impacto da Guerra do Golfo de 1991 nas justificações para o uso da força e os processos de legitimação da ordem internacional.

No capítulo 2 iremos apresentar um panorama das idéias em debate dentro da academia americana sobre qual o papel que deveria ser desempenhado pelos Estados Unidos em um mundo pós-Guerra Fria, levando em consideração a intervenção promovida ao Iraque e os impactos teóricos dos analistas sobre as possíveis posições e estratégias para os Estados Unidos neste contexto.

No capítulo 3, a pesquisa se foca nas afirmações e documentos de *policymakers* republicanos e democratas a cerca das escolhas e objetivos dos Estados Unidos ao final do conflito bipolar nas administrações de Bush e Clinton, e suas ponderações sobre os conceitos de ordem e legitimidade na sua relação com a prática política do país naquele contexto.

Como ressaltado anteriormente, compreender as pressuposições internas dos principais atores neste contexto é compreender a visão que tinham de si mesmos e do mundo, bem como restringir o escopo de escolhas políticas que se apresentavam como coerentes, legítimas e justas. Somente entendendo as idéias que estavam em disputa no momento imediato ao fim da Guerra Fria é que podemos buscar as bases do papel que os Estados Unidos vêm desempenhando no mundo desde então.

Capítulo 1 – Ordem e Legitimidade e o papel dos Estados Unidos nas Relações Internacionais no Século XX

No interior desta “paz civil”, as lutas políticas, os confrontos a respeito do poder, as modificações das relações de força em um sistema político, tudo isto deve ser interpretado apenas como continuação da guerra, como episódios, fragmentos, deslocamentos da própria guerra. Sempre se escreve a história da guerra, mesmo quando se escreve a história da paz e das suas instituições.

Michel Foucault, trecho de “Em Defesa da Sociedade”, curso do College de France - 1976 e 1977.

Para dar início à exposição do tema central deste trabalho, faz-se necessário introduzir, a princípio, as diferentes perspectivas a cerca do conceito de legitimidade nas ciências sociais e então percebê-lo de que maneira ele foi incorporado nos pesquisas e trabalhos em relações internacionais. Compreender como o tema da legitimidade é de vital relevância para a ciência política em geral, e para as relações internacionais de maneira específica, pois irá contribuir para dar significado ao debate que iremos analisar sobre o papel dos Estados Unidos no período pós-Guerra Fria e seu entendimento dentro do país.

Sendo assim, neste primeiro capítulo vamos observar o conceito de legitimidade e algumas das abordagens clássicas vistas nas ciências sociais para, em seguida, analisar como este conceito - juntamente com a noção de ordem, se articulam em relações internacionais; tendo como ponto de partida suas duas principais correntes teóricas, ou seja, o realismo e o liberalismo. Partiremos daí para o entendimento dos principais tipos de ordem propostos pelos teóricos no que se refere ao sistema internacional, para então compreendermos como o fim da Guerra Fria, e a ascensão dos Estados Unidos como hiper-potência mundial teve impacto nas obras teóricas em relações internacionais. Por fim veremos como desenvolveu a crise de 1991 e a Guerra do Golfo, e como se justificaram, no campo teórico a intervenção ao Iraque. Esse panorama é de vital importância para que seja possível uma abordagem que vise um maior compreensão sobre os rearranjos de poder em um mundo não mais constrangido pela ordem bipolar,

bem como suas estratégias de organização e de legitimação para uma possível estruturação de poder.

1.1 - A legitimidade como conceito relativo à ciência política

O conceito de legitimidade nas ciências sociais está intrinsecamente ligado às condições internas de determinada organização política e à aceitação, ou não, de dada distribuição de poder e da relação mando/obediência. O ponto de partida clássico para esse debate está colocado na obra de Weber (2006): para este autor, a legitimidade⁶ está intrinsecamente condicionada ao processo de dominação, e do exercício do poder, ou seja: “a probabilidade de encontrar obediência a um determinado mandato” (WEBER, 2006. Pág.128).

Ao fazer sua análise acerca dos processos de dominação que podem ser considerados como legítimos, Weber concentra-se nas características internas de uma organização política a fim de compreender o que torna determinada estrutura de mando/obediência legítima dentro de uma dada comunidade política. Shapiro (2006), em obra recente, faz desse problema seu ponto de referência e coloca a pergunta que permeia seu trabalho dedicado ao tema da legitimidade⁷ colocando a questão da obediência como fator fundamental da ordem política. Para Weber, a obediência pode depreender-se de três formas distintas, a saber: a) a dominação legal, ou seja, a dominação em virtude de um estatuto, no qual qualquer direito pode ser criado ou modificado mediante um conjunto de regras sancionado corretamente quanto à forma e balizado pela regra geral que fundamenta a ordem interna (desse modo, “obedece-se não a pessoa em virtude de seu direito próprio, mas à regra estatuída, que estabelece ao mesmo tempo a quem e em que medida se deve obedecer” (WEBER, 2006. Pág.129)); b) a dominação tradicional, baseada em virtude da crença na santidade dos poderes senhoriais, ou seja, de caráter eminentemente comunitário, calcada na relação entre senhor e súditos, com ordens baseadas na tradição e na fidelidade, e por fim; c) a dominação carismática, em virtude

⁶ Parafrazeando Weber, as relações de legitimidade são de extrema importância, pois o abalo nestas crenças costumam acarretar “*consequências de grande alcance*” (WEBER, 2006. Pág.130).

⁷ A pergunta principal que permeia o trabalho do autor está na sua introdução: “*Quando os governos merecem nossa lealdade, e quando devemos negá-la?*” (SHAPIRO, 2006. Pág. 3)

da devoção às faculdades e dotes considerados extraordinários de uma pessoa. Para Weber, “Seus tipos mais puros são a dominação do profeta, do herói guerreiro e do grande demagogo” (WEBER, 2006. Pág.135), e seu principal meio de associação é a comunidade ou séquito.

Esta tipificação dada por Weber transformou-se em um ponto referencial nos trabalhos à legitimidade da ordem política em âmbito interno. É praticamente impossível para qualquer trabalho que trate sobre o tema não fazer indicação às questões colocadas para o autor, tanto no sentido de corroborar suas idéias, ou mesmo como contraponto teórico. Porém, outras importantes interpretações a cerca do tema são fundamentais dentro da ciência política.

Uma das colocações mais polêmicas sobre o tema da legitimidade está em Schmitt (1992), jurista alemão da primeira metade do século XX que desenvolve uma outra perspectiva a cerca da natureza da comunidade política e da legitimidade da relação mando/ obediência: para Schmitt, não é o Estado que torna a política possível, é o conceito do político que torna possível a realidade da entidade social chamada Estado:

O conceito do Estado pressupõe o conceito do político. Estado, segundo o uso lingüístico atual, é o status político de um povo organizado numa unidade territorial. Com isto temos apenas uma perífrase, não uma definição conceitual de Estado (SCHMITT, 1992. Pág. 43).

Para o autor, a política, em sua forma pura, não prescinde do Estado para existir: o Estado sim, é que necessita da política enquanto prática para que se torne algo realizável e assim, possível. O Estado é apenas uma das formas da organização da comunidade política que podemos observar no processo histórico da humanidade.

Dando continuidade em sua argumentação, Schmitt afirma que são as categorias amigo e inimigo que definiriam o próprio conceito específico do que é o político, sem qualquer relação conceitual à outras categorias de quaisquer tipo, sendo este, portanto, seu critério fundamental:

A distinção especificamente política a que reporta-se as ações e os motivos políticos é a discriminação entre amigo e inimigo. Ela fornece uma determinação conceitual no sentido de um critério, não como definição exaustiva ou especificação de conteúdos. (SCHMITT, 1992. Pág. 51)

Deste modo, Schmitt afirma que o estabelecimento de qualquer forma de coesão social se dá através da constituição de um inimigo externo – sendo que esta seria a base fundamental da política. Dessa forma a política só seria possível através do apaziguamento das cisões internas de uma sociedade política com o estabelecimento de um inimigo público politicamente definido pelo soberano. Para explicitar esta atrelação da relação amigo/ inimigo como fundamento básico para o estabelecimento da comunidade política, Schmitt faz referência ao debate clássico da percepção grega entre as duas categorias:

Platão, no livro V da República, 470, acentua fortemente a oposição de ‘polémios’ e ‘ekhtros’, mas relacionando com a outra oposição, de ‘polemos’ (guerra) e ‘stásis’ (revolta, sublevação, rebelião, guerra civil). Para Platão, a guerra só é realmente uma guerra entre helenos e bárbaros (que são “inimigos por natureza”), enquanto que para ele as lutas entre os helenos são stáseis (discórdias). Aqui domina a idéia de que um povo não pode fazer guerra a si mesmo e de que uma “guerra civil” só significa autodilaceração. Mas não significaria a formação de um novo Estado, ou até de um novo povo. (SCHMITT, 1992: 55)

Para Schmitt, só pode haver guerra a partir do momento em que uma comunidade política se estabelece sobre uma perspectiva existencial. Porém, esta relação amigo/ inimigo não pode ser confundida como o simples ato de violência constante a um grupo externo, ou mesmo interno a comunidade política. O inimigo apontado por Schmitt deve ser o inimigo público, caracterizado em seu sentido concreto como uma ameaça a existência da comunidade política:

O inimigo, portanto, não é o concorrente ou o adversário em geral. O inimigo também não é o adversário particular, que homens, pelo menos eventualmente, isto é, segundo a possibilidade real, combatente, que se contrapõe a um conjunto semelhante. Inimigo é apenas o inimigo público, pois tudo que refere a tal conjunto de homens, especialmente a um povo inteiro, torna-se por isto, público. Inimigo é ‘hostis’, e não ‘inimicus’ no sentido lato; ‘poleimios’, não ‘ekthrós’. (SCHMITT, 1992. Pág. 55)

O uso do latim e do grego nesta passagem serve para ressaltar o caráter especial do inimigo público frente ao inimigo privado, e sua condição existencial da contraposição de comunidades sociais em seu caráter eminentemente político. A guerra para Schmitt não é mais a clássica proposição de Clausewitz⁸, porém o seu inverso. A guerra, ou ainda, o caráter puramente existencial da relação amigo/ inimigo é que torna viável a comunidade política, e é nesta relação que se encontra a legitimidade. Para Schmitt, a relação de poder legítimo se dá em principio, pela capacidade soberana de designar a exceção, ou seja, o exato inverso da ordem política: a exceção é uma zona indeterminada entre o puro exercício do poder e a institucionalização do mesmo através da força fora do âmbito do legal, mas que, por sua existência, é capaz de criar o legal⁹:

O soberano é quem decide sobre o estado de exceção. Esta é a expressão primeira do poder político, e as demais relações promovidas entre governantes e governados advêm desta relação. (SCHMITT, 1992. Pág. 45)

Agambem (2004) apresenta uma leitura pormenorizada e crítica ao pensamento de Carl Schmitt. O autor afirma que a idéia da soberania dentro do modelo Schmittiano só pode surgir na decisão à exceção, ou seja, o soberano enquanto aquele que está

8 Para Clausewitz, a guerra é sempre um fenômeno político, e deste modo, só se define pelo seu retorno a condição de paz. Clausewitz, no Livro I de seu trabalho define a Guerra como um duelo de duas forças antagônicas: *"A guerra nada mais é do que um duelo em escala mais vasta. Se quisermos reunir num só conceito os inumeráveis duelos particulares de que a guerra se compõe, faríamos bem em pensar na imagem de dois lutadores. Cada um tenta, por meio da força física, submeter o outro à sua vontade; o seu objetivo imediato é abater o adversário a fim de torná-lo incapaz de toda e qualquer resistência"* (CLAUSEWITZ, 1996. Pág. 8). A guerra, para Clausewitz, deve ser entendida como um meio para um fim político específico: *"A violência – isto é, a violência física (uma vez que a violência moral não existe fora dos conceitos de Estado e Lei), constitui, portanto o meio; o fim será impor a nossa vontade ao inimigo. A guerra é, pois um ato de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade"* (CLAUSEWITZ, 1996. Pág. 7)

9 Michel Foucault faz referência a esta interpretação em sua obra *Microfísica do Poder*, onde este afirma: *"Inverteríamos assim a posição de Clausewitz afirmando que a política é a guerra por outros meios. O que significa três coisas; em primeiro lugar, que as relações de poder nas sociedades atuais tem por base uma relação de força estabelecida, em um momento historicamente determinado, na guerra e pela guerra. E se é verdade que o poder político acaba a guerra, tenta impor a paz na sociedade civil, não para suspender os efeitos da guerra ou neutralizar os desequilíbrios que se manifestaram na batalha final, mas para reescrever perpetuamente esta relação de força, através de uma guerra silenciosa, através das instituições e desigualdades econômicas, na linguagem e até no corpo dos indivíduos"* (FOUCAULT, 2003: 176)

dentro do ordenamento jurídico *normal*, ou seja, regido por normas, mas que também está fora deste, e sendo assim, é capaz de decidir sua suspensão:

O caso da exceção torna evidente do modo mais claro e essência da autoridade estatal. Aqui a decisão se distingue da norma jurídica e (para formular um paradoxo) a autoridade demonstra que não necessita do direito para criar o direito. A exceção é mais interessante do que o caso normal. Este último nada prova, a exceção prova tudo; ela não só confirma a regra: a regra mesma só vive da exceção. (Schmitt in AGAMBEN, 2004. Pág. 24).

Esta capacidade de decisão para Schmitt é o pressuposto da legitimidade, pois é ela, e somente ela, que dá a medida da autoridade, e que pode embasar a relação de mando e obediência. Dessa forma, as forças que se encontram na sociedade só se colocam enquanto forças políticas se são capazes de delimitar as ações no escopo entre as relações amigo/ inimigo¹⁰.

Dentro de uma perspectiva contemporânea que pressupõe a organização de uma unidade política como fundamento da legitimidade, Walzer (2003) aponta que a instauração de um governo legítimo se dá por duas vias: a primeira, baseada na capacidade de exercer o monopólio da violência organizada e a segunda, pelo estabelecimento de um governo democrático. Walzer afirma que um governo legítimo é aquele “que consegue travar suas próprias guerras internas” (WALZER, 2003. Pág. 171)¹¹, e que seu caráter enquanto está condicionado a idéia de comunidade política. Porém, o autor também afirma que a existência da legitimidade está intrinsecamente ligada à democracia, pois “a democracia é o modo de reservar poder e legitimar seu uso, ou melhor, é o modo político de atribuição de poderes. Toda a argumentação extrínseca

10 Sendo assim, surge um paradoxo conceitual na obra de Schmitt, onde a guerra civil apresenta-se como uma impossibilidade conceitual (pois a cisão da comunidade política significa a criação imediata de comunidades políticas distintas), ao mesmo tempo em que esta deve ser a referência fundamental da legitimidade para o exercício do poder: “*A possibilidade real da luta que sempre deve estar presente para que se possa falar de política refere-se, por conseguinte, em tal “primado da política interna” não mais a guerra entre os povos organizados em unidades políticas (Estados e Impérios) mas à guerra civil*” (SCHMITT, 1992: 58).

11 É importante aqui salientar a referência direta de Walzer à Max Weber e sua definição de Estado, ou seja o “Estado como uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física” (WEBER, 2006. Pág.135). Walzer sublinha a questão da capacidade de organizar o uso da violência como fator fundamental para uma legítima ordem política, mas soma a esta perspectiva a questão da capacidade desta em distinguir-se enquanto comunidade política autônoma.

é descartada” (WALZER, 2003. Pág. 416). Neste sentido, a posição de Walzer traz uma ambigüidade analítica quanto ao tema: enquanto caracteriza a comunidade política e o uso da violência como o fundamento de toda a organização política e social, cabendo a esta a soberania quanto às formas de governo e valores. Walzer também universaliza o valor relativo da democracia relacionando-a indissociavelmente como fator fundamental à legitimidade. O autor entende como universalmente legítimas todas as formas de exercício de poder dentro comunidades onde exista uma forma democrática de governo, desconsiderando o entendimento enquanto legítimos de outras formas de organização política.

Uma posição divergente a esta idéia de legitimidade baseada na comunidade pode ser encontrada em Ferrero (1945), que caracteriza o fenômeno da legitimidade como uma relação fundamentada na dicotomia medo/ consentimento recíproco entre comandantes e comandados, ou seja, seriam:

(...) justificações do poder, isto é, do direito de mandar. Entre todas as desigualdades humanas, nenhuma é tão importante pelas suas conseqüências nem tem tanta necessidade de justificar-se perante a razão, como a estabelecida pelo poder. Salvo algumas raras exceções, um homem é igual ao outro: porque então, estes têm o direito de mandar, e outros o dever de obedecer? (FERRERO, 1945. Pág. 28)

Ferrero continua argumento: “todos os princípios de legitimidade são, pois, ao menos em parte, instrumentos da razão, dos quais se pode servir os homens para criar um poder eficaz, se desejarem” (FERRERO, 1945. Pág. 30). Mas, ao mesmo tempo. “(...) o elemento racional nos princípios de legitimidade é acidental, uma coisa adicionada e não consubstancial. Pode estar presente na aplicação, mas pode faltar de todo ou ser insuficiente” (FERRERO, 1945. Pág. 31). O autor aponta os critérios de legitimidade seriam os “gênios invisíveis da cidade” (o subtítulo de sua obra), ou seja, os princípios que fundamentam a ordem social. Estes, portanto, não necessariamente precisam ser puramente racionais ou “democráticos”, porém também não podem ser criados através do simples uso força. Para Ferrero:

(...) um princípio e legitimidade nunca está isolado e não vive, não opera, nem se impõe nunca pela sua única força. Harmoniza-se sempre com os costumes a cultura a ciência, a religião os interesses econômicos de uma época; com a orientação geral dos espíritos (...). Quando os costumes, a cultura a ciência e a religião, os interesses econômicos – numa palavra: a orientação geral – mudam, o princípio de legitimidade modifica-se também. (FERRERO, 1945. Pág. 54).

Ou seja, a legitimidade é sempre uma articulação da conjuntura político-social com princípios de autoridade contextualmente fundamentados e reconhecidos. Portanto, a legitimidade não é jamais um conceito abstrato, sistemático e universal mas sim um constructo social: “(...) o poder legítimo é um poder que libertou-se do medo até onde é possível, porque aprendeu a apoiar-se, tanto quanto pode, no consentimento ativo ou passivo, e a reduzir-se em proporção do emprego da força” (FERRERO, 1945. Pág. 45).

Em seu estudo sobre o surgimento do Estado Nacional na Europa, Tilly (1996) propõe uma interpretação histórico-sociológica a cerca da legitimidade do poder no Estado. Para Tilly, houveram diferentes tipos de formas de organizações políticas na história da humanidade, porém o Estado Nacional adquiriu predominância, pois obteve sucesso na garantia da segurança e na geração de riqueza e bem estar. O modelo organizacional que o autor denomina de *coerção capitalizada* torna-se o modelo de maior sucesso no empreendimento da violência organizada e na criação condição para a geração de riqueza nas classes abastadas. Deste modo:

Do século XVII em diante, a forma de coerção capitalizada revelou-se mais eficiente na guerra e, portanto, forneceu um modelo convincente para aqueles Estados que se originaram de outras combinações de coerção e capital. Além disso, do século XIX até um passado recente, todos os Estado europeus envolveram-se muito mais intensamente do que antes na construção de infra-estrutura social, no provimento de serviços, na regulamentação da atividade econômica, no controle dos movimentos populacionais e na capacitação do bem-estar dos cidadãos; todas estas atividades começaram sob a forma de produtos secundários dos esforços governamentais para adquirir rendas e submissão de suas populações, mas assumiram vidas e explicações próprias. (TILLY: 1996. Pág. 81).

Sendo assim, as formas de dominação e organização do poder estariam balizadas em dois fatores predominantes: a capacidade de oferecer segurança a população e a criação de um ambiente em que a geração de riqueza seja favorável. Ao sustentar-se nestes dois pilares e obterem sucesso em ambas, o modelo do Estado Nacional ganhou predominância na Europa. A conformação de poder dentro da organização política pode ter variado em diferentes formas distintas conforme o tempo¹², porém, o fator central seria que aquelas formas de organização política que tinham como base a garantia da segurança de sua população e a criação de condições para a geração de riqueza tornaram-se mais legítimas que os modelos divergentes¹³.

Vemos que existem variadas maneiras de se interpretar o tema da legitimidade quando tratamos das questões internas ao Estado Nacional. A ciência política aponta diversas questões fundamentais para compreendermos como o poder dentro das formas de organização política não pode se sustentar em seu simples exercício, cabendo aqui uma busca sistemática a fim de se compreender como pode existir (ou não) anuência a uma determinada ordem política constituída.

Porém, surge aqui um problema específico às relações internacionais. Visto que as questões relativas à legitimidade estão sempre ligadas a formas de dominação a ao estabelecimento de uma forma legítima de distribuição de poder dentro de uma organização política, como é que este tema pode ser útil as relações internacionais que

12 A fim de ilustrar o desenvolvimento dos diferentes modelos de organização político-social na Europa, Tilly comenta: “*Numa história quadrinizada da Europa, o relato apareceria em quatro quadrinhos. No primeiro (Patrimonialismo), o rei usa armadura e carrega uma espada, recrutando e comandando o seu próprio exercito e marinha, que mantém lealdade pessoal ao seu serviço. No segundo (Corretagem), o rei veste um traje militar cheio de gloria, mas contrata junto a um condottieri o aluguel de mercenários para lutarem suas guerras. No terceiro Nacionalização), o rei, vestido numa luxuosa indumentária totalmente inadequada para lutar na guerra, consulta seus generais e ministros da guerra que tem os seus postos dentro de uma estrutura complexa, dominada pelos civis. Na ultima cena (Especialização), vemos um rei (que pode agora estar disfarçado de presidente ou primeiro ministro) vestido com uma roupa de trabalho e negociando com seu pessoal e com representantes devidamente constituídos dos principais interesses civis e da população em geral*” (TILLY: 1996. Pág. 290).

13 Tilly aponta dois modelos concorrentes principais ao Estado Nacional de coerção capitalizada: os modelos de *intensa coerção* e de *grande inversão de capital*. Para Tilly: “*No modo de intensa coerção, os governantes extraem os meios da guerra de suas próprias populações e de outras que conquistaram, construindo no processo estruturas maciças de extração*” (TILLY: 1996. Pág. 80). Aqui Tilly faz especial referencia ao modelo de império territorial. Já “*No modo de grande inversão de capital, os governantes dependeram de pactos com os capitalistas – cujos interesses eles serviam com precaução – para arrendar ou comprar força militar, e assim fizeram guerra sem construir vastas estruturas de estado estáveis*” (TILLY: 1996. Pág. 81). Nesse modelo, encaixam-se especialmente as cidades estado, federações urbanas, cidades império e formas de soberania fragmentada.

trata de aspectos no que se refere às relações entre diferentes Estados? Visto que o sistema de Estados é anárquico, como podemos transportar este conceito para a arena internacional? Ikenberry (2001) formulou a mesma questão apontando as diferenças de natureza entre as questões *internas* ao Estado e *externas* relativas a relação entre Estados:

It is widely understood that domestic and international politics are rooted in very different types of order. Domestic politics is governed by the rule of law and agreed-upon institutions, whereas international politics is governed by the exercise of state power. In domestic politics, power is “tamed” by a framework of institutions and rules, whereas, it is argued, international politics remains an untamed world of power politics. In the most influential formulation, the two realms have fundamentally different structures: one based on the principle of hierarchy and the other on anarchy. (IKENBERRY, 2001. Pág. 6).

Esta característica intrínseca ao sistema internacional traz complicações adicionais para o analista que observa o tema da legitimidade dentro do contexto interestatal. Mesmo sendo dominado por sua natureza anárquica, o que induz, em maior ou menor medida, a um perene embate sobre poder e interesses, o tema da legitimidade é de fundamental importância, pois é a partir daí que podemos compreender como se articulam o panorama das idéias e das ações dentro do campo da política internacional. Comentando o momento imediatamente após o fim da Guerra Fria, Fonseca (1998) aponta que compreender o tema da legitimidade, bem como é que se articulam as principais teorizações sobre a idéia de ordem, ajudam a entender o “momento histórico em que vivemos” (FONSECA, 1998. Pág. 28): seriam as idéias colocadas em debate que dariam a possibilidade de mapear o campo do possível no que se refere às ações humanas.

1.2 - Legitimidade e ordem nas relações internacionais: duas perspectivas principais

Ao tratar-se do com o tema da legitimidade em relações internacionais, ao mesmo tempo lidamos com a noção de ordem. Devido ao caráter anárquico das questões

referentes ao sistema internacional, devemos sempre buscar os atores e os valores responsáveis pela manutenção da ordem no sistema, para que e possa fazer uma asserção crítica e problematizar sua legitimidade. Para Fonseca:

A noção de ordem está próxima à de autoridade e, desde sempre, quando se discute modelos de ordem a preocupação é saber que autoridade “organiza a ordem”. (...) existe uma ligação entre a compreensão política do que são os valores essenciais e as formas mínimas de organização. (FONSECA, 1998. Pág. 41)

Pode-se apontar como ponto de partida das discussões com relação à ordem e a legitimidade em relações internacionais como sendo a criação de regras para as relações entre os atores do sistema internacional que sejam suficientemente claras e inteligíveis, ou seja: o estabelecimento e o reconhecimento mútuo de regras nas relações entre os membros. Em definição já clássica, Kratochwill (1978) coloca a definição básica de *Regras do Jogo* como a idéia primordial para a conceitualização da ordem em âmbito internacional:

The analysis of international order requires a study of the processes by which particular conventions - or 'rules of the game'...arise, persist, change and decay...crucial to this approach is the belief that human action is 'rule governed' and that in the process of interaction, the meaning of the various moves on each side becomes intelligible to the participants, when they start to acquire a common background knowledge. (KRATOCHWIL, Pág. 2. 1978)

Porém, a definição da ordem enquanto simples regras do jogo nas relações entre os atores do sistema internacional não é a única possível dentro das diferentes perspectivas analíticas em relações internacionais. Em simpósio realizado no ano de 1965 nos Estados Unidos, sob o tema “Condições para uma Ordem Mundial”¹⁴, Raymond Aron (1970) fez um apontamento que se tornou base para as análises sobre o conceito de ordem nas relações internacionais a partir de então. Comentando as análises e percepções apresentadas até aquele momento, Aron afirma que haveriam cinco

¹⁴ Raymond Aron in HOFFMAN, Stanley. Conditions of world order. Simon and Schuster, 1970.

maneiras distintas de se compreender a ordem ao tratarmos de temas relativos a política internacional:

Two of the meanings were purely descriptive: order as any arrangement of reality, order as the relations between the parts. Two were analytical/ partly descriptive, partly normative: order as the minimum conditions for existence, order as the minimum conditions for coexistence. The fifth conception was purely normative: order as the conditions for the good life. (ARON, 1970)

Ao fazer esta ponderação, Aron fez um acertado diagnóstico sobre os debates, até aquele momento, sobre as questões relativas à ordem no sistema internacional. As clivagens nas percepções da ordem acompanhavam os pressupostos acerca da natureza do comportamento Estatal do analista. Sendo assim, os pressupostos analíticos metodológicos do observador orientariam toda a análise acerca da ideia de ordem para os temas internacionais. E mais: a relatividade interpretativa não está apenas no caráter teórico da questão, mas sim na própria natureza do sistema de Estados, que, sendo anárquico, permite infinitas perspectivas e práticas sobre o tema. Essa ponderação foi levantada por Fonseca (1998) em sua obra dedicada ao tema da legitimidade em relações internacionais:

Sempre haverá, segundo a perspectiva teórica ou ideológica, variações sobre a fórmula de se avaliar o momento em que se alcança a proteção do essencial, ou se configura uma situação de ordem. Essa conclusão vale ainda com mais força em relação ao sistema internacional, em que cada estado pode, em tese, propor uma avaliação diferente para o problema. (FONSECA, 1998. Pág. 38)

Ao tratarmos de um sistema de Estados, que por definição é composto por unidades nacionais independentes, a percepção da legitimidade sempre está relacionada com os problemas da guerra e da paz. As questões relativas à natureza das relações entre os atores do sistema internacional são, portanto, um dos principais aspectos sobre as questões referentes à ordem internacional. Como veremos a seguir, para grande parte das perspectivas teóricas a dicotomia entre situações de guerra e cooperação moldam as análises relativas à ordem. Porém, ao propormos uma abordagem histórica das relações

internacionais e dos problemas da ordem e da legitimidade, vemos que essa relação é mais complexa do que demonstra esta dicotomia: momentos de paz e de guerra não se configuram com estanques e estáticos, mas sim, se alternam, ou mesmo, convivem dentro do mesmo momento. Com relação a esse tema, Fonseca (1998) comenta:

Se olharmos para o panorama atual, pós-Guerra Fria, os mesmos contrastes poderiam ser observados. De um momento quase eufórico, logo nos primeiros anos da década de 1990, quando a comunidade internacional enfrentou o problema da Guerra do Golfo, em que alguns imaginaram que estávamos perto de constituir uma quase polícia internacional, com alto grau de legitimidade e razoável eficácia, passamos logo depois para as decepções com a dificuldade de lidar com os desafios da recomposição das nacionalidades na ex-Iugoslávia. (FONSECA, 1998. Pág. 34)

Nesta pesquisa, usa-se usaremos o conceito de sistema internacional sempre como uma forma de redução da realidade e de seu caráter extremamente complexo para fins de analíticos. Como nos aponta Barbé (1995)

(...) entendemos que o sistema internacional esta constituído por um conjunto de atores, cujas relações geram uma configuração de poder (estrutura) dentro do qual se produz uma rede complexa de interações (processo) de acordo com determinadas regras. (BARBÉ, 1995. Pág. 115)

O conceito de sistema internacional não é um dado empírico, mas um instrumento analítico que funciona como um modelo que não expõe todas as minúcias da realidade e assim cria um recorte que se torna útil para a resolução de problemas e para a exposição de hipóteses. Podemos apontar ainda que os atores deste sistema são aquelas unidades que gozam de mobilidade para mobilizar recursos, que lhe permitam alcançar objetivos e exercer influência no campo internacional (BARBÉ, 1995. Pág. 114). Neste sentido, o ator está condicionado a circunstâncias históricas, geográficas e políticas, que são resultado de necessidades concretas, que variam no tempo conforme se desenvolvem estas interações. Os processos dinâmicos intrínsecos do sistema internacional determinam as mudanças, erosões, reformulações e o conseqüente aparecimento de uma nova configuração de atores e potências. Podemos apontar aqui que as circunstancias de cooperação ou de conflito entre Estados e outros atores no sistema internacional estão

balizados por questões histórico-geográficas específicas, que tornam determinados arranjos dentro deste contexto mais ou menos estabilizados. Esse debate a cerca da natureza das interações entre os atores dentro do sistema de Estados e a possível ordem criada a partir destas interações, pode ser melhor compreendido nas colocações de Fonseca quando este coloca as principais correntes analíticas na abordagem da ordem e da legitimidade em relações internacionais.

É neste momento que Fonseca (1998) aponta que seriam as relações de conflito e de cooperação entre os atores do sistema internacional (em especial, entre Estados) os principais pontos de partida nas análises sobre o tema da legitimidade e da ordem. O entendimento da dinâmica conflito/ cooperação funcionaria, deste modo, como um norteador das análises a cerca da ordem, pois é a partir dela que se irá compreender a dinâmica básica das relações entre os atores, e as possíveis possibilidades de ordem. Duas linhas básicas de entendimento das relações internacionais surgem a partir destas questões: a primeira, que teria como base a idéia que as relações entre os atores internacionais são fundamentadas pelo conflito, e a segunda, que irá pressupor que as relações entre os agentes do sistema se baseiam em formas de cooperação¹⁵.

Dentro da primeira perspectiva que se enquadra na tradição realista das teorias de relações internacionais, percebe-se o conflito como a forma de interação básica entre os atores, na qual a visão de ordem é, de maneira geral, minimalista, pois interesses e valores incompatíveis colocam diferentes atores usando recursos diversos (inclusive militares) para a realização de objetivos conflitantes, que em geral, são entendidos como interesses nacionais. Tratando sobre este tema - e reforçando a idéia de que, no pensamento realista a ordem se daria através de perspectivas mínimas de entendimento mútuo entre os atores, Mearsheimer afirma que a estabilidade do sistema significa apenas a ausência de grandes guerras ou crises entre os participantes do sistema internacional (MAERSHEIMER, 1994. Pág.143).

15 De acordo com o entendimento de Fonseca: *“A primeira linha de reflexão poderia sugerir que, no continuum que vai da violência à cooperação algum dos lados prevalece e a indagação levaria a: seria a cooperação sempre episódica e o conflito, a regra? Ou, ao contrário, a guerra é a exceção, o “defeito” do sistema? Em que condições a cooperação emerge? Que tipo de ordem resulta desse incessante contraste conflito-cooperação no sistema internacional? O que se vê é o máximo de ordem alcançável numa estrutura constituída por soberanos? Ou é o mínimo de ordem que pode, portanto, ser aperfeiçoada? O que favorece e o que impede o aperfeiçoamento da ordem?”* (FONSECA, 1998. Pág. 35)

Vemos que para os autores realistas, o ambiente internacional configura-se pela escassez de recursos e a incompatibilidade de valores e interesses, no qual, devido a situação de anarquia entre os membros, a idéia de necessidade junto com a perspectiva de Razões de Estado seriam as balizas básicas para ação Estatal. Haslam, ao tratar das questões de necessidade e Razão de Estado, explica que o pensamento realista se assenta na idéia de que “(...) no que concerne as relações internacionais, os interesses do Estado devem prevalecer sobre todos os outros interesses e valores” (HASLAM, 2006. Pág. 31). Assim, como nas relações entre Estados existe uma situação de anarquia (em que nenhum Estado é constrangido por qualquer ator que tenha poder superior à própria entidade do Estado no sistema internacional – e sim apenas pelo limite de sua própria capacidade de atuar no sistema), estes vivem em uma situação de (na perspectiva clássica Hobbesiana explicitada no Leviatã) um Estado de Natureza perene, as questões de segurança e sobrevivência são as mais importantes para a orientação da ação. Neste sentido, Haslam apresenta a perspectiva discordante do caráter realista e da perspectiva moralista no que concerne as relações internacionais:

O pensamento realista deve ser distinguido do pensamento moralista principalmente por sua tese de que a condução das relações internacionais não deve estar sujeita as restrições dos valores morais, e não, como se poderia pensar, por sua isenção de valores. (HASLAM, 2006. Pág. 20)

Porém, Haslam faz uma importante colocação com relação ao pensamento realista: apesar deste ter como foco a idéia de sobrevivência e apresentar a realização dos interesses como o principal objetivo do Estado, isso não significa uma abdicação de valores nas relações internacionais:

Contudo, a alegação de que o pensamento realista não é em si normativo – ou seja, que não procura promover valores, mas apenas refletir a realidade, é certamente insustentável. (HASLAM, 2006. Pág. 20).

Para Haslam, a idéia de Razão de Estado está inserida como a tradução dos interesses de Estado, principalmente no tocante as questões de segurança, não podendo ser suplantada por questões de ordem moral. Ou seja, que a necessidade advoga sob a

justiça. A abordagem elucidativa de Haslam nos permite desconstruir dogmas relativos à percepção comumente atribuída ao pensamento realista (como por exemplo, que este promoveria a ausência de valores nas Relações Internacionais). Porém demonstra que a idéia de necessidade suplanta considerações a cerca da justiça e moralidade. Com relação à noção de necessidade e Razão de Estado, conceitos fundamentais a perspectiva realista, Haslam lembra prontamente que estas perspectivas caminhavam, nos momentos em que foram primeiramente desenvolvidas, paralelamente à busca de um funcionamento racional para o Estado, em contraposição ao comportamento corrente na Europa Dinástica de Estados dirigidos de acordo com os interesses particulares dos soberanos¹⁶.

Dentro da perspectiva realista, a idéia de uma ordem entre os atores do sistema internacional está sempre balizada por uma idéia de balança, na qual a igualdade formal dos atores e sua desigualdade de fato¹⁷ surgem como as principais balizas no cálculo de ação¹⁸. Nesse sentido, a ordem realista se sustenta em dois pilares básicos: as alianças circunstanciais e a racionalidade instrumental que permite uma mesmo nível de percepção a todos os atores do sistema:

Do ponto de vista realista, sejam quais forem as ideologias de governo, o sistema de soberanos imporá o realismo político como norma de comportamento. Haverá desigualdades de poder conjunturais, já que, estruturalmente, a equalização de poder é possibilidade permanente do sistema, ao menos para os países líderes. (FONSECA, 1998. Pág. 57)

16 *“Quase onipresente nos dois lados do Atlântico é pressuposto da racionalidade, no sentido de uma política impulsionada e deliberadamente projetada para atingir metas que maximize qualquer que seja o objetivo fixado (poder, segurança, riqueza, etc). Esse pressuposto atravessa o campo de batalha entre liberais e realistas, além de também ocupar quase toda a terra de ninguém. Trata-se, porém, de um mero pressuposto, e vale relembrar aos leitores que o principal objetivo dos primeiros realistas ao formular as Razões de Estado consistia em apresentar e fazer vigorar os ditames da racionalidade na tomada de decisões”* (HASLAM, 2006. Pág. 19).

17 Com relação a idéia de igualdade formal e a desigualdade entre os Estados de fato, indica Barbé: *“Todos os Estados gozam de igualdade soberana. Tem direitos iguais e iguais deveres e são membros da comunidade internacional porém possuem diferenças de ordem econômica, social, política ou de outra índole”* (BARBÉ, 1995. Pág. 126)

18 *“O cálculo convida a que se alcance equações razoáveis de equilíbrio, e a balança de poder regeria o sistema internacional. O cálculo coletivo, de todos os participantes do sistema, deve terminar numa espécie de equilíbrio, em que todos se preservem, independentes e soberanos”* (FONSECA, 1998. Pág. 56)

Podemos perceber uma aplicação prática da idéia de balança de poder como fundamental para a criação de uma ordem sustentável a longo prazo na abordagem de Ikenberry ao trabalho de Henry Kissinger sobre a constituição da ordem internacional européia pós-1815. Kissinger apresenta em seu trabalho o foco na questão da estabilidade como o ponto principal do sistema de Estados Europeus ao fim das Guerras Napoleônicas:

Kissinger takes this view of the post-1815 order and emphasizes the importance of the cooperative and self-conscious management of a stable balance: “Their goal was stability, not perfection, and the balance of power is the classic expression of the lesson of history that no order is safe without physical safeguards against aggression. (IKENBERRY, 2001. Pág. 48).

Em contraposição ao pensamento realista, temos a perspectiva teórica que afirma que seria a cooperação a forma de interação básica das relações internacionais, sendo que estas seriam calcadas na noção liberal do cálculo racional de meios para fins. Este argumento apresenta-se em um âmbito diametralmente oposto a perspectiva anterior, pois assume que os objetivos incompatíveis dos atores criam a noção de problema comum. Ou seja: a própria conjuntura do sistema internacional e a perspectiva dos atores em buscarem o melhor resultado para suas transações, estabeleceriam condições para a cooperação internacional, inclusive apontando saídas regionais e (ou) integrativas. Hedley Bull, em trabalho clássico a cerca da possibilidade da ordem internacional, aponta para a natureza transformadora do sistema internacional e sua capacidade de aperfeiçoamento devido ao caráter interdependente das interações no sistema. Sendo assim, mesmo não abrindo mão da centralização argumentativa na figura do Estado, os racionalistas sugerem as possibilidades de uma ordem internacional balizada em valores devida a busca por fins comuns:

Thus the facts of human vulnerability to violence and proneness to resort to it lead men to the sense of common interests in restricting violence. The fact of human interdependence for material needs leads them to perceive a common interest in ensuring respect for agreements. The facts of limited abundance and limited human altruism lead them to recognize common interests in stabilizing possession. (BULL, Pág. 53 e 54. 1977)

A questão definição de fins comuns gerariam a possibilidade da criação de uma ordem, pois somente através de algum grau de cooperação seria possível o estabelecimento e a realização de objetivos dentro do sistema internacional:

By world order I mean those patterns or dispositions of human activity that sustain the elementary or primary goals of social life among mankind as a whole. (BULL, Pág. 20. 1977)

Para sustentar tal análise, Bull aponta como núcleo conceitual das análises racionalistas a idéia de uma sociedade internacional. Sobre esse ponto, Fonseca comenta sobre Bull:

A sociedade se revela quando entre os atores sociais, desenham-se pontos de convergência, que permitem o nascimento de instituições e regras às quais os Estados se prenderiam. Assim, a partir desse duplo ponto de partida, ideologia e instituições, Bull propõe definir as etapas de uma evolução da perspectiva grotiana ou liberal. (FONSECA, 1998. Pág. 63)

Isto reforça a idéia, dentro da perspectiva racionalista, da natureza do sistema internacional enquanto “sociedade” em contraposição a idéia de “comunidade”: a idéia de sociedade se caracteriza pela primazia do indivíduo à vida do grupo, em que existam regras pragmáticas para a convivência que balizem o estabelecimento mínimo para a realização de objetivos comuns. Temos a primazia dos valores jurídicos para a regulação das relações entre os atores na sociedade, em contraposição à idéia de convergência irrestrita de valores e da primazia da ética, que existiriam nas comunidades.

Partindo da perspectiva clássica de Bull, Ikenberery busca uma análise da ordem política que tenha como foco a história. Construindo uma análise que parte das premissas históricas e das possíveis interrelações entre os membros da sociedade internacional apontadas por Bull, Ikenberry busca traçar as linhas gerais para os possíveis arranjos de poder encontrados nas relações internacionais em diferentes momentos históricos:

Political order is established when the basic organizing arrangements of the system are set up. When they are overturned, contested, or in disarray, order has broken down; when they are reestablished, order has been recreated. The focus is on the explicit principles, rules, and institutions that define the core relationships between the states that are party to the order. This limits the concept of order to settled arrangements between states that define their relationship to each other and mutual expectations about their ongoing interaction. (...) Defined in this way, international order can take a variety of forms. A stable political order does not necessarily require normative agreement among its members. The order could be based simply on exchange relations, coercion, or the operation of the balance of power. (IKENBERRY, 2001. Pág. 23).

Ikenberry busca o compreender o estabelecimentos de diferentes arranjos de poder no sistema internacional e como é possível que surjam atores capazes de definir e manter tal estrutura. A partir desta perspectiva, Ikenberry tenta tipificar os tipos de ordem internacional que podem ser apreendidos de uma análise histórica das relações internacionais, estabelecendo um vínculo entre as perspectivas de autoridade e legitimidade.

1.3 - Tipos de Ordem Internacional

A análise de Ikenberry tem um pressuposto fundamental: a de que a ordem internacional é sempre definida a partir de um momento em que algum Estado aparece como o vencedor de um conflito de grandes proporções¹⁹. A vitória em uma guerra generalizada dentro do sistema proporciona ao Estado vitorioso a possibilidade de escolha entre três tipos básicos de intervenção no sistema para a consolidação de uma nova ordem, todas tendo como pressupostos as escolhas possíveis tomadas por um ator internacional em um momento de definição e estabilização de um novo rearranjo de forças. Para o autor, esta nova ordem que surge deste momento de definição pode variar entre três tipos ideais: pode ser baseada em uma possível balança de poder nas relações entre os diferentes Estados membros e sua correlação de forças; pode ser uma ordem

19 “*The winning postwar state is newly powerful—indeed, in some cases it is newly hegemonic, acquiring a preponderance of material power capabilities*” (IKENBERRY, 2001. Pág. 4).

hegemônica, no qual apenas uma potência mantém a estrutura de poder; ou ainda, ou uma ordem constitucional, baseada no estabelecimentos de regras e instituições. Para Ikenberry, a questão então é como que este Estado, vencedor de um grande conflito dentro do sistema se coloca enquanto organizador desta nova ordem e quais as bases para esta estruturação no dinâmica de poder entre os Estados. Ou seja, o que está em jogo aqui são idéias e valores, e que estes transformam o entendimento desses Estados sobre uma possível ordem legítima

It can dominate—use its commanding material capabilities to prevail in the endless conflicts over the distribution of gains. It can abandon—wash its hands of postwar disputes and return home. Or it can try to transform its favorable postwar power position into a durable order that commands the allegiance of the other states within the order. To achieve this outcome, it must overcome the fears of the weaker and defeated states that it will pursue the other options: domination or abandonment (IKENBERRY, 2001. Pág. 4)

O modelo da balança de poder está balizada nos pressupostos das teorias realistas e neorealistas, que apontam a inerente anarquia do sistema de Estados, na qual a estrutura das unidades é baseada pela noção de soberania:

A balance-of-power order is organized around the principle of anarchy, in which there is no overarching political authority. According to Kenneth Waltz, this is the essence of the international system. The “parts” of the system are made up of states that are alike (“like units”) in their fundamental character, undifferentiated by function. In a condition of anarchy, states do not stand in any fixed, formal, or hierarchical relation with one another. The last word in political authority is state sovereignty, which constitutes the formal rejection of hierarchy. (IKENBERRY, 2001. Pág. 24).

Neste quadro, como sugere a análise realista, as alianças que possam a vir existir entre os Estados são sempre circunstanciais e fundamentadas em necessidades imediatas percebidas pelo Estado em contexto históricos específicos. As buscas do Estado por seus interesses moldam a estabilização de alianças, bem como sua dissolução, perpetuando assim o caráter egoísta da unidade estatal dentro do sistema de Estados:

As the distribution of power shifts, coalitions will shift as well. Order is based on the balancing actions of states—the necessary and inevitable outcome of states seeking to ensure their security in an anarchic system. (IKENBERRY, 2001. Pág. 25).

O segundo tipo de ordem internacional percebido por Ikenberry é a hegemônica. Para o autor, este tipo de ordem é balizada especialmente pelas relações de poder fundamentadas na hierarquia. Dessa forma surge uma estrutura verticalizada através da distribuição de poder entre os membros, cabendo ao Estado que surge vitorioso o papel de agente fundamental e regulador das relações entre os atores. Cria-se, assim, uma estrutura complexa e interdependente no sistema internacional: alguns (ou apenas um) atores (ou ator) em específico tem a primazia da ação em todo o sistema baseadas na hierarquia:

Hegemonic order is also based on the distribution of power among states, but it operates according to a very different logic: the relations of power and authority are defined by the organizing principle of hierarchy. In a hierarchical international order, states are integrated vertically with highly defined superordinate and subordinate positions. Political authority is centralized, although there may be a great deal of interdependence and functional differentiation among the units. (IKENBERRY, 2001. Pág. 26).

Baseada na correlação de forças, a ordem hegemônica no plano internacional aproxima-se da idéia de ordem no plano interno, alguns (ou apenas um) estão no comando enquanto os outros precisam obedecer devido aos constrangimentos que podem ser aplicados (IKENBERRY, 2001. Pág. 26). Como aponta Ikenberry, a ordem internacional hegemônica pode ser entendida também como um tipo de ordem imperial, em que as potências mais frágeis perdem em muito sua capacidade de exercitar sua soberania: visto que o poder é estabelecido de maneira hierárquica, sempre existirá a possibilidade de interferência de Estados mais poderosos ou com maior capacidade em potência menores. Porém Ikenberry faz uma ressalva: apesar da ordem hegemônica estar balizada na hierarquia de poderes, é possível que este tipo de estruturação de poder se estabeleça sob a forma do consenso, ou seja: é possível mesmo que de maneira hierárquica e assimétrica haja consenso e restrição no uso indiscriminado da força por

parte da(s) potência(s) dominantes. Neste sentido, a legitimidade pode surgir dentro do sistema através da auto-regulação e da aceitação da distribuição de poderes por parte dos atores. Sobre esse tema, o autor informa:

But hegemonic orders can also be more benevolent and less coercive—organized around more reciprocal, consensual, and institutionalized relations. The order is still organized around asymmetrical power relations, but the most overtly malign character of domination is muted. Where hegemony takes a more benevolent form, with real restraints on the exercise of power, the resulting order begins to lean in the direction of constitutionalism. (IKENBERRY, 2001. Pág. 27).

É seguindo este raciocínio que Ikenberry aponta a possibilidade da criação de uma ordem constitucional entre os atores do no sistema internacional estabelecida por meio de regras específicas que irão balizar o comportamento dos atores quanto a contenção da utilização do recurso à violência e para a consolidação sistemática de regras de conduta entre os membros. Para o autor, é esta forma de institucionalização que pode mover o campo da disputa armada entre os Estados para dentro de instituições e órgãos deliberativos:

Constitutional orders are political orders organized around agreed-upon legal and political institutions that operate to allocate rights and limit the exercise of power. In a constitutional order, power is “tamed” by making it less consequential. The stakes in political struggles are reduced by the creation of institutionalized processes of participation and decision making that specify rules, rights, and limits on power holders. (IKENBERRY, 2001. Pág. 29).

Porém, o autor também afirma que esta institucionalização não está apenas contida no estabelecimento de regras escritas entre as partes mas sim na integração de regras e leis decididas em espectro supra-estatal dentro do ordenamento jurídico interno dos países membros. Ou seja, o processo de institucionalização deve ser respeitado e mutuamente reconhecido entre os membros:

A constitutional order is neither identified nor ensured by the existence of a constitutional document or charter—although constitutional

orders may in fact have a written constitution—but by the way in which agreed-upon and institutionalized rules, rights, protections, and commitments combine to shape and circumscribe the wielding of power within the order. (IKENBERRY, 2001. Pág. 29).

Ikenberry faz uma importante ressalva para os modelos de ordem que identificou. O autor informa que os três modelos de ordem citados, o de balanço de poder, a ordem hegemônica e o modelo constitucional não são conceitos estanques: eles apresentam variações entre si, conferindo a estes três modelos características de tipos ideais weberianos²⁰, que apresentam uma versão estrutural dos diferentes e complexos tipos de variações de ordem que podem ocorrer no sistema internacional. Em sua existência empírica, cada um dos modelos apresenta especificidades e complexidades relativas ao contexto e aos objetivos de cada ator, o que torna necessária uma redução conceitual para fins analíticos.

Ao fazermos um paralelo dos temas relativos ao debate intelectual a cerca da ordem e da legitimidade em relações internacionais e sobre o processo histórico que desencadeou o fim da Guerra Fria, vemos que este apresentou-se como um grande desafio aos teóricos em relações internacionais: como é que iriam se articular as dinâmicas entre os Estados com o aparecimento dos Estados Unidos como a única hiper-potência resultante do colapso da União Soviética? Qual seriam a natureza de um mundo liberto das forças organizadoras que se estabeleceram a paz na Europa por quase 50 anos após duas guerras mundiais? No próximo item, busca-se apresentar um panorama das principais perspectivas teóricas sobre os possíveis rearranjos da ordem no sistema internacional pós Guerra Fria.

²⁰ “These models are ideal types, and each model is formulated as a “strong” version. Actual orders can vary. The balance-of-power order may be automatic and operate strictly in terms of material power-balancing requirements, or it can be a more managed order informed by self-conscious rules and norms. A hegemonic order may involve the direct and coercive domination of weaker and secondary states by the leading state, or it may be organized around more reciprocal, consensual, and institutionalized relations. (...) The constitutional order can also vary in terms of the strength of the rules and institutions that bind the states together and limit the returns to power. Constitutional orders are identified in terms of the presence and functioning of an institutionalized political process. But these constitutional characteristics can vary: institutions may more or less bind states together and more or less ensure a mutually agreeable distribution of gains. Constitutional orders—like balance and hegemonic orders—can run along a continuum of strong to weak” (IKENBERRY, 2001. Pág. 49).

1.4 - A ordem e a legitimidade no mundo pós-Guerra Fria como um problema teórico

Para os analistas em relações internacionais atentos a idéia de ordem e legitimidade, o novo papel dos Estados Unidos em um mundo pós-Guerra Fria surge como fundamental para a distribuição e configuração de uma estrutura de poder no sistema de Estado. Ikenberry explicita o papel dos Estados Unidos neste momento como importante ponto de inflexão para as relações internacionais contemporâneas:

The end of the Cold War has not only eliminated a source of cohesion among the industrial democracies; it has also led to a unipolar distribution of power. In both economic and military spheres, the United States leads its nearest rival by a larger margin than has any other leading state in the last three centuries. Yet despite this concentration of American power, there is very little evidence that other states are actively seeking to balance against it or organize a counter hegemonic coalition. (IKENBERRY, 2001. Pág. 10).

O surgimento de um ator tão preponderante em recursos e capacidade dentro do sistema internacional como os Estados Unidos e da fim da estrutura bipolar, resultou em profundas mudanças nos modelos teóricos de uma possível ordem no mundo ao fim da Guerra Fria. Kissinger (1994b) expõe que as mudanças ocorridas neste período são fundamentais para a compreensão e análise das relações internacionais contemporâneas afirmando que a rapidez e profundidade das mudanças neste contexto são inéditas na história das relações internacionais²¹.

Baseados nas análises de John Mearsheimer²² sobre o panorama intelectual do momento imediatamente após o fim da Guerra Fria, vemos a existência de diferentes perspectivas teóricas que buscavam fundamentar possíveis análises para a constituição de uma ordem neste novo contexto, bem como os possíveis fundamentos para sua base de legitimidade.

21 “Never before have the components of world order, their capacity to interact, and their goals all changed quite so rapidly, so deeply, or so globally” (KISSINGER, 1994b. Pág. 806).

22 MAERSHEIMER, John J. Back To The Future. In JONES, Sean Lynn e MILLER, Steven E. The Cold War and After. MIT Press, Cambridge, 1994.

Uma das principais questões que surgiu com o colapso da União Soviética foi a de como foi possível a criação de uma ordem internacional de contínua e relativa paz entre as duas maiores potências mundiais e entre as principais potências mundiais. Visto que por duas vezes na primeira metade do século as potências Europeias travaram guerras que se tornaram mundiais pela supremacia na continente, como foi possível que durante a Guerra Fria estes conflitos tenham cessado? Ou ainda, como houve a aproximação e integração das potências com o processo de consolidação da União Européia? Como se deu o estabelecimento de uma ordem bipolar entre Estados Unidos e União Soviética que garantisse a ordem internacional mundial?

Gaddis (1994) define este momento como o da “Longa Paz”²³. Porém, o autor faz uma ressalva: a “paz” indicada não é a ausência de conflitos e disputas entre Estados. O que esta indica é que desde o estabelecimento do sistema bipolar com o fim da Segunda Guerra Mundial, não houve nenhuma grande disputa entre as principais potências mundiais, nem tampouco mudança significativa na distribuição de poder entre as principais potências que compõem o sistema internacional (GADDIS, Pág. 2. 1994). O tema central do argumento para a Longa Paz é a estabilidade do sistema²⁴.

Para o autor, as causas para o estabelecimento de uma ordem mundial pós-Segunda Guerra repousava sobre quatro pilares essenciais. Em primeiro lugar, o sistema bipolar resultante do conflito político e ideológico entre Estados Unidos e União Soviética. Sendo sua estrutura básica bastante simples, não precisava de grandes estratégias ou alianças entre diferentes Estados para se manter operante, criando, através do tempo, uma ordem própria com regras do jogo bem definidas que limitavam as ações de cada um dos atores.

O segundo ponto fora a distribuição de poder independente e o reconhecimento mútuo das superpotências, pois os dois blocos tinham relativa autonomia econômica e política um do outro. Assim, mantenham as esferas de influência de cada uma das partes

23 GADDIS, John L. The Long Peace: Elements of Stability in the Postwar International System. In JONES, Sean Lynn e MILLER, Steven E. The Cold War and After. MIT Press, Cambridge, 1994.

24 Estabilidade esta definida conforme indicado por Deutsch e Singer: “*Stability is the probability that the system retains all of its essential characteristics: that no single nation becomes dominant, that the most of its members continue to survive; and that large-scale war does not occur*” (DEUTSCH & SINGER, 1964)

como sendo de sua responsabilidade exclusiva, minimizando as possibilidades de atrito; somado ao fato de que com o avanço das tecnologias de satélite, cada uma das partes tinham amplo conhecimento do arsenal bélico e tecnológico do inimigo, conferindo mais um grau de desencorajamento para um grande conflito. O resultado desta independência e deste mútuo reconhecimento foram os diversos tratados de controle de produção de armas entre os Estados Unidos e a União Soviética.

O terceiro ponto seria o advento das armas nucleares, que praticamente solapavam a possibilidade de qualquer otimismo no resultado de uma guerra geral dentro do sistema bipolar. Assim, qualquer resultado possível em uma guerra que envolvesse as duas potências teria um custo tão extremo que a possibilidade de realização de um conflito nuclear se tornam quase nula para ambas as partes, a não ser no caso final de último recurso.

O quarto ponto seria a moderação ideológica entre as duas superpotências e a aversão moral entre os principais atores dentro deste panorama político estratégico, que, somada aos três itens citado acima, criava uma situação em que o realismo político moldaria as perspectivas americanas para com a União Soviética. Diferente do panorama criado com os conflitos da Segunda Guerra Mundial, onde fora exigida a rendição incondicional da Alemanha e do Japão, os *policymakers* norte-americanos tinham em mente a estabilidade do sistema dentro do contexto da Guerra Fria.

Para Gaddis, a questão principal para o estabelecimento da uma ordem mundial ao fim da Segunda Guerra Mundial estava centrada não na natureza belicosa ou pacifista dos Estados, mas sim, no próprio sistema internacional²⁵. A natureza intrinsecamente anárquica do sistema internacional (que apresenta incentivos para a utilização do uso da violência para a promoção de interesses) precisa de uma estruturação de poder entre as principais potências que coíbam a possibilidade de uso da violência e que minimize a possibilidade de focos de instabilidade. Sendo assim, dada a estrutura criada pelo estabelecimento de uma divisão bipolar do mundo entre Estados Unidos e União Soviética, a possibilidade da criação de uma ordem estável teria surgido entre as principais potências e se mantido por mais de quatro décadas.

25 Uma dos trabalhos que serviram de base para esta interpretação, e para toda a análise sistêmica em relações Internacionais está em WALTZ, Kenneth. O Homem, o Estado e a Guerra. Editora Martins Fontes, São Paulo, 2004.

O fim da Guerra Fria trouxe uma série de análises que buscam identificar os fundamentos de uma nova ordem internacional com o fim da estrutura bipolar. Todas elas trazem dois pontos em comum: o primeiro é a certeza de que o fim do conflito bipolar cria um cenário novo às relações internacionais. O segundo ponto é que os Estados Unidos tem um papel fundamental em qualquer tipo de ordem que venha a emergir neste contexto. Fazemos aqui um panorama das principais correntes teóricas surgidas neste contexto para a compreensão das principais perspectivas analíticas em relações internacionais.

1.4.1 - A análise dos teóricos de vertente realista

Para os autores de perspectiva realista em relações internacionais o cenário era bastante claro: o fim da Guerra Fria representava o fim do sistema bipolar e o renascimento das possibilidades de conflito entre as principais potências, em especial, entre as potências Europeias. Como aponta Mearshheimer (1994. Pág. 167), o fim da Guerra Fria teria como tendência principal fazer ressurgir na Europa diferentes formas de arranjos de poder de característica multipolar. Para as análises de perspectiva realista, estas ofereceriam menos vantagens com relação à estabilidade e ordem do que o sistema bipolar²⁶ e uma maior possibilidade de enfrentamento violento entre os Estados, exatamente como ocorreram durante as duas Guerras Mundiais da primeira metade do século XX²⁷. Esta ressurgente multipolaridade na distribuição de poder traria consigo duas questões importantes para a desestabilização da ordem mundial, mas em especial da ordem europeia: a distribuição desigual de poder entre as potências e o distribuição desigual de armas nucleares. Sendo assim, quatro cenários para o rearranjo do sistema de Estados Europeus são possíveis de acordo com o autor²⁸: a) a Europa poderia se tornar um continente livre de armas nucleares, eliminando um dos principais fatores da

26 MEARSHEIMER, 1994. Pág. 154.

27 Alguns trabalhos de referência para a perspectiva realista em relações Internacionais e o fim da Guerra Fria são: MAERSHEIMER, John J. *Back To The Future*. In JONES, Sean Lynn e MILLER, Steven E. *The Cold War and After*. MIT Press, Cambridge, 1994. WALTZ, Kenneth. *The Stability of a Bipolar World*. Daedalus, Vol. 93. Número 3, 1964. WALTZ, Kenneth. *Theory of International Relations*. McGraw-Hill, Nova York, 1979.

28 MEARSHEIMER, 1994. Pág. 167.

estabilidade bipolar na Guerra Fria e aumentando consideravelmente os incentivos para a guerra como forma de promoção de interesses; b) os Estados Europeus poderiam não entrar em uma corrida nuclear, o que cristalizaria seu status de potências nucleares encontrado ao fim da Guerra Fria, criando uma grande possibilidade de atrito devido a ausência de um poder regulador na relação entre eles; c) a corrida nuclear no continente poderia acontecer e ser mal gerida, criando diversas possibilidades de conflito, ou ainda, em um cenário mais otimista; d) a corrida nuclear poderia acontecer e ser bem dirigida entre os Estados, criando condição para que surja uma nova ordem europeia balizada pela proliferação controlada de armas nucleares que, mesmo não sendo tão estável quanto o sistema bipolar, reduziria os incentivos de guerras generalizadas entre as potências.

Vemos que dada as bases analíticas dos autores realistas, o fim do sistema bipolar representava o início de um momento de incerteza nas relações internacionais, com especial atenção para a possibilidade de desencadeamento de conflitos no Europa.

O surgimento de uma nova ordem internacional pós-Guerra Fria teria como prerrogativa três fatores fundamentais²⁹ na busca de um sistema de Estados que tornasse possível uma ordem internacional multipolar em equilíbrio: a) em primeiro lugar, o bom gerenciamento da distribuição de armas nucleares na busca por um quadro que crie a possibilidade de uma balança de poder entre as principais potências do sistema internacional a fim de minimizar as possibilidades de enfrentamento nuclear; b) que os Estados Unidos e o Reino Unido ajam em conjunto a fim de manter equilibrada a balança de poder na Europa, em especial, conter o avanço do poder da Alemanha em especial após a unificação que ocorreu em 1989, e finalmente; c) que a União Soviética (agora, Rússia), mesmo com o fim da Guerra Fria, se mantivessem como um membro ativo do sistema internacional, a fim de cooperar com o estabelecimento de um sistema multipolar equilibrado.

1.4.2 - A perspectiva liberal

29 MEARSHEIMER, 1994. Pág. 190 e 191.

Diferente da perspectiva realista, a análise liberal propõe um olhar mais otimista para a ordem e a legitimidade no pós-Guerra Fria. Os autores desta teoria vão apontar a possibilidade de um cenário positivo para as relações internacionais e a criação de uma nova ordem mundial. Estes vão sugerir que os Estados modernos tem como principal motivo para a ação a busca por prosperidade, sendo que o bem estar material da população seria sempre o foco central. Para a perspectiva liberal esta relação se aplica especialmente para democracias de mercado, pois as demandas e pressões da população do Estado forçam uma ação de seus líderes que crie um cenário interno de prosperidade e bem estar. Para estes autores, a ordem do sistema internacional estaria baseada não em argumentos relativos à segurança ou a uma possível balança de poderes, mas sim a criação de um ambiente internacional que permita o livre comércio³⁰. O fator fundamental da ordem está no valor inalienável da autodeterminação nacional e no processo de livre associação entre os indivíduos:

The basic postulate of liberal international theory holds that states have the right to be free from foreign intervention. Since morally autonomous citizens hold rights to liberty, the states that democratically represent them have the right to exercise political independence. Mutual respect for these rights then becomes the touchstone of international liberal theory. When states respect each other's rights, individuals are free to establish private international ties without state interference. Profitable exchanges between merchants and educational exchanges among scholars then create a web of mutual advantages and commitments that bolsters sentiments of public respect. (DOYLE, 1999)

30 Alguns trabalhos de referência com relação a perspectiva liberal são COOPER, Richard N. Cooper. Economic Interdependence and Foreign Policy in the Seventies. *World Politics*, Vol. 24, No. 2. 1972. HAAS, Ernest. Technology, pluralism and the new Europe in NYE, Joseph. *International Regionalism*. Little Brown, Boston, 1968. KEOHANE, Robert e NYE, Joseph S. Power and Interdependence in the Information Age. *Foreign Affairs*, Setembro/Outubro de 1998. <http://www.foreignaffairs.org/19980901faessay1419/robert-o-keohane-joseph-s-nye-jr/power-and-interdependence-in-the-information-age.html>. Acessado em janeiro de 2009. KEOHANE, Robert. *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy*. Princeton University Press, Princeton. 1984. MORSE, Edward. The transformation of foreign policies: modernization, Interdependence and Externalization. *World Politics*. Vol. 22, No. 3, Abril de 1970.

Deste modo, uma ordem mundial baseada na liberação comercial poderia aumentar a cooperação entre os Estados de basicamente de três formas³¹: a primeira está relacionada com a prosperidade. Estados mais prósperos seriam menos inclinados a entrar em guerra, pois esta não traria a possibilidade de ganhos devido aos custos de um conflito. Somada a prosperidade, o intuito dos Estados em alcançar maior bem estar direcionaria à ações que buscassem a criação de organismos que proporcionassem um alargamento ainda maior do comércio entre os Estados.

A segunda razão está relacionada com o processo de interdependência. Como afirma Waltz³², esta é definida por uma situação em que dois ou mais Estados são refêns entre si no plano econômico. Quanto maior o processo de interdependência, maiores seriam os constrangimentos para uma ação violenta. Neste sentido, os Estados seriam compelidos a agir como parceiros, no sentido de criar um ambiente econômico mais próspero.

A terceira razão para que a ordem mundial no pós-Guerra Fria seja baseada na cooperação entre os Estados está no fato de que os objetivos de bem estar econômico, juntamente com o processo de aprofundamento das relações de interdependência, criam regimes internacionais fortalecidos. Estes regimes, em alguns casos, podem transformar-se em instituições supra nacionais de regulação, fortalecendo os laços de cooperação e criando constrangimentos ainda maiores para o uso militar na promoção de interesses. Para os teóricos liberais, o aprofundamento das relações comerciais, bem como sua extensão para os países recém libertos da esfera de influência Soviética, garantiriam a oportunidade de acesso ao bem estar, fortalecendo a legitimidade dos regimes. O papel dos Estados Unidos como grande negociador e incentivador internacional é ressaltado, sendo que este seria o ator principal no processo de desregulação dos mercados

1.4.3 - O modelo da paz democrática

31 MEARSHEIMER, 1994. Pág. 178, 179 e 180.

32 WALTZ, Kenneth. The myth of National Interdependence in KINDELBERGER, Charles. The International Corporation. Cambridge, MIT Press, 1970.

Para os teóricos da *paz democrática*³³ são as questões referentes a política interna dos Estados que seriam as determinantes fundamentais para o estabelecimento de uma ordem pós-Guerra Fria. Os teóricos da *paz democrática* tem como base considerações liberais para construir uma argumentação onde as democracias dificilmente entram em guerras contra outras democracias. Sendo assim, o fim da Guerra Fria coincidiria com o momento da processo de mudanças políticas na Rússia e a re-unificação da Alemanha, criando um contexto favorável para uma onda de criação regimes democráticos no mundo³⁴. Através deste modelo, o processo de democratização entra como fator determinante para a constituição de uma nova ordem internacional, baseada especialmente em considerações internas dos Estados em que a forma de governo é capaz de inibir o uso da força para a promoção de interesses no sistema internacional, garantind a estabilidade e a legitimidade da estruturação de poder.

Uma das bases interpretativas para a perspectiva da paz democrática está no artigo *The End of History*³⁵ de Francis Fukuyama. O autor faz uma interpretação histórica com base nas perspectivas filosóficas hegelianas para buscar explicar o fim da Guerra Fria, apontando como fator fundamental para a vitória dos Estados Unidos o fato de que o sistema de governo democrático apresentaria óbvias vantagens se comparado com outras formas de organização social:

What we have called the “logic of modern natural science” is in effect an economic interpretation of historical change, but one which (unlike its Marxist variant) leads to capitalism rather than socialism as its final result. The logic of modern science can explain a great deal about our world: why we residents of developed democracies are office workers rather than

33 Alguns trabalhos de referência sobre a teoria da Paz democrática são; DOYLE, Michael. *Kant, Liberal Legacies, and Foreign Affairs* in BROWN, Michael, LYN-JONES, Sean, MILLER, Steven. *Debating the Democratic Peace*. MIT Press. Cambridge, 1999. RUSSET, Bruce. *The Fact of Democratic Peace* in BROWN, Michael, LYN-JONES, Sean, MILLER, Steven. *Debating the Democratic Peace*. MIT Press. Cambridge, 1999. LAYNE, Cristopher. *On The Democratic Peace* in BROWN, Michael, LYN-JONES, Sean, MILLER, Steven. *Debating the Democratic Peace*. MIT Press. Cambridge, 1999. FUKUYAMA, Francis. *The End of History and the Last Man*. Penguin Books. Nova Yorke, 1992.

34 DOYLE, Micahel. *Michael Doyle on the Democratic Peace - Again* in BROWN, Michael, LYN-JONES, Sean, MILLER, Steven. *Debating the Democratic Peace*. MIT Press. Cambridge, 1999.

35 FUKUYAMA, Francis. *The End of History and the Last Man*. Penguin Books. Nova Yorke, 1992.

peasants eking out a living on the land, why we are members of labor unions or professional organisations rather than tribes or clans, why we obey the authority of a bureaucratic superior rather than a priest, why we are literate and speak a common national language. (FUKUYAMA, 1992)

Fukuyama busca explicitar o curso da história humana em direção a libertação e o progresso. O sucesso das sociedades liberais e democráticas está em permitir a realização das vontades humanas através de suas condições pessoais e materiais. Assim, neste momento da história, somente o modelo democrático-liberal seria capaz de permitir a plena realização das vontades humanas em busca do bem estar e das realizações pessoais, fator este que teria sido determinante para o colapso do comunismo como modelo viável de organização política e social³⁶.

A interpretação de Fukuyama sofreu severas críticas nos Estados Unidos e em diversas partes do mundo. Porém, sua perspectiva de Fim da História balizada nas análises hegelianas de interpretação dialética ofereciam um entendimento bastante plausível para o contexto internacional dos anos 90. O autor oferecia uma imagem sistêmica das questões que emergiam após o fim da Guerra Fria sugerindo que a ordem internacional, a partir daquele momento, teria como fator principal o impulso em direção à democracia:

Liberal democracy replaces the irrational desire to be recognized as greater than others with a rational desire to be recognized as equal. A world made up of liberal democracies, then, should have much less incentive for war, since all nations would reciprocally recognize one another's legitimacy. And indeed, there is substantial empirical evidence from the past couple of hundred years that liberal democracies do not behave imperialistically toward one another, even if they are perfectly capable of going to war with states that

36 “The social changes that accompany advanced industrialization, in particular universal education, appear to liberate a certain demand for recognition that did not exist among poorer and less educated people. As standards of living increase, as populations become more cosmopolitan and better educated, and as society as a whole achieves a greater equality of condition, people begin to demand not simply more wealth but recognition of their status. If people were nothing more than desire and reason, they would be content to live in market-oriented authoritarian states like Franco's Spain, or a South Korea or Brazil under military rule. But they also have a thymotic pride in their own self-worth, and this leads them to demand democratic governments that treat them like adults rather than children, recognizing their autonomy as free individuals. Communism is being superseded by liberal democracy in our time because of the realization that the former provides a gravely defective form of recognition” (FUKUYAMA, 1992)

are not democracies and do not share their fundamental values.
(FUKUYAMA, 1992)

Doyle (1999) por sua vez tem como base a perspectiva Kantiana da Paz Perpétua como ponto primário de sua interpretação. A Paz Democrática está fundamentada em dois argumentos principais: o primeiro é a constatação histórica de que as democracias raramente vão à guerra uma contra as outras. O segundo é a interpretação de que as democracias possuem outros canais de resolução de conflitos que não passam pelo uso militar da força. Doyle atualiza a perspectiva Kantiana para o contexto contemporâneo, sugerindo que o fim da Guerra Fria trazia a possibilidade da realização do argumento da Paz Perpétua devido ao impulso em direção à democracia dos países antes pertencentes ao bloco soviético.

Seguindo a argumentação de Kant, Doyle (1999. Pág. 21) afirma serem três os fatores fundamentais para que os Estados cooperem entre si e criem a possibilidade de uma ordem internacional baseada em princípios democráticos: o primeiro ponto está na necessidade dos Estados serem republicanos. Num Estado republicano, o processo representativo criaria uma situação de tirania é evitada a partir do momento em que o indivíduo autônomo seria seu próprio legislador. Por seu valor intrínseco, a liberdade só poderia ser conservada no sistema republicano, o que eliminaria a possibilidade da dominação autoritária entre os indivíduos.

O segundo fator é a união pacífica entre os Estados dentro de uma comunidade de iguais. A livre associação seria fundamental para a criação de uma ordem estável entre os membros de uma possível união.

A terceira prerrogativa para a paz está na criação de um corpo de leis cosmopolita. Somente uma lei que integre realmente os Estados filiados, garantindo direitos e deveres mútuos seria capaz de garantir um ambiente pacífico entre as unidades associadas.

Como sugere Russet (1999. Pág. 58), o modelo de ordem mundial fundamentado de acordo com as prerrogativas da paz democrática possuía no final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990 um ambiente muito favorável à sua argumentação³⁷. O fim da Guerra Fria trouxe a idéia da força dos valores ocidentais de liberdade econômica e

37 RUSSET, Bruce. The Fact of Democratic Peace in BROWN, Michael, LYN-JONES, Sean, MILLER, Steven. Debating the Democratic Peace. MIT Press. Cambridge, 1999.

política. Para estes autores, existiria uma relação direta entre o modelo de governo e a possibilidade da criação de uma ordem estável após a Guerra Fria. O processo de redemocratização na Europa central e do leste, na Ásia e em outras partes do mundo, poderia sugerir o início de uma nova ordem mundial pacífica baseada em princípios liberais-democráticos, tendo os Estados Unidos como modelo central a ser seguido.

1.4.4 - As “Novas Guerras”

Uma recente literatura busca focar suas análises nos processos de privatização dos meios da violência por grupos insurgentes dentro dos próprios Estados como um dos fatores principais para a interpretação de um novo contexto internacional. Esse processo é identificado como tendo seu início no mundo pós-Segunda Guerra Mundial, porém apresenta um perceptível agravamento com fim do sistema bipolar. Esta literatura tem como foco analítico problematizar uma possível reatualização do papel de agentes intra-estatais para as relações internacionais, apontando que o foco dos conflitos intra-estatais, em especial, para aqueles Estados que passam por severas crises civis. Para estes autores, as questões sobre ordem e legitimidade em relações internacionais passam por um grande desafio: neste novo panorama, a criação de uma ordem torna-se relativamente difícil, pois a ação de atores intra-estatais traz uma maior complexidade para o estabelecimento de bases legítimas de concordância entre as partes. Surge aqui um panorama de crise completamente novo referente à maneira de como tratar os temas da segurança internacional, pois não se tratam apenas de Estados soberanos: mas também atores dentro de Estados Nacionais que buscam ser reconhecidos enquanto tais e que, especificamente em alguns casos, reivindicam para si o poder sobre determinado Estado ou território.

Em sua abordagem do que chamou Conflitos de Baixa Intensidade, Creveld (1991) afirma que o fim da Guerra Fria não trouxe um período de paz entre as nações, mas sim uma mudança significativa na forma em que guerra é empreendida. Para Creveld, os Conflitos de Baixa Intensidade são caracterizados por:

First; they tend to unfold in “less developed” parts of the world; the small scale armed conflicts which do take place in “developed” countries are

usually know under a variety of other names, such as “terrorism”, “police work”, or – in the case of Northern Ireland – “troubles”. Second, very rarely do they involve regular armies on both sides, though often it is a question of regulars on one side fighting guerrillas, terrorists, and even civilians, including woman and children, on other. Third, most LICs (Low Intensity Conflicts) do not rely primarily on the high technology collective weapons that are the pride and joy of any modern force. (CREVELD, 1991. Pág. 20).

Creveld aponta uma perspectiva na qual a questão intra-estatal tem um peso maior no que diz respeito a dinâmica de conflitos nas relações internacionais.

Holsti (1996) dá ênfase às sobre quem seriam os atores dos atuais conflitos internacionais contemporâneos e como estes conflitos são empreendidos. O autor afirma que diferente das formas tradicionais de guerra, ou seja, conflitos que mantinham o respeito à soberania, a diplomacia e o estabelecimento de tratados; as guerras a partir de 1945 mudam completamente a maneira de como e quando estas ocorrem, bem como quem são os atores em questão

A typical war since 1945 has a very different profile. No single crisis precipitates them, and they typically do not start at a particular date. There are no declarations of war, there are no seasons for campaign and few end with peace treaties. Decisive battles are few. Attrition, terror psychology, and actions against civilians highlights “combat”. Rather, than highly organized armed forces based on strict command hierarchy, wars are fought by loosely knit groups of regulars, irregulars, cells and not infrequently by locally-based warlords under little or no central authority. (HOLSTI, 1996. Pág. 20).

As guerras após 1945 têm um caráter eminentemente interno em sua origem e diferente das guerras convencionais não têm como objetivo expansão territorial, controle de recursos naturais ou mesmo o domínio político do território do Estado derrotado. As guerras de terceiro tipo, denominação de Holsti para esta nova forma de guerra dominante no sistema internacional, tratam de estabelecer e controlar um tipo de Estado, o qual estas organizações e grupos procuram promover³⁸. Holsti aponta que 77% das guerras realizadas de 1945 até 1995 são do “terceiro tipo” (HOLSTI, 1996.

³⁸ “*The wars are not about foreign policy, security, honor or status; they are about statehood, governance, and the role and status of nations and communities within states*” (HOLSTI, 1996. Pág. 21)

Pág. 22) – ou seja, não eram guerras empreendidas por dois ou mais diferentes Estados soberanos que combatem entre si – mas sim, guerras de insurgência que tiveram por objetivo o estabelecimento de uma nova ordem política dentro de um território e que podem tomar as mais diferentes formas (como processos revolucionários, de cisão, de aglutinação, ações de libertação nacional, expulsão de invasores ou ações de qualquer outra natureza).

Kaldor, ao observar os conflitos na Bósnia e as formas de violência organizada dentro dos Estados Nacionais, detém-se com especial atenção ao que chama de Novas Guerras e as novas formas de organização e emprego da violência para fins políticos. Apoiada na tese de Creveld, a autora aponta que as Novas Guerras podem ser compreendidas como guerras internas ou ainda como guerras civis, tendo por objetivo político metas que ela caracteriza como sendo “identitárias”, ou seja, políticas e propostas de regime e instituições baseadas em uma idealizada e nostálgica representação do passado (KALDOR, 2001. Pág. 7), promovida por diferentes grupos em diferentes sociedades, que conjugados com valores e idéias como raça, identidade étnica, língua e religião, disputam o poder político de um Estado. Para Kaldor, estes conflitos surgem em um contexto de enfraquecimento do Estado nacional e com a perda do controle do monopólio da violência organizada pelas autoridades nacionais, em especial no pós-Guerra Fria.:

The erosion of the distinction between public and private, military and civil, internal and external, also calls into question the distinction between war and peace itself. (...) The Cold War kept alive the idea of war, while avoiding its reality. (...) The irregular, informal wars of the second half of the twentieth century, starting with the wartime resistance movements and guerrilla warfare of Mao Tse-tung and his successors represent the harbingers of the new forms of warfare. The actors, techniques and counter-techniques which emerged out of the cracks of modern warfare were to provide the basis for new ways of socially organizing violence. (KALDOR, 2001. Pág. 30).

1.5 - A Guerra do Golfo como um ponto de inflexão

A Guerra do Golfo em 1991 foi desencadeada a partir da invasão promovida pelo Iraque ao território do Kuwait no dia 2 de Agosto de 1990. Como aponta Waack³⁹ (2006), o barril de petróleo (produto fundamental de exportação do orçamento de reconstrução do Iraque após a guerra com o Irã) que custava US\$ 21,00 em 1990, valia por volta de US\$11,00 em 1991. Esta situação provocava uma gravíssima crise orçamentária e financeira na economia iraquiana, altamente dependente das receitas do petróleo no mercado internacional. Buscando amenizar a crise interna, o governo iraquiano promovia políticas de restrição de produção junto aos membros da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), a fim de manter o preço do barril a preços altos no mercado internacional. O Kuwait, por sua vez, era um dos principais países a romper os acordos da OPEP, mantendo elevadas suas taxas de produção de petróleo diárias. O governo iraquiano afirmava abertamente que a posição kuwaitiana era um “ato de guerra econômica” contra o seu país, como expresso nas palavras de Saddam Hussein⁴⁰.

Historicamente+ as relações entre Iraque e Kuwait não eram de todo pacíficas (apesar da aproximação durante o conflito Irã-Iraque): existia um contencioso territorial entre os dois países (no qual Saddam alegava que o Kuwait estaria ocupando território pertencente ao Iraque) além da alegação feita pelo líder iraquiano de que o Kuwait estaria roubando petróleo em campos situados nas fronteiras entre os dois países. Sendo assim, existia uma crescente onda de fatores que apontava para uma situação de conflito iminente entre os dois países, que começou a gerar sérias preocupações da comunidade internacional, em especial por parte dos Estados Unidos, com a possível onda de instabilidade regional no Oriente Médio⁴¹. Neste contexto de instabilidade e de mútuas acusações, uma das questões mais controversas a respeito da crise entre Iraque e Kuwait em 1990 seria a interpretação, por parte de Saddam Hussein, das palavras da

39 WAACK, William. Guerras do Golfo in História das Guerras. Org. Demétrio Magnoli. Editora Contexto, São Paulo. 2006. Pág. 456.

40 CONFRONTATION IN THE GULF; Excerpts From Iraqi Document on Meeting With U.S. Envoy. Publicado em 23 de Setembro de 1990. <http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9C0CE4DE173BF930A1575AC0A966958260&scp=1&sq=Excerpts%20From%20Iraqi%20Document%20on%20Meeting%20with%20U.S.%20Envoy&st=cse>. Acessado em 23 de maio de 2008.

41 Área esta de importância estratégica fundamental para os Estados Unidos em questões de segurança energética e fornecimento de petróleo.

embaixadora dos Estados Unidos no Iraque à época, April Glaspi, ao se reunirem para discutir questões relativas ao Kuwait no dia 25 de julho de 1990 (a invasão por parte das forças lideradas pelos Estados Unidos com a anuência do Conselho de Segurança da Nações Unidas aconteceria apenas 7 dias após este encontro).

O encontro teria sido registrado por autoridades iraquianas, e seu conteúdo vazou à imprensa e então publicado no jornal New York Times de 23 de setembro de 1990⁴². Neste encontro, Glaspi teria dito ao presidente iraquiano Saddam Hussein:

We understand that and our opinion is that you should have the opportunity to rebuild your country. But we have no opinion on the Arab-Arab conflicts, like your border disagreement with Kuwait.

Provavelmente, Saddam cometeu um erro estratégico ao compreender estas palavras como uma espécie de “salvo-conduto” por parte dos Estados Unidos, de que não interfeririam em uma possível solução militar por parte do Iraque para as disputas com o Kuwait.

Porém, a reação à invasão foi oposta à esperada por Saddam Hussein. Como afirmam Gayer e Green⁴³ (1992):

Iraq's undeniable aggression met immediate and near-universal condemnation. Nearly half a year would pass, however, before Iraq's military forces were directly attacked. The U.S. government very deliberately planned and mobilized an enormous combination of air, naval, and ground forces; mustered a multinational coalition; and secured United Nations warrants for sanctions, a blockade, and "all necessary means" of military action (GAYER, GREEN, 1992. Pág. 18)

A interpretação de que a ação militar do Iraque contra a Kuwait consistia em um ato de agressão repercutiu em todo o *establishment* acadêmico com grande grau de

42 CONFRONTATION IN THE GULF; Excerpts From Iraqi Document on Meeting With U.S. Envoy. Publicado em 23 de Setembro de 1990. <http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9C0CE4DE173BF930A1575AC0A966958260&scp=1&sq=Excerpts%20From%20Iraqi%20Document%20on%20Meeting%20with%20U.S.%20Envoy&st=cse>

43 GEYER, Alan, GREEN, Barbara G.: Lines in the Sand: Justice and the Gulf War. John Knox Press. Louisville, KY. 1992.

consenso, inclusive entre alguns intelectuais mais próximos a uma perspectiva mais crítica em relação às ações militares. Em entrevista⁴⁴, Jünger Habermas afirmou:

Yes, the Iraqi invasion of Kuwait was a violation of international law, and Saddam Hussein moreover threatened Israel with gas warfare. (...) Because of the stalemate within the Security Council, there was a greater burden of justification in this case. (HABBERMAS, 2000)

Habbermas (2000) nota que uma das maiores fontes para o consenso em torno da ação contra o Iraque foi a chancela, por parte do Conselho de Segurança das Nações Unidas a uma ação militar. Esta foi também uma das fontes para a interpretação positiva do conflito por parte do filósofo e jurista italiano Norberto Bobbio. Este viu na ação conjunta das forças de coalizão, salvaguardadas pelo Conselho de Segurança, uma das possíveis soluções legítimas para a pacificação do mundo no contexto pós Guerra Fria. Para Bobbio: “A intervenção, embora indireta, da Organização das Nações Unidas parecia-me uma prova de que o único pacifismo verossímil era o institucional⁴⁵” (BOBBIO, 2002. Pág. 8). Para Bobbio, o problema do uso da violência está contido na esfera da legitimação da autoridade em usá-la:

Mas para que a violência seja eticamente aceitável não basta que seja justa, quero dizer, justificada, mas é preciso também que seja exercida por aqueles que estão autorizados a fazê-lo. É esse aspecto do problema que eu chamo o problema da legitimação. (...) a violência não deve ser justa, não só deve ser exercida por quem tem o poder legítimo, mas deve ser exercida só em casos extremos quando não é possível atingir o objetivo desejado com outros meios. (BOBBIO, 2002. Pág. 174).

Outro importante filósofo atrelado às percepções do pensamento crítico a apoiar a ação no Iraque em 1991 foi Michael Walzer. Balizado na sua reconceitualização da Teoria da Guerra Justa, Walzer (2004) afirmou em artigo na época:

44 HABERMAS, Jürgen: Bestiality and humanity: a war on the border between law and morality. The Globalist. 2000 in <http://www.theglobalsite.ac.uk/press/011habermas.htm>. Acessado em 21 de novembro de 2008

45 Bobbio porém reviu sua idéia do pacifismo jurídico institucionalizado pela ONU e pelo Conselho de Segurança: “*Infelizmente as guerras em curso mostram também a insuficiência do pacifismo internacional*” (BOBBIO, 2002. Pág. 12).

O Iraque invadiu o Kuwait nos princípios de Agosto de 1990. A resistência do Kuwait foi breve e ineficaz e o país foi ocupado em poucos dias. Foi esse o início e poderia ter sido o fim da guerra. Seguiu-se um breve azáfama de atividade diplomática, que tinha por pano de fundo a mobilização americana e a chegada de tropas dos EUA à Arábia Saudita. (WALZER, 2004. Pág. 102).

A respeito da legitimidade da intervenção, Walzer ressalta o fato de o bloqueio econômico e militar ser promovido pelas forças de coalizão com base nas resoluções das Nações Unidas e o conseqüente não retratamento por parte do governo iraquiano como uma circunstância legitimadora da promoção da intervenção:

Havendo meios efetivos para se evitar o verdadeiro combate, sem contudo deixar de fazer frente ao agressor, esses meios devem ser tentados. Nos meses em que durou o hiato da crise do Golfo, parece-me que houve tentativas para utilizar esses meios. A combinação de bloqueio econômico, de ameaça militar e do prazo final diplomático foi uma estratégia plausivelmente construída para obrigar a retirada iraquiana. É normal que a política e a guerra funcionem com calendários deste tipo. O nosso bloqueio ao Iraque não foi um cerco convencional que se manteria até que a fome das massas obrigasse Saddam Hussein a render-se. (...) A maioria dos observadores idôneos, aplicando uma ou outra versão da teoria da decisão racional, esperava que o Iraque cedesse antes do prazo limite de 15 de janeiro. Quando tal não aconteceu, a guerra tornou-se, embora não o último recurso, pelo menos, e certamente, um recurso legítimo. (WALZER, 2004. Pág. 105).

Walzer ainda faz referência específica ao ato de agressão por parte do Iraque ao território soberano do Kuwait como o fator fundamental para a legitimação do empreendimento de uma Guerra, reatualizando para a análise contemporânea, o princípio escolástico da Guerra Justa:

A agressão não é apenas um crime contra as regras formais da sociedade internacional; é também, o que é mais importante, um assalto a um povo, uma ameaça a sua vida diária e, até, à sua sobrevivência física. por isso é necessário resistir a certos atos de agressão como a invasão iraquiana - não necessariamente por meios militares, mas por algum meio. (WALZER, 2004. Pág. 107).

O que estas análises tem em comum é o fato de todas utilizarem o Conselho de Segurança das Nações Unidas como a autoridade legitimadora do uso da violência contra o Iraque, mesmo sendo claro a todas as partes envolvidas que eram os Estados Unidos o Estado central da coalizão⁴⁶. Como sugere Finlan (2003), a Guerra do Golfo se notabilizou pelo seu caráter excepcional no sentido de que houve relativo consenso da comunidade internacional e em especial, das grandes potências, para uma reação militar contra um ato de agressão:

The Gulf War was an unusual campaign in comparison with previous military actions in recent history because it directly and indirectly involved a multitude of nations from several continents; also it was relatively short once the shooting started and was located in one of the most remote locations in the world. (FINLAN, 2003. Pág. 71).

Outra questão fundamental para a o apoio internacional à ação contra o Iraque, também no âmbito processual, está no fato das Nações Unidas terem se utilizado de sanções econômicas antes da ação militar. A primeira e a segunda Resolução (a de número 660 e 661) tinham como objetivo publicizar a oposição do organismo contra a ação Iraquiana e o estabelecimento de sanções. Matthews (1993) explicita este caráter processual das Nações Unidas como fundamental para sua legitimidade internacional, em especial, o fato da instituição ser um organismo que busca resolver contendas por meio não militares:

The ‘ethos’ of the United Nations is for ‘peaceful settlement’ of disputes and for the peaceful implementation of its resolutions. The idea that the imposition of sanctions is inherently a peaceful solution to the problem of

46 MATTHEWS (1993) aponta para o caráter singular das Nações Unidas, que age como uma instituição independente, e também como um instrumento de seus membros principais: “*The United Nations suffers from the conflict between on the one hand its two major functions—peaceful settlement of disputes and collective security—and on the other its two major roles as mediator between conflicting parties and as participant in conflict between two of its members. These problems also reveal the ‘schizophrenic’ nature of its existence: is the body an organisation which can act ‘independently’ rather like a nation-state or is it merely a manifestation and reflection of the states’ system itself with all the limitations that that implies? (...) This essentially has meant only when political relations between the major powers have found it useful for the United Nations to perform a role or when there is such confusion and ambiguity in the international system that the United Nations acts almost by default or where there is a circumstance that allows the United Nations to be used in the interests of one party against those of another*” (MATTHEWS, 1993. Pág. 72).

aggression belies the fact that sanctions are unlikely to be effective unless there is some mechanism to enforce compliance. This ultimately entails a willingness and an ability forcibly to prevent goods and materials from reaching and leaving the aggressor state. This implicit ethos of the United Nations very often puts the organisation in the position of willing the ends without providing the means for the achievement of their policies (MATTHEWS, 1993. Pág. 75).

Para estes teóricos, duas são as questões fundamentais nestas perspectivas para a legitimação do uso da violência: a primeira, é o fato de uma organização internacional legalmente constituída responder a um ato de agressão, conforme ficou explícito em sua carta de princípios. Em segundo lugar, está o fator processual⁴⁷, já que a questão levada às esferas de decisão da referida organização passou pelo processo legal de aprovação para o uso da força. Byers observa que:

O período de inatividade do Conselho de Segurança, coincidindo com a Guerra Fria, chegou ao fim quando o exército do Iraque invadiu e ocupou o pequeno país vizinho do Kuwait, a 2 de agosto de 1990. A invasão configurava flagrante violação da Carta da ONU e de sua proibição, no Artigo 2 (4), do emprego da força contra a integridade territorial ou a independência política” de qualquer país-membro da ONU. O Conselho de Segurança reagiu já no dia seguinte, adotando a Resolução 660. Agindo expressamente nos termos do Capítulo VII, o conselho condenou a invasão e exigiu que o Iraque imediatamente se retirasse do Kuwait. Dias depois, o Conselho impunha ao Iraque rigorosas sanções econômicas. (BYERS, 2007. Pág. 32)

Porém, como pode-se analisar a relação dos Estados Unidos e das Nações Unidas? Caba a nós observarmos que as Nações Unidas não são uma instituição neutra: as ações e posições assumidas pelas ONU são resultado das interações entre seus países

47 FINLAN (2003) descreve o papel central das Nações Unidas no processo de legitimação da ação contra o Iraque em 1991: “*The UN, under the direction of Secretary-General Javier Perez de Cuellar, played a pivotal role in the negotiations with Iraq and ultimately sanctioned the use of force to liberate Kuwait. The United States, like Britain after Suez in 1956, had learnt in Vietnam that international support for the use of military assets was an essential requirement. The UN passed 15 Security Council resolutions between August 1990 and April 1991 concerning Iraq and its behavior in the region (...) The UN resolutions lent international legitimacy to what was clearly an undeclared limited war between Iraq and the coalition forces, to the extent of even providing a timetable for conflict with UNSCR 678-in effect, a deadline for the withdrawal of the occupying forces in Kuwait*” (FINLAN, 2003. Págs. 75 e 76).

membros, em especial, dos membros do Conselho de Segurança com direito a veto. Matthews (1993) pondera o especial papel dos Estados Unidos dentro da instituição como vital para a ação, e que sem a pressão exercida pelos Estados Unidos junto aos membros do Conselho de Segurança (e sua liderança com relação aos principais temas do conflito), a instituição jamais agiria por si mesma contra a agressão do Iraque.

It is much less conceivable that the United Nations could have served its interests in the matter without the action and leadership of the United States. (...) The most plausible conclusion is that it really is victory for United States diplomacy in the United Nations and a victory for United States military power and efficiency which was put at the disposal, not of the United Nations but of the resolutions that it passed. (...) Insofar as the United Nations acted in this crisis it acted as a result of the mobilization of diplomatic activity and pressure by the United States in the United Nations and backed it up with its military power. Without the leadership of the United States in this respect it is highly unlikely that there would have been such firm United Nations action. The United Nations as a body is not independent nor does it have an independent interest or capacity to act. (MATTHEWS, 1993. Pág. 89).

Richard Falk comentou em artigo na época, sobre o caráter norte-americano da Guerra do Golfo:

It becomes harder and harder to recall that this was supposed to be "a United Nations war," and that by supporting the use of force against Iraq a year ago governments were demonstrating that in the world after the cold war, the U.N. could finally work as intended. We now realize that the U.N. provided only the screen behind which the real players stood. As soon as the fighting started, the screen was removed, and the reality of a U.S. war was fully exposed. When the fighting stopped, the screen was restored, and now it is the U.N. that imposes sanctions on the Iraqi civilian population, while treating Saddam Hussein as a legitimate head of state (FALK, 1992)

Vemos assim o surgimento de várias perspectivas teóricas no início da década de 90 que buscavam identificar os possíveis caminhos para uma nova ordem internacional após o fim da Guerra Fria. As análises de cunho realista, liberal, sobre a paz democrática e as novas guerras apresentam, cada uma, pontos positivos e negativos na

busca de uma possível interpretação teórica da ordem e da legitimidade nas relações internacionais contemporâneas. O surgimento dos Estados Unidos como a única hiperpotência mundial trouxe um grande problema analítico e também prático. A Guerra do Golfo em especial deu o ensejo para que os Estados Unidos demonstrassem qual seria a forma pela qual iriam agir em relação a crises e conflitos dentro do sistema de Estados. A posição de George H. W. Bush de utilizar o conceito de segurança para promover as ações encontrou alguns aliados e muitos críticos dentro da administração.

O próximo capítulo irá abordar como os analistas em Relações Internacionais norte-americanos perceberam o surgimento dos Estados Unidos como o único e principal poder no sistema internacional e qual seria seu papel no mundo a partir de então, em especial, nos debates que surgiram com a Guerra do Golfo em 1991. É a partir do mapeamento deste debate teórico é que poderemos compreender melhor quais eram as idéias, opções e objetivos que estavam (e ainda estão) em disputa pelos *policymakers* no que se refere à consolidação de uma nova, e legítima, ordem internacional.

Capítulo 2 – O fim da Guerra Fria, a Guerra do Golfo de 1991 e a eleição presidencial de 1992: os intelectuais e o papel dos Estados Unidos Como Hiperpotência

“A Guerra Civil foi travada em torno da escravidão e do problema ético que ela representava. A vitória do Norte liberal sobre o Sul escravista consagrou no país a idéia das guerras justas – de que há combates feitos em nome de princípios morais. Quando a I Guerra Mundial se aproximava, Theodore Roosevelt não hesitou em compará-la à Guerra Civil, dando assim à participação americana o caráter de uma cruzada moral. A II Guerra foi vista do mesmo modo. Nossas guerras são cruzadas morais: essa é a memória que o país cultiva. Mesmo hoje, a crença na guerra justa prevalece nos Estados Unidos de uma maneira que não se vê em outras partes do mundo e certamente não na Europa”

Robert Kagan, cientista político norte americano, dezembro de 2006.

Na segunda metade dos anos de 1980, estava bastante clara para os analistas especializados que o conflito entre Estados Unidos e a União Soviética passava por um delicado momento. A retirada das tropas soviéticas do Afeganistão e o fim do apoio formal do partido comunista soviético a qualquer regime marxista no terceiro mundo eram sinais bastante claros de que a União Soviética passava por uma grave processo de revisão de suas doutrinas internas (GADDIS, 2005. Pág. 227). Em discurso nas Nações Unidas em 7 de dezembro de 1988⁴⁸, Mikhail Gorbachev informou a Assembléia Geral que a União Soviética cortaria unilateralmente sua força terrestre integrante do Pacto de Varsóvia em mais de meio milhão de soldados. Em seu discurso, Gorbachev ressaltou a importância da idéia de livre iniciativa e de soberania política como principio fundamental:

⁴⁸ GORBATCHEV, Mikhail. Excerpts of Address by Mikhail Gorbachev. 43rd U.N. General Assembly Session. 7 de Dezembro de 1988. www.eca.com.ve/hsclassweb/DerekSmith/Assignments/IB%2011/Gorbachev%20speech%20to%20United%20Nations.doc. Acessado em 4 de outubro de 2008.

The compelling necessity of the principle of freedom of choice is also clear to us. The failure to recognize this, to recognize it, is fraught with very dire consequences, consequences for world peace. Denying that right to the peoples, no matter what the pretext, no matter what the words are used to conceal it, means infringing upon even the unstable balance that is, has been possible to achieve. Freedom of choice is a universal principle to which there should be no exceptions. (GORBACHEV, 1988)

O fim da Guerra Fria tem como ponto de partida o referido discurso. A retirada de grande parte das forças soviéticas que mantinham o Pacto de Varsóvia significava que a União Soviética enquanto um império global não mais existia. Ao abrir mão de sua esfera de influência na Europa, a União Soviética dava claro sinal de que havia uma grave crise interna dentro do país e de que esta também representava um grande risco para a manutenção futura do regime (GADDIS, 2005. Pág. 227).

O fim da Guerra Fria é um dos momentos chaves para a compreensão das transformações do pensamento político norte-americano contemporâneo. Desde o momento em o colapso do regime Soviético se tornou iminente, pensadores norte-americanos se colocaram a questão sobre qual seria a posição que os Estados Unidos deveriam tomar neste contexto. Um grande debate interno surgiu na academia norte-americana e duas foram as principais questões levantadas: em primeiro lugar, qual seria o papel do país em uma possível nova ordem mundial? Em segundo, qual deveria ser a natureza do poder norte-americano em um mundo em que a União Soviética estivesse ausente? Nesse sentido, o estabelecimento de uma nova ordem mundial e a legitimidade do poder norte americano nesta nova ordem davam o tom do debate entre os acadêmicos norte-americanos. A compreensão da história dos Estados Unidos e do processo de formação de identidade intelectual no país é necessária para o entendimento acerca do comportamento dos *policymakers* norte-americanos ao fim do regime soviético.

Woodward (1960) afirma que existe uma relação intrínseca entre a percepção de segurança nacional e a posição internacional ocupada pelos Estados Unidos. Dessa maneira é indispensável considerar esta relação para se compreender a visão que os norte-americanos têm de si, assim como do papel que pretendem ocupar no mundo.

A característica excepcional dos Estados Unidos estaria em sua privilegiada posição geográfica que implicava em um “afastamento” natural das outras questões que permeariam as relações internacionais:

Throughout most of its history the United States has enjoyed a remarkable degree of military security, physical security from hostile attack and invasion. This security was not only remarkably effective, but it was relatively free. Free security was based on nature's gift of three vast bodies of water interposed between this country and any other power that might constitute a serious menace to its safety. There was not only the Atlantic to the east and the Pacific to the west, but a third body of water, considered so impenetrable as to make us virtually unaware of its importance, the Arctic Ocean and its great ice cap to the north. (WOODWARD, 1961).

Esta posição isolada no mundo teria permitido uma percepção muito particular sobre a noção de segurança para os Estados Unidos: seu afastamento das grandes potências da Europa permitiria conviver, em grande parte de história, sem perspectiva de grandes ameaças. Para Woodward, estes longos períodos de segurança é um dos grandes traços que marcam a identidade americana. E mais: quando uma perspectiva real de ameaça se concretiza ou se aproxima, isto se transforma não apenas em uma crise de segurança, mas também em uma crise na identidade nacional estadunidense. Ou seja, a perspectiva de segurança nos Estados Unidos pode ser compreendida como uma permanente dialética entre esta perspectiva isolada dos Estados Unidos perante o resto do mundo e a necessidade do mesmo em tomar posições frente às ameaças que lhes são perpetradas.

Porém, alguns analistas identificam uma perspectiva muito particular dos Estados Unidos diante das crises internacionais: a idéia de reação. Frente a uma ameaça, ou mesmo um ataque direto, tradicionalmente o reflexo norte-americano está na imediata disposição para o contra-ataque. Sorel (1990) já havia notado no início do século XX a não recusa dos Estados Unidos ao uso da violência quando estes julgassem necessário:

Quando se estuda a economia moderna, convém sempre ter presente no espírito essa aproximação entre o tipo capitalista e o tipo guerreiro. É com grande razão que foram chamados de capitães da

industria os homens que dirigiram gigantescos empreendimentos. Encontramos ainda hoje esse tipo, em toda sua pureza, nos Estados Unidos. Lá vemos a energia indomável, a audácia fundada numa justa apreciação de sua força, o cálculo frio dos interesses, que são as qualidades dos grandes generais e dos grandes capitalistas.(SOREL, 1990. Pág. 100)

Para Gaddis (2004), a idéia de reação é uma das mais importantes para uma análise das relações internacionais do ponto de vista norte-americano. Ao contrário das perspectivas realistas de equilíbrio de poder e segurança através da contenção e da dissuasão, a experiência histórica norte-americana sempre mostra a ênfase no contra-ataque, na reação de caráter ofensivo:

Americans, in contrast, have generally responded to threats – and particularly to surprise attacks – by taking the offensive, by becoming more conspicuous, by confronting, neutralizing and if possible overwhelming sources of danger rather than fleeing from them. Expansion, we have assumed, is the path to security. (GADDIS, 2004. Grifo meu)

Pode-se notar que estas considerações tornam-se concretas ao analisarmos as duas grandes escolas de pensamento norte-americano quanto ao tema da segurança e política externa durante todo o século XX: *isolacionistas* e *internacionalistas*. Esta divergência de visões de mundo mostrou-se fundamental para as ponderações e questionamentos dentro dos Estados Unidos para a compreensão das questões mundiais durante grande parte da história do país. Como aponta Lukacs:

[A divisão entre isolacionistas e internacionalistas] Era uma divisão entre duas visões geográficas e históricas do destino norte-americano, entre aqueles que acreditavam que o avanço da civilização norte-americana deveria aproximar mais o Novo e o Velho Mundo, e aqueles que acreditavam que a civilização norte-americana deveria representar o contrário que a do Novo Mundo. A retórica nacional do excepcionalismo produziu muitos adeptos que desconfiavam da Europa. Segundo eles, os Estados Unidos tinham pouco a ganhar com um contato mais próximo com a Europa, e não muito a aprender com ele. (LUKACS, 2004. Pág. 323)

A partir desta ponderação de Lukacs, podemos também perceber que esta clivagem entre isolacionistas e internacionalistas é de vital importância para que possamos compreender as posições norte-americanas com relação a uma possível legitimidade da ordem internacional.

Gayer e Green (1992) afirmam que este cisma na visão de mundo por parte dos norte-americanos tem como ponto de inflexão decisivo o contexto do pós-Segunda Guerra Mundial e das relações internacionais a partir de então; bem como o as questões políticas norte-americanas dentro do panorama político nacional e de sua posição no sistema internacional. Que buscavam, a partir daquele momento, romper com a tradicional disputa entre *isolacionistas* e *internacionalistas*, assumindo em definitivo a posição de potência global⁴⁹.

A idéia de reação está intrinsecamente relacionada à outra característica apontada pela bibliografia no que se refere ao *ethos* norte-americano na sua relação com o mundo e na sua visão de mundo. Schlesinger (1992)⁵⁰ afirma a existência de duas auto-imagens no que se refere à produção e interpretação histórica dos intelectuais norte-americanos: a primeira relacionada a idéia do país como uma experiência exemplar e distinta de outras nações do mundo, idéia esta, que faz eco a perspectiva *isolacionista* da prática política norte-americana; a segunda, que percebe na experiência histórica norte-americana a consagração de um destino manifesto, ou seja, um messianismo de caráter *internacionalista*.

Kissinger (1994, pág. 18)⁵¹ também fará referência a esta clivagem intelectual quando afirma existirem duas perspectivas de tradições políticas e visão de mundo por

49 "There is a strange split in America's moral consciousness of the causes of World War II: a split between outraged innocence and haunting guilt. On one hand, that war is commonly recalled as the most undebatable example of a just war, given the horrors of Nazism and the treachery of Japan. On the other hand, many older Americans feel unending guilt about U.S. isolationism and keep recalling "the Munich analogy" (a national confession that the war could have been prevented had the United States and the Allies acted together in the 1930s to resist the threats of aggression). Virtually every military move made by the United States since 1945 has been promoted to the public by manipulation of this national guilt over isolationism" (GAYER, GREEN, 1992. Pág. 45)

50 SCHLESINGER JR, Arthur M. OS Ciclos da História Americana. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1992.

51 KISSINGER, Henry. Diplomacy. Simon e Schuster Paperbacks, Nova Yorke, 1994.

parte dos norte-americanos: a primeira, que vê o país como farol para o resto da humanidade, dando peso exponencial em suas realizações internas como modelo para o mundo; a segunda, vê os Estados Unidos com uma missão, aliada a idéia de uma cruzada moral está no cerne da orientação da ação.

Nye (1992) coloca este debate no contexto teórico da divergência de entendimento sobre o ordem dentro da tradição entre liberais e realistas no campo teórico em relações internacionais nos Estados Unidos. Para Nye, o debate entre *isolacionistas* e *internacionalistas* se coloca na política contemporânea como uma releitura dos debates entre realistas e liberais dentro do espectro político norte-americano, ou seja: perspectivas *isolacionistas* relacionadas a uma moderna reconceitualização do realismo e perspectivas *internacionalistas* relacionadas a tradição estabelecida pelo wilsonismo pós-Primeira Guerra Mundial:

Realists, in the tradition of Richard Nixon and Henry Kissinger, see international politics occurring among sovereign states balancing each others' power. World order is the product of a stable distribution of power among the major states. Liberals, in the tradition of Woodrow Wilson and Jimmy Carter, look at relations among peoples as well as states. They see order arising from broad values like democracy and human rights, as well as from international law and institutions such as the United Nations (NYE, 1992)

Esse debate também teve impacto no contexto intelectual do imediato pós-Guerra Fria: qual deveria ser a posição dos Estados Unidos diante do colapso da União Soviética? Assumir o papel de única hiper-potência vencedora do conflito bipolar e desfrutar desta condição, ou buscar através desta oportunidade reconstruir uma ordem multilateral para as relações internacionais. Esta cisão, em grande medida, refletia as ponderações a cerca da natureza do poder norte-americano, bem como a percepção interna das noções de ordem e legitimidade. Estas diferenças entre as perspectivas intelectuais mais ligadas ao *isolacionismo* e outras em congruência com perspectivas *internacionalistas* se refletirão nos debates a cerca de uma possível “Nova Ordem” no pós-Guerra Fria e no pós-Guerra do Golfo, porém repaginadas por interpretações políticas específicas dos atores, e sobre novos entendimentos e objetivos sobre o papel do país em um mundo pós-Guerra Fria.

Kissinger (1992), ao discorrer sobre o contexto dos anos de 1990 e a possibilidade dos Estados Unidos mais uma vez moldarem uma ordem internacional, faz referência a este debate em sua perspectiva histórica:

In launching itself for the third time in this century on creating a new world order, America's dominant task is to strike a balance between the twin temptation inherent in its excepcionalism: the notion that America must remedy every wrong and stabilize every dislocation, and the latent instinct to withdraw into itself. Indiscriminate involvement in all the ethnic turmoil and civil wars of the post Cold War world would drain a crusading America. Yet an America that confine itself to the refinement of its domestic virtues would, in the end, abdicate America's security and prosperity to decisions made by other societies in faraway places and over which America would progressively lose control. (KISSINGER, 1992)

Dessa maneira, Kissinger introduz um importante argumento relativo à busca da compreensão de duas questões: a primeira referente ao entendimento norte-americano a cerca dos possíveis desmembramentos da realidade que resultariam na formação do sistema de Estados; a segunda, diz respeito ao papel que o país deveria assumir no novo contexto.

O autor afirma que o fim da Guerra Fria não representou a primeira oportunidade dos Estados Unidos de moldarem a ordem internacional. Historicamente, esta oportunidade se deu por três ocasiões: ao final da Primeira Guerra Mundial, ao final da Segunda Guerra Mundial, e finalmente, com fim da Guerra Fria. Por três oportunidades, os Estados Unidos puderam moldar a forma e a estrutura do sistema de Estados. E também, por três oportunidades, os Estados Unidos definiram o escopo do que seria, ou não, o uso legítimo da força nas relações internacionais e qual a estrutura de poder que iria moldar tal sistema.

Na análise referente as questões a cerca da ordem no sistema internacional, John Ikenberry⁵² problematiza a concepção norte-americana de ordem através das escolhas promovidas pelos país durante os momentos em que o país tiveram a oportunidade de

⁵² IKENBERRY, John. *After Victory: Institutions, Strategic Restraint, and the Rebuilding of Order after Major Wars*. Princeton University Press, 2001.

moldar o sistema internacional. Essa análise será usada como base para a abordagem da percepção e entendimento da tradição de pensamento nos Estados Unidos a cerca destes temas em momentos fundamentais para a história do país no Século XX.

2.1 - Os Estados Unidos e a Primeira Guerra Mundial - o surgimento do Wilsonismo

De acordo com Lukacs a participação norte-americana na Primeira Guerra Mundial é o fato mais importante da história do século XX⁵³. Muitas são as razões para tanto: a Primeira Guerra Mundial marca o declínio final dos Grandes Impérios Europeus (especialmente o fim da Pax Britânica); a entrada dos Estados Unidos na guerra marca a entrada do país no século XX, com a inserção de mais uma superpotência no campo das Relações Internacionais; e ainda, é neste contexto que surge uma nova perspectiva de ação nas relações internacionais, baseadas mais em princípios do que em correlação de forças. O período é essencial pois denota a necessidade de justificação do papel que os Estados Unidos irão desenvolver ao longo do século XX.

A perspectiva isolacionista norte americana perpassou todo o século XIX e pode ser percebida nas afirmações de John Quincy Adams em seu clássico discurso de 4 de julho de 1821: “nossa nação é desejosa da liberdade e a independência de todas as outras, mas é paladina e vindicante da idéia apenas para si mesma” (John Quincy Adams in GADDIS, 2005. Pág. 15) ou ainda, no mesmo discurso afirma: “a América não vai para o exterior a procura de monstros para destruir” (John Quincy Adams in LUKACS, 2004. Pág. 422). A idéia de afastamento e isolamento dos Estados Unidos das questões Européias estava intrinsecamente ligada a noção de segurança nacional hegemonia dos Estados Unidos no hemisfério. Como afirma Gaddis (2004), a segurança americana está sistematicamente ligada com o escopo de responsabilidade que o país se incumbem:

53 “O ano de 1917 foi o maior divisor de águas da história da República norte -americana desde a Guerra Civil. Com efeito, de alguma forma desde 1776, desde Jamestown e Cristovão Colombo. Por mais de 300 anos, o movimento humano através do atlântico foi em direção a Oeste, do Velho Mundo para o Novo: os navios, os soldados, as massas de imigrantes moviam-se naquela direção. Em 1917, pela primeira vez, esse movimento em massa foi invertido. logo, mais de um milhão de soldados americanos embarcariam para a Europa. Sua presença ali decidiria a Primeira Guerra Mundial” (LUKACS, 2004. pág. 38)

The threats from abroad that had so long perplexed Americans leaders had proved grimly real. Thus mindful of the dangers confronting their nation, Americans prepared comitt themselves to the enlarge task of providing their own safety. The word “enlarged” here is critical, for the pattern set by this now barely remembered violation of homeland security is one that has persisted ever since: that for the United States, safety comes from enlarging, rather from contracting, its sphere os responsibilities. (GADDIS, 2004. Pág. 13)

A idéia de responsabilidade pode ser vista no discurso de Theodore Roosevelt de 1904, em que afirmava o papel de “polícia” que os Estados Unidos deveriam assumir no mundo, marcando uma posição muito clara quanto a idéia de legitimidade das intervenções norte-americanas em situações que estes julgavam pertinentes:

Chronic wrongdoing, or an impotence which results in a general loosening of the ties of civilization society, may... ultimately require intervention by some civilized nation, and in the Western Hemisphere.... may force the United States, however reluctantly,... to the exercise of an international police power. (Theodore Roosevelt in GADDIS, 2004: Pág. 21)

O papel soberano dos Estados Unidos no continente Americano balizou também por muitos anos a idéia de hegemonia. Como notou Richard Olney, Secretário de Estado dos Estados Unidos em 1895:

Today, the United States is pratically sovereign on this continent... infinite resources combined with isolated position render it master of the situation and practically invulnerable as against any or all powers (Richard Olney in GADDIS, 2004: Pág. 21).

As perspectivas de Woodrow Wilson com relação à posição hemisférica dos Estados Unidos também estava balizados na idéia de responsabilidade, ou seja, guerras podiam ser travadas em nome do papel desempenhado pelo país. De acordo com Nasser (2006)

Para Wilson, não havia nenhuma inconsistência entre os seus princípios liberais e a sua prática diplomática, pois o que, em última instância, legitimava sua ação era a responsabilidade da grande potência “civilizada”. Os EUA haviam adquirido uma preponderância tão grande no Hemisfério Ocidental que, no seu entendimento, passou a ter não só o direito, mas o dever de intervir em Estados no desempenho de seu papel de agente civilizador (NASSER, 2006)

A entrada dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial foi uma mudança de posição, mas não uma mudança de paradigma na política externa dos Estados Unidos. O que houve foi o alargamento da noção de responsabilidade e justiça norte-americana, intrinsecamente ligada à noção de segurança. A princípio, o afastamento dos Estados Unidos das questões de segurança Europeias era visto especialmente do ponto de vista moral. Em 1900, o senador Albert Beveridge em discurso afirmou: “Deus tomou o povo norte-americano como Sua nação escolhida para finalmente liderar a regeneração do mundo” (Albert Beveridge in LUKACS, 2004. Pág.212). A crença em uma excepcionalidade moral estadunidense no início do século se fundia com a idéia de um desenvolvimento político-econômico separado da Europa, em que os Estados Unidos eram o farol do progresso, e a Europa, o símbolo de uma época anterior, reacionária e retrograda. A idéia de uma país progressista, que devia afastar-se dos velhos dogmas das potências Europeias fazia parte das opiniões de figuras como Julius Klein, secretário Assistente de Comércio do Presidente Hoover que afirmou: “a tradição é inimiga do progresso” (Julius Klein in LUKACS, 2004. Pág.46). Henry Ford, magnata da Indústria, sobre o mesmo tema, afirmou “a História é mais ou menos pré-fabricada, é tradição. Não queremos tradição. Queremos viver no presente e a única história que vale um tostão furado é a história do que fazemos hoje” (Henry Ford in LUKACS, 2004. Pág. 46). Essa idéia do papel moral excepcional dos Estados Unidos frente aos acontecimentos da Europa, ficaram claros também na ocasião do discurso de Wilson em 1914 na ocasião da deflagração da Grande Guerra:

A Europa ainda é governada pelas mesmas forças reacionárias antigas (...) Digo a vocês que a velha ordem está morta. É meu papel... ajudar a compor estas diferenças... que a nova ordem, que deve ter seu fundamento na liberdade e nos direitos humanos, vai prevalecer. (Woodrow Wilson in LUKACS, 2004. Pág.225).

É com Wilson (e a consequente entrada dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial) que a idéia de um liberalismo internacionalista norte-americano toma forma, em que o imperativo moral norte-americano denota o direito e o dever do país em intervir na Europa com o objetivo de resguardar seu território e conseqüentemente, sua segurança continental⁵⁴, objetivo este balizado por perspectivas morais fundamentadas no discurso dos 14 Pontos e na concepção geral da Liga das Nações: como afirma Gaddis:

O mundo, insistia Wilson, tinha de se tornar “seguro para a democracia”. Wilson foi além de propor, como base para um acordo de paz, a criação de uma Liga das Nações que imporia aos Estados algo semelhante ao império da lei que os estados – ao menos os esclarecidos – impunham aos seus cidadãos. A idéia de que “só a força cria direito” devia, esperava ele, desaparecer. (GADDIS, 2005. Pág. 15)

De acordo com Ikenberry, a ordem “constitucional” (conforme indicado no primeiro capítulo) surge como o modelo mais adequado para o entendimento do que tipo de ordem os Estados Unidos gostariam de constituir a partir do fim da Primeira Guerra Mundial, em que uma perspectiva de respeito às regras internacionais previamente acordadas baseadaspor valores compartilhados entre as nações suplantariam a idéia de Balança de Poder que imperava na Europa⁵⁵. Porém, um fator surge como fundamental com a entrea e a consequente vitória dos Estados Unidos na Guerra: como aponta Gaddis (2004, Pág. 32), ao fim do conflito, os Estados Unidos eram a nação mais poderosa do mundo, porém abdicariam em usar deste poder a fim de criar uma nova ordem entre no sistema de Estados.

54 Somos a nação mediadora do mundo. Somos portanto, capazes de entender todas as nações” (Woodrow Wilson in LUKACS, 2004. Pág. 224).

55 “*The United States emerged as the leading world power after the war, and it brought an ambitious institutional agenda aimed at binding democratic states together in a universal rule-based association. These institutional proposals were more sweeping than those that Britain brought to Vienna in 1815; they envisioned a worldwide organization of democracies—a League of Nations—operating according to more demanding rules and obligations. The great powers would still form the core of this democratic community, but power balancing would be replaced by more legaland rule-based mechanisms of power management and dispute resolution*” (IKENBERRY, 2001. Pág. 117)

Para Wilson, a participação dos Estados Unidos na Guerra estava condicionada ao consentimento dos países Europeus em assumirem as perspectivas norte-americanas de democracia e institucionalização de uma nova ordem mundial, organizada através de uma perspectiva de uma comunidade de poder: “the question upon which the whole future peace and policy of the world depends on this: is the present war a struggle for a just and secure peace, or only for a new balance of power?” (Woodrow Wilson in IKENBERRY, 2001. Pág. 124). As questões fundamentais para uma possível ordem pós-Primeira Guerra Mundial foram explicitadas em seu discurso ao Congresso em 8 de janeiro de 1918⁵⁶, em que ele indicou seus 14 pontos: diplomacia aberta, desarmamento das grandes potências, liberdade de navegação, fim das barreiras comerciais, autodeterminação das minorias étnicas, a obrigação de reparações por parte da Alemanha e por fim, o estabelecimento da Liga das Nações.

Neste sentido, Wilson promoveu uma ligação direta entre a perspectiva de um futuro pacífico para a Europa e a consolidação de governos democráticos. Como indica NASSER (2006), a idéia Wilsoniana de democracia relacionada a constituição de uma ordem pacífica solidifica a noção liberal-internacionalista na tradição de pensamento político norte-americana:

A concepção liberal-internacionalista parte da premissa de que o que é racional e razoável a um grupo deve sê-lo para o outro com o qual se relaciona. Assim, desde que as decisões fossem realizadas em governos democráticos, a probabilidade de que eles se comportassem de uma maneira razoável e racional era grande. (...) Para os wilsonianos, quando as relações exteriores são governadas por autocracias ou oligarquias, o perigo da guerra estava em seus propósitos sinistros; porém, quando conduzidas pelos governos democráticos, os perigos da guerra podem advir de convicções equivocadas. (NASSER, 2006)

Estas perspectivas surgiam como uma proposta completamente nova para a realização de uma ordem mundial a ser consolidada com o fim da primeira Guerra Mundial. Havia uma mudança fundamental na interpretação do direito à soberania

56 WILSON, Woodrow. President Wilson's Fourteen Points - Delivered in Joint Session, January 8, 1918. http://wwi.lib.byu.edu/index.php/President_Wilson%27s_Fourteen_Points, acessado em 16 de fevereiro de 2009.

nacional (conceito este fundamental para o arranjo de poder na Europa desde o tratado de Westfália e reiterado com a Paz de Versailles em 1815), em que esta não seria mais uma prerrogativa fundamental e irrevogável do Estado, mas sim, condicionada a sua capacidade e conduta:

Os americanos necessitavam decidir quais responsabilidades e quais oportunidades derivam de um poder dominante, por meio de uma interpretação original da soberania – que depende mais da capacidade de cumprir determinadas funções do que propriamente do direito e a da legitimidade conferida por seus cidadãos e pela comunidade internacional –, admitindo a coexistência da soberania total e da soberania condicional. (NASSER, 2006)

É aqui que o Wilsonismo toma um caráter também civilizacional e universal: Wilson assume que as perspectivas norte-americanas são, daquele momento em diante, o modelo ideal pra todas as nações do mundo. Para Wilson os valores da humanidade estão cristalizados na nação norte-americana. Em discurso no ano de 1916, Wilson afirmou:

America and Europe were not only to be one in sympathy but to be bound together by a charter of freedom which would show that there was to be no difference between American principles and those of mankind. (Woodrow Wilson in IKENBERRY, 2001. Pág. 117).

Uma revolução democrática parecia algo muito próximo nesta perspectiva. Naquele momento, suas idéias ganhavam legitimidade tanto com a opinião pública quanto com os líderes políticos das principais potências. Os princípios explicitados pelo presidente americano naquele contexto pareciam apenas dar corpo aos anseios da humanidade. Wilson chegou a afirmar em discurso em 6 de setembro de 1919, na ocasião de seu retorno da viagem que havia feito à Europa:

I discovered that what we called American principles had penetrated to the heart and understanding not only of the great peoples of Europe, but to the hearts and understandings of the great men who were representing the peoples of Europe.... I can fancy those men of the first generation that so thoughtfully set his great Government up,

the generation of Washington, Hamilton, Jefferson, and the Adamses —I can fancy their looking on with a sort of enraptured amazement that the American spirit should have made conquest of the world. (Woodrow Wilson in IKENBERRY, 2001. Pág. 158).

A Liga das Nações aparecia como o fórum necessário para o resguardo de uma ordem internacional fundamentada em valores e democracia, além de funcionar como um lugar onde as demandas e crises entre os Estados poderiam ser resolvidas de maneira pacífica e institucional⁵⁷. A estrutura da Liga visava a representação através de um parlamento no qual todos os membros tivessem representatividade e independência do seu departamento jurídico, porém, era mantida a estruturação de um Conselho Executivo, que buscava resguardar a dominação das grandes potências (IKENBERRY, 2001. Pág. 145). Os Estados Unidos eram divididos entre suas diferentes polarizações políticas internas no contexto do imediato pós-Primeira Guerra Mundial, fato que favoreceu o fracasso da Liga das Nações: porém, o país não era completamente hostil ao assumir uma posição internacionalista no mundo.

Para Ikenberry (2001, Pág. 149), a derrota de Wilson foi resultado de uma desarticulação entre os que apoiavam as idéias do presidente e aqueles que pretendiam um papel mais restrito ao poder americano no pós-Guerra, já que naquele momento o poder de articulação das alas isolacionistas estava reduzido, assim como sua representatividade⁵⁸. Em pronunciamento a cerca da vitória do Partido Republicano nas eleições para o Congresso, Theodore Roosevelt afirmou que naquele contexto, a autoridade do presidente estava em xeque:

57 *“The binding impact of the League, according to Wilson, would grow over time. If the leading democracies could act together to establish the new institution, traditional security commitments or territorial guarantees would be unnecessary. European leaders thought otherwise and attempted to lure the United States into an ongoing commitment”* (IKENBERRY, 2001. Pág. 140).

58 Ikenberry aponta três principais grupos de críticos a participação dos Estados Unidos na Liga das Nações: a) um grupo de Isolacionistas, que criticavam o envolvimento militar dos Estados Unidos na Europa; um segundo grupo, b) que apoiavam a liga mas buscavam algo mais próximo de uma aliança de Grandes Potências que compartilhavam a mesma visão de mundo - ao contrário da política “inclusive” de Wilson de criar um Parlamento Mundial dentro da Liga; e um terceiro grupo, c) que apoiavam a liga, mas também apoiavam uma derrota definitiva das potências que formavam a Entente - diferente da visão conciliadora com os países derrotados de Wilson, de inclusive, incluí-los na Liga. (IKENBERRY, 2001. Pág. 150).

Our allies and our enemies, and Mr. Wilson himself, should understand that Mr. Wilson has no authority whatever to speak for the American people at this time. His leadership has been emphatically repudiated by them (Theodore Roosevelt in IKENBERRY, 2001. Pág. 149).

Internamente, a incapacidade de criar consenso dentro das esferas mais liberais do pensamento político norte-americano deu ensejo para que as colocações de Wilson fossem deturpadas e usadas politicamente por seus detratores. No campo diplomático, Wilson foi obrigado a abrir diversas concessões a fim de manter o projeto da Liga viável para as principais potências da Europa, em especial, Inglaterra e França, reduzindo a legitimidade da organização diante dos que se posicionaram criticamente à *realpolitik* do continente⁵⁹. Ikenberry afirma que durante o desenrolar da Guerra, as posições de Wilson - que a princípio tinham grande apelo popular, não demonstravam capacidade de se tornar políticas internacionais consistentes. E mais: a medida que as forças aliadas venciam o conflito e se aproximava do fim da Segunda Guerra Mundial, as diferentes coalizões de centro-esquerda que se formavam nos países Europeus foram dando espaço para governos mais conservadores e alinhados a percepções nacionalistas e patrióticas estimuladas pela eminente vitória no conflito (IKENBERRY, 2001. Pág. 158, 159).

No Senado norte-americano, a principal questão levantada seria pelo tipo de comprometimento de segurança coletiva que os Estados Unidos assumiriam com a assinatura da carta da Liga das Nações. Para a maior parte daqueles que apoiavam a organização, não haviam questões relevantes com relação a vários outros pontos, com o sistema de arbitragem, a corte internacional de justiça, e os acordos de desarmamento. A questão crítica era relacionada ao comprometimento dos Estados Unidos com a segurança da Europa: o fim da Grande Guerra havia deixado a situação do continente ainda mais instável e um comprometimento formal dos Estados Unidos com relação a possibilidade de uma agressão a um dos membros da Liga era um tema sensível. Neste ponto, a preocupação se relaciona a perda de soberania do senado norte-americano referente à possibilidade deste em declarar guerra. Caso a carta fosse assinada como

59 “His liberal postwar agenda became the subject of abuse—labeled as social/ist, utopian, idealist, and dangerous. At the same time, Wilson was in a headlong process of compromise with the allies on reparations and territoriality, which disillusioned Wilson's pro-league supporters” (IKENBERRY, 2001. Pág. 151).

estava, os Estados Unidos se comprometeriam a entrar em Guerra automaticamente em caso de agressão a um dos membros. Desse modo, foram feitas 14 reservas ao texto, que deveriam ser modificados para a aprovação do texto no Senado, bem como a desaprovação explícita por parte dos Estados Unidos ao armistício assinado em Versalhes em 1919.

Wilson buscou conciliar a situação, apontando que a indicação para o uso da força dentro da Liga caberia ao Conselho Executivo, ao qual os Estados Unidos teriam poder de veto. Para Wilson, as reservas feitas pelo Senado destruiriam a base da liga das Nações. Em discurso, ele afirmou:

We will see, from time to time; consult us when you get into trouble, and then we will have a debate, and after two or three months we will tell you what we are going to do. The thing is unworthy and ridiculous, and I want to say distinctly that, as I read this, it would change the entire meaning of the Treaty and exempt the United States from all responsibilities for the preservation of the peace. It means the rejection of the Treaty, my fellow countrymen, nothing less. (Woodrow Wilson in IKENBERRY, 2001. Pág. 153).

O presidente norte-americano deu um ultimato ao Partido Democrata e ao congresso: o texto da Liga deveria ser aprovado em sem qualquer reserva: o resultado foi a derrota 53 a 38 votos e a rejeição por parte do Congresso a assinatura por parte dos Estados Unidos a entrada na Liga das Nações.

Para Ambrosius (1990), Wilson buscou uma nova concepção de ordem para as relações internacionais baseando seus objetivos na opinião pública e em um novo *ethos* no que se refere a relação entre as grandes potências. Para Wilson, a Liga seria uma forma de os Estados Unidos entrarem em definitivo como a potência dominante nas relações internacionais do século XX, porém, mantendo seu tradicional afastamento das questões principais da política Europeia e levando as questões mais sensíveis para o campo institucional⁶⁰.

⁶⁰ “*President Wilson applied the idea of international social control to American foreign relations, promoting collective security to restrain national egoism*” (AMBROSIUS, 1990. Pág. 2).

Ambrosius ainda diz que a busca de Wilson não era uma busca por ordem, mas uma busca por controle: para o autor, o presidente tentou redesenhar o mundo após a Primeira Mundial, mas também, no campo interno, buscou dar fim ao dilema internacionalistas versus isolacionistas, ou seja: entre aqueles que apoiavam uma ação mais direta dos Estados Unidos nas relações internacionais e para aqueles que defendiam uma posição mais restrita no campo de ação (AMBROSIUS, 1990. Pág. X).

A Primeira Guerra Mundial chegou ao fim e a Europa entrou em um turbilhão de crises econômicas e políticas sem precedentes que empurraram o continente para uma guerra ainda maior que a Primeira. Porém, mesmo com a formalização do fim da Liga das Nações e a retirada dos Estados Unidos como força fundamental na Europa do pós-Primeira Guerra, o impacto das idéias de Wilson modificaram todo o panorama político norte-americano.

2.2 - Os Estados Unidos e a Segunda Guerra Mundial - O Wilsonismo revisitado

As bases do Wilsonismo moldariam as relações dos Estados Unidos com o mundo por todo o século XX. Durante os anos de 1930, as idéias de Wilson sofreram um *revival* na Europa: diante do avanços das forças Alemãs e Japonesas, muitos americanos apontaram a ausência dos Estados Unidos na Europa como uma das principais questões para a deflagração de mais uma Guerra Mundial (AMBROSIUS, 1990. Pág. 291). A tradição Wilsoniana se confirmou como a doutrina mais importante para o pensamento político para assuntos internacionais nos Estados Unidos durante todo século XX. Isso pode ser comprovado já com o desenrolar da Segunda Guerra Mundial e a nova oportunidade que o país teve em dar nova forma a ordem internacional.

O ataque a Pearl Harbor em Dezembro de 1941 desencadeou uma forte reação americana e forçou a entrada do país na Segunda Guerra Mundial. Fazendo eco as posições de Wilson, o vice-presidente norte-americano Henry Wallace afirmou após o ataque japonês:

The nations of the world have a second chance to erect a lasting structure of peace - a structure such as that which Woodrow Wilson sought to build but which crumbled away because the world was not yet ready (Henry Wallace in AMBROSIUS, 1990. Pág. 292).

Porém, diferentemente dos desdobramentos de 1919 (com o colapso da Liga das Nações e a retorno dos Estados Unidos a uma posição apartada das potências Européias), a idéia do internacionalismo norte-americano de origem Wilsoniana foi assumida por todas as instâncias do pensamento político norte-americano e tornou-se a base da busca de uma legitimidade e da justificativa interna para a atuação do país em mais uma Guerra Mundial. Gaddis (2004) define o papel estratégico do presidente Franklin Delano Roosevelt:

Its clear now that FDR had never believed that Americans could remain secure in an international system that rewarded aggression while lacking the means of preventing war. He was, in sense, a Wilsonianian, fully inclined to accept, as a principle, the seamless web metaphor for international security. (GADDIS, 2004. Pág. 47)

Por sua vez, as perspectivas de Roosevelt para a entrada dos Estados Unidos na Guerra não significava o respeito irrestrito às leis internacionais ou adesão a idéia de pacifismo; mas um conjunto de idéias e princípios de origem Wilsoniana que balizavam a ação bélica norte-americana enquanto uma ação legítima e necessária. Assim, os Estados Unidos assumiram ao final da Segunda Guerra Mundial uma posição muito mais firme com relação a liderança para consolidação de uma nova ordem internacional, tomando para si os custos de sua manutenção. Para Ikenberry:

The United States sought to take advantage of the postwar juncture to lock in a set of institutions that would serve its interests well into the future and, in return, it offered—in most instances quite reluctantly—to restrain and commit itself by operating within an array of postwar economic, political, and security institutions. (IKENBERRY, 2001. Pág. 164).

No imediato momento dos ataques à Pearl Harbor a idéia de reação afasta a noção de um possível isolamento dos Estados Unidos das questões internacionais. Dessa maneira, surge no país a compreensão que uma atitude internacionalista somada ao rearranjo da ordem global deveriam despontar como paradigmas necessários a ação

norte-americana, em que apenas a consolidação de uma ordem criada pelos próprios Estados Unidos é que poderia se garantir a segurança. Como afirmou Roosevelt em 1942, “Aprendemos com os erros do passado (...). desta vez, saberemos fazer pleno uso da vitória” (Franklin D. Roosevelt in GADDIS, 2005. Pág. 16). Roosevelt indicava nesta fala um claro aviso de que o papel dos Estados Unidos como potência definidora de uma nova ordem mundial no pós-Segunda Guerra não teria mais volta: daquele momento em diante, os temas da Europa (e do resto do mundo) seriam temas fundamentais para o país, na medida em que a idéia de segurança americana e de ordem mundial estavam inter-relacionadas.

Para acabar com a ameaça do Eixo, os Estados Unidos abriram mão da idéia de “unilateralismo”, unindo-se a Inglaterra e a União Soviética e estabelecendo a Carta do Atlântico. Roosevelt, assumindo o princípio de responsabilidade como ponto fundamental para as questões de segurança, fundamenta a posição do país no mundo pós-Segunda Guerra através de uma postura mais multilateral em troca de uma posição de liderança incontestada e consentida do mundo ocidental⁶¹.

Na Carta do Atlântico de 1941, Roosevelt afirma que a os Estados Unidos estão comprometidos com uma ordem mundial baseada em governos democráticos, liberalização econômica e organizações internacionais multilaterais. Porém, Roosevelt também é firme ao creditar somente aos Estados Unidos o título de país líder incontestado da consolidação de uma nova ordem mundial. Para os Europeus, o fim da Segunda Guerra Mundial (e a possibilidade de mais uma vez dos americanos se ausentarem do concerto entre as potências Europeias em um contexto de debacle político e econômico) sugerem às principais lideranças do continente que a dominação é mais vantajosa que a ausência. Ikenberry afirma que os Estados Unidos surgiriam, dentro da percepção Europeia, como a única força externa capaz de pacificar o continente e evitar mais um desastre (IKENBERRY, 2001. Pág. 165).

Roosevelt imagina um mundo regulado pelas Quatro Polícias (Estados Unidos, Inglaterra, Rússia e China), responsáveis por manter a paz no mundo e balizadas por um instrumento jurídico político internacional: as Nações Unidas.

61 “*American hegemony as FDR conceived it was now to be global, but, in contrast to anything John Quincy Adams could ever imagined, it was to arise by consent*” (GADDIS, 2004. Pág. 55)

Aqui, o tradicional ponto de cisão nas definições em política externa americana praticamente desaparece. As perspectivas internacionalistas e isolacionistas são solapadas pelo consenso na necessidade do alargamento das responsabilidades dos Estados Unidos como forma de garantir a segurança do país: a Doutrina Truman (e o conseqüente estabelecimento de bases Americanas em todo o mundo), juntamente com o Plano Marshall para a reconstrução da Europa no pós-Segunda Guerra Mundial, e a fundação da OTAN (e a garantia de Paz na Europa Ocidental por parte dos Estados Unidos inclusive em tempos de paz) selam a posição internacionalista dos Estados Unidos em bases Wilsonianas.

Ikenberry sugere duas posições distintas por parte dos Estados Unidos para a consolidação da ordem pós-Segunda Guerra: a primeira, relativa à União Soviética, a segunda, relativa a depressão econômica nas potências industriais.

Com relação a União Soviética, a estratégia baseou-se na contenção e no estabelecimento de distintas esferas de influência, na dissuasão nuclear e na disputa político ideológica. Sobre as potências ocidentais, os Estados Unidos promoveram o estabelecimento de diversas instituições multilaterais, formas especiais de relações para a resolução de conflitos, garantias de segurança e, em especial, a liberalização econômica para a promoção de desenvolvimento (IKENBERRY, 2001. Pág. 170). De acordo com o presidente que sucedeu Roosevelt em 1945, Henry Truman, os conflitos que assolaram o mundo de 1914 a 1945 deveriam ser minimizados e circunscritos. Para Truman: “this is the way of a civilized community⁶²”. Civilizar a Europa significava, para Truman, torná-la interdependente através da economia.

Para Roosevelt, os Estados Unidos estariam mais seguros se o mundo fosse construído à sua imagem e semelhança. Encontrar uma ordem legítima liderada pelos Estados Unidos em sua esfera de influência era, portanto, seu principal objetivo. Deste modo, o alargamento da esfera de responsabilidade nos anos de Guerra Fria através do consentimento das potências Europeias moldaram a ordem e a legitimidade da posição norte-americana até o colapso da União Soviética, em 1991.

62 TRUMAN, Henry, Address on Foreign Economic Policy, Baylor University, Waco, Texas, 6 March 1947. <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=12842>. Acessado em 19 de janeiro de 2009.

Ikenberry, sugere que no contexto da vitória aliada, surge, entre os intelectuais e *policymakers* norte-americanos, seis principais correntes ideológicas para a consolidação de uma ordem mundial pós-1945 e sobre qual seria o papel dos Estados Unidos nessa nova ordem⁶³.

O primeiro grupo ansiava um processo próximo ao de Governança Global através da criação de instituições internacionais de caráter universal para questões de segurança e armas nucleares. Alguns eminentes partidários dessas concepções foram Albert Einstein, Cord Meyer, Norman Cousins, e Emery Reeve, todas figuras de grande projeção intelectual, mas sem interferência direta na administração.

O segundo grupo tinha como liderança figuras do Departamento de Estado e, em especial, seu secretário, Cordell Hull. Estes advogavam a consolidação de um sistema de livre comércio, em que estaria inclusa uma possível estratégia da consolidação de um mundo seguro para os Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial. Para Hull e seus assessores, o comércio liberalizado evitaria a possibilidade de tensão entre as potências, criando uma ordem internacional liberal auto regulada, pela busca de riquezas por parte das potências.

O terceiro grupo tinha em mente a consolidação de uma ordem em que potências do norte anglo-saxão seriam o núcleo duro do sistema internacional. Estas concepções eram bastante influentes na virada do séculos XIX e XX. Algumas das figuras que apoiavam esta visão de mundo eram especialmente britânicos e norte-americanos como o Secretário de Estado John Hay, o Embaixador britânico em Washington Lord Bryce, o Embaixador norte-americano em Londres Walter Hines Page, o almirante e estrategista Alfred Mahan e o escritor Henry Adams. Durante a Guerra, Walter Lippman foi a voz mais ativa a dar suporte a idéia.

O quarto grupo afirmava que os interesses geopolíticos dos Estados Unidos no pós-Guerra deveriam se concentrar na Europa, mas especialmente, na Ásia. Enquanto a Europa garantiria as possibilidades de trocas comerciais vantajosas, somente a Ásia é que poderia suprir a necessidade de matérias primas das indústrias norte-americanas. Nicholas Spykman e o estudo apresentado pelo Council of Foreign Relations chegaram

63 IKENBERRY, 2001. Pág. 175 - 185.

a esta mesma ponderação a cerca das necessidades e potencialidades dos Estados Unidos nos anos 30 e 40.

O quinto ponto de vista a cerca da ordem em um mundo pós-Segunda Guerra Mundial de acordo com Ikenberry apontava para a necessidade da inclusão de uma Europa unida como uma terceira força do sistema internacional, junto aos Estados Unidos e da União Soviética. Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a vitória dos Aliados, George F. Keenan, embaixador dos Estados Unidos na União Soviética envia a Washington o Longo Telegrama. Este documento moldará a orientação política dos Estados Unidos para com a União Soviética, dando forma a estratégia da contenção como meio para combater a ameaça do comunismo soviético internacional. Este documento dá base para o Plano Marshall, anunciado em 1947 - e depois ainda o estabelecimento da organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 1948. Para grande parte dos intelectuais e *policymakers* dos Estados Unidos, uma Europa Unida e unificada era necessária em primeiro lugar, para conter a Alemanha, e em segundo lugar, para ser a cabeça de ponte na contenção da União Soviética para o Ocidente. Somente com a reestruturação completa da Europa e sua participação total nas questões e nos negócios internacionais é que poderia se criar um sistema de divisão de poder em que os Estados Unidos obtivesse ganhos estratégicos consideráveis. Como afirma Ikenberry, o Departamento de Estado era o principal apoiador desta estratégia para a reorganização do poder mundial pós-Segunda Guerra:

Encouraging European unity also appealed to State Department officials who were working directly on European recovery. In their view, the best way to get Europe back on its feet was through encouraging a strong and economically integrated Europe. The goal was also to increase the Western orientation of European leaders and to prevent a drift to the Left or the Right. This could be done not just by ensuring economic recovery but also by creating political objectives to fill the postwar ideological and moral vacuum. (IKENBERRY, 2001. Pág. 184)

A sexta e ultima interpretação apontava para que os Estados Unidos assumissem completamente a estrutura bipolar do mundo com a União Soviética, não formalizando nenhum tipo de tratado de segurança coletiva com a Europa ou outra região do mundo.

Essa perspectiva ganhava força na medida em que de 1945 a 1948, Inglaterra e França não unificavam posições diante do novo rearranjo de poder na Europa, o que indicava, para algumas instâncias dentro do governo dos Estados Unidos, a inviabilidade de qualquer forma de aliança de segurança coletiva entre o país e as potências Europeias. Essa perspectiva foi em grande medida abandonada com o estabelecimento concreto do pedido dos principais países Europeus para a formação da OTAN.

Podemos concluir portanto, que de maneira geral, os modelos de ordem que surgiram no imediato pós-Segunda Guerra convergiam para um arranjo de forças entre os Estados Unidos e a Europa que tivesse como estratégia fundamental a contenção da União Soviética, e o estabelecimento, em escala global, de compromissos de preferências comerciais e estratégias de desenvolvimento entre os países ocidentais (inclusive com a institucionalização de bancos, normas e fóruns de caráter mundial, como o GATT - que depois daria forma a Organização Mundial do Comércio, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, entre outras instituições de caráter regional) que tinham como foco o estabelecimento de uma ordem mundial que garantisse a segurança e a liderança econômica dos Estados Unidos e de seus principais parceiros.

Portanto, a legitimidade da liderança dos Estados Unidos no pós-Segunda Guerra estava na forma com que esta conduzia o processo através de um sistema institucionalizado de restrições ao uso da força. Apesar do caráter sem paralelo do poder norte-americano no pós-Segunda Guerra, a liderança não era exercida de modo unilateral: mas sim, através da institucionalização de fóruns de caráter global para os temas sensíveis de segurança e comércio permitindo a participação de potências parceiras. Ikenberry afirma sobre esta relação de troca, ou seja, a permissão dos Estados Unidos de que as potências aliadas participassem dos processos de decisões, em troca da lealdade a liderança dos Estados Unidos, fora fundamental para a legitimidade do papel dos Estados Unidos junto a seus aliados durante toda a Guerra Fria:

In moving away from its original postwar economic and security goals, the United States was effectively engaging in strategic restraint, thereby reassuring its would-be European and Asian partners that participation in the American postwar order would not entail coercive domination. In other words, the United States gained the acquiescence of secondary states by accepting limits on the exercise of its own

hegemonic power. At the heart of the American postwar order was an ongoing trade-off: the United States would agree to operate within an institutionalized political process and, in return, its partners agree would be willing participants. (IKENBERRY, 2001. Pág. 200)

O surgimento da União Soviética como o antagonista dos Estados Unidos na arena internacional apresenta-se como uma das principais justificativas, no campo interno aos Estados Unidos, para a ampliação das forças americanas no mundo, bem como para a concretização de uma perspectiva internacionalista de ordem em que se faz necessária a intervenção direta do país para mantê-la e operá-la. O tema do anticomunismo é visto por alguns autores como prioridade na agenda de segurança internacional e tornando-se o fator aglutinador das posições divergentes dentro do establishment político norte-americano. Como aponta Lukacs:

De 1947 em diante, o anticomunismo se torna a principal ideologia dos Estados Unidos, em algumas ocasiões, eclipsando os mais antigos princípios de patriotismo (...). De certa forma, o mais simples e honesto anticomunismo era uma reação inevitável das pessoas contra as ilusões pró-Russas, que prevaleceram previamente em Washington e em outras partes, inclusive com a presença de comunistas e pseudocomunistas em certas posições de influência. (...) Na época – início da década de 1950 – esse tipo de comunismo ideológico era aceito por todo o establishment norte-americano, inclusive entre os anglófilos remanescentes das elites anglo-americanas (LUKACS, 2004. Pág. 244 e 245).

Aqui, o aspecto tático das escolhas morais de Roosevelt pode ser claramente percebida. A aceitação da divisão do mundo no pós-Segunda Guerra permite que os Estados Unidos assumam uma postura de legitimidade e liderança em suas posições muito maiores do que as posições tomadas pela União Soviética: abrir mão do unilateralismo em função da hegemonia mostrou-se uma escolha acertada no transcorrer dos anos da Guerra Fria:

The influence of the United States therefore expanded during postwar years, for the most part with consent of those subject to it. The Soviet Union influence also expanded, but with out such consent.

The explanation lay largely in the fact. That American leaders held themselves accountable: they cared what the rest of the world thought, and tried to frame their policies accordingly. (...) The resulting asymmetry of legitimacy – the existence of two spheres of influence, one which came across as “something worse” than the other one – did much to determine how Cold War was fought and who would ultimately win it (GADDIS, 2004. Pág. 65).

Por fim, como aponta Ikenberry, a ordem mundial construída sob a liderança dos Estados Unidos a partir de 1945 enquadra-se ainda mais em sua tipologia como uma ordem “constitucional”. A consolidação de instituições internacionais, mecanismos de resolução de conflitos, o suporte a consolidação de governos democráticos e a organização de um regime econômico em grande medida aberto permitiu um ganho de legitimidade sem precedentes para a estrutura de poder consolidada pelos Estados Unidos que perdurou durante toda a Guerra Fria:

The order created after World War II among the advanced industrial countries was distinctive and unprecedented. More than the early postwar orders, it had—and continues to have—constitutional characteristics. The Western industrial order was characterized by multilayered institutions and alliances, open and penetrated domestic orders, and reciprocal and largely legitimate mechanisms for dispute resolution and joint decision making. It was marked by wide disparities in power—after the war, the United States stood in an unparalleled superordinate position in relation to Europe and Japan. But despite these power differentials, a mutually agreeable order was devised after the war and is still largely in place today. (IKENBERRY, 2001. Pág. 210)

Esta configuração de estrutura de poder terá continuidade por mais de 40 anos, garantindo a estabilidade do sistema de Estados. Porém, o fim da Guerra Fria representou um momento de indefinição e crise, visto que esta ordem entrou em colapso. Como os intelectuais americanos enxergaram as possíveis perspectivas para a ação norte-americana? Vamos perceber que neste momento, que vai do fim da Guerra Fria em 1989, até os momentos subsequentes a eleição de Bill Clinton em 1992, traz

consigo um grande debate interno sobre as raízes e definições do poder norte-americano e do seu papel no mundo. É neste debate que nos concentramos agora.

2.3 - A ordem mundial pós-Guerra Fria e a debate entre as diferentes perspectivas intelectuais

Considerações a cerca das possibilidades afirmadas por teóricos relações internacionais e ciência política sobre as diferentes formas e tipos de ordem internacional que poderiam surgir dentro do panorama de um mundo não mais constrangido pelo contexto bipolar já foram apontadas no capítulo anterior. Porém, como reagiram os intelectuais dentro dos Estados Unidos sobre o mesmo contexto? Qual deveria se o papel do país nesta possível Nova Ordem Mundial que deveria surgir após o colapso do regime Soviético em 1989 e com a deflagração da Guerra do Golfo em 1991? Como se desenvolveu este panorama dentro do processo eleitoral para a presidência no ano de 1992?

Para tanto, deve-se primeiro compreender as perspectivas intelectuais em debate na busca de uma possível legitimação do país no pós-Guerra Fria. Interpreta-se que apenas entendendo a dinâmica e os debates internos dos Estados Unidos será possível alcançar um quadro aproximado das percepções intelectuais durante este importante momento para a história recente do país. Os esforços serão concentrados no entendimento do desenvolvimento do debate intelectual, concentrando a análise nas perspectivas que tinham como foco o entendimento e problematizações do papel dos Estados Unidos no pós-Guerra Fria.

Observou-se que o debate a cerca da posição de líder legítimo do mundo livre durante a Guerra Fria adquirida pelos Estados Unidos apontou para duas perspectivas principais. Uma, que atrelava a legitimidade do país a um fim específico, em que a posição norte-americana era um contraponto a ascensão da União Soviética; e outra, que entendia que a posição legítima do país se dava pela criação de regras e instituições.

Em resumo, podemos entender que durante a Guerra Fria o debate sobre a legitimidade do papel dos Estados Unidos esteve em relacionado a perspectiva de *fins* (a necessidade de refrear o avanço soviético) e de *meios* (as balizas formais criadas pelos Estados Unidos para a consolidação de relações entre as os atores que garantiam a

posição norte-americana, mas que eram, por sua vez, sustentadas pela anuência das potências ocidentais).

Esta maneira de se entender o papel dos Estados Unidos foi profundamente alterada no pós-Guerra Fria. Resumidamente, compreende-se as posições intelectuais a respeito da legitimidade do papel do país se polarizando em três campos principais⁶⁴ *conservadores tradicionais*, mais atrelados a perspectiva do realismo político em política externa, e davam suporte a retirada do país das grandes questões internacionais, com foco no fortalecimento das posições internas para garantia de segurança e realização de interesses nacionais; *neoconservadores*, que davam suporte a uma posição claramente intervencionista e unilateral para as relações internacionais através da defesa de valores como liberdade e democracia, e, por fim; *liberais*, que advogavam uma clara posição internacionalista dos Estados Unidos nas questões mundiais, porém, utilizando-se de acordos multilaterais e instituições internacionais como as Nações Unidas e a OTAN para o aprofundamento do processo de globalização econômica. Este será nosso foco analítico para as posições intelectuais no pós Guerra Fria, somando-se a ela a perspectiva mais contemporânea que interpretam que os Estados Unidos têm uma posição imperialista no mundo.

Ao buscar contextualizar a influência do Wilsonismo no pós Guerra-Fria, Bainart (2008) dá ensejo a confluência intelectual no que se refere a origem da interpretação das questões internacionais entre entre liberais Wilsonianos e neoconservadores, em que ambos partem das premissas do internacionalismo atendo-se a valores morais que afirmam ser intrínsecos à tradição norte-americana, para balizarem sua visão de mundo, e assim, problematizarem o papel dos Estados Unidos dentro deste contexto de ampla hegemonia internacional.

Torna-se necessário sublinhar como ponto fundamental das análises sobre a legitimidade do poder norte-americano ao final da Guerra Fria a percepção de que o colapso da União Soviética representa, na verdade, um momento de indefinição do papel dos Estados Unidos nas relações internacionais. O *status* de hiper-potência alcançado com o fim do conflito bipolar torna este contexto extremamente sensível:

⁶⁴ Interpretação esta baseada na análise de BAINART, Peter. Balancing Act: The Other Wilsonianism. *World Affairs Journal*, Summer 2008. Acessado em <http://www.worldaffairsjournal.org/2008%20-%20Summer/full-Beinart.html>

como justificar a abrangência do papel do país no mundo a partir de então? Quais as bases de uma nova ordem para as relações internacionais? Houve grande debate intelectual a cerca das possibilidades e objetivos que os Estados Unidos poderiam colocar para si no sentido de redesenhar seu papel em uma nova ordem internacional que poderia surgir a partir de então, que resultaram em perspectivas intelectuais distintas sobre a redefinição do papel do país no mundo. O fim do bloco comunista foi percebido por grande parte da literatura como um momento de crise: o fim do inimigo externo representava a oportunidade e a necessidade dos Estados Unidos reorganizarem a sua orientação em política externa, bem como suas prioridades quanto a meios e fins referente às relações internacionais. Surgem duas questões importantes para a compreensão do momento intelectual que se dá entre o pós-Guerra Fria e as eleições presidenciais de 1992: a maneira como se desenvolveu o fim do conflito bipolar e a revisão das idéias de Wilson.

Com relação ao primeiro tema, observa-se que o processo que levou ao fim da Guerra Fria não se deu através de uma guerra nuclear entre as duas super-potências, mas de uma maneira particular: com o colapso interno do regime Soviético. Hutchings ressalta o caráter especial do fim da Guerra Fria afirmando que o conflito terminou “not with military victory, demobilization, and celebration but with the unexpected capitulation of the other side without a shot being fired” (HUTCHINGS, 1997. Pág. 343). Esta característica terá impacto direto nas formulações e preposições de intelectuais norte-americanos a cerca do novo papel que os Estados Unidos tem a desempenhar.

Hendrickson (1992)⁶⁵ afirma que o impacto que o fim da Guerra Fria teria sobre as perspectivas de política externa dos Estados Unidos. Para o autor, este contexto traz consigo uma relação indissociável de ordem mundial e segurança norte-americana,

⁶⁵ HENDRICKSON, David C. The Renovation of American Foreign Policy. Foreign Affairs. Vol. 71. N. 2. Council of Foreign Relations. 1992.

colocando a Guerra do Golfo como um paradigma deste novo contexto⁶⁶. Assim, a maior prova desta interpretação estaria na necessidade do governo de George H. W. Bush em tornar a resposta à invasão do Kuwait pelo Iraque em correlação com as idéias de liberdade, ordem e segurança. Hendrickson ainda denota a retórica de uma possível “Nova Ordem Mundial” de característica multilateral. O autor faz uma interpretação ousada deste contexto para a política externa dos Estados Unidos, em que George H. W. Bush buscava trabalhar o papel do país como um agente que agregaria as duas principais perspectivas em política externa:

This role of American in the new world order represents a marrying of two opposing traditions in American foreign policy, though without the limitations characteristic of either. The tradition represented by Thomas Jefferson and Woodrow Wilson entertained grand ambitions in the world but was equally insistent on achieving the ambitious through measures short of war. The tradition represented by Alexander Hamilton and Henry Cabot Lodge eschewed grand ambitions and insisted that foreign policy be tied of pursuit of limited national interest; at the same time it saw the need for military preparedness and believed that military force would remain the great arbiter of conflicts among nations (Hendrickson, 1992)

Hendrickson renova o tradicional debate entre internacionalistas e isolacionistas: para o autor, a principal questão agora está na definição de interesses nacionais e sobre os meios de se obtê-los.

A revisão as perspectivas do Wilsonismo ocorrida desde o final dos anos de 1980 até o fim dos anos de 1990 também aparece como de fundamental importância para que criarmos um quadro analítico aproximado das idéias em debate sobre o papel dos

⁶⁶ A Guerra do Golfo de 1991 é outro fator que molda as perspectivas intelectuais dos autores e intelectuais norte-americanos sobre o papel dos Estados Unidos ao fim da Guerra Fria. A revista *Foreign Affairs*, em edição especial em 1992 coloca o debate após a Guerra do Golfo entre os intelectuais americanos no seguinte contexto: para um grupo expressivo de analistas, a Guerra do Golfo não teria representado um momento fundamental na redefinição da constituição de uma ordem mundial pós-Guerra Fria. Para esta perspectiva, Saddam Hussein seria apenas fruto de seu contexto e a turbulência no oriente médio algo puramente circunstancial. Para outro grupo, a luta contra Saddam representava não apenas o uso da força contra um agressor circunstancial, mas sim o primeiro combate contra uma força hostil dentro do sistema de Estados, que por seu regime e ações militares são capazes de criar desordem no sistema e devem então, ser depostos (*Foreign Affairs. America and The World Special Edition. Council of Foreign Relations, Nova York. 1992.*)

Estados Unidos no mundo pós-Guerra Fria. Gavin⁶⁷ afirma que as idéias de Wilson são o divisor de águas no pensamento político norte-americano no século XX. As considerações a cerca do impacto das idéias de Wilson refletem um outro debate de fundo, ainda mais fundamental: sobre a premissa de qual seria natureza humana e suas diferentes interpretações por parte dos intelectuais norte-americanos. O ser humano é capaz de cooperar e buscar viver em harmonia, ou realmente os seres humanos têm uma natureza belicosa e a regra de conduta seria a eterna luta de todos contra todos? Neste sentido, Gavin separa o *estabilshment* político norte-americano em três grupos: os Wilsonianos, ou Liberais, que consideram Wilson pivô e profeta de nosso tempo; o segundo grupo, de Realistas, que fazem eco as perspectivas de George Keenan e criticam a posição moralista e legalista da posição de Wilson, reafirmando a premissa que a anarquia do sistema e a política de poder devem moldar as relações entre os Estados; e finalmente, aqueles que interpretam as premissas Wilsonianas como uma questão de interesses econômicos⁶⁸. Para o autor, este debate, entre Wilsonianos Liberais versus Realistas toma novo fôlego com o fim da Guerra Fria.

Bainart (2008) porém atualiza o debate proposto por Gavin. Partindo do mesmo ponto, Bainart busca compreender a influência do Wilsonismo no pensamento político contemporâneo. Porém, faz uma ressalva importante, problematizando o aspecto da perspectiva moral do Wilsonismo, mas ressaltará outra variável como fator fundamental para compreender as estruturas fundamentais do pensamento político dos Estados Unidos no pós-Guerra Fria. a premissa básica do Wilsonismo está na noção da possibilidade de cooperação entre as nações, o que daria ensejo a perspectiva de uma comunidade global. Portanto, o liberalismo Wilsoniano estaria ligado a perspectivas morais de que a cooperação entre nações seria então possível, refeletindo um amplo suporte as questões sobre o globalização econômica. Afirmado ser este o ponto principal das perspectivas liberais de origem Wilsoniana, Bainart introduz outra variável no debate político norte-americano no contexto do fim da Guerra Fria: os neoconservadores.

67 GAVIN, Francis J. The Wilsonian legacy in the twentieth century, ORBIS , Fall, 1997. Acessado em http://findarticles.com/p/articles/mi_m0365/is_n4_v41/ai_20377524

68 Gavin aponta Gordon Levin como o principal autor a levar esta interpretação adiante, mas faz uma ressalva: apesar de importante, ela possui poucos adeptos na academia norte-americana. GAVIN, Francis J. The Wilsonian legacy in the twentieth century. ORBIS, Fall, 1997

2.3.1 - Neoconservadores: a revisão da tradição de Wilson

Os neoconservadores são um grupo intelectual que ganha força e popularidade após a eleição de Ronald Reagan em 1980. Tem origem dentro do pensamento ultraliberal nos Estados Unidos. De acordo com Nisbet (1987), surge como uma reação de intelectuais liberais às cisões sócio-políticas que se iniciam nos anos de 1960⁶⁹, cisões estas infladas por intelectuais alinhados a perspectivas radicais. Surge entre alguns analistas a percepção de corrupção de valores fundamentais a cultura e a política norte-americana por parte do *establishment* liberal resultando em uma reação intelectual conservadora a um processo de crise. Para estes intelectuais, os Estados Unidos deveriam assumir uma posição claramente internacionalista no que se refere às relações internacionais, adotando a estratégia anti-comunista como base das ações em política externa e colocando os valores de democracia e liberdade em primeiro plano, (perspectiva de clara origem Wilsoniana⁷⁰). Para estes autores, assim como para Wilson e toda a tradição liberal, a disseminação de valores como democracia e do livre mercado através da política externa são parte inexorável da garantia da segurança nacional. Ao mesmo tempo, no campo interno os neoconservadores tinham uma posição clara de combate a contracultura e as correntes radicais de pensamento político, ressaltando a necessidade do reestabelecimento dos valores norte-americanos como base da coesão social. Murachik⁷¹ pontua o momento pós Segunda Guerra Mundial como o instante definitivo do neoconservadorismo, visto que o internacionalismo liberal daquele momento é um dos parâmetros fundamentais para o neoconservadorismo, visto que as premissas do liberalismo econômico caminhavam em paralelo a perspectiva de um embate mundial contra o comunismo soviético.

Para os intelectuais neoconservadores, os Estados Unidos falhavam ao amenizar as críticas e o combate direto ao comunismo durante a Guerra Fria (TEIXEIRA, 2007).

69 NISBET, Robert. O Conservadorismo. Lisboa, Editora Estampa, 1987.

70 Max Boot define o neoconservadorismo como “Hard Wilsonism”

71 MURAVCHIK, Joshua, WALT, Stephen M. The Neocons vs. The Realists. The National Interest On Line. Março de 2008. <http://www.nationalinterest.org/Article.aspx?id=19672>. Acessado em 13 Janeiro de 2009

Pág. 27). A eleição de Ronald Reagan torna possível a aproximação de intelectuais neoconservadores ao Partido Republicano: a proposta de uma posição mais firme na luta contra o comunismo de base internacional, a forte retórica moral e a posição mais unilateral e internacionalista em política externa aproxima as perspectiva de uma ala de dentro do partido a pensadores que se denominavam neoconservadores.

Para o pensamento neoconservador, o fim da Guerra Fria elimina a principal fonte de legitimidade do país no sistema de Estados e a principal fonte de seu embasamento teórico. O colapso da União Soviética e o fim do comunismo internacional colocavam em questão a sobrevivência do pensamento neoconsevador enquanto discurso distinto e unitário dentro do espectro político norte-americano.

Neste entendimento, o fim da Guerra Fria sugeria uma tendência bastante clara ao afastamento, ou o não demasiado envolvimento, dos Estados Unidos nas questões referentes à ordem internacional. Surge a perspectiva de que o neoconservadorismo estaria morto daquele momento em diante, pois o objetivo que o mantinha como uma corrente intelectual e política diferenciada dentro do panorama político norte-americano teria findado. Esta interpretação foi assumida até mesmo por uma parcela de neoconservadores, como pode ser visto durante reunião do *Comitte for the Free World* em conferência final em Washington, no dia 1 de Maio de 1990 para mais de 500 convidados presentes. Este comitê foi formado no início dos anos 80 por Norman Podhoretz, um dos mais influentes e respeitados intelectuais de origem neoconservadora, que havia deixado o Partido Democrata por divergências intelectuais. O comitê tinha como objetivo principal conter a ameaça do comunismo internacional; mas também servia como ponto de apoio e referência para todo o *estabilshment* político conservador norte-americano através da organização inúmeras publicações eventos. Nesta ocasião, um dos criadores do comitê, Irving Kristol⁷² anunciou: “Communism is over, and that means that anticommunism is over too. (...) the function of the United States is not to spread democracy around the world”⁷³. Este panorama explicita a posição de grande de uma parcela considerável dos intelectuais nos Estados Unidos:

⁷² Um dos fundadores do moderno pensamento conservador nos Estados Unidos e pai de William Kristol, influente neoconservador na administração de George W. Bush de 2000 a 2008,

⁷³ Citado em CHOLLET, GOLDGEIER, 2008. Pág. 35

num mundo sem ameaças, o país deveria concentrar-se mais em si mesmo, resguardar suas defesas e desfrutar do status de principal potência. Krauthammer (1989)⁷⁴ afirma que a divisão dentro do pensamento conservador nos Estados Unidos. Para o autor, os conservadores iriam se dividir entre *tradicionais*, que iriam retornar a uma postura mais alinhada com o pensamento isolacionista e realista, e de outro; os *neoconservadores*, que tenderiam a defender uma postura mais intervencionista dos Estados Unidos no mundo, através da promoção da democracia e de valores norte-americanos. Krauthammer, percebia que existia uma tendência histórica: a idéia de isolamento por parte dos norte-americanos, de se retirarem da arena internacional após uma grande vitória em um conflito de proporções globais. O país foi fundado através das noções de soberania, liberdade e racionalidade e o fim da Guerra Fria (momento este excepcional na história norte-americana, de constante ameaça de um inimigo externo) poderia criar um retorno a tendência do país a estas idéias originais⁷⁵. Porém, a piora da situação no Oriente Médio nos anos de 1990 e 1991, com a escalada do conflito Iraque versus Kuwait, criaram novas variáveis para uma análise das posições americanas tomadas no contexto do pós-Guerra Fria, trazendo novas questões à tona.

A posição de ampla hegemonia dos Estados Unidos ao fim da Guerra Fria foi bastante problematizada por Kagan (2004)⁷⁶. Buscando encontrar quais as raízes da legitimidade do poder norte-americano no mundo pós-1945, o autor afirma que esta esteve atrelada intrinsecamente à existência da União Soviética. Para Kagan, as tropas

74 KRAUTHAMMER, Charles. The Conservative Crackup. Washington Post, Washington DC, 22 de Setembro de 1989.

75 *"I have great respect for American isolationism. First, because of its popular appeal and, second, because of its natural appeal. On the face of it, isolationism seems the logical, God-Given foreign policy for the United States. It is not just geography that inclines us to it - we are an island continent protected by two vast oceans, bordered by two neighbors that could be friendlier - but history. America was founded on the idea of cleansing itself of the intrigues and irrationalities, the dynastic squabbles and religious wars, of the Old World. One must have respect for a strain of American thinking so powerful that four months before Pearl Harbor the vote extend draft enlistments passed the House of Representatives by a single vote.*

Isolationist say rather unobjectionably that America should confine its attentions in the world defending vital national interest. (...) Isolationism is the most extreme expression of the American desire to return to tend its vineyards" (KRAUTHAMMER, 1990/ 1991. Pág. 27).

76 KAGAN, Robert. America's Crisis of Legitimacy. Foreign Affairs, volume 83 número 2. Março/ Abril de 2004

Soviéticas estacionadas por toda a Europa Central criavam uma sensação de absoluta insegurança para os países da Europa Ocidental:

The sturdiest pillar was Europe's perception that the Soviet Union posed a strategic threat to the West--a reality made manifest by hundreds of thousands of Soviet troops parked in the center of Europe--and its understanding that only Washington possessed the power to deter Moscow. (KAGAN, 2004)

Para Kagan, além da segurança territorial, a União Soviética também representava uma ameaça ideológica para os Europeus em que o surgimento dos Estados Unidos como líderes do “mundo livre” também contribuíam para a posição legítima do país enquanto poder hegemônico no mundo pós-1945. Kagan ressalta o que ele chama de “legitimidade estrutural”, em que a simples existência de apenas duas superpotências como forças predominantes no sistema de Estados criava uma legitimidade natural de ambos os atores. O autor faz este recuo histórico para diagnosticar o que ele chama de *crise de legitimidade* dos Estados Unidos no pós-Guerra Fria. O fim da ameaça Soviética, somada ao advento de ameaças mais difusas no sistema internacional (como conflitos étnicos, o terrorismo, e países em processo de guerra civil e instabilidade) tornam a posição norte-americana de “líderes do mundo livre” vazia de qualquer conotação prática para o exercício de uma liderança eficaz e legítima por parte dos Estados Unidos⁷⁷. Para Kagan, a idéia de unipolaridade não tinha sentido moral a partir do fim da Guerra Fria: os predicativos liberais seriam incompatíveis com a posição hegemônica adquirida pelos Estados Unidos, mesmo que esse poder seja exercido de maneira benigna (KAGAN, 2004). Ainda afirma de maneira crítica a posição das Nações Unidas e do Conselho de Segurança, afirmando que, em um mundo baseado na ordem bipolar, as instituições de caráter bilateral estariam sempre fadadas ao engessamento. É somente com o fim da Guerra Fria que parece possível buscar o objetivo de tornar o Conselho de Segurança e as Nações Unidas fiéis

77 Nas palavras de Kagan: “*Today, the phrase "leader of the free world" sounds vaguely absurd--even to American ears*” (KAGAN, 2004)

depositários de uma possível legitimidade internacional conforme as intenções ao fim da Segunda Guerra Mundial⁷⁸.

Esta análise faz referência à análise de outro importante articulista conservador, Norman J. Ornstein, em artigo de 1992⁷⁹. Ornstein (1992), atualmente vinculado ao American Enterprise Institute, um dos mais renomados entre os institutos neoconservadores da atualidade, coloca o debate entre as perspectivas Republicanas e Democratas para as eleições de 1992 em contraste com os temas de política externa. Para o autor, a vitória na Guerra Fria é uma das mais importantes eventos da história dos Estados Unidos, porém este evento traz em si o fim do propósito de todas as ações norte-americanas desde 1945, ou seja, a contenção do regime Soviético. O papel do país no mundo tem de ser revisado e sua legitimidade será colocada em questão devido a ausência da ameaça que o colocava como justo e necessário.

A noção de espraiamento dos valores ocidentais como foco necessário em política externa para os Estados Unidos é ressaltada por William Pfaff em artigo de 1992⁸⁰. Para Pfaff (1992), o modelo apresentado na Guerra do Golfo em 1991, ou seja, os Estados Unidos utilizando-se do aval do conselho de segurança das Nações Unidas para um programa de ativismo global, é um plano interessante na medida em que os Estados Unidos aparecem como um ator que constrói uma coalizão em torno de um ideal, aproximando seu papel nos anos de 1990 ao de fins da Primeira Guerra Mundial. Porém, o autor ressalta dois problemas principais neste contexto: o primeiro relativo à transposição das opiniões acordadas nas Nações Unidas e sua aceitação pelo público interno norte-americano; o segundo, relativo a dificuldade em encontrar suporte as decisões tomadas no plano interno para o campo internacional. Pfaff também faz referência ao debate entre “internacionalistas” e “isolacionistas” afirmando este estava

78 Porém Kagan também aponta que, de acordo com seus objetivos, os Estados Unidos também não recorrem a ONU para o exercício da força, mesmo após o fim da Guerra Fria: *“In 1994, for example, the Clinton administration sent troops to Haiti without the Security Council's authorization, which came only after the fact. In 1998, it bombed Iraq in Operation Desert Fox over the strong objections France and Russia expressed before the Security Council”* (Kagan, 2004)

79 ORNSTEIN, Norman J. Foreign Policy and The 1992 Election. Foreign Affairs, Volume 71. N. 3. Council of Foreign Relations, Nova Yorke, 1992.

80 PFAFF, William. Foreign Affairs. America and The World - Special. Council of Foreign Relations, Nova York. 1992.

sendo reatualizado em 1991: para o autor, o internacionalismo de origem Wilsoniana traz consigo a oportunidade dos Estados Unidos moldarem sua ordem internacional ideal, e esta posição é defendida em especial pelo grupo de pensadores neoconservadores. Pfaff marca sua perspectiva intelectual introduzindo a perspectiva civilizacional como ponto fundamental para a vitória do ocidente no conflito bipolar:

The West won because of what the democracies were - because they were free, prosperous and successful, because they did justice, or convincingly tried to do so. (PFAFF, 1992)

O autor sugere que a política externa norte-americana deve ser orientada pela dinâmica interna do país, seus valores e objetivos intrínsecos.

Na edição de inverno de 1990, Krauthammer desenvolve as perspectivas de seu artigo de 1989 em artigo intitulado *The Unipolar Moment*⁸¹. Naquela oportunidade, o autor afirmou que a partir daquele momento haveria uma clara tendência para que a natureza da distribuição de poder no mundo fosse unipolar, definindo uma posição bastante clara para as questões de ordem e legitimidade que estariam diante dos Estados Unidos:

The most striking feature of the post-Cold War world is its unipolarity. No doubt, multipolarity will come in time. In perhaps another generation or so there will be great powers coequal with the United States, and the world will, in structure, resemble the pre-World War I era. But we are not there yet, nor will we be for decades. Now is the Unipolar Moment. (KRAUTHAMMER, 1990/ 1991. Pág. 23, 24).

A partir destas considerações, o autor sugere (e crítica) a ligação das perspectivas isolacionistas pela escola realista de pensamento em relações internacionais dentro dos Estados Unidos:

But that desire finds expression in another far more sophisticated and serious foreign policy school: not isolationism but realism, the school that insists that American foreign policy be guided

⁸¹ KRAUTHAMMER, Charles. *The Unipolar Moment*. Foreign Affairs. Council of Foreign Relation, Inverno 1990/ 1991.

solely by interest and that generally defines these interest in a narrow and national manner. (KRAUTHAMMER, 1990/ 1991. Pág. 27).

O paralelo entre as perspectivas isolacionistas tradicionais ao pensamento político nos Estados Unidos e as modernas considerações dos teóricos realistas se justificaria na medida em que o contexto do fim da Guerra Fria seriam a oportunidade de um retorno norte-americano a idéia fundamental de interesse nacional, em que os Estados Unidos viessem a se apartar das questões mundiais, concentrando-se somente em questões internas e de fundamental importância para o país. A ausência do inimigo soviético e a inexistência de um modelo de organização política divergente da democracia de livre mercado poderiam trazer a tona a idéia de que a melhor alternativa para os Estados Unidos de acordo com suas necessidades e objetivos (preceitos fundamentais do realismo político) seriam, neste contexto, o apartamento das questões mundiais e o consequente isolamento.

Krauthammer sugere que os Estados Unidos deveriam agir de maneira oposta: não o isolacionismo, mas seu reverso: o país como força interventora e criadora de uma nova ordem internacional. Neste Momento Unipolar os Estados Unidos deveriam se manter como a força dominante no sistema internacional, criando uma ordem que lhe fosse pertinente, de acordo com as regras que achassem necessárias. E mais: para o autor, a posição unipolar do país não seria apenas de ordem de necessidade e de estratégia - mas também um imperativo moral:

We are in for abnormal times. Our best hope for safety in such times, as in difficult times past, is in American strength and will to lead a unipolar world, unashamedly laying down the rules of the world order and being prepared to enforce them. Compared to the task of defeating fascism and communism, averting chaos is rather subtle call to greatness. It is not a task we are any more eager to undertake than the great twilight struggle just concluded. But it is just as noble and just as necessary (KRAUTHAMMER, 1990/ 1991. Pág. 33. Grifo Meu).

Os neoconservadores eram bastante claros quanto a sua crítica sobre o posicionamento do governo dos Estados Unidos durante o conflito contra o Iraque. Para os neoconservadores, a estratégia de uma coalizão pontual para dar fim a ameaça

Iraqiana e a violação das fronteiras com o Kuwait fora absolutamente acertada: porém permitir que Saddam Hussein permanecesse no poder era algo inaceitável⁸². Para estes autores, os imperativos morais devem ser parte fundamental para as tomadas de decisão em relações internacionais. A decisão de George H. W. Bush em permitir que Saddam Hussein ainda ficasse no poder ao fim do conflito no Golfo em nome de um equilíbrio de poder no Oriente Médio era moralmente inaceitável e estrategicamente falha. Para os neoconservadores, os Estados Unidos deveriam guiar-se pela promoção de valores em escala mundial, atrelando estes valores a realização de seus interesses. Portanto, o momento pós-Guerra Fria seria o momento ideal para a realização de uma ordem mundial centrada em valores e projeção de poder.

2.3.2 - Conservadores: entre o isolamento e o interesse nacional

A frase “nós estamos em um período anormal” citada por Krauthammer em seu artigo não é gratuita. É uma resposta direta a uma das posições mais consistentes atreladas à perspectiva que priorizava o afastamento dos Estados Unidos da arena mundial. Em artigo de 1990, Jeane K. Kirkpatrick (influyente pensadora neoconservadora que havia trabalhado na gestão de Ronald Reagan como assessora para assuntos em política externa) escreveu: “Its time to give up the dubious benefits of superpower status” (KIRKPATRICK, 1990. Pág. 40). Para a autora, ao final da Guerra Fria, os Estados Unidos seriam apenas uma nação normal, em uma época normal⁸³. Para Kirkpatrick, os Estados Unidos deveriam, a partir daquele momento, “(...) taking care of pressing problems of education, family, industry and technology” (KIRKPATRICK, 1990. Pág. 40). Neste sentido, a autora fazia eco ao grupo de analistas que avaliavam que o fim da Guerra Fria trazia consigo a necessidade do desengajamento dos Estados Unidos das questões internacionais e por sua vez, o fim do pensamento neoconservador como via necessária para a orientação em política externa pelo país.

⁸² MURAVCHIK, Joshua, WALT, Stephen M. The Neocons vs. The Realists. The National Interest On Line. Março de 2008. <http://www.nationalinterest.org/Article.aspx?id=19672>. Acessado em 13 Janeiro de 2009

⁸³ Este é o título do artigo citado de Kirkpatrick. KIRKPATRICK, Jeane: A Normal Country in a Normal Time. National Interest. Outono de 1990.

Porém, Kirkpatrick marca sua posição no que se refere a maneira como os Estados Unidos devem conduzir sua política externa a partir de então, colocando em um campo distinto dos realistas e dos liberais Wilsonianos. Em artigo em meio ao processo de fim da Guerra Fria Kirkpatrick⁸⁴ (1990) afirma que a questão principal que surgia após o fim do conflito bipolar era um reestabelecimento dos papéis de Estados Unidos e União Soviética no mundo. A autora faz referência (e a crítica) a tendência ao legalismo das posições norte americanas para a definição de uma possível estruturação de poder nas relações internacionais. Citando a Liga das Nações e a Carta das Nações Unidas como exemplos de uma tendência norte-americana em buscar garantir posições no sistema de Estados através de leis estabelecidas de maneira multilateral, a autora problematiza a utilização do mesmo recurso ao fim da Guerra Fria. O momento excepcional dos Estados Unidos no início dos anos de 1990 trazia a possibilidade destes em colocar em questão os reais ganhos em se assumir contratos e acordos de caráter internacional a fim de garantir seus interesses. Para a autora, a questão fundamental neste contexto era estabelecer bases claras para os papéis das potências, em especial, dos Estados Unidos, vitoriosos no conflito bipolar, e da União Soviética, que agora tinha seu status e capacidade muito reduzidos no sistema internacional. Porém, a autora adverte pela necessidade de cautela: mesmo os Estados Unidos tendo se tornado o principal vitoriosos ao fim da Guerra Fria, o país deveria colocar-se no mundo não enquanto única “superpotência”, mas apenas como “potência”, restabelecendo suas relações em caráter de normalidade com a Europa e outras potências mundiais.

Esta perspectiva mais simpática a uma possível ausência dos Estados Unidos nas grandes questões internacionais não foi o único ponto fundamentado entre os intelectuais mais distintantes do internacionalismo de origem Wilsoniana. Um grupo considerável de intelectuais realistas afirmavam que o mais coerente, naquele contexto, era o que o país propusesse uma redefinição radical de sua política externa (que deveria não estar mais balizada na contenção da União Soviética), que visasse a realização de interesses nacionais, garantisse a segurança nacional, e que incluísse as grandes potências para uma divisão de tarefas no que se refere a garantia da ordem e da estabilidade.

⁸⁴ KIRKPATRICK, Jeane. Beyond the Cold War. Foreign Affairs. Vol. 69. N. 1. Council of Foreign Relations. 1990.

Henry Kissinger, em obra de 2001⁸⁵ é bastante específico quanto ao contexto dos anos pós-guerra Fria: os Estados Unidos precisavam de uma política externa coerente com seus interesses nacionais. O autor afirma que os anos de 1990 criaram um paradoxo para o pensamento político norte-americano. Por um lado, a vitória na Guerra Fria trouxe a possibilidade do país tornar-se a maior potência global, capaz de criar e sustentar uma possível ordem internacional que satisfaça seus anseios. Por outro lado, as pressões da opinião pública limitam estes anseios. E mais: o fim do conflito bipolar teria tornado o tema da política externa e da segurança internacional em grande medida irrelevante para a maior parte do eleitorado norte-americano, em detrimento de outros temas, em especial, a economia interna. Deste modo, considerações a cerca das possíveis opções e considerações na forma e objetivos da política externa norte-americana foram retiradas da agenda de debate público, transformando-se em tema restrito à um conjunto de *policymakers* e de alguns departamentos dentro do governo (KISSINGER, 2001. Pág. 18). Para Kissinger, o momento pós-Guerra Fria trouxe a oportunidade para que as duas interpretações antagônicas de origem Wilsoniana se transformassem o parâmetro fundamental para as balizas em política externa: por um lado, dentro do espectro da “esquerda norte-americana” - ou “liberais” - enxergavam os Estados Unidos como o principal árbitro de mudanças de regime e na resolução de conflitos nos mais diferentes pontos do planeta. Como aponta Kissinger, para esta escola de pensamento, “foreign policy equates with social policy” (KISSINGER, 2001. Pág. 19), e a vitória na Guerra Fria teria sido uma apenas uma inexorável vitória da democracia sobre o totalitarismo, da capacidade do primeiro em gerar bem estar frente ao colapso social do segundo. Por outro lado, à direita do establishment político doméstico nos Estados Unidos, Kissinger faz referência aos neoconservadores, que argumentavam que a vitória na Guerra Fria só teria sido possível devido a posição hegemônica dos Estados Unidos como líder do mundo livre, e a mudança de comportamento e de retórica por parte do país em relação ao comunismo. Para este grupo de intelectuais, daquele momento em diante, cabia aos Estados Unidos assumirem sua posição de liderança no mundo pós-Guerra Fria exportando seus valores e políticas

85 Nesta obra, Kissinger faz um amplo retrospecto de suas análises em relações internacionais durante os anos de 1990, condensado-as em uma obra de referência. KISSINGER, Henry. Does America Need a Foreign Policy? Toward a Diplomacy for the 21st Century. Simon & Schuster, Nova Yorke. 2001.

para as regiões do mundo que passassem por conflitos e crises (KISSINGER, 2001. Pág. 19).

A grande falha das duas perspectivas para o autor eram que, do seu ponto de vista, nenhuma delas apresenta balizas sustentáveis para a elaboração de uma política externa coerente para os Estados Unidos depois da Guerra Fria. Para o autor, ambas as perspectivas se sustentam em temas imponderáveis: de um lado, os Estados Unidos se incumbem de uma política missionária; de outro, o acúmulo de poder e implementação de uma liderança mundial com base nas prerrogativas da capacidade de uso da força e da disseminação de valores norte-americanos. Assim, os desafios no sistema internacional que apareciam no início dos anos de 1990 eram difusos e críticos. O fim da Guerra Fria sugere a necessidade de uma revisão dos antigos paradigmas de segurança e ameaças por parte dos Estados Unidos e esta revisão pressupõe uma perspectiva de política exterior abrangente, ou seja, a imediata e necessária redefinição de interesse nacional.

O autor afirma portanto a necessidade da elaboração de uma política externa de longo prazo, que dê conta das questões ideológicas presentes na formação intelectual norte-americana, mas que principalmente de conta dos desafios impostos por uma arena internacional não mais restringida pela ordem bipolar e que garantam a segurança dos Estados Unidos neste novo contexto. Relativizando sua análise de base realista, Kissinger sugere que o inexorável caráter moralista da ação internacional norte-americana deva ser contemplada na definição de uma política externa. Os Estados Unidos devem buscar o balanceamento entre valores e interesses, entre paz e justiça: ou seja, entre realismo e idealismo

Sucefful foreign policy requires the manegement of nuances in a continuous process; domestic politics is about marshaling interests and passing laws wich are subsequently enforced by an accepted judicial system. In diplomacy, morality expresses itself in the willingness to persevere through a series of steps, each of wich is inevitably incomplete in terms of ultimate goal (KISSINGER, 2001. Pág. 287)

Os Estados Unidos devem, dentro daquele contexto, reafirmar a necessidade da criação de uma política externa que reafirme os valores norte-americanos, mas que principalmente, objetive a realização de questões fundamentais a ordem, a segurança e a estabilidade do sistema de Estados.

Também dentro desta perspectiva mais atrelada ao realismo, ou seja, a necessidade da ação no campo internacional balizada por uma interpretação com relativa base consensual sobre as razões de Estado e necessidade, Zbigniew Brzezinski em artigo de 1991⁸⁶ afirma que o fim da Guerra Fria traz consequências radicais para o sistema internacional. A ampliação sem precedentes da complexidade das relações internacionais traz um grande dilema para o papel dos Estados Unidos no mundo. Para o autor, a segurança internacional no mundo pós-Guerra Fria está relacionada a uma série de fatores: a independência militar Européia; a transformação da União Soviética; a estruturação de uma possível comunidade de segurança no leste Asiático, e por fim; o papel dos Estados Unidos como árbitro das crises no Oriente Médio.

O sistema global que irá surgir no pós Guerra Fria não harmonioso, porém também não irá surgir balizado em uma possível hegemonia norte-americana. Duas são as razões apontadas pelo autor para a incapacidade dos Estados Unidos em lidarem com uma ordem internacional de maneira unilateral: a recessão econômica pela qual passam o país em princípio dos anos de 1990 e a complexidade e dificuldade dos temas em relações internacionais a parti de então. Porém, Brezezinski também faz uma ressalva: a retirada dos Estados Unidos rumo a um Isolacionismo do tipo pré-Primeira Guerra Mundial parece improvável devido ao papel exercido pela globalização econômica.

A ordem mundial surgente pode, portanto, ter duas principais características: a primeira, a de colapso. Caso os pontos apontados pelo autor não venham a ter uma resolução de sucesso, o sistema internacional pode entrar em um colapso generalizado. A segunda opção está na participação pontual dos Estados Unidos para a resolução destes temas, juntamente com o suporte do país para soluções regionais a crises pontuais. Os Estados Unidos deveriam agir de maneira pontual a fim de obter os maiores ganhos. Para o autor, é somente com uma divisão de tarefas entra as grandes potências é que seria possível a consolidação de uma ordem mundial estável, visto que o

⁸⁶ BREZEZINSKI, Zbigniew. *Selective Global Commitment*. Foreign Affairs. Volume 70. N. 4. Council of Foreign Relations, Nova York. 1991.

fim da Guerra Fria aprofunda a dificuldade e complexidade dos temas que geram instabilidade no sistema de Estados.

Walt (2008)⁸⁷ cita Brezezinski, e Mearsheimer como autores que durante a crise do Golfo acenaram para uma fácil vitória dos Estados Unidos, salientando que os Estados Unidos deveriam dividir com outras potências as responsabilidades sobre o mentenimento da ordem internacional. Para os autores realistas, uma posição mais ativa no mundo conforme a proposta por autores liberais e neoconservadores levaria irremediavelmente ao aumento sem precedentes do anti-americanismo, e isso solaparia a legitimidade conquistada nos anos da Guerra Fria. Walt faz uma grande crítica aos autores neoconservadores quando cita a tendência destes em tratarem as questões em política internacional como conflitos entre o bem e o mal. De acordo com o autor:

Where realists see a world of states with both competing and intersecting interests, neoconservatives see a stark clash between virtuous, peace-loving democracies and aggressive, evil dictatorships. They imagine enemy forces to be tightly grouped in hostile movements like “international communism,” the “axis of evil” or “Islamofascism” and routinely portray them as a vast and growing danger, even when these forces are in fact deeply divided and their actual capabilities are but a tiny fraction of America’s economic, military and political strength. Nonetheless, neocons argue that it is imperative for the United States to topple this potpourri of minor-league adversaries and convert them into pro-American democracies (WALT, 2008)

Para Walt, os neoconservadores apontam duas únicas opções para os Estados Unidos no mundo pós-Guerra Fria: ou estes usam a força para transformar o sistema de Estados à sua imagem e semelhança, ou os Estados Unidos irão gradualmente sucumbir as crises e forças radicais que estão a espreita no mundo.

2.3.3 - Liberais: foco na economia e na globalização

⁸⁷ Citado por Stephen Walt in MURAVCHIK, Joshua, WALT, Stephen M. The Neocons vs. The Realists. The National Interest On Line. Março de 2008. <http://www.nationalinterest.org/Article.aspx?id=19672>. Acessado em 13 Janeiro de 2009

Por sua vez, Robert W. Tucker e David C. Hendrickson⁸⁸ buscam colocar em perspectiva crítica a percepção de neoconservadores e realistas. Tucker e Hendrickson (2005), buscando fundamentar sua posição crítica a Kagan, iniciam o artigo afirmando que a legitimidade se baseia em uma idéia de opinião e consenso:

La legitimidad surge de la convicción de que la acción del Estado se realiza en el ámbito de la ley, en dos sentidos: primero, que la acción dimana de la autoridad legalmente constituida, es decir, de la institución política autorizada a adoptarla; y segundo, que no viole una norma legal o moral. En última instancia, sin embargo, la legitimidad está basada en la opinión, y en consecuencia acciones que son ilegales en cualquiera de estos sentidos pueden, en principio, seguir siendo consideradas legítimas (TUCKER, HENDRICKSON. 2005)

A legitimidade, dentro desta perspectiva, não poderia estar ancorada somente na ameaça soviética, pois esta idéia estaria em contradição com as perspectivas internacionalistas colocadas dentro do pensamento político norte-americano desde Wilson. De acordo com esta perspectiva, a percepção de legitimidade norte-americana sempre esteve ligada à noção Wilsoniana de moralidade e estratégia, ou seja, perspectivas morais que balizam a noção de segurança (TUCKER e HENDRICKSON. 2005).

Os autores afirmam que a legitimidade dos Estados Unidos como força fundamental no contexto pós-1945 estava baseada em quatro pilares: na baliza do direito internacional, nos modelos institucionalizados de tomadas de decisão, a política moderada de Washington e, por fim, ao êxito em manter a paz e a prosperidade nos países democráticos de industrialização avançada.

Tucker e Hendrickson afirmam que os Estados Unidos teriam buscado muitas vezes em sua história balizar suas ações através da utilização do direito internacional⁸⁹,

88 TUCKER, Robert W. Tucker, HENDRICKSON, David C. Las fuentes de la legitimidad estadounidense. Foreign Affairs En Español, Janeiro- Março de 2005.

89 Mesmo que em algumas ocasiões os Estados Unidos tenham sistematicamente desrespeitadas as leis internacionais - como no caso de Cuba em 1962 - sempre houve a vontade expressa de enquadrar a violação no direito: *“Sin duda Estados Unidos no siempre se adhirió con escrupulosidad a las reglas de la carta en su forma de hacer diplomacia, por ejemplo cuando puso a Cuba en cuarentena para evitar el arribo de más armamentos nucleares soviéticos en 1962. Pero sus dirigentes, por lo regular, han hecho cuantos esfuerzos han sido posibles para encuadrar sus acciones en el derecho internacional”* (TUCKER, HENDRICKSON. 2005)

em especial, através dos fóruns institucionais e multilaterais que foram criados após a Segunda Guerra Mundial:

La legitimidad del poder estadounidense se vio realizada también por el apego de Washington a los modos consensuales de toma de decisiones, compromiso que dimanaba del carácter democrático de la forma de gobierno del país y que se reflejó en el frenesí de creación de instituciones que ocurrió durante la Segunda Guerra Mundial y después de ella. (TUCKER, HENDRICKSON. 2005)

A moderação do uso da força torna-se resultado e resultante da institucionalização de tomada de decisão promovida pelo governo, perspectiva esta que faz eco a interpretação de Gaddis (2004) que os Estados Unidos teriam sua legitimidade por consentimento de sua hegemonia. O poder norte-americano teria se tornado no pós-Segunda Guerra, necessário para o manutenção da ordem, da paz e da prosperidade:

Para aquellos cuya memoria se formó en las catastróficas guerras mundiales del siglo XX, fue como librarse de un mal indecible. La respuesta extendida en el mundo libre fue la gratitud por la salvación obtenida por el esfuerzo de Estados Unidos y la creencia de que el poder de Washington era tanto necesario como justo o, en una palabra, legítimo. (TUCKER e HENDRICKSON. 2005)

Tucker e Hendrickson vão sugerir que o fim da Guerra Fria não trouxe o fim das bases de legitimidade dos Estados Unidos no sistema internacional, porém trouxe um paradoxo que os autores definem como um momento Madisoniano⁹⁰. A necessidade de encontrar meios de controle para uso da força que não interfiram na soberania norte-americana para as tomadas de decisão, ou seja: sugerem que o ponto de vista fundamental para a resolução dos problemas da posição norte-americana no pós-Guerra Fria está de em ações de cunho liberal e em uma revisão da tradição de Wilson para este contexto. Para os autores esse dilema pode ser percebido nas administrações de George H. W. Bush e de Bill Clinton:

90 James Madison nos Documentos Federalistas afirmou que: *“Al formar un gobierno que va a ser administrado por hombres sobre otros hombres la gran dificultad radica en esto: primero se debe capacitar al gobierno para controlar a los gobernados, y en segundo lugar obligarlo a controlarse”* (James Madison in TUCKER, HENDRICKSON. 2005)

Ni George H.W. Bush ni Bill Clinton permitieron que el Consejo de Seguridad restringiera la política estadounidense en todos los casos, pero tenían plena conciencia de la importancia de respetar las opiniones del organismo internacional. (TUCKER e HENDRICKSON. 2005)

O fim da Guerra Fria representa uma crise de legitimidade dos Estados Unidos e do papel do país no sistema internacional pois esta teria suas balizas no direito. É com o fim do conflito com a União Soviética que os Estados Unidos podem buscar uma maior realização de sua perspectiva legalista para as relações internacionais, visto que o contexto da Guerra Fria tornava ações ilegais em legítimas⁹¹ criando uma zona de exceção permanente para a objetivação da contenção ao comunismo internacional. Este contexto teria tornado esta perspectiva mais crível e possível de ser realizada, visto que o predomínio unipolar ensejaria a tendência da liderança sem restrições dos Estados Unidos no mundo. Tucker e Hendrickson terminam seu artigo afirmando que os norte-americanos devem voltar a perspectiva do poder auto-restringido dos anos posteriores ao fim da Segunda Guerra Mundial, pois seria somente deste modo que o país poderia resgatar sua posição legítima.

A idéia da unipolaridade apontada por Krauthammer no pós-Guerra Fria obteve grande sucesso com uma parcela considerável dos intelectuais norte-americanos, porém, possuía críticos. Joseph Nye, teórico de perspectiva liberal fez uma consistente crítica ao ponto de vista de Krauthammer em artigo na edição de outono de 1992 da mesma *Foreign Affairs*, levando em consideração o contexto internacional após a Guerra do Golfo. Nye (1992) critica abertamente o artigo de Krauthammer, enunciando o possível falseamento da idéia de unipolaridade:

According to Charles Krauthammer, the Gulf War marked the beginning of a Pax Americana in which the world will acquiesce in a benign American hegemony. The premise is correct that the collapse of the Soviet Union left the world with only one superpower, but the

91 Interpretação esta que está balizada na Doutrina da Guerra Justa, como afirmado por Walzer quando este afirma a relatividade moral da noção de soberania: “*As fronteiras “(...) são (...) as únicas fronteiras que as comunidades chegam a ter. E é por isso que a intervenção é sempre justificada como se fosse uma exceção a regra geral, tornada necessária pela urgência ou extrema gravidade de um caso específico*” (WALZER, 2003. Pág. 153).

hegemonic conclusion does not follow. For one thing the world economy is tripolar and has been since the 1970s. Europe, Japan and the United States account for two-thirds of the world's product. In economics, at least, the United States cannot exercise hegemony. Hegemony is also unlikely because of the diffusion of power through transnational interdependence (NYE, 1992)

Tanto a perspectiva que se fundamentava em uma Nova Ordem Mundial, ou aquelas que pontuavam o fim da Guerra Fria como a prova final da superioridade das democracias liberais incorriam em erro. A complexidade do mundo nos anos de 1990, com o avanço da globalização e das relações transnacionais transformavam o poder em algo multidimensional: a complexidade e desafios deste novo contexto só podem ser enfrentados caso a idéia de uma Sociedade Mundial volte a fazer parte da agenda dos temas internacionais:

This evolution makes more relevant the liberal conception of a world society of peoples as well as states, and of order resting on values and institutions as well as military power. Liberal views that were once regarded as hopelessly utopian, such as Immanuel Kant's plea for a peaceful league of democracies, seem less far-fetched now that political scientists report virtually no cases of democracies going to war with each other. (NYE, 1992)

Para Nye, somente instituições internacionais fortalecidas podem garantir a realização de uma ordem internacional sólida, cabendo aos Estados Unidos a consolidação de uma perspectiva que acabe com a idéia de que existe uma escolha entre prioridades nacionais e internacionais: para o autor, a interdependência transnacional torna o papel dos Estados Unidos do mundo necessário a realização de seu bem estar econômico.

Rosecrane (1992)⁹² pontua o tema da economia como fundamental para que os Estados Unidos possam demarcar seu espaço na ordem mundial pós-Guerra Fria. O autor sugere que existem três modelos básicos para a criação de uma ordem internacional duradoura: a primeira, com base em uma possível Balança de Poder entre

⁹² ROSECRANE, Richard. A New Concert of Powers. Foreign Affairs. Vol. 71. N. 2. Council of Foreign Relations. 1992.

as principais potências; a segunda, através da dissuasão nuclear (que esteve em prática de 1945 a 1989); e a terceira com base em um Concerto de Nações. Na história, Resecrane identificou diversas ocasiões em que uma coalizão central conseguiu criar, por algum tempo, uma ordem legítima para as relações entre Estados. Porém, todas elas, por alguma razão, entraram em colapso. Assim, a Guerra do Golfo desenhou um novo concerto de nações entre as potências que se alinharam contra Saddam Hussein sob a liderança dos Estados Unidos. Porém, se pergunta: esta coalizão tem chances de sobrevivência?

Para o autor, os Estados Unidos deveriam trabalhar para criar uma coalizão central unida por interesses econômicos comuns e que garantisse as bases de uma economia aberta e saudável, em que os participantes renunciem a guerra de expansão, possuam uma base ideológica comum e atuem todos para a manutenção na ordem.

Ikenberry, assim como Kagan, aponta que o surgimento da União Soviética como potência internacional é um fator relevante para a percepção de legitimidade internacional da dominação norte-americana. Porém, Ikenberry afirma que o fator determinante para a legitimidade do papel dos Estados Unidos está na natureza do poder proposta pelo país. A idéia de reciprocidade e a ausência de meios coercitivos na forma de dominação proposta pelos Estados Unidos ao fim do conflito asseguraram a anuência das principais potências Européias, mais preocupadas naquele momento com o estabelecimento de meios pacíficos para a manutenção da paz no continente.

The open character of American hegemony, the extensive reciprocity between the United States and its partners, the absence of hegemonic coercion, and binding institutional relations all provided elements of reassurance and legitimacy despite the huge asymmetries of power (IKENBERRY, 2001. Pág. 166).

Seguindo o mesmo ponto de vista liberal, Robert Hormats⁹³ trabalha as origens do que considera as fontes do poder norte-americano. Hormats (1991, Pág. 139) sugere que o poder norte-americano tem raízes internas. Para o autor, o grande potencial econômico do país permitiu a criação e manutenção de uma grande e bem equipada força militar

⁹³ HORMATS, Robert D. The Roots of American Power. Foreign Affairs. Council of Foreign Relations, Nova York. Verão de 1991.

com um contingente de pessoas capazes de operá-la. Investimentos em educação, indústria, ciência e tecnologia e infra-estrutura permitiram que estes elementos se mantivessem em sinergia e operantes. Porém, o autor introduz uma importante variável para a compreensão do poder militar norte-americano nos anos de 1990: sua perspectiva econômica. O papel de liderança no contexto do pós-Guerra Fria (que fora reforçado pela vitória na Guerra do Golfo) só poderia se manter a longo prazo caso a economia norte-americana estivesse saudável, ou seja, a projeção externa do poder do país tem sua base nas condições internas em ser economicamente sustentável e politicamente apoiado. Hormats sustenta que só um esforço Estatal para criar um pacto social através de suporte a educação, infra-estrutura, investimento e poupança podem garantir uma orientação de sucesso em política externa para os Estados Unidos a longo prazo. E mais: Hormats sugere que o papel de líder legítimo do mundo pós-Guerra Fria alcançado pelos Estados Unidos estaria ligado a criação de bem estar econômico em diversas regiões do mundo. Este deveria ser o objetivo central do país na arena internacional: ou seja, liberalização dos mercados, criação de riqueza e bem estar para a legitimação do papel dos Estados Unidos no pós Guerra Fria.

A promoção de valores norte-americanos, em especial, o espraiamento da democracia como ponto fundamental da política externa dos Estados Unidos é o ponto principal em que liberais Wilsonianos e neoconservadores comungam as mesmas perspectivas. Sobre esta aproximação, James R. Schlesinger⁹⁴ reafirma a importância da democracia e do liberalismo para a política externa dos Estados Unidos. Porém, diferente das análises de perspectivas Schlesinger (1993) dá peso às questões internas - em especial as questões de bem estar econômico dentro dos Estados Unidos - e a ponderação no uso da força para a promoção de valores:

The point is not that we should cease to preach American values or that we should fail to express delight when other societies move closer to democracy. The point is that, even before we examine the trade-offs regarding economic growth or ancillary actions regarding foreign policy or countless other matters, we must conclude

⁹⁴ SCHLESINGER James R. Quest for a post-Cold War foreign policy - James R. Schlesinger. Foreign Affairs, Volume 72, N. 1. Council of Foreign Relations, Nova York. Verão de 1992.

that, at best, the fostering of democracy is a delicate and quite tenuous guide to policy (SCHLESINGER, 1992)

O autor ressalta que a promoção de valores deve fazer parte da agenda norte-americana, porém ela não pode entrar em rota de colisão com as necessidades econômicas do país. O balanceamento da promoção de valores e da realização de interesses - em especial, de interesses econômicos - deveria ser a perspectiva norteadora da política externa dos Estados Unidos. Para Schlesinger, o público interno dos Estados Unidos é o ponto central de sua legitimidade. A Guerra do Golfo teria sido o momento em que esta relação teria se tornado ainda mais clara, pois a globalização e os modernos meios de comunicação tornaram amplamente disponíveis a informação quase instantânea com acesso em tempo integral a imagens das zonas de conflito. O autor afirma que a falta de apoio popular no início do conflito (ponto este que será melhor analisado no próximo capítulo) caberia aos *policymakers* a ponderação entre a realização das demandas internas e o jogo diplomático na arena internacional.

2.3.4 -As perspectivas contemporâneas do Imperialismo norte-americano

Dentro de uma análise mais contemporânea das relações internacionais e do papel dos Estados Unidos no mundo, convencionou-se na linguagem comum chamar a posição norte-americana no pós-Guerra Fria como *imperial*. Autores ligados tanto a perspectivas mais críticas sobre o papel dos Estados Unidos no mundo pós Guerra Fria, como autores de base mais conservadora observam a posição norte-americana a partir dos anos de 1990 como imperial.

O historiador Niall Ferguson vai também por sua vez, caracterizar os Estado Unidos como um império, porém, propõe a definição de Império Liberal⁹⁵. Em seu trabalho, Ferguson problematiza os diferentes conceitos caracterizados por diversos analistas para definir a posição norte-americana ao final da Segunda Guerra Mundial e ao fim da Guerra Fria. Para Ferguson, conceitos como hegemon, líder, nação indispensável, hiper-potência e tantos outros serviriam para escamotear uma perspectiva particular de imperialismo (FERGUSON, Pág. 9. 2004). Para o autor, o império

95 FERGUSON, Niall. Colossus. Penguin Press, Nova Yorke. 2004.

americano pode ser definido como uma democracia de mercado, uma economia de características liberais e com altos níveis de intervenção estatal; e que tem como principais objetivos manter sua própria segurança e o acesso a matérias primas. Exerce sua liderança mundial através de seu poderio militar e fundamenta tutela não formal em diversas regiões do mundo através de organizações não governamentais, corporações e elites locais (FERGUSON, Pág. 13. 2004).

Ferguson ressalta um fator importante quanto a percepção de imperialismo por parte dos Estados Unidos. De um lado, o início de conceitualização contemporânea dos Estados Unidos enquanto um império vem da escola revisionista da história dos Estados Unidos, ou ainda de teóricos atrelados ao pensamento de esquerda norte-americano (FERGUSON, Pág. 3. 2004).

Eric Hobsbawm⁹⁶ problematiza o que chama de “projeto sem precedentes históricos” da tentativa de dominação imperial por parte dos Estados Unidos (HOBSBAWM, 2007. Pág. 48). Para o autor, a posição imperial norte-americana inicia-se no pós-Segunda Guerra e baseia-se em três pilares distintos: o primeiro, pelo poderio econômico e a capacidade de criar bem estar nos países da capitalismo avançado; o segundo, pela capacidade de criar consenso político em torno dos valores do capitalismo democrático, sendo através da retórica do anti-comunismo - aliada a importantes aportes financeiros - ou através da cooptação das elites locais - e finalmente, a dominação cultural, através da disseminação de valores e de um “estilo de vida” baseados na sociedade de consumo e na idéia de “liberdade” (HOBSBAWM, 2007. Pág. 50). Hobsbawm define esse contexto como o “imperialismo dos direitos humanos”

(...) os regimes bárbaros ou tiranos são imunes a mudança interna, de modo que apenas a força externa pode extingui-los e produzir a conseqüente difusão de nossos valores e instituições políticas legais (HOBSBAWM, 2007. Pág. 18).

Patrick K. O'Brian e Armand Clesse buscam criar uma comparação entre os impérios britânicos e norte-americanos, cada um a seu tempo⁹⁷. Para os autores, o

96 HOBSBAWM, Eric. Globalização, Democracia e Terrorismo. Companhia das Letras, São Paulo. 2007.

97 O'BRIAN, Patrik K e CLESSE, Armand. Two Hegemonies: Britain 1846-1914 and the United States 1941-2001. Asghate Publiser. Londres. 2002.

Reino Unido do século XIX jamais foi um poder tão hegemônico quanto os Estados Unidos do século XX por três razões: a primeira estaria atrelada a resistência do Reino Unido em participar de guerras ao redor do mundo; e a segunda, na percepção de que a posição econômica do Reino Unido não foi uma política deliberada de conquista de mercados, mas sim, uma consequência imponderável do processo desencadeado pela Revolução Industrial; a terceira no fato de que o Reino Unido no século XIX, em nenhum momento, teria buscado, efetivamente, criar uma ordem internacional que respaldasse seus interesses e valores⁹⁸.

Já para Chalmers Johnson⁹⁹, a posição hegemônica que os Estados Unidos assumiram ao fim da Guerra Fria pode ser classificada como uma nova forma de império, sendo que este foi estabelecido especialmente por duas vias: primeiramente, através de um processo de espraiamento do poder militar americano através de bases militares em todo o mundo¹⁰⁰; em segundo lugar, através de um processo de coerção de caráter liberal que “força” políticas econômicas ruins nos países pobres e impedem o desenvolvimento de processos de democratização e desenvolvimento econômico diferentes do modelo entendido pelo establishment político Estadunidense como sendo a forma “ideal”. Chalmers Johnson chama esta postura norte-americana quanto ao processo de desenvolvimento econômico de *ideologia*, no sentido marxista do termo, onde, a partir de 1969, a economia passou a ser entendida como uma ciência exata (descolando-se das ciências sociais) através de uma extrema matematização de seus conceitos e processos, e da utilização política de seus meios.

98 Citado em FERGUSON, Niall. Hegemony or Empire. Foreign Affairs. Setembro/Outubro de 2003. Acessado em <http://www.foreignaffairs.com/articles/59200/niall-ferguson/hegemony-or-empire>, 23 de janeiro de 2009.

99 JOHNSON, Chalmers: Blowback: The Costs and Consequences of American Empire. Henry Holt and Co, 2000.

100 De acordo com o SIPRI - Stockholm International Peace Research Institute - os Estados Unidos contam atualmente com 700 bases militares em 36 países, que hoje alocam com quase 400 mil soldados. SIPRI - Stockholm International Peace Research Institute – “SIPRI data on military expenditure”. <http://www.sipri.org/> - acessado em 19 de novembro de 2007.

O entendimento dos Estados Unidos como um império foi especialmente articulada por pensadores neoconservadores ao final dos anos de 1990. Max Boot¹⁰¹ relacionou a necessidade de um papel imperialista dos Estados no mundo com sua segurança nacional. Para Boot (2001) a não intervenção no mundo dos Estados Unidos de maneira mais profunda e direta resultaram nos atentados terroristas de 11 de setembro. Relacionando sua perspectiva ao contexto focado nesta pesquisa, Boot afirma que a retirada dos Estados Unidos no Afeganistão em 1989 e do Iraque em 1991 estão diretamente ligadas aos atentados terroristas do 11 de setembro. Sendo assim, uma ação de caráter imperialista dos Estados Unidos era um caso de necessidade e garantia de segurança. E mais, seu imperativo moral estaria balizada na Carta do Atlântico em 1941:

Long before British and American armies had returned to the continent of Europe--even before America had entered the struggle against Germany and Japan--Winston Churchill and Franklin Roosevelt met on a battleship in the North Atlantic to plan the shape of the postwar world. The Atlantic Charter of August 14, 1941, pledged Britain and America to creating a liberal world order based on peace and national self-determination. The leaders of America, and of the West, should be making similar plans today (BOOT, 2001)

As perspectivas neoconservadoras como a de Boot foram bastante criticadas por Michael Mann. Mann coloca o “novo imperialismo” norte-americano como sendo análogo a um “novo militarismo”. Fazendo uma ampla análise das relações norte-americanas com o mundo a partir do fim da Guerra Fria, Mann (2006. Pág. 36) afirma que o que foi colocado em prática pelo governo dos Estados Unidos foi uma estratégia imperialista, porém, sem grande nível de refinamento. Para o autor, o momento do imediato Guerra Fria é fundamental para a compreensão da perda de legitimidade dos Estados Unidos. este *modus operandi* militar, travestido de pretensões imperiais foi o responsável pelo declínio da legitimidade norte americana no mundo. Sobre este ponto, Mann afirma:

¹⁰¹ BOOT, Max. The Case for American Empire. The Weekly Standard , Volume 007, N. 5. outubro de 2001. <http://www.weeklystandard.com/Content/Public/Articles/000%5C000%5C000%5C318qpvmc.asp> Acessado em 13 de março de 2009.

O novo militarismo tem os mesmos pontos fortes e fracos do militarismo - poder mas não autoridade, uma arrogância impiedosa que leva ao excesso de confiança e acaba descambando para a insolência e o desastre. Enquanto no passado recente o poder americano era hegemônico - aceito de forma rotineira e em geral, considerado legítimo no exterior - hoje é imposto pelo cano das armas. Isso mina a hegemonia e a pretensão de ser um império benevolente. A incorerência entre os seus poderes militar, econômico, político e ideológico força-o a recorrer ao seu recurso mais forte, a devastação militar ofensiva. Que está sendo usada não em um conflito com grandes potências - China, Rússia, Europa - mas com Estados pequenos e pobres do Sul. Os Estados Unidos definem duas principais zonas de ameaça, o nordeste da Ásia e o Oriente Médio (MANN, 2006. Pág. 344)

A análise de Mann é pautada por grande pesquisa de documentos e em discursos e declarações de *polycimakers* norte-americanos. Esta análise será uma de nossas referências principais no próximo capítulo, em que analisamos o panorama das idéias colocadas em debate pelos atores políticos norte-americanos que tiveram papel ativo na formulação da política dos Estados Unidos no pós Guerra Fria.

Capítulo 3 – Os *Polycymakers* debatem o papel dos Estados Unidos em busca de uma possível Nova Ordem Mundial

“Retreating from the world or discounting its dangers is wrong for the country and sets back everything else we hope to accomplish as Democrats. The defense of freedom and the promotion of democracy around the world aren't merely a reflection of our deepest values; they are vital to our national interests. Global democracy means nations at peace with one another, open to one another's ideas and one another's commerce”

Bill Clinton, em discurso sobre política externa durante a campanha presidencial, dezembro de 1991.

"The things that will destroy America are prosperity at any price, peace at any price, safety first instead of duty first, the love of soft living and the get-rich-quick theory of life. This country will not be a permanently good place for us to live unless it's a good place for all of us to live."

Theodore Roosevelt, durante a eclosão da Primeira Guerra Mundial

A retórica de uma “Nova Ordem Mundial” já estava na agenda do dia muito antes de George H. W. Bush anunciá-la no dia 11 de setembro de 1990. Em 1985, Alva Castro, ministro das finanças Peruano pediu por uma *Nova Ordem Mundial* no que se referia as dividas dos países pobres. Mikhail Gorbachev afirmou por diversas vezes que as reformas na União Soviética apontavam para uma *Nova Ordem Mundial*. Em artigo de fevereiro de 1991¹⁰², William Safire compila uma série de momentos nos quais líderes políticos clamam uma *Nova Ordem*. De Hitler a Roosevelt, passando por Lenin e Henry Kissinger. Porém, qual o real significado da propagandeada Nova Ordem Mundial que se buscava após a Guerra Fria? Quais os objetivos desenhados pelos atores e seus desdobramentos para a história das idéias do *establishment* político norte-americano? São estas as perguntas que nortearão este capítulo no que se refere aos debates e as perspectivas dos *policymakers* norte-americanos a respeito do papel que os

¹⁰² SAFIRE, William. On Language; The New, New World Order. New York Times, seção 6, pág 14. Nova Yorke. 1991. <http://www.nytimes.com/1991/02/17/magazine/on-language-the-new-new-world-order.html>. acessado em 14 de janeiro de 2009.

Estados Unidos teriam a cumprir neste novo contexto, Bem como quais seus desdobramentos para a política norte-americana nos anos subsequentes.

Para tanto, devemos voltar ao contexto imediatamente anterior a crise do Golfo. O fim da Guerra Fria foi precedido ampliação das capacidades militares dos Estados Unidos em escala global. O presidente Ronald Reagan buscou em seu governo acabar com o impasse que havia se tornado a Guerra Fria. Para Reagan, a existência da União Soviética como um pólo de poder equiparável aos Estados Unidos era algo imoral e impossível de ser aceito, existente naquele momento apenas pela continuidade do sistema bipolar estabelecido no pós-Segunda Guerra Mundial. Subindo o tom das declarações, em discurso na Notre Dame University em 17 de maio de 1981, Reagan afirmou sua perspectiva de imoralidade e a ilegitimidade do regime comunista:

O Ocidente não vai conter o comunismo, vai transcender o comunismo (...). Não vai se incomodar com (...) denunciá-lo, vai dispensá-lo como um capítulo bizarro na história da humanidade, cujas derradeiras páginas estão ainda agora sendo escritas (...). Qualquer sistema é implicitamente instável se não dispõe meios pacíficos para legitimar seus líderes. (...) a marcha da liberdade e da democracia (...) deixará o marxismo-leninismo no lixo da história (Ronald Reagan in GADDIS, 2005. Pág 214)

No ano seguinte, na Inglaterra, Reagan faz seu clássico discurso no qual apontava a crise do Regime Soviético e da sua incapacidade em se legitimar através de eleições livres como sua falha intrínseca:

De Settin no Báltico a Varna no Mar Negro, os regimes plantados pelo totalitarismo tiveram mais de trinta anos para se legitimarem. Mas nenhum – nem um só regime – até hoje foi capaz de arriscar eleições livres. Regimes plantados com baionetas não deitam raízes” (Ronald Reagan in GADDIS, 2005. Pág 215)

Observa-se que Reagan assumia uma abordagem moral no que se referia a posição dos Estados Unidos rumo ao final da Guerra Fria. Esta idéia de liderança fica ainda mais clara em março de 1983, quando Reagan, em discurso na Associação Nacional dos Evangélicos atribui a União Soviética a idéia de “Império do Mal”:

Eu os concito a se manifestarem contra os que os põem os Estados Unidos em uma posição de inferioridade moral. (...) eu os concito a se precaverem contra a tentação da soberba, a tentação de julgarem acima disso tudo e de rotularem da mesma maneira os dois lados por suas imperfeições, ignorando os fatos da história e os impulsos agressivos de um império do mal (Ronald Reagan in GADDIS, 2005. Pág 216)

Reagan foi sucedido pelo também Republicano George H. W. Bush, que venceu a eleição em 1988 com mais de 53% dos votos populares e 426 votos no colégio eleitoral (Michael Dukakis, o candidato Democrata conquistou 45,6% dos votos populares e 111 votos no colégio eleitoral). Bush formou sua equipe de governo com conhecidos nomes do Partido Republicano, como o de James A. Baker III como Secretário de Estado, Dick Cheney como Secretário de Defesa e Brent Scowcroft como Assessor de Segurança Nacional.

Por diversas ocasiões, Bush deixou transparecer em suas colocações suas perspectivas morais e suas idéias sobre o papel dos Estados Unidos dentro daquele contexto. Em seu discurso inaugural¹⁰³, Bush colocava como ponto central as perspectivas de mudanças no sistema internacional como questões norteadoras de sua presidência e do papel que os Estados Unidos deveriam assumir no mundo. Para o novo presidente, aquele contexto dava o ensejo necessário para que a liderança norte-americana ao fim da Guerra Fria se tornasse, neste sentido, necessária e fundamental:

For a new breeze is blowing, and a world refreshed by freedom seems reborn; for in man's heart, if not in fact, the day of the dictator is over. The totalitarian era is passing, its old ideas blown away like leaves from an ancient, lifeless tree. A new breeze is blowing, and a nation refreshed by freedom stands ready to push on. There is new ground to be broken, and new action to be taken. There are times when the future seems thick as a fog; you sit and wait, hoping the mists will lift and reveal the right path. But this is a time when the future seems a door you can walk right through into a room called tomorrow.

¹⁰³ BUSH, George H. W. Inaugural Address. 20 de janeiro de 1989. <http://www.nationalcenter.org/BushInaugural.html> acessado em 23 de março de 2009.

Ao discursar¹⁰⁴ sobre o que ele denominava ser “O Novo Século Americano”, Bush apontava quais seriam os predicativos dos Estados Unidos em situações de crise internacional para a busca da estabilidade e da segurança:

Among the nations of the world, only the United States of America has both the moral standing and the means to back it up, (...) We are the only nation on this earth that could assemble the forces of peace"

Bush assumiu a presidência dos Estados Unidos em um momento muito delicado da história contemporânea. Os Estados Unidos e o mundo passavam por grandes transformações no final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990. Internamente, o país estava passando por uma grave crise econômica que se desenrolava desde 1987 (fato marcante desta crise fora a Segunda-Feira Negra de Outubro de 1987, com a queda de mais de 22% no valor das ações pelo índice Dow Jones da Bolsa de Nova York), que criou um cenário amplamente desfavorável para o setor produtivo norte-americano, resultando em uma recessão temporária e num aumento considerável no déficit orçamentário do país. No que se refere ao contexto internacional, a União Soviética passava por uma grava crise interna (processo este que se iniciou com a queda do Muro de Berlim em 1989 e teve seu desfecho em Agosto de 1991 - quando Boris Yeltsin fez seu famoso discurso à frente do Politburo Soviético após a tentativa de golpe militar contra Gorbatchev, tornando-se a principal autoridade política na Rússia). Diversos governos no leste da Europa passavam por profundas transformações políticas. Sobre estas mudanças, no discurso sobre o Estado da União - em janeiro de 1990¹⁰⁵ - Bush faz referência ao que considerava ser a “Revolução de 1989”, ou seja, um momento definidor no que se refere ao contexto histórico nas relações entre os Estados e os povos:

¹⁰⁴ Citado em RESTON, James. A Persistent American Yearning. The New York Times, 16 de Junho de 1991. <http://www.nytimes.com/1991/06/16/magazine/a-persistent-american-yearning.html>. Acessado em 16 de dezembro de 2008.

¹⁰⁵ BUSH, George H. W. STATE OF THE UNION; Transcript of Bush's State of the Union Message to the Nation. The New York Times, 1 de fevereiro de 1990. <http://www.nytimes.com/1990/02/01/us/state-of-the-union-transcript-of-bush-s-state-of-the-union-message-to-the-nation.html?scp=16&sq=%22operation%20just%20cause%22&st=cse>. Acessado em 14 de dezembro de 2008.

Nineteen forty-five provided the common frame of reference, the compass points of the postwar era we've relied upon to understand ourselves. And that was our world until now. The events of the year just ended, the Revolution of '89, have been a chain reaction, changes so striking that it marks the beginning of a new era in the world's affairs.

Para Bush, o novo século americano tinha como ponto central os predicativos morais da América: os Estados Unidos, antes de ser um *país*, são uma *idéia*¹⁰⁶. Bush faz referência as mudanças de governo ocorrida na Polônia, ao início do processo de unificação da Alemanha com a queda do Muro de Berlim, à mudança de governo na Tchecoslováquia, e em especial, à intervenção norte-americana ao Panamá ocorrida neste mesmo ano, como pontos fundamentais daquele contexto histórico. Um processo de profundas transformações das bases do jogo internacional estava em curso: cabia aos Estados Unidos tomar uma necessária posição de líderes deste processo e moldar o mundo de acordo com suas perspectivas.

Para o Partido Republicano, a posição de Bush representava um enigma. Durante a campanha para as eleições, Brent Scowcroft regularmente fazia alusão a Bush como um “Rockefeller Republicano”, expressão que tornou-se sinônimo na política norte-americana para aquela ala do Partido Republicano que tinha posições liberais para a política interna, mas com a manutenção de um Estado forte e relativamente interventor no que se refere a economia. Com relação a temas internacionais, este grupo buscava guiar-se pelo pragmatismo e pelo internacionalismo de origem Wilsoniana, com grande suporte a organismos internacionais de cooperação militar, porém, sem abrir mão da manutenção de uma forte posição geopolítica¹⁰⁷. Como demonstram CHOLLET e GOLDGEIER (2008), o debate dentro do Partido Republicano se inicia logo após a

¹⁰⁶ “America, not just the nation, but an idea alive in the minds of people everywhere. As this new world takes shape, America stands at the center of a widening circle of freedom, today, tomorrow and into the next century”. George H. W. Bush in RESTON, James. A Persistent American Yearning. The New York Times. Domingo, dia 16 de Junho de 1991. <http://www.nytimes.com/1991/06/16/magazine/a-persistent-american-yearning.html>. Acessado em 16 de dezembro de 2008.

¹⁰⁷ Referência a esta particularidade da política norte-americana em Revista Time - Cover Stories "A New Breeze Is Blowing". The New York Times, 30 de janeiro de 1989. <http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,956828,00.html> Acessado em 14 de agosto de 2008.

queda do Muro de Berlim e a consequente decisão do presidente George H. W. Bush de agir de maneira cautelosa e ponderada. Bush foi criticado por uma ala do partido Republicano, e também do partido Democrata, por sua posição pragmática durante os eventos que antecederam o fim da União Soviética. Esta forma de agir pode ser mais bem compreendida por dois momentos emblemáticos: o primeiro, durante a coletiva de imprensa realizada no dia 9 de novembro de 1989 à ocasião da queda do muro de Berlim. Durante a entrevista, a jornalista Leslie Stahl, da rede CBS, perguntou a George H. W. Bush: “In what you just said, that this is a sort of great victory for our side in the big East-West battle, but you don't seem elated. And I'm wondering if you're thinking of the problems?”. A resposta de George H. W. Bush foi imediata e lacônica: “I am not an emotional kind of guy”¹⁰⁸.

Outro momento no qual a cautela de George H. W. Bush ficou explícita, foi no encontro deste com Mikikhail Gorbachev em um navio na costa de Malta, no mês de dezembro de 1989. Neste encontro, organizado para que os dois líderes pudessem discutir as questões pertinentes à reunificação da Alemanha e o futuro da União Soviética, Bush disse a Gorbachev¹⁰⁹:

There are People in the United States who accuse me of being too cautious. (...) Its true, I am a prudent man, but I am not a coward, and my administration will seek to avoid doing anything that would damage your position in the world. But i was insisntently advised to do something of that sort - to climb the ever, is avoiding these steps: we are in favor of reserved behavior.

As críticas à posição velada de Bush não tardaram em aparecer, e elas vieram em especial do Congresso norte-americano, onde claramente as posições se polarizavam em âmbitos mais radicais. Na ocasião, o líder da maioria Democrata no Senado, George

¹⁰⁸ Podemos ainda citar a entrevista revista Time de 30 de Janeiro de 1989, onde Bush afirmou a cerca da forma dos Estados Unidos em agir com a União Soviética: “*And I made clear in the meeting with President Reagan that this mode that some think is a little excessively cautious is a good thing for U.S.-Soviet relations. I want to be able to deliver on what I propose, and I want to propose something that's prudent*” (George H. W. Bush. "There's Been a Certain Liberation". Revista Time, 30 de janeiro de 1989, Volume 133 Numero 5. <http://www.time.com/time/magazine/0,9263,7601890130,00.html> Acessado em 23 de março de 2008.

¹⁰⁹ Citado em CHOLLET e GOLDGEIER. 2008. Pág. 55.

Mitchell afirmou que George H. W. Bush deveria ir para Berlim e: “To acknowledge the tremendous significance of the symbolic destruction of the Berlin Wall, and to give voice to the exhilaration felt by all Americans¹¹⁰”. O senador Al Gore, candidato a presidência pelo partido Democrata em 1988 e também no ano 2000, disse a respeito do mesmo tema: “We have not yet seen the leadership from the White House, the kind of imagination and boldness that is appropriate to this hour”¹¹¹. Dentre os políticos conservadores, George Will, importante jornalista e articulista conservador que havia apoiado Bush durante as eleições, apontou de maneira irônica a insatisfação de conservadores mais a direita com as posições de Bush: “The unpleasant sound Bush is emitting as he traipses from one conservative gathering to another, is a thin, tiny 'arf' -- the sound of a lapdog”¹¹².

Mesmo atrelado a uma perspectiva mais liberal e pragmática do Partido Republicano, Bush e seus aliados mais próximos na administração afirmaram que comungavam da tradição do internacionalismo de origem Wilsoniana de apoio a uma posição de liderança dos Estados Unidos no mundo e balizada por instituições internacionais de base consensual - quando estas estão em conformidade aos interesses, necessidades e perspectivas norte-americanas. Um bom exemplo sobre este ponto está na intervenção norte-americana no Panamá em 1989¹¹³.

110 George Mitchell in CHOLLET e GOLDGEIER. 2008. Pág. 32.

111 Al Gore in CHOLLET e GOLDGEIER. 2008. Pág. 33.

112 George Will in "A New Breeze Is Blowing". The New York Times, 30 de janeiro de 1989. <http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,956828,00.html> Acessado em 14 de agosto de 2008.

113 Fazemos aqui uma importante ponderação: uma ampla bibliografia aponta que a natureza da relação Estados Unidos e América Latina se dá por meio de uma perspectiva particular, baseadas no que Lars Schultz chamou de *mindset*, ou seja uma visão de mundo: “À medida em que fui ampliando meu enfoque sobre o último quarto de século, aos poucos foi se tornando óbvio (ao menos para mim) que existe uma macroexplicação "doméstica" subjacente para tudo: o software mental utilizado pelos cidadãos e funcionários governamentais norte-americanos para pensar a América Latina, os latino-americanos e a própria cultura latino-americana. Nas páginas que seguem, defendo a idéia de que existe, nas mentes dos norte-americanos, uma estrutura mental que determina os contornos básicos da política dos Estados Unidos” (SCHOULTZ, 2000. Pág. v). Porém, mesmo concordando com esta perspectiva, entendemos que o contexto do Panamá nos dá importante pistas sobre o entendimento, dentro dos Estados Unidos, sobre o papel do país no pós-Guerra Fria.

3.1 - A ambiguidade política de Bush e a operação Causa Justa em 1990

Em dezembro de 1989 os Estados Unidos invadiram o território Panamenho com quase 60.000 soldados e 300 aviões¹¹⁴. Nomeada “Operação Causa Justa”, seu objetivo era simples: depor e prender Manoel Noriega, ditador do Panamá (aliado dos Estados Unidos por muitos anos - inclusive recebendo pagamentos da CIA apontados diretamente na folha de pagamentos). Em discurso no dia 21 de dezembro de 1989, George H. W. Bush delineou os objetivos da ação com base no comprometimento com a democracia e com cumprimento dos acordos sobre o canal do Panamá, ou seja: um argumento de origem *moral*, e outro de origem *legal*.

I am fully committed to implement the Panama Canal Treaties and turn over the Canal to Panama in the year 2000. The actions we have taken and the cooperation of a new democratic Government in Panama will permit us to honor these commitments. As soon as the new Government recommends a qualified candidate, Panamanian, to be administrator of the canal, as called for in the treaties, I will submit this nominee to the Senate for expedited consideration. I am committed to strengthening our relationship with the democratic nations in this hemisphere. I will continue to seek solutions to the problems of this region through dialogue and multilateral diplomacy. I took this action only after reaching the conclusion that every other avenue was closed and the lives of American citizens were in grave danger. (...) The Panamanian people want democracy, peace, and the chance for a better life in dignity and freedom. The people of the United States seek only to support them in pursuit of these noble goals. (BUSH, 1989. Grifo meu)

Noriega foi preso e condenado a 40 anos de prisão por tráfico de drogas a serem cumpridos na Federal Correctional Institution, em Miami, Florida. Com o objetivo de se legitimar a invasão, Thomas Pickering, embaixador dos Estados Unidos nas Nações Unidas no período fez questão de apontar a Carta da Nações Unidas como instrumento legitimador da ação, através do dever de defesa de outro país em caso de necessidade:

¹¹⁴ Informações obtidas no histórico da Operação Causa Justa no [globalsecurity.com](http://www.globalsecurity.org/military/library/report/1990/90-9/9091his.htm) <http://www.globalsecurity.org/military/library/report/1990/90-9/9091his.htm> Acessado em 23 de fevereiro de 2008.

O artigo 21 da Carta da ONU [que restringe o uso da força à defesa contra ataques armados até que o conselho de segurança se pronuncie] prevê o uso da força das armas para defender um país, para defender nossos interesses e nosso povo. (Thomas Pickering in CHOMSKY, 2003. Pág. 190).

Em fevereiro de 1990, em anúncio¹¹⁵ sobre fim das operações no Panamá, Bush faz referência a completa realização dos objetivos propostos na ocasião do início da operação: Noriega havia sido deposto e a democracia era restabelecida no Panamá¹¹⁶. No congresso norte-americano, as perspectivas estavam em congruência com o contexto do fim da Guerra Fria. Mesmo a maioria dos representantes sendo do partido democrata, havia suporte de ambos os partidos quanto a ação presidencial. Thomas S. Foley, líder do Partido Democrata no Congresso à época, afirmou¹¹⁷: "under the circumstances, the decision is justified. When there is the engagement of U.S. forces in the field, it behooves all of us to give that support". Paul Simon, outro representante Democrata afirmou: "the instinct of all Americans is to support the President in this kind of situation". A posição dos representantes Democratas era delicada. Lideranças importantes do partido haviam criticado a posição apaziguadora de Bush ao lidar com o processo de esfacelamento da União Soviética. Devido ao contexto internacional extremamente favorável após o fim da Guerra Fria, e a ação rápida e vitoriosa no Panamá, tornava-se bastante difícil a defesa de uma posição mais conciliadora e menos

115 OAKES, John. Bush in Panama: A Tragicomedy. The New York Times, 26 de Janeiro de 1990. <http://www.nytimes.com/1990/01/26/opinion/bush-in-panama-a-tragicomedy.html?scp=4&sq=%22operation%20just%20cause%22&st=cse> . Acessado em 31 de março de 2008.

116 "One year ago the people of Panama lived in fear, under the thumb of a dictator. Today, democracy is restored. Panama is free"

117 Citações dos representantes norte-americanos retirado do artigo de FRIEDMAN, Thomas. Fighting in Panama: Reaction; Congress Generally Supports Attack, but Many Fear Consequences. The New York Times, 21 de dezembro de 1989. <http://www.nytimes.com/1989/12/21/world/fighting-panama-reaction-congress-generally-supports-attack-but-many-fear.html?scp=12&sq=%22operation%20just%20cause%22&st=cse> Acessado em 23 de janeiro de 2009.

intervencionista dos Estados Unidos nas questões internacionais¹¹⁸. Os Republicanos por sua vez eram amplamente favoráveis a intervenção. Robert Dole, senador Republicano afirmou sobre a ação:

I want to indicate my support for President Bush's action - strong support. He knew it was a difficult choice; he knew people would be injured or killed, but he felt that the national interest required an appropriate response to continued escalation and provocation by the dictator down there, Noriega. (Robert Dole in FRIEDMAN, Thomas. Fighting in Panama: Reaction; Congress Generally Supports Attack, but Many Fear Consequences. The New York Times, 21 de dezembro de 1989.

Porém, a intervenção no Panamá tinha raízes em escolhas realizadas pelo presidente e sua equipe. E naquele momento, estava em jogo a capacidade do presidente George H. W Bush em agir de maneira enérgica caso fosse necessário. O Secretário de Estado James A. Baker III ao final das operações no Panamá afirmou¹¹⁹: "we have cut off the head of that government. (...) Yesterday's 'maximum leader' is today's hunted fugitive.". Este processo aproximou a administração Bush daquelas lideranças do Partido Republicano mais alinhadas a posição Neoconservadora de engajamento e liderança dos Estados Unidos nas questões internacionais no pós-Guerra Fria, em especial, no Congresso norte-americano. Ao delinear uma possível doutrina para a ação dos Estados Unidos com o caso do Panamá, outra crise internacional surgia no horizonte de Bush, porém, desta vez, muito mais grave e complexa. Em meio a este processo de esfacelamento da União Soviética, o Iraque, sob a liderança de Saddam Hussein promovem a invasão ao território do Kuwait.

¹¹⁸ Obviamente, algumas vozes dissidentes se faziam ouvir. Charles B. Rangel, Democrata e presidente do Comitê para Narcóticos do Congresso afirmou sobre a invasão: *'As much as I would like to get rid of the bum in Panama, I don't see the legal authority of the use of the military. I am of course distressed that prior to our action, an American was killed, an American arrested, an American brutally beaten, and an American military wife was threatened with rape. President Bush said, 'That was enough.' If that is so, far more than that happens on the streets of New York every day and night, and I say, that too is enough.'*

¹¹⁹ James A. Baker III citado em APPLE, R. W. Fighting in Panama: The Implications; War: Bush's Presidential Rite of Passage. The New York Times. 21 de dezembro de 1989. <http://www.nytimes.com/1989/12/21/world/fighting-in-panama-the-implications-war-bush-s-presidential-rite-of-passage.html?scp=19&sq=%22operation%20just%20cause%22&st=cse> Acessado em 23 de janeiro de 2008.

3.2 - A intervenção no Iraque em 1991 e a eclosão da Guerra do Golfo

Imediatamente após a ação militar do Iraque contra o Kuwait, os Estados Unidos empreenderam uma reação. A administração Bush agiu rapidamente para mobilizar os membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas e obter o consenso para a desaprovação à invasão (CHOLLET e GOLDGEIER, 2008. Pág 9).

A pergunta central a ser respondida pela administração Bush naquele momento era: de que modo os Estados Unidos, a única superpotência existente no planeta, iriam reagir à invasão do território do Kuwait? Brent Scowcroft, conselheiro para assuntos de segurança durante o governo de George H. W. Bush e um de seus amigos mais próximos, em entrevista¹²⁰ revelou que a percepção dentro da administração nos primeiros momentos do conflito era a de que esta seria uma crise rápida de solução:

Was, well, this is a little conflict, we don't much like Kuwait anyway, they're not that friendly with us, they're halfway around the world? (...) The tone of the meeting was how do we adjust to this? (...) I remember talking to the president, and said this is not acceptable. We cannot tolerate this kind of naked aggression.

No dia 2 de agosto de 1990, em sessão extraordinária, o Conselho de Segurança das Nações Unidas decidiu, por 14 votos a 0¹²¹, adotar a resolução 660 que condenava a invasão, exigia a imediata retirada das forças iraquianas do Kuwait e o início imediato a

120 CHOLLET e GOLDGEIER, 2008. Pág. 9.

121 Houveram apenas duas abstenções: de Cuba e do Iêmen. Sobre este contexto, METTEWS afirma: *“Though Cuba and Yemen were the most persistent obstacles to unanimity in the Security Council, their stances were dictated by different motivations. Yemen found itself in a difficult situation being the only Arab member of the Security Council at the time and an ally of Iraq. Yemen had to tread the delicate path of maintaining its generally pro-Iraq stance without appearing to condone clear Iraqi contraventions of international law. (...) Cuba on the other hand was more likely to have been motivated by a crude anti-Americanism and a definition of the crisis as a manifestation of western imperialism against a Third World state. The Cuban stance was perhaps the best guide to what a Soviet ‘Brezhnevite’ stance might have been to the crisis”* (MATTHEWS, 1993. Pág. 79)

adoção de sanções econômicas contra o Iraque; além de sugerir a possibilidade do uso de quaisquer medidas para resolver a situação¹²².

No dia 3 de agosto, o Secretário de Estado dos Estados Unidos James A. Baker III e seu colega soviético Eduard Shevardnadze se encontraram no lobby do aeroporto de Vnukovo II para uma declaração conjunta de repúdio à invasão do Kuwait por parte do Iraque. Cabe ressaltar aqui que a percepção naquele início dos anos de 1990 era a melhor possível no que se refere a cooperação entre Estados Unidos e União Soviética em questões internacionais, perspectiva esta impulsionada em especial pela grave crise pela qual passava a União Soviética, e pelas medidas liberalizantes de Gorbatchev. Em setembro de 1990, Vladimir F. Petrovsky vice-ministro de Relações Exteriores da União Soviética afirmava¹²³ que Estados Unidos e União Soviética, através das Nações Unidas, deveriam “get down to creative work on shaping a new world order” (Vladimir F. Petrovsky in LEWIS, Paul. 1990).

No dia 17 de janeiro de 1991, George H. W. Bush faz seu clássico discurso¹²⁴ no Congresso Americano, no qual cita explicitamente o apoio de Mikhail Gorbatchev para uma ação conjunta, entre Estados Unidos e União Soviética visando manutenção da ordem mundial, em especial, sobre a situação crítica no Oriente Médio. É neste discurso também que Bush explicita a idéia de Nova Ordem Mundial:

This is an historic moment. We have in this past year made great progress in ending the long era of conflict and cold war. We have before us the opportunity to forge for ourselves and for future generations a new world order, a world where the rule of law, not the law of the jungle, governs the conduct of nations.

When we are successful, and we will be, we have a real chance at this new world order, an order in which a credible United Nations can use its

122 Conselho de Segurança das Nações Unidas: Resolução 660. The Situation Between Iraq and Kuwait. 2 de agosto de 1990.

123 LEWIS, Paul. CONFRONTATION IN THE GULF; U.N., as Well, Is Entering the Post-Cold-War Era. The New York Times, 24 de Setembro de 1990. <http://www.nytimes.com/1990/09/24/world/confrontation-in-the-gulf-un-as-well-is-entering-the-post-cold-war-era.html>. Acessado em 22 de maio de 2008.

124 BUSH, George H. W. Transcript of the Comments by Bush on the Air Strikes Against the Iraqis. The New York Times. 17 de Janeiro de 1991b. <http://www.nytimes.com/1991/01/17/us/war-gulf-president-transcript-comments-bush-air-strikes-against-iraqis.html> Acessado em 24 de janeiro de 2009.

peacekeeping role to fulfill the promise and vision of the U.N.'s founders. We have no argument with the people of Iraq. Indeed, for the innocents caught in this conflict, I pray for their safety.

A new partnership of nations has begun.(BUSH, 1991. Grifo Meu)

A busca de uma perspectiva universal para a ação dos Estados Unidos no Iraque foi explicitada várias vezes por Bush. Em discurso anterior¹²⁵, Bush afirmou:

These goals are not ours alone. They have been endorsed by the U.N. Security Council five times in as many weeks. Most countries share our concern for principle. And many have a stake in the stability of the Persian Gulf. This is not, as Saddam Hussein would have it, the United States against Iraq. It is Iraq against the world.

Em entrevista¹²⁶ Scowcroft explicitou a posição de Bush de buscar conciliar seu pragmático realismo político às perspectivas Wilsonianas de uma ordem internacional assegurada pela ação coletiva (com fundamento nas Nações Unidas) sob liderança dos Estados Unidos:

Use the United Nations, don't go farther than the mandate of the United Nations, operate in a way that you earned the trust of the smaller countries of the world... That was fundamentally what we are thinking... The hopes of the world of the 1945... could be realized.

Como nos informa Byers, a resolução 660 foi seguida de outras, em especial a resolução 678¹²⁷. Neste documento, datado do dia 29 de novembro de 1990, o Conselho de Segurança dá o ultimato até o dia 15 de janeiro do ano de 1991 para que o Iraque retire suas tropas do Kuwait. No corpo da resolução, pode-se ler:

The Security Council (...)

125 BUSH, George H. W. Confrontation in the Gulf; Transcript of President's Address to Joint Session of Congress. The New York Times, 12 de Setembro de 1990. <http://www.nytimes.com/1990/09/12/us/confrontation-gulf-transcript-president-s-address-joint-session-congress.html?sec=&spn=>. Acessado em 23 de setembro de 2008.

126 CHOLLET e GOLDGEIER, 2008. Pág. 11.

127 Conselho de Segurança das Nações Unidas: Resolução 678. The Situation Between Iraq and Kuwait. 29 de novembro de 1990.

Acting under Chapter VII of The Charter,

1 - Demands that Iraq comply fully with resolution 660 (1990) and all subsequent relevant resolutions, and decides, while maintaining all its decisions, to allow Iraq one final opportunity, as a pause goodwill, to do so;

2 - Authorizes Member states co operating with the Government of Kuwait, unless Iraq on or before 15 January 1991 fully implements, as set forth in paragraph 1 above, the above mentioned resolutions, to use all necessary means to uphold and implement resolution 660 (1990) and all subsequent relevant resolutions and to restore international peace and security in the area;

3 - Requests all States to provide appropriate support for the actions undertaken in pursuance of paragraph 2 above;

4 - Requests the States concerned to keep the Security Council regularly informed on the progress of actions undertaken pursuant to paragraphs 2 and 3 above.

Observa-se assim que o uso da força não foi a primeira opção acatada pelos membros do Conselho de Segurança. O Secretário Baker foi claro a respeito da busca por uma ação legítima em relação ao Iraque, trabalhando, num primeiro momento, com fortes sanções econômicas, deixando o recurso ao uso da força como caso excepcional: "we think it would be a terrible mistake in terms of establishing a new world order if we began by working deals that would permit unprovoked aggression to pay"¹²⁸. Entre o ultimato dado ao Iraque, no dia 29 de novembro de 1990, até o início das operações militares, no dia 17 de janeiro, transcorreram-se 56 dias. Este período, de intensa atividade diplomática a severa aplicação de sanções foi fundamental para o consenso entre os membros da coalizão no que se refere à legitimidade da ação contra o Iraque.

No que se refere ao panorama interno, este consenso já não se estabeleceu de maneira tão simples. A Guerra do Golfo foi, a princípio, uma guerra impopular e sua popularidade aumentou *pari passu* ao seu relativo sucesso. Se o debate acadêmico era multifacetado e fragmentado (como vimos na capítulo 2), o mesmo se deu em relação aos debates entre os representantes e *policymakers* nos Estados Unidos. No congresso norte-americano a disputa para a aprovação de uma ação militar foi bastante difícil, e

¹²⁸ James Baker III in FRIEDMAN, Thomas. MIDEAST TENSIONS; SENATORS DEMAND ROLE IN APPROVING ANY MOVE ON IRAQ. The New York Times. 18 de Outubro de 1990. <http://www.nytimes.com/1990/10/18/world/mideast-tensions-senators-demand-role-in-approving-any-move-on-iraq.html>. Acessado em 23 de maio de 2008.

esta indefinição na realização de um consenso para as ações no Golfo são reflexo fundamental da indefinição sobre o papel dos Estados Unidos no mundo pós-Guerra Fria.

E mais: o conflito no Golfo representou um momento de crise no que se refere a definição de papéis do executivo e do legislativo sobre questões internacionais. Em outubro de 1990, o Comitê de Relações Exteriores do Senado, através das lideranças dos partidos Republicano e Democrata, demandaram a presidência que qualquer incursão no Iraque deveria ser, antes de tudo, aprovada pelo congresso. O Secretário de Estado Baker, em resposta a esta demanda, anunciou que a administração iria “consultar” o congresso a cerca do tema, porém essa consulta não era todavia “obrigatória”¹²⁹. Ainda sobre a necessidade da consulta pelo congresso de uma ação militar no Iraque, Baker disse: "i would have a little bit of reservation about a formal mechanism."

O senador Paul Serbanes, Democrata pelo Estado de Maryland, comentou a cerca da posição da administração sobre o tema:

There's a difference between consultation and authorization. It's my very strongly held view that the commitment of American forces by the President in a major assault to drive Saddam Hussein out of Kuwait would require an authorization from the Congress.'

A maior parte dos congressistas do Partido Democrata foi muito relutante em permitir o uso da força por parte dos Estados Unidos durante os primeiros momentos da crise. Essa relutância residia em dois fatores fundamentais: a primeira, das sérias dúvidas quanto a possibilidade de sucesso. A segunda, relativa aos custos internos de uma ação militar de grandes proporções e seu impacto no orçamento do país. Em pesquisa publicada em janeiro de 1990¹³⁰, mais de 60% dos norte-americanos era a

¹²⁹ Paul Serbanes in FRIEDMAN, Thomas. MIDEAST TENSIONS; SENATORS DEMAND ROLE IN APPROVING ANY MOVE ON IRAQ. The New York Times. 18 de Outubro de 1990. <http://www.nytimes.com/1990/10/18/world/mideast-tensions-senators-demand-role-in-approving-any-move-on-iraq.html>. Acessado em 23 de maio de 2008.

¹³⁰ ORESKES, Michael. Poll Finds U.S. Expects Peace Dividend. The New York Times, 25 de Janeiro de 1990. http://www.google.com/search?q=Poll+Finds+U.S.+Expects+Peace+Dividend&sourceid=navclient-ff&ie=UTF-8&rlz=1B3GGGL_pt-BRBR275BR275. Acessado em 13 de fevereiro de 2009.

favor de uma drástica redução nos gastos militares do país, porém, ao mesmo tempo, um número cada vez maior da população era favorável a um aumento de impostos para o financiamento de programas governamentais em temas como meio-ambiente e tráfico de drogas. Ao final da Guerra Fria, tornava-se mais clara a percepção dentro da sociedade de que os temas e objetivos relativos à política internacional deveriam estar relacionados a questões fundamentais à sociedade norte-americana, e não mais a análises geopolíticas a cerca do interesse nacional ou de segurança.

Para George Mitchell ¹³¹ - senador Democrata pelo Estado do Maine, o debate no congresso norte-americano não estava relacionado aos *objetivos*¹³² da política externa dos Estados Unidos com relação ao Iraque, mas sim sobre os *meios* de se promover tais objetivos, já que existia um grande consenso entre os congressistas sobre a pauta e da necessidade de uma resposta por parte do país a crise:

This is not a debate about American objectives in the current crisis. There is broad agreement in the Senate that Iraq must fully and unconditionally withdraw its forces from Kuwait. *The issue is how best to achieve that goal.* Most Americans and most members of Congress, myself included, supported the President's initial decision to deploy American forces to Saudi Arabia to deter further Iraqi aggression. We supported the President's effort in marshaling international diplomatic pressure and the most comprehensive embargo in history against Iraq.

Mitchell faz então uma consistente crítica a posição de Bush: apesar do consenso, não houve consulta ao congresso sobre a mudança de política de sanções para a escolha do uso da força quanto à questão Iraquiana:

¹³¹ George J. Mitchell in War and Peace: A Sampling From the Debate on Capitol Hill. The New York Times, 11 de Janeiro de 1991. <http://www.nytimes.com/1991/01/11/world/confrontation-gulf-war-peace-sampling-debate-capitol-hill.html> Acessado em 20 de janeiro de 2009.

¹³² A idéia de consenso entre os dois partidos sobre o consenso no que se refere a necessidade de uma resposta clara e objetiva dos Estados Unidos com relação ao Iraque foi colocada também por Richard A. Gephardt, do Partido Democrata: “*Some have expressed concern that when there is a division of opinion even on strategy, that that lends help to the other side. I hope that we'd never mistake disagreement on means as disunity within our country. I can't remember a time when our country has been as unified around a set of goals, as focused on what we're trying to do, in as much agreement and unity as I think we are tonight*” Richard A. Gephardt in War and Peace: A Sampling From the Debate on Capitol Hill. The New York Times, 11 de Janeiro de 1991. <http://www.nytimes.com/1991/01/11/world/confrontation-gulf-war-peace-sampling-debate-capitol-hill.html> Acessado em 20 de janeiro de 2009.

Despite the fact that his own policy of international economic sanctions was having a significant effect upon the Iraqi economy, the President, without explanation, abandoned that approach and instead adopted a policy based first and foremost upon the use of American military force. As a result, this country has been placed on a course toward war. This has upset the balance of the President's initial policy, the balance between resources and responsibility, between interest and risk, between patience and strength. . . .

Bill Bradley, senador Democrata por Nova Jersey, sintetizou a percepção dos partido com relação ao Iraque apontando que a incursão pode criar uma relação insustentável para os Estados Unidos no Oriente Médio¹³³; Clairbone Pell, outra senadora Democrata, afirmou que a melhor opção para os Estados Unidos naquele contexto era a manutenção da utilização das sanções contra o Iraque, e não a incursão por terra, devido aos riscos que isto acarretava¹³⁴.

Para a maior parte dos representantes Democratas, dois pressupostos pareciam fundamentais para que os Estados Unidos realizassem uma ação violenta contra o Iraque: a) que as forças norte-americanas na Arábia Saudita fossem atacadas, e b) manter o compromisso com a Arábia Saudita de intervir caso as forças Iraquianas ensaiassem a invasão ao país. Esta posição foi sintetizada pela resolução Hamilton-Gephardt apresentada no congresso norte-americano, e que recebeu suporte de grande

133 “*President Bush and Secretary Baker apparently have not addressed these four most probable outcomes from using massive military force. They have not apparently thought through how to deal with the potential power vacuum in Iraq, or how to cushion the negative Arab reaction to the use of massive force or how to resist pressure from our Arab coalition partners to sell out Israel, or how to prevent an isolationist reaction to a bloody war whose purpose has been inadequately explained*” Bill Bradley in War and Peace: A Sampling From the Debate on Capitol Hill. The New York Times, 11 de Janeiro de 1991. <http://www.nytimes.com/1991/01/11/world/confrontation-gulf-war-peace-sampling-debate-capitol-hill.html> Acessado em 20 de janeiro de 2009.

134 “*As amongst those who've served their country in war, and one who has pressed in the United States Senate for the toughest possible nonmilitary response to years of Iraqi lawbreaking, I believe that at this time, peace and the continuation of comprehensive sanctions is the wisest course, strongest course, best course for our nation*” Clairbone Pell in War and Peace: A Sampling From the Debate on Capitol Hill. The New York Times, 11 de Janeiro de 1991. <http://www.nytimes.com/1991/01/11/world/confrontation-gulf-war-peace-sampling-debate-capitol-hill.html> Acessado em 20 de janeiro de 2009.

parte dos senadores Democratas. Patricia Schroeder, senadora Democrata, foi porta voz do entendimento da maior parte dos congressistas democratas quando afirmou ¹³⁵:

I think it fits exactly what we know about leadership. What we have learned over and over and over again about leadership is first you commit the nation and then you commit the troops. Tonight we're talking about are we going to go even further and commit the troops way beyond where the nation is committed. I think the Hamilton-Gephardt resolution fits exactly where we are in our commitments.

Os representantes do Partido Republicano por sua vez eram, em sua ampla maioria, extremamente favoráveis ao uso da força para solucionar a crise no Oriente Médio. Esta perspectiva reforça a interpretação de que os representantes Republicanos estavam em descompasso com a posição mais realista e pragmática de George H. W. Bush no que se refere a política externa. Para o senador Robert Mitchell, a questão principal sobre a crise do Golfo seria aposição dos Estados Unidos frente a uma situação de injustiça e agressão no sistema internacional. Para Mitchell, a dúvida sobre a utilização ou não do recurso a força no caso do Iraque permitia a interpretação de que os Estados Unidos não puniriam imediatamente a agressão de um país a outro:

My question is this -- stay what course? A course that allows Saddam to know he is freed from surprise attack, free from sudden offensive movement for six months or a year or more? And I guess to you who advocate that course, I would have to ask you to do -- what you would do about the attitude of the American people in that interval period of time? How long is the American people -- will the American people put up with that?¹³⁶

¹³⁵ Patricia Schroeder in War and Peace: A Sampling From the Debate on Capitol Hill. The New York Times, 11 de Janeiro de 1991. <http://www.nytimes.com/1991/01/11/world/confrontation-gulf-war-peace-sampling-debate-capitol-hill.html> Acessado em 20 de janeiro de 2009.

¹³⁶ Robert Mitchell in War and Peace: A Sampling From the Debate on Capitol Hill. The New York Times, 11 de Janeiro de 1991. <http://www.nytimes.com/1991/01/11/world/confrontation-gulf-war-peace-sampling-debate-capitol-hill.html> Acessado em 20 de janeiro de 2009.

Esta posição era complementada pelas declarações do senador Strom Thurmond - Republicano pelo Estado da Carolina do Sul - que afirmava a necessidade do congresso de se unir em torno da questão da agressão Iraquiana e buscar uma via comum. Para Thurmond, a resposta norte-americana a crise ressaltaria a noção de união entre legislativo e executivo sobre o papel do Estados Unidos em uma Nova Ordem Mundial

The time to end the debate is now. I implore this body to demonstrate to the world and especially Saddam Hussein that we are behind our President and the United Nations. A vote in support of the President is a vote for peace. I urge my colleagues to stop the debate and show our solidarity with the President and resolve to get Saddam Hussein out of Kuwait. Solidarity, we need it now, not division, but solidarity¹³⁷

A aprovação para a ação militar no senado norte-americano para a crise no Golfo aconteceu com uma pequena vitória de 52 votos a favor, contra 47 votos contrários. Todos os senadores Republicanos votaram a favor de uma resposta militar dos Estados Unidos para a situação no Golfo. Porém, a vitória só foi possível devido ao apoio de alguns senadores Democratas que abertamente deram suporte ao conflito. Entre eles se destacaram Al Gore e Joseph Lieberman que, publicamente, manifestaram apoio à resposta militar.

A intervenção das forças de Coalizão, chanceladas pelo Conselho de Segurança e capitaneadas pelos Estados Unidos foi rápida e obteve sucesso quase que imediato. A coalizão contou com 34 países¹³⁸, sendo que Japão e Alemanha não participaram com forças em terra, mas tiveram participação relevante na composição dos fundos militares. As forças de coalizão eram compostas em quase 75% de contingentes norte-americanos e seu comando foi exercido pelo General Norman Schwarzkopf, também norte-americano. No dia 17 de janeiro de 1991, a operação Tempestade no Deserto teve início.

137 Strom Thurmond in War and Peace: A Sampling From the Debate on Capitol Hill. The New York Times, 11 de Janeiro de 1991. <http://www.nytimes.com/1991/01/11/world/confrontation-gulf-war-peace-sampling-debate-capitol-hill.html> Acessado em 20 de janeiro de 2009.

138 CNN Specials. In Depths Specials: Unfinishd War - A Decade Since Desert Storm. <http://www.cnn.com/SPECIALS/2001/gulf.war/facts/gulfwar/>. acessado em 18 de novembro de 2008.

De acordo com GAYER e GREEN (1992) a ação militar contra o Iraque não tinha precedentes recentes¹³⁹.

Depois de uma intensa campanha aérea e de uma ação em terra que durou apenas 100 horas, no dia 27 de fevereiro de 1991 é declarado o cessar fogo, e Saddam Hussein começa a retirar as tropas Iraquianas do solo Kuwaitiano. O número de baixas norte-americanas foi muito menor que o esperado, sendo de aproximadamente 1400 feridos e apenas 400 soldados mortos¹⁴⁰. O resultado deste contexto revelou-se como um dos maiores divisores de águas na política norte-americana do século XX, bem como um dos principais pontos de inflexão para se compreender o desdobramento do pensamento político quanto as questões internacionais contemporâneas. A enorme pressão de grande parte dos representantes Democratas para que o país não fosse à guerra, em sintonia com a grande resistência da população em dar apoio massivo à intervenção em seu início, sofreu um abalo significativo à medida em que a ação militar estadunidense ganhava legitimidade e mudou completamente com o sucesso da campanha militar em ar e em terra.

Mas qual a razão para George H. W. Bush e seus assessores escolhessem a via da intervenção militar na questão Iraquiana por meio do Conselho de Segurança das Nações Unidas? Por que o maior poder militar e político no mundo resolveu agir por meio de uma via multilateral? Por quê não usar do poder que detinham em agir unilateralmente? Ou ainda, por que não se ausentaram do sistema de Estados?

Três são as respostas que parecem se complementar: a primeira, relacionada aos custos que estariam envolvidos na operação e a necessidade dos Estados Unidos em manterem, um orçamento minimamente balanceado; a segunda estaria relacionada a “Síndrome do Vietnã” e a enorme relutância dos Estados Unidos em entrarem mais uma

139 “(...) *the Persian Gulf War witnessed the largest invasion force since D-Day, 1944, and the heaviest air assault in history*” (GAYER e GREEN, 1992)

140 O Senador Edward M. Kennedy apontou como um dos principais fatores para o não uso da força por parte dos Estados Unidos no conflito no Golfo a possibilidade de um grande número de baixas de soldados norte-americanos: “*The Administration refuses to release casualty estimates, but the 45,000 body bags the Pentagon has sent to the region are all the evidence we need of the high price in lives and blood that we will have to spare. (...) In other words, we're talking about the likelihood of at least 3,000 American casualties a week, with 700 dead, for as long as the war goes on*” (Edward M. Kennedy in *War and Peace: A Sampling From the Debate on Capitol Hill*. The New York Times, 11 de Janeiro de 1991. <http://www.nytimes.com/1991/01/11/world/confrontation-gulf-war-peace-sampling-debate-capitol-hill.html> Acessado em 20 de janeiro de 2009.

vez em um conflito de larga escala que não seria facilmente justificável para a sociedade americana como extremamente vital para a segurança internacional; a terceira, com as características e posições políticas de George H. W. Bush e sua equipe em relação a suas concepções de como o mundo deveria ser a partir deste referido contexto.

Bush reiteradamente afirmou a necessidade do país em dividir os custos de uma Nova Ordem Mundial. A liderança dos Estados Unidos fatalmente traria consigo a necessidade de se arcar com uma quantia substancial dos custos das operações que porventura poderiam acontecer para manter a ordem. Porém, em nenhum momento, Bush afirmou que esta liderança eliminaria a necessidade da participação de uma aliança de países para o estabelecimento desta ordem. Ao início do conflito com o Iraque, Bush faz referência a necessidade do compartilhamento das responsabilidades, em especial, sobre ao financiamento das operações:

At home, the material cost of our leadership can be steep. And that's why Secretary of State Baker and Treasury Secretary Brady have met with many world leaders to underscore that the burden of this collective effort must be shared. We are prepared to do our share and more to help carry the load; we insist that others do their share as well. The response of most of our friends and allies has been good. To help defray costs, the leaders of Saudi Arabia, Kuwait and the U.A.E., United Arab Emirates, have pledged to provide our deployed troops with all the food and fuel they need. And generous assistance will also be provided to stalwart front-line nations such as Turkey and Egypt¹⁴¹

A chamada “Síndrome do Vietnã” se refere, em sua gênese, ao discurso de Ronald Reagan em 18 de agosto de 1980 durante a Convenção Nacional de Veteranos, em Chicago¹⁴². Neste discurso, Reagan teria definido a “Síndrome do Vietnã”:

For too long, we have lived with the “Vietnam Syndrome.” (...) Over and over they told us for nearly 10 years that we were the aggressors bent on

¹⁴¹ BUSH, George H. W. Confrontation in the Gulf; Transcript of President's Address to Joint Session of Congress. The New York Times, 12 de Setembro de 1990. <http://www.nytimes.com/1990/09/12/us/confrontation-gulf-transcript-president-s-address-joint-session-congress.html?sec=&spon=>. Acessado em 23 de setembro de 2008.

¹⁴² REAGAN, Ronald. Speech at Veterans of Foreign Wars Convention, Chicago, Illinois PEACE: Restoring the Margin of Safety, in August 18, 1980. <http://www.reagan.utexas.edu/archives/reference/8.18.80.html>. Acessado em 21 de novembro de 2008.

imperialistic conquests. They had a plan. It was to win in the field of propaganda here in America what they could not win on the field of battle in Vietnam. As the years dragged on, we were told that peace would come if we would simply stop interfering and go home. It is time we recognized that ours was, in truth, a noble cause. (...) We dishonor the memory of 50,000 young Americans who died in that cause when we give way to feelings of guilt as if we were doing something shameful, and we have been shabby in our treatment of those who returned. (...) There is a lesson for all of us in Vietnam. If we are forced to fight, we must have the means and the determination to prevail or we will not have what it takes to secure the peace. And while we are at it, let us tell those who fought in that war that we will never again ask young men to fight and possibly die in a war our government is afraid to let them win.

O significado da “Síndrome” passou a ser, no contexto dos anos 80 e 90, o de indicar o trauma causado pela derrota durante a Guerra do Vietnã às possíveis novas intervenções dos Estados Unidos no mundo¹⁴³. Os problemas enfrentados pelos Estados Unidos no conflito com o Vietnã tiveram como resultado a eclosão de diversas manifestações políticas por todo o país, que teriam dividido a sociedade norte-americana como nenhum outro evento na história, exceto a Guerra Civil. Como nos diz Richard Falk:

Ever since Vietnam, American leaders have been looking for a formula that would permit the use of force in the Third World but avoid the semblance of war. The popular aversion to such wars had become "the Vietnam Syndrome." Ronald Reagan displayed his grasp of this pressure when he quickly withdrew American forces from Lebanon after a terrorist attack killed 239 U.S. servicemen in a Marine barracks in 1983. He feared that Lebanon would become another "quagmire," to use the favorite word of U.S. policy-makers toward the end of the Vietnam era. Reagan went on to invade the tiny island of Grenada in the same year, to bomb Libya on a flimsy pretext in 1986 and to support indirectly the murderous onslaughts against the peoples of Nicaragua, El Salvador, Angola and Mozambique. Bush exhibited the same understanding when he invaded Panama in 1989, using massive force, mainly from the air, entering the country long enough to

143 Este trauma teria se perpetuado por todas as ações militares norte-americanas desde então. Como afirmou Norman Podhoretz, importante articulista neoconservador norte-americano ao se referir as ações militares dos Estados Unidos nos anos 80: finalmente o país teria superado “as inibições doentias contra o uso da força militar” (Norman Podhoretz in CHOMSKY, 2003. Pág 192).

impose a political fix (kidnapping Noriega, installing a new leader) and then leaving the mess behind. (FALK, 1992).

Na perspectiva de Bush, o consenso entre os membros da Coalizão e estabelecimento de objetivos claros na ação no Golfo eram fundamentais. A idéia de consenso entre os membros das Nações Unidas - em especial, dentro do Conselho de Segurança - sob a liderança dos país era vista como fundamental para a legitimidade de uma “Nova Ordem” que deveria emergir no pós-Guerra Fria; e o foco em objetivos concisos e pragmáticos era fundamental para a justificação dentro do próprio Estados Unidos para a ação militar.

Em discurso¹⁴⁴ ao início do conflito com o Iraque, Bush afirma que a Nova Ordem Mundial desenhada com a intervenção deveria garantir dois objetivos centrais: “defend civilized values around the world and maintain our economic strength at home”. Neste sentido, Bush teria buscado evitar a todo custo uma situação de “atoleiro” no Iraque. O primeiro sinal desta cautela estava na conformação de metas claras e específicas para a intervenção no Golfo. Para Bush, existiam dois objetivos que deveriam nortear a ação da coalizão¹⁴⁵ na intervenção. Estes seria a retirada das tropas Iraquianas do solo Kuwaitiano e o restauração de seu governo legal:

I would like to see him withdraw his troops and the restoration of the legal government in Kuwait to their rightful place and that is the step that should be taken. I might say that I am somewhat heartened by the conversations I had with Mubarak and with King Hussein , Mr Sallah , all of whom I consider friends of the United States, and all of them who are trying to engage in what they call an Arab answer to the question, working diligently behind the scenes to come to an agreement that would satisfy the United Nations and the rest of the world. So there are collective efforts

144 BUSH, George H. W. Confrontation in the Gulf; Transcript of President's Address to Joint Session of Congress. The New York Times, 12 de Setembro de 1990. <http://www.nytimes.com/1990/09/12/us/confrontation-gulf-transcript-president-s-address-joint-session-congress.html?sec=&spon=>. Acessado em 23 de setembro de 2008.

145 Entrevista coletiva no dia 2 de Agosto de 1990 em conjunto com Margareth Thatcher, em Aspen, Colorado, Estados Unidos. Margareth Thatcher Foundation. Joint Press Conference with President Bush (Iraqi invasion of Kuwait). 2 de Agosto de 1990. <http://www.margarethatcher.org/speeches/displaydocument.asp?docid=108170>. Acessado em 21 de novembro de 2008.

beginning to be undertaken by these worthy countries and let us hope that they result in a satisfactory resolution of this international crisis

Para a ação militar Bush buscava, principalmente, a restauração do *satus quo* pré-invasão. Porém, o inesperado sucesso da ação em terra trouxe outras questões à tona. Saddam deveria ou não ser tirado do poder? Mais uma vez, o fantasma da “Síndrome do Vietnã” criou o contexto para que a guerra se limitasse apenas à retirada das tropas iraquianas do território do Kuwait. Uma pergunta esteve claramente moldou o comportamento dos *policymakers* norte-americanos durante a Guerra do Golfo quanto a esta questão: se Saddam se negasse a assinar uma capitulação, o que seria feito? Qual deveria ser a reação das forças de coalizão?

Uma situação que comprova esta percepção é a entrevista¹⁴⁶ de Dick Cheney, o então Secretário de Defesa da Administração Bush, concedida à rede de televisão BBC no dia 4 de dezembro de 1991. Na ocasião, Cheney respondeu a questão sobre qual seria a razão para os Estados Unidos não invadirem Bagdá:

Once we got to Baghdad, what would we do? Who would we put in power? What kind of government would we have? Would it be a Sunni government, a Shia government?... Would it be fundamentalistic Islamic? (...) I do not think the United States wants to have U. S. military forces accept casualties and accept the responsibility of trying to govern Iraq. I think it makes no sense at all. I think that was a quagmire we did not want to get involved in.

Ao fim do conflito contra o Iraque, Bush em discurso no dia 7 de março de 1991¹⁴⁷ no congresso norte-americano buscou explicitar a Nova Ordem Mundial. Bush colocava a como ponto central desta Nova Ordem o fim da Guerra Fria e a possibilidade de uma ação conjunta entre as principais superpotências para a resolução de conflitos no sistema de Estados. Mas um ponto era crucial: o papel dos Estados Unidos é o de liderança:

146 Entrevista citada em CHOLLET e GOLDGEIER, 2008. Pág. 15.

147 BUSH, George H. W. Transcript of President Bush's Address on End of the Gulf War. The New York Times. 7 de março de 1991. <http://www.nytimes.com/1991/03/07/us/after-war-president-transcript-president-bush-s-address-end-gulf-war.html>. Acessado em 23 de dezembro de 2008

To all the challenges that confront this region of the world, there is no single solution, no solely American answer. But we can make a difference. America will work tirelessly as a catalyst for positive change. But we cannot lead a new world abroad if, at home, it's politics as usual on American defense and diplomacy. It's time to turn away from the temptation to protect unneeded weapons systems and obsolete bases. It's time to put an end, it's time to put an end to micro-management of foreign and security assistance programs, micro-management that humiliates our friends and allies and hamstring our diplomacy. It's time to rise above the parochial and the pork barrel, to do what is necessary, what's right and what will enable this nation to play the leadership role required of us.

A idéia de liderança era somada a noção de uma ordem baseada em princípios morais de justiça e igualdade. Mais uma vez, Bush faz referência a possibilidade da plena realização dos objetivos propostos para as Nações Unidas

Until now, the world we've known has been a world divided, a world of barbed wire and concrete block, conflict and cold war.

And now, we can see a new world coming into view. A world in which there is the very real prospect of a new world order. In the words of Winston Churchill, a "world order" in which "the principles of justice and fair play . . . protect the weak against the strong." A world where the United Nations, freed from cold war stalemate, is poised to fulfill the historic vision of its founders. A world in which freedom and respect for human rights find a home among all nations.

The gulf war put this new world to its, its first test. And my fellow Americans, we passed that test.

No dia 8 de junho de 1991 em Washington DC foi realizada uma grande parada militar em comemoração à vitória na Guerra do Golfo. O número de pessoas nas ruas de Washington no dia foi estimado em mais de 800 mil pessoas, e o general Norman Schwarzkopf foi recebido pessoalmente pelo presidente George H. W. Bush. Na ocasião, Bush declarou: "There is a new and wonderful feeling in America".

Porém, com o fim do conflito, o cenário interno do país muda drasticamente. Os graves problemas econômicos começam a se tornar prioridade para o eleitorado norte-americano. Imediatamente após o conflito, a idéia de uma Nova Ordem Mundial

financiada pelos Estados Unidos começa a ser amplamente criticada internamente: a percepção geral era que os Estados Unidos tinham sérios competidores na arena econômica internacional, em especial a Alemanha e o Japão, e isto criava um cenário muito ruim para o país a médio e longo prazo. Em resposta ao discurso de Bush sobre o fim do conflito, George Mitchell, afirmou:

The President says he seeks a new world order. We ask him to join us in putting our own house in order. We have a crisis abroad. But we also have a crisis here at home.

We're in a recession. More than a million Americans who had jobs last year are out of work today. Bankruptcies are rising. The banking system is in trouble. People are worried about their economic future. We can meet this crisis by providing for the well-being of the American family. That's our strength. Working families, the men and women who toil in industry, tend farms, work computers and run small businesses, the children and students who are the future -- they're the true measure of our national vitality¹⁴⁸.

Naquele momento, a reeleição de George H. W. Bush estava ameaçada. Ao fim da Guerra do Golfo, Bush tinha 90% de aprovação popular; porém, em meio à campanha para a reeleição, seus principais adversários perceberam que sua candidatura estava vulnerável. Bush tinha conseguido duas grandes vitórias durante seu mandato: foi o presidente que deu fim a Guerra Fria e presenciou o desmantelamento da União Soviética. Também havia sido o presidente que criou uma grande coalizão para combater o que foi interpretado de maneira praticamente unânime como uma agressão por parte do Iraque ao Kuwait, e a vitória veio de maneira rápida e fulminante. Charles Krauthammer escreveu sobre este contexto interno dos Estados Unidos em artigo na época:

The response of Americans to the extraordinary state of international affairs is decidedly unenthusiastic. (...) they do not enjoy their hegemony. They can house themselves for for a one-day parade to celebrate the most

¹⁴⁸ MITCHELL, George. Mitchell Replies for Democrats to Bush's Message. The New York Times, 30 de janeiro de 1991. STATE OF THE UNION: The Response; Mitchell Replies for Democrats to Bush's Message. <http://www.nytimes.com/1991/01/30/us/state-of-the-union-the-response-mitchell-replies-for-democrats-to-bush-s-message.html> Acessado em 23 de maio de 2008.

lopsided victory since Agincourt, but even the merriment... seemed a bit forced (KRAUTHAMMER, 1991. Pág. 23)

É em meio a este cenário que as clivagens dentro do Partido Republicano ficaram mais claras. George H. W. Bush e seu principal assessor, Brent Scowcroft, faziam parte do grupo de Republicanos havia moldado as posições internacionais dos Estados Unidos nos últimos 50 anos. Porém, os tempos eram outros. O principal inimigo do país, a União Soviética, já não existia mais. O novo contexto nas questões internacionais e nacionais demandava uma nova perspectiva política, provocando importantes debates no pensamento conservador norte-americano. Nas palavras de Chollet e Goldgeier (2008)

In the effort to develop new strategies for a rapidly changing world, the views held by Bush and Scowcroft represented only one wing of the Republican Party. These “realists” focused on dealing with other major powers and pursuing the self-interest of the United States. But they also believed, as had Democratic icons Roosevelt and Harry Truman, that one way to serve American interest was by working with other great powers within international institutions, such as United Nations. Moreover, they thought the best kind of change occurred gradually, without being forced from outside. Bush and Scowcroft did not believe the United States should spend a lot of time promoting democracy, particularly in places deemed peripheral to American Interest” (CHOLLET e GOLDGEIER. 2008. Pág. 17).

Dentro da administração Bush, começou a circular a idéia do “Paralelo Churchill”, que tinha teria como referência a trajetória de Winston Churchill, que após liderar a Inglaterra durante a vitória na Segunda Guerra Mundial, perdeu as eleições internas no país. Em memorando confidencial¹⁴⁹ do Partido Republicano, Fred Steeper, um dos estrategistas da campanha de Bush em 1992, escreveu à Robert Teeter: “Leaders are not necessarily reelected for their foreign policy and wartime successes, even when monumental”. Sobre esta percepção, e sobre o possível andamento das eleições de 1992, George H. W. Bush escreveu em seu diário: “It hasn’t been a clean end”, em referência ao seu mandato que estava próximo ao fim.

¹⁴⁹ Memorando de Fred Steeper a Robert Teeter, “1992 presidential Campaign: The Churchill Parallel”, citado em CHOLLET e GOLDGEIER. 2008. Pág. 26.

O primeiro resultado prático deste contexto foi o aparecimento, no plano político, da figura de Patrick J. Buchanan como concorrente à indicação pelo Partido Republicano à disputa pela presidência. Buchanan há muito participava dos principais círculos da política norte-americana. Escreveu discursos para Richard Nixon e foi diretor de comunicações da Casa Branca durante o governo de Reagan. Sua posição política sempre foi fortemente influenciada pelo anticomunismo, pela grande oposição as intervenções promovidas pelos Estados Unidos, pelo forte apoio ao livre comércio, além de uma forte posição atrelada ao pensamento conservador no que se refere a questões como aborto, pena de morte, educação religiosa e posse de armas.

Em artigo publicado no periódico *The National Interest*, Buchanan diz que naquele momento, os Estados Unidos precisavam de um “(...) new nationalism, a new patriotism, a new foreign policy that puts America first, and not only first, but second and third as well” (BUCHANAN, 1990. Pág. 82). Devido a crise econômica pela qual passavam os Estados Unidos, o discurso de Buchanan tinha, grande apelo popular.

Buchanan não só atacava as posições de George H. W. Bush com relação a política externa: atacava também o grupo de Neoconservadores que estava se tornando bastante influente em alguns círculos do Partido Republicano. Para Buchanan, os Neoconservadores eram:

Ex great Society Liberals who support the welfare state and Big government. They are pro-civil rights and affirmative action. (...) Many are viscerally hostile to the Old Right, and to any “America First” foreign policy. They want to use America’s wealth to promote “global democracy” abroad and impose “democratic” values in our public schools¹⁵⁰

As críticas de Buchanan, apesar de consistentes e com apoio em uma parcela bastante influente de conservadores mais atrelados ao Partido Republicano influíram pouco no resultado global das primárias para a indicação do partido a presidência. George H. W. Bush conseguiu quase 10 milhões de votos (73% dos votos totais) contra pouco menos de 3 milhões de votos de Buchanan (23% dos votos totais).

¹⁵⁰ Patrick Buchanan, *The crack up of the Conservatives*. Washington Times, 1 de Maio de 1991. Citado em CHOLLET e GOLDGEIER. 2008. Pág. 24.

Em paralelo aos ataques de Pat Buchanan, outro candidato também começava a ganhar apoio do eleitorado. Em entrevista ao programa Larry King Live em fevereiro de 1992, Ross Perot, empresário do Estado do Texas, anunciou que tinha a intenção de concorrer à presidência nas eleições daquele ano como candidato independente. No verão americano, seu nome liderava as pesquisas de intenção de votos. Em entrevista à revista Time em Maio de 1992¹⁵¹, Perot se mostrou bastante divergente sobre as posições de George H. W. Bush:

Who was in charge of antiterrorism? George Bush. Who created Noriega? George Bush. Who was in the middle of Iran-contra? George Bush. When Iran-contra came out, why didn't they just say he was in charge of antiterrorism? That's what Iran-contra was. Why didn't he just say, "Well, I blew that, right?" It's a one-day event"

Mesmo com as acirradas críticas a idéia de uma Nova Ordem Mundial, pesquisas de opinião demonstravam que a percepção dos norte-americanos para o mundo pós-Guerra Fria não seguiam em direção ao isolamento dos Estados Unidos. Pesquisas à época indicavam que quase 80% dos norte-americanos eram favoráveis a uma ação conjunta das Nações Unidas e dos Estados Unidos em caso de agressão de um país estrangeiro a outro, e que 70% dos norte-americanos se identificavam com a idéia de excepcionalismo e a perspectiva de garantia da segurança nacional através do poder militar¹⁵². O cenário geral era o de insatisfação com a política interna, somada a pesadas críticas cada a política externa de George H. W. Bush, porém, isto não representou em absoluto uma séria possibilidade de retirada dos Estados Unidos das questões internacionais.

Fato importante sobre este contexto é a edição especial do início do ano de 1992 da Foreign Affairs dedicada as eleições que estavam por vir¹⁵³. Nela, James A. Leach ,

¹⁵¹ Entrevista com Ross Perot. Working Folks Say. . .We're Not Interested in Your Damn. Revista Time, 25 de Maio de 1992. <http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,975568-1,00.html> Acessado em 24 de novembro de 2008.

¹⁵² Pesquisa citada por ORNSTEIN, Norman J. Foreign Policy and The 1992 Election. Foreign Affairs, Volume 71, N. 3. Council of Foreign Relations, 1992.

¹⁵³ Foreign Affairs. Volume 71, N. 3. Council of Foreign Relations, 1992.

Representante do Estado de Iowa pelo partido Republicano e membro do Comitê para Assuntos Exteriores do Congresso, e Lee H. Hamilton, representante do Estado de Indiana pelo partido Democrata e também membro do Comitê para Assuntos Exteriores do Congresso, escrevem artigos sobre a percepção partidária sobre as eleições que seriam realizadas ainda naquele ano. Fato relevante dos dois artigos são seus pontos de contato: tanto Leach quanto Hamilton se utilizam do fim da Guerra Fria como ponto de inflexão fundamental para os Estados Unidos na relação deste com o mundo, e da necessidade do país Estados Unidos em engendram um cronograma para o exercício de um papel de liderança indiscutível dentro deste contexto.

Nas palavras de Leach:

Through a strategy of economic development and political containment the United States and the community of free nation have achieved a more decisive victory over bolshevism than could ever have been gained through war. (...) Abset stark Cold War contrast, the challenge for American Leadership in teh decade ahead will be the chart a course that is inclusive, not exclusive, of perspectives developed beyond our shores. America must look to construtive internationalism; to Pacif-ism, rather than pacifism; to Atlanticism rather than a mere alliance-ism; to a leadership of the Americas, rather than insular America First-ism (LEACH, 1992. Pág. 18)

Já para Hamilton,

The task is one of redefining America`s role in the world. (...) Neither isolation nor withdrawl is an option for the United States. If we forget about the world and focus only in our domestic problems, they would grow worse. The question is not wheter we should participate in world affairs, but how (HAMILTON, 1992. Pág 35).

Porém, se os artigos congruem no que se refere aos grandes objetivos que os Estados Unidos deveriam buscar em suas relações exteriores, eles divergem no que diz respeito aos objetivos a ser buscados. Leach, pelo partido Republicano, aponta a importância do governo de George H. W. Bush em definir sua administração com o

tema da Nova Ordem Mundial¹⁵⁴. A partir deste ponto, faz uma consistente crítica às perspectivas isolacionistas, em especial, ao slogan “America First”, apontando o partido Democrata (e suas lideranças no Congresso) e o pré-candidato Republicano Pat Buchanan como seus principais defensores.

Leach expõe o que, no seu ponto de vista, seria a base epistemológica do partido Republicano em política externa, citando os filósofos Edmundo Burke e John Locke como sua principal baliza teórica:

The first is a Burkean emphasis on respect for existing social structures: the assumption that for change to be effective must be gradualist. The second, a Lockean emphasis on definable rights, is more radical and uncompromising (LEACH, 1992. Pág. 26).

A partir daí, Leach aponta que Bush, e sua estratégia definida como uma Nova Ordem Mundial, seria a única alternativa intermediária entre, aqueles que dão suporte ao retraimento dos Estados Unidos nas questões internacionais e aqueles que buscam uma posição unilateral do país. Para tanto, sinaliza a campanha de sucesso no Golfo e as intervenções sancionadas pelas Nações Unidas no Camboja e na Iugoslávia. Buscando conciliar uma agenda internacionalista com os persistentes temas da economia interna, Leach vai sugerir o clássico debate entre internacionalistas e isolacionistas como um tema a ser superado e aponta que o “novo internacionalismo” criado por Bush através de sua Nova Ordem Internacional seria o ponto necessário e apaziguador das diferentes posições na política norte-americana.

Hamilton por sua vez é categórico na crítica a Bush. Para o autor, a administração Republicana estava falhando ao tentar buscar um novo balanço entre a agenda internacional e os temas nacionais, principalmente com relação a grave crise econômica pela qual os Estados Unidos estavam passando. Para Hamilton, o foco da próxima administração deveria ser o de reatualizar a ligação entre a política e as necessidades econômicas internas e os objetivos em política externa. Nas palavras de Hamilton:

¹⁵⁴ Como afirma Leach: “*For the first time, since Franklin Roosevelt New Deal, an American president has defined his presidency with a theme - a New World Order - developed in action (or more precisely, reaction) rather than as campaign sloganeering*”. LEACH, James A. A Republican Looks At Foreign Policy. Foreign Affairs, Volume 71, N. 3. Council of Foreign Relations, 1992.

My sense is that the American people intuitively understand what the present administration does not: the link between domestic well-being and America's role in the world. Americans recognize that the fundamental purpose of our foreign policy is to promote conditions abroad that protect and improve the quality of life at home. In Turn they understand that our ability to solve problems abroad depends on our domestic vitality (HAMILTON, 1992. Pág. 33)

O autor aponta o que na sua análise seria a maior falha da administração Bush: não se colocar uma nova missão para os Estados Unidos dentro do novo contexto internacional pós-Guerra Fria (HAMILTON, 1992. Pág. 33), e essa missão estaria na promoção do bem estar e da democracia. Hamilton coloca estes temas como os objetivos necessários da política externa dos Estados Unidos como fundamentais para a consolidação de uma posição de liderança do país ao fim da Guerra Fria. Para o autor, é somente com o avanço do bem estar e da democracia dentro do país é que este poderia ter condição de exportar tais valores para o mundo. Um novo balanço entre a política interna e a externa seria fundamental para a consolidação da posição do país neste contexto. E mais: a administração de George H. W. Bush estaria cometendo uma grande falha em política externa, pois estaria viciada pelas perspectivas da Guerra Fria: com o fim do conflito, cabia ao executivo mudar a agenda, e colocar novos objetivos para uma política externa de longo prazo.

Para Hamilton, a promoção de bem estar e da democracia como focos da política externa norte-americana eram o único caminho possível a fim de se buscar segurança. O autor vai questionar as políticas ponderadas de Bush no que se refere a promoção da democracia e defesa de direitos humanos na China, Arábia Saudita, Indonésia, Turquia e Iraque como pontos fracos da estratégia em política externa naquele momento. Para o autor, este excesso de cautela na promoção de valores estaria impossibilitando uma ação mais incisiva dos Estados Unidos como liderança legítima no mundo, e com isso, o país estava perdendo a possibilidade de construir bases mais sólidas para a promoção de segurança e estabilidade a longo prazo no sistema de Estados. Para Hamilton:

(...) we need a better understanding of the purposes of american foreign policy. It is to improve life at home, to build a stronger american

society and economy, and to build a safer and more stable world. To serve these ends we need a foreign policy that recast old notions of national security, retools outdated institutions and establishes new patterns of international partnership. We need to redefine America's role in the world (HAMILTON, 1992. Pág. 51)

Hamilton afirma que a política externa de Bush seria anacrônica, pois estaria balizada em conceitualizações que fariam sentido durante a Guerra Fria, e que deveriam ser reatualizadas. O autor reforça sua crítica fazendo referência a um dos maiores escândalos envolvendo a administração Bush e que fora amplamente divulgado pela mídia, o vazamento em março de 1992 do *Defense Planning Guidance*.

Este documento de 46 páginas é elaborado pelo Departamento de Defesa sob direção de Donald Rumsfeld, teve como principal autor o vice-secretário Paul Wolfowitz, porém, com anuência de George H. W. Bush, seus principais assessores e todo o *staff* do Conselho de Segurança Nacional. No documento, estava delineada a estratégia para a consolidação de uma posição de liderança do país no pós-Guerra Fria. Porém, diferentemente da retórica de uma Nova Ordem Mundial balizadas por uma ação coletiva com base no Conselho de Segurança das Nações Unidas, o plano de 1992 era claro em buscar uma ação mais unilateral e intervencionista dos Estados Unidos nas questões internacionais¹⁵⁵. Com acesso ao documento, o The New York Times apontou que a estratégia desenhada a partir do *Defense Planning Guidance* estaria fundamentada em dois objetivos principais. O primeiro estaria baseado na consolidação dos Estados Unidos como única superpotência mundial¹⁵⁶. Reatualizando qualquer perspectiva de segurança e responsabilidade compartilhada, ressaltando o caráter estratégico pontual de qualquer aliança para uma ação internacional.

¹⁵⁵ Como pode ser visto no Defense Planning Guidance, as ações coletivas, como a intervenção ao Iraque deveriam ser revistas: "*hold considerable promise for promoting collective action (...) we should expect future coalitions to be ad hoc assemblies, often not lasting beyond the crisis being confronted, and in many cases carrying only general agreement over the objectives to be accomplished*" Defense Planning Guidance in TYLER, Patrick. U.S. STRATEGY PLAN CALLS FOR INSURING NO RIVALS DEVELOP. The New York Times, 8 de março de 1992. <http://www.nytimes.com/1992/03/08/world/us-strategy-plan-calls-for-insuring-no-rivals-develop.html>. Acessado em 23 de dezembro de 2008.

¹⁵⁶ Um dos temas mais interessantes do documento está na posição de preempção dos Estados Unidos quanto a uma possível ameaça de Japão e Alemanha como possíveis adversários políticos e econômicos do país a médio e longo prazo.

Como pode ser lido no documento¹⁵⁷

Our first objective is to prevent the re-emergence of a new rival, either on the territory of the former Soviet Union or elsewhere, that poses a threat on the order of that posed formerly by the Soviet Union. This is a dominant consideration underlying the new regional defense strategy and requires that we endeavor to prevent any hostile power from dominating a region whose resources would, under consolidated control, be sufficient to generate global power (Defense Planning Guidance, 1992)

No corpo do documento estão resumidos os objetivos adicionais a este ponto. Estes podiam ser resumidos em; a) o estabelecimento de uma liderança única pelos Estados Unidos; b) desencorajar outras nações industrializadas a buscarem uma posição de possíveis liderança, e por último; c) manter mecanismos para impedir os possíveis desafiantes no sistema internacional

First, the U.S. must show the leadership necessary to establish and protect a new order that holds the promise of convincing potential competitors that they need not aspire to a greater role or pursue a more aggressive posture to protect their legitimate interests. Second, in the non-defense areas, we must account sufficiently for the interests of the advanced industrial nations to discourage them from challenging our leadership or seeking to overturn the established political and economic order. Finally, we must maintain the mechanisms for deterring potential competitors from even aspiring to a larger regional or global role. An effective reconstitution capability is important here, since it implies that a potential rival could not hope to quickly or easily gain a predominant military position in the world (Defense Planning Guidance, 1992)

O segundo objetivo colocado pelo documento colocava como ponto fundamental a ação mais incisiva dos Estados Unidos para a contenção de crises regionais. Para tanto, a promoção da democracia aparecia como ponto importante da nova estratégia de segurança:

¹⁵⁷ Defense Planning Guidance for the Fiscal Years 1994-1999. Excerpts From Pentagon's Plan: 'Prevent the Re-Emergence of a New Rival'. The New York Times, março de 1992. <http://www.nytimes.com/1992/03/08/world/excerpts-from-pentagon-s-plan-prevent-the-re-emergence-of-a-new-rival.html?scp=6&sq=Defense%20Planning%20Guidance&st=cse&pagewanted=1>. Acessado em 23 de maio de 2008.

The second objective is to address sources of regional conflict and instability in such a way as to promote increasing respect for international law, limit international violence, and encourage the spread of democratic forms of government and open economic systems (Defense Planning Guidance, 1992)

O vazamento do *Defense Planning Guidance* foi um dos pontos críticos no que se refere as perspectivas em política externa do governo de George H. W. Bush. Rapidamente, o plano foi revisto, e a versão enviada a aprovação no congresso e liberada ao público era muito mais branda do que o documento anterior (MANN, 2006. Pág. 11). Porém, duas características da administração Bush podiam ser depreendidas daquele documento: a primeira, que a retórica de uma Nova Ordem Mundial calcada em princípios internacionalistas e multilaterais estava sofrendo ampla crítica dentro da administração. A segunda, era que um grupo de intelectuais e *policymakers* a princípio distantes das posição de Bush, Scowcroft e Baker, estavam começando a ter influência na definição de políticas a médio e longo prazo em política externa, tendo a frente os nomes de Donald Rumsfeld e Paul Wolfowitz, Secretário e Sub-secretário de Defesa dos Estados Unidos.

A reação a este documento veio de todos os lados e seu impacto pode ser sentido até os dias de hoje¹⁵⁸. Dentro da administração, Scowcroft rechaçou o documento¹⁵⁹ e buscou minimizar a situação “That was just nutty. I read a draft of it. I thought, Cheney, this is just kooky. It didn’t go anywhere further. It was never formally reviewed”. O Senador Democrata Alan Cranston afirmou¹⁶⁰ que o documento buscava promover uma “global Big Enchilada”. O editorial do Washington Post de 2 de junho de

¹⁵⁸ Brzezinski afirmou que este Defense Planning Guidance teria “planted the seeds the intellectual seeds for foreign policy of unilateralist preemption and prevention that emerged a decade later”. Citado em CHOLLET e GOLDGEIER. 2008. Pág. 46.

¹⁵⁹ Brent Scowcroft in CHOLLET, Derek, GOLDGEIER, James. McCain’s Choice. The National Interest. 7 de fevereiro de 2008. <http://www.nationalinterest.org/Article.aspx?id=18692>. Acessado em 23 de maio de 2008

¹⁶⁰ Alan Cranston in EVANS, Gareth. Preventing Deadly Conflict and the Problem of Political Will. International Crisis Group. 2002. <http://www.crisisgroup.org/home/index.cfm?id=2285&l=1>. Acessado em 23 de maio de 2008.

1992¹⁶¹ avisou seus leitores a respeito da versão final aprovada pelo congresso em detrimento do documento vazado anteriormente: “do not believe all those press reports that Defense Secretary Cheney rewrote the guidance after a leak exposed Globocop ambitions”.

Este cenário interno permitiu que o Partido Democrata se reunisse em torno de uma nova coalizão de forças. Para o partido, conciliar um reexame do papel dos Estados Unidos no mundo pós-Guerra Fria, ressaltar a importância da economia interna e colocar a promoção de valores como a principal objetivo moral do país poderiam criar a possibilidade para uma vitória eleitoral do Partido Democrata nas eleições de 1992. E foram estas as preposições que em, grande medida, definiram um novo significado para os Estados Unidos no mundo até os atentados de 11 de setembro de 2001.

3.3 - A ascensão de Bill Clinton e a aproximação com os Neoconservadores

Neste contexto é que a campanha de Willian Jefferson Clinton começa a ganhar forma. Bill Clinton entendeu a oportunidade de colocar mais uma vez os Democratas em evidência, superando as questões internas ao partido, em especial no que se refere aos problemas relativos à segurança nacional, ponto este tradicionalmente tido como um dos mais fracos de uma possível plataforma de governo. Foi esta nova postura dentro do Partido Democrata que fez com que alguns dos mais conhecidos políticos e acadêmicos conservadores apoiasse a campanha de Bill Clinton, ao invés de apoiarem a campanha de George H. W. Bush para a reeleição.

A ascensão de Bill Clinton, ex-governador do Estado do Arkansas, à presidência está para Lukacs (2004. Pág. 397) atrelada à falta de interesse do público americano aos temas internacionais, no contexto imediato ao pós-Guerra Fria. Seu lema de campanha “é a economia, estúpido!”, seria um sintoma desta abordagem que tinha como foco as questões relativas à economia interna dos Estados Unidos. Ainda durante a eleição, em todas as oportunidades que teve, Clinton colocava que a economia era o ponto central

¹⁶¹ Editorial Washington Post de 2 de junho de 1992. Citado em CHOLLET e GOLDGEIER. 2008. Pág. 46.

de sua plataforma presidência. Em entrevista coletiva¹⁶² após a vitória nas prévias para a nomeação pelo Partido Democrata à disputa da presidência pelo Partido Democrata, Clinton resumiu seus objetivos sobre a política e economia nacionais:

What I have tried to do during this campaign, and before through my work with the Democratic Leadership Council, is to articulate a new approach for the Democrats that goes beyond where both parties have been, one that emphasizes a commitment to strong economic growth and opportunity, one that recognizes the importance of citizens' assuming more responsibility in certain critical areas, moving from welfare to work, strong child-support enforcement, changes in the nature of the American workplace and the nature of the American schools (CLINTON, 1992. Grifo meu)

Ponto fundamental estava na indicação de Clinton na busca de uma nova abordagem para o Partido Democrata. Bill Clinton se via como um “Novo Democrata”, tendo inclusive trabalhado junto ao *Democratic Leadership Council* para mudar a percepção geral do público do Partido Democrata como um partido focado na redistribuição de renda, aumento de gastos públicos e especialmente fraco nas questões referentes a temas de segurança (CHOLLET e GOLDGEIER, 2008. Pág. 32). Os Novos Democratas eram uma dissidência que buscava aliar uma perspectiva mais “centrista” com relação a questões sociais e culturais em conjunto a uma política liberal com relação a impostos e taxas, e que tinham grande mobilidade intelectual e de capacidade de negociação com grupos influentes do Partido Republicano. Esta posição de cortes nos impostos e desregulamentação criou a possibilidade de uma maior aproximação da campanha de Bill Clinton em dois grupos extremamente importantes para uma vitória eleitoral: os trabalhadores de classe média - em especial aqueles da região central e sul dos Estados Unidos- e os grandes grupos financeiros e grandes empresas. Por outro lado, a campanha de Bush, que tinha como foco principal os temas de política externa e a posição dos Estados Unidos em uma possível Nova Ordem Mundial estava alienando um grande contingente de trabalhadores de classe média dos debates eleitorais. Vin

¹⁶² Bill Clinton. Excerpts From Interview With Clinton on Goals for Presidency. The New York Times, 28 de junho de 1992. <http://www.nytimes.com/1992/06/28/us/the-1992-campaign-excerpts-from-interview-with-clinton-on-goals-for-presidency.html>. Acessado em 23 de agosto de 2008.

Veber, líder do Partido Republicano no congresso, disse na ocasião à Bush¹⁶³: “The more you talk about foreign policy, the more you’ll alienate people who really care about the economy, about education”.

Com relação a política externa, Bill Clinton, Anthony Lake - principal assessor de de sobre o tema durante a campanha de 1992 - e os principais estrategistas da campanha Democrata trouxeram um considerável grupo de *policymakers* de característica mais próxima a uma perspectiva mais intervencionista e moralista dos Estados Unidos dentro do Partido Democrata. Dentre estes movimentos, um dos mais importantes foi a indicação do Senador Al Gore, um dos únicos senadores Democratas que haviam apoiado a Guerra do Golfo em 1991, para vice-presidência.

Clinton aliava esta posição com relação a política interna a uma interpretação mais moralista nos temas internacionais. Na mesma entrevista, Clinton faz um resumo de sua perspectiva sobre a posição dos Estados Unidos no pós-Guerra Fria. A promoção de valores era ponto indissociável e fundamental da agenda internacional dos Estados Unidos:

I don't know if there will be a new world order, but there ought to be some new world principles. I think, I feel, that for the first time in my lifetime, because of the collapse of the Soviet empire, and the Soviet Union itself, that it is more possible for us than ever before to be more consistent in the advocacy of freedom and democracy and human rights, and global economic growth based on market principles, than ever before.

And I think, my own view, is that one of the things that has gotten the President in trouble is that while at various junctures he and I have agreed, and I thought he had good instincts in a particular crisis -- I supported Desert Storm, for example -- I think there is an inconsistency in a lot of his actions because of the pull between the impulse, the deep American impulse to support freedom and democracy, and his own preference for stability in his relationships with foreign leaders in a given area. So that perhaps, not perhaps, we ended Desert Storm before we spent another day to destroy 700 tanks and a substantial portion of the Republican Guard, and then left the Kurds and the Shiites twisting (CLINTON, 1992. Grifo meu)

¹⁶³ Entrevista de Vin Veber citada em CHOLLET e GOLDGEIER, 2008. Pág. 34.

Anthony Lake, em memorando confidencial¹⁶⁴ apontava a necessidade de se colocar as questões referentes à política externa em evidência, porém, por meio de uma perspectiva distinta daquela colocada por Bush. Para Lake, o papel dos Estados Unidos em questões de política externa deveria ter foco na promoção de valores e no alargamento da democracia:

This is a theme that brings together conservatives and liberals, and would be an excellent vehicle for solidifying your support from both wings of the party. (...) It also provides a defining purpose for America's role in the post-Cold War World

Esta perspectiva foi importante para que o Partido Democrata buscasse uma aproximação com o grupo de Republicanos descontentes com as perspectivas de Bush de manutenção do *status quo* na arena mundial. Essa percepção se acentuou com a negativa de deste em promover qualquer ação na Jugoslávia e no conflito étnico que eclodiu na Bósnia e de uma massiva campanha pública, que envolveu inclusive o General Collin Powell, para manter os Estados Unidos fora do conflito Bósnio (WESTERN, 1999). Lawrence Eagleburger - Secretário de Estado que substituiu James Baker III durante a campanha presidencial - afirmou¹⁶⁵ sobre o que considerou ser uma característica “irracional” do conflito e da impossibilidade de uma ação norte-americana:

It is difficult to explain, but this war is not rational. There is no rationality at all about ethnic conflict. It is gut; it is hatred; it's not for any common set of values or purposes; it just goes on. And that kind of warfare is most difficult to bring to a halt

Lake revelou em entrevista a respeito da campanha de 1992 a da necessidade em somar as perspectivas de liberais e neoconservadores:

¹⁶⁴ Citado em CHOLLET e GOLDGEIER, 2008. Pág. 45.

¹⁶⁵ Lawrence Eagleburger in WESTERN, Jon. Sources of Humanitarian Intervention: Beliefs, Information, and Advocacy in the U.S. Decisions on Somalia and Bosnia. International Security, Volume 7 N. 1. Julho/ Agosto de 1999. <http://www.mtholyoke.edu/acad/intrel/western1.htm>. Acessado em 23 de setembro de 2008.

Approaching 1992, my own thinking was that win or lose, one thing we can do in the campaign is get the people who believe in ideas to bring them back in because we are natural allies

Um dos primeiros resultados práticos desta percepção foi o trabalho conjunto entre liberais que davam apoio a Clinton e *policymakers* e intelectuais Neoconservadores para a obtenção e sistematização de informações a respeito do conflito, para promover influência e pressão no congresso dos Estados Unidos (WESTERN, 1999).

Em outro memorando intitulado “Winning Back the Neoconservatives”¹⁶⁶, que circulava dentro de um restrito número de líderes da campanha de Bill Clinton, ficava claro o objetivo da reaproximação como grupo de neoconservadores, que tornava-se cada vez mais influente dentro das esferas governamentais e intelectuais dos Estados Unidos. No memorando, pode-se ler:

The neoconservatives “had influence far out proportion to their numbers. (...) They can be won back in 1992, and to do so would be viewed as a major crack in the republican armor

Clinton e seus assessores marcaram posição: os temas de política nacional e economia seriam os mais importantes. Porém, os temas de política externa tinham uma importância estratégica para a futura administração, em especial, dentro do círculo político e intelectual de lideranças e grupos de intelectuais com atuação política. Clinton e Lake consolidaram uma perspectiva de correlação entre os temas da agenda internacional e o bem estar econômico interno nos Estados Unidos. Direcionaram as perspectivas em política externa que permeavam a campanha Democrata a uma severa crítica a uma possível ambiguidade da administração Bush em não dar suporte as mudanças que estavam ocorrendo no início dos anos de 1990. Em discurso em 13 de

¹⁶⁶ Citado em CHOLLET e GOLDGEIER, 2008. Pág. 47.

agosto de 1992¹⁶⁷, Clinton ressalta a posição apática de Bush com relação aos movimentos de pressão a reformas na China e no Leste Europeu, em paralelo a crítica a administração por não conseguir reverter a crise econômica pela qual o país estava passando:

If we're not strong at home we can't be strong abroad. If we can't compete in the global economy, we'll pay for it at home. The same president who refused to make changes as American wages fell from first to thirteenth in the world was slow to recognize the changes in Eastern Europe and the former Soviet Union. The same Administration that did nothing as 10 million Americans lost their jobs due to tired, old economic policies also stood by as courageous Chinese students were attacked with tanks in Tiananmen Square (CLINTON, 1992)

A mensagem também era clara: os Estados Unidos deveriam assumir uma posição mais ativa no sistema internacional do pós-Guerra Fria. Ressaltando o caráter da indissociação entre política interna e externa, Joseph Nye - que se tornou Secretário de Defesa Assistente durante a administração Clinton - escreveu em artigo:

But Americans should beware of a false debate between domestic and foreign needs. In a world of transnational interdependence the distinction between domestic and foreign policy becomes blurred. (...) But why spend anything on international order? The simple answer is that in a world of transnational interdependence, international disorder can hurt, influence or disturb the majority of people living in the United States.(...) Chaos in a Middle Eastern country can sustain terrorists who threaten American travellers abroad.(...) With more than ten percent of U.S. gross national product exported, American jobs depend upon international economic conditions. And even though not a direct threat to U.S. security, the human rights violations brought home to Americans by transnational communications are discomfoting. If the rest of the world is mired in chaos, and governments are too weak to deal with their parts of a transnational problem, the U.S. government will not be able to solve such problems alone or influence them to reduce the damage done to Americans” (NYE, 1992)

¹⁶⁷ CLINTON, Bill REMARKS OF GOVERNOR BILL CLINTON, Los Angeles World Affairs Council. 13 de Agosto de 1992. <http://www.ibiblio.org/pub/academic/political-science/speeches/clinton.dir/c63.txp>. Acessado em 23 de maio de 2008.

O resultado desta estratégia foi o apoio público de várias importantes figuras políticas atreladas ao pensamento conservador, e conhecidos por “Hawks”, ou Águias, na tradução para o português, denominação dada a políticos norte-americanos que apoiam uma posição mais intervencionista dos Estados Unidos em questões internacionais) à campanha de Bill Clinton. Norman Podhoretz¹⁶⁸ escreveu a respeito do governo George H. W. Bush: "Is coitus interruptus! George Bush can't consummate anything. Since coitus interruptus is well known to breed anxiety, the country is suffering from an anxiety attack". James Woolsey, diretor da CIA durante a presidência de Clinton, conhecido por suas posições liberais com relação a temas econômicos e bastante intervencionista com relação a temas de política externa, disse na época¹⁶⁹: “It looked like Clinton would embrace humanitarian values more”. Zbigniew Brzezinski, ex-secretário de segurança nacional da administração Carter, importante figura do establishment político norte americano e que havia apoiado a eleição de George H.W. Bush, disse à época sobre a candidatura de Clinton¹⁷⁰:

I would not have endorsed just any democrat. I felt that (Clinton) was beginning in his speeches to wretle with the larger issues that we had to be concerned about, whereas Bush seemed to me to be a spent force, kind of running out of steam

Em 9 de outubro de 1992, uma carta pública assinada por Morris Amitay, vice presidente do Instituto Judaico para a Segurança Nacional, Samuel Huntington (influyente professor de Harvard), Pen Kimble, assessor da Freedom House, Peter Rosenblatt, líder da Coalizão para a Maioria Democrática, Joshua Muravchik, do

¹⁶⁸ Norman Podhoretz in BROOKHISER, Richard Gravedigger of The Revolution. The Atlantic, Outubro de 1992. <http://www.theatlantic.com/issues/92oct/brookhiser.htm>. Acessado em 25 de novembro de 2008.

¹⁶⁹ CHOLLET, Derek e GOLDGEIER, James. The Clinton Legacy. The Huffington Post, 8 de junho de 2008. http://www.huffingtonpost.com/jim-goldgeier-and-derek-chollet/the-bill-clinton-legacy_b_106089.html. Acessado em 23 de junho de 2008.

¹⁷⁰ Citado em CHOLLET e GOLDGEIER, 2008. Pág. 44.

American Enterprise Institute, entre outros, intitulada “Vietnam Hardlines Endorses Clinton”¹⁷¹ dizia:

In fact, his firm support for the democratic and anti-communist movements in the former Soviet Empire and in China make him a distinctly preferable candidate to George Bush, who in modern times has shown himself far too willing to cooperate with dictators, and to turn a blind eye to human rights abuses. Today Americans must unite to meet two great challenges. The first is economic renewal at home. The second is support for the democratic transformation abroad that has ended the Cold War, is giving hope to those still suffering under repressive governments, and could become the basis for a peaceful and durable world order. The Bush Administration has failed to meet these challenges, and now is seeking to divert attention from its failings with half-baked charges and insinuations

A aproximação política entre os liberais democratas e esta ala insatisfeita de políticos conservadores e neoconservadores gerou frutos políticos e intelectuais. Em 22 de agosto de 1992, os principais assessores de Clinton na área de política externa - Anthony Lake, Sandy Berger e Nancy Soderberg, em correspondência¹⁷² ao candidato democrata lhe aconselharam: “American must be able to visualize you as commander in chief. It’s a treshold test. You are well positioned, but you’re not there yet”.

Em dezembro de 1992, em discurso na faculdade de Georgetown¹⁷³, Clinton delineou suas principais idéias sobre política internacional e o papel que os Estados Unidos deveriam desempenhar no mundo. Neste discurso, Clinton ressaltou a importância de aliar as perspectivas internacionais aos objetivos internos de bem estar social:

¹⁷¹ Vietnam Hardlines Endorses Clinton. Carta Pública de 9 de outubro de 1992. http://campaigntrails.org/catalogs/1992-Marist/Clinton/thread_updated_endorsement_list_long.html (acessado em 25 de novembro de 2003)

¹⁷² Memorando de Anthony Lake, Sandy Berger e Nancy Soderberg a Bill Clinton, 22 de Agosto de 1992. Citado em CHOLLET e GOLDGEIER, 2008. Pág. 41.

¹⁷³ Bill Clinton in REEVES, Richard. The Foreign-Policy Education Of Bill Clinton <http://community.seattletimes.nwsourc.com/archive/?date=19920323&slug=1482543>

Foreign and domestic policy are inseparable in today's world. If we're not strong at home, we can't lead the world we've done so much to make. And if we withdraw from the world, it will hurt us economically at home. (...) I have agreed with President Bush on a number of foreign policy questions. I supported his efforts to kick Saddam Hussein out of Kuwait. (...) Retreating from the world or discounting its dangers is wrong for the country and sets back everything else we hope to accomplish as Democrats. The defense of freedom and the promotion of democracy around the world aren't merely a reflection of our deepest values; they are vital to our national interests. Global democracy means nations at peace with one another, open to one another's ideas and one another's commerce

No mesmo discurso, Clinton mais uma vez reitera sua crítica a Bush, reforçando a idéia de que, neste novo contexto pós-Guerra Fria, os Estados Unidos deveriam assumir uma nova postura frente as questões internacionais. A idéia de uma mudança de paradigma para a atuação dos Estados Unidos no mundo pós-Guerra Fria se tornava necessária, e esta mudança só poderia vir de uma administração que não tivesse laços com a visão de mundo extensamente praticada nos anos da Guerra Fria: “What we need to elect in 1992 is not the last president of the twentieth century, but th first president of the twenty-first century”¹⁷⁴.

Para a campanha o argumento era claro: Bush havia negligenciado as mudanças que estavam em curso no mundo desde 1989. Como ebm resumiu o editorial revista de perspectiva liberal *The New Republic* em 30 de setembro de 1991¹⁷⁵:

The administration has failed to grasp the two essential movements of its world: the growing clamor for democracy and the related impulse for national sovereignty. Its instinct nas always been the status quo. (...) Less of a grip ona new world order than a desperate, bufuddled attempt to keep up with a new world change”

174 Bill Clinton in REEVES, Richard. *The Foreign-Policy Education Of Bill Clinton*. *The Seattle Times*. 23 de Março de 1992. <http://community.seattletimes.nwsources.com/archive/?date=19920323&slug=1482543>. Acessado em 23 de Maio de 2008.

175 *The New Republic*. *What a Foreign Policy?* 30 de Setembro de 1991.

Clinton e Lake não utilizou os temas de política externa como mote principal de sua campanha. Porém, acertaram na estratégia de sublinhar que as questões internas do eram vitais para uma saudável política externa. Um país de economia forte era também um politicamente forte em questões internacionais, e esta relação era vista como intrínseca e indissociável. Acertaram também em buscar aprovação de intelectuais e *policymakers* com reconhecida experiência em questões internacionais e de perspectiva distante da de Bush.

Já ao final da campanha, Clinton em discurso¹⁷⁶ em Milwaukee, tradicional reduto político do Partido Republicano, colocou claramente em dúvida a capacidade de George H. W. Bush em lidar com as questões internacionais que pareciam ser fundamentais para os Estados Unidos a partir daquele momento. Clinton criticou a anuência de Bush em dar apoio a ditadores ao redor do mundo – em clara alusão a permanência de Saddam Hussein no poder do Iraque após a Guerra do Golfo de 1991:

Mr. Bush's ambivalence about supporting democracy and his eagerness to befriend potentates and dictators has shown itself time and again (...) simply does not seem at home in the mainstream pro-democracy tradition in American foreign policy

Com relação à ligação entre as questões de política interna e externa, Clinton fez questão de se colocar em paralelo com presidentes norte-americanos que encontraram grandes desafios nacionais e internacionais em suas administrações, fazendo clara alusão a necessidade dos Estados Unidos em angariar esforços a fim de redefinir seu papel em questões internacionais:

In the face of opportunities and dangers, we must have a President who can conduct both a domestic policy and a foreign policy, (...) Franklin Roosevelt fought the Great Depression and the rise of fascism at the same time. Harry Truman carried out the Fair Deal at home at the same time he moved to contain Communist aggression in Europe and Korea. They would have laughed at the idea

¹⁷⁶ Bill Clinton in FRIEDMAN, Thomas: THE 1992 CAMPAIGN: The Democrats; Clinton Asserts Bush Is Too Eager To Befriend the World's Dictators, The New York Times, 2 de outubro de 1992. <http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9E0CE0DF1539F931A35753C1A964958260&sec=&spon=&pagewanted=all> . Acessado em 24 de novembro de 2008.

of a conducting foreign affairs in their first term, and then switching to domestic affairs in their second

Porém, como unir uma perspectiva de responsabilidade moral dos Estados Unidos diante do mundo com as necessidades de um contexto político permeado pelos jogos de interesse da arena internacional? Como pautar uma posição moral diante da conformação de uma ordem pós-Guerra Fria com a idéia de Razão de Estado e os possíveis interesses nacionais americanos na esfera internacional? NYE (1992) enuncia, dentro de sua perspectiva analítica, a idéia de espraiamento da democracia como interesse nacional:

The United States will have to combine both traditional power and liberal institutional approaches if it is to pursue effectively its national interest. We want to promote liberal democracy and human rights where we can do so without causing chaos. The reason is obvious: liberal democratic governments are less likely to threaten us over time. We will need to maintain our alliances and a balance of power in the short run, while simultaneously working to promote democratic values, human rights and institutions for the long run. To do less is to have only a fraction of a foreign policy” (NYE, 1992)

Neste contexto, a aproximação dos Novos Democratas com os intelectuais e *policymakers* descontentes dentro partido Republicano - em especial, com o cada vez mais influente grupo de Neoconservadores - tornava-se muito mais crível que uma aproximação deste grupo com a campanha de George H. W. Bush. Ambos - Novos Democratas e Neoconservadores - viam que o papel dos Estados Unidos em um mundo não mais constrangido pelo sistema bipolar e pela Guerra Fria estaria centrado na idéia de espraiamento da democracia e na liderança dos Estados Unidos. Porém, para os Neoconservadores, este movimento teve início no governo Reagan, com a promoção de valores aliada a uma grande presença militar com o objetivo de dar fim ao comunismo internacional. Neste sentido, estes dois fatores teriam criado as condições para a vitória do capitalismo liberal, bem como determinantes para a criação de uma nova ordem que satisfizesse as necessidades e interesses dos Estados Unidos. Para os Novos Democratas, a Guerra Fria teve fim devido ao irresistível apelo da globalização, que

tornou inviável um governo que tinha sua base de ação na centralização do poder. Para os Democratas, uma economia interna forte teria como resultado imediato o reforço do papel dos Estados Unidos no campo internacional. A globalização tornaria a política interna e externa “faces da mesma moeda”, e esta relação indissociável é que deve moldar a atuação política dos Estados Unidos no mundo pós-Guerra Fria.

But even more flawed is the Republican claim that, just as they changed the world in their first term, they will change America in their second. We must understand that foreign and domestic policy are two sides of the same coin¹⁷⁷.

Estas perspectivas, apesar de distintas em método, convergiam com relação aos objetivos. As eleições ocorreram no dia 3 de novembro de 1992 e a vitória foi de Bill Clinton. Porém, esta veio por uma estreita margem. No voto popular, Clinton obteve apenas 43% dos votos, contra 37,4% de George H. W. Bush.

Na fase de transição entre as administrações, o Departamento de Estado ainda sob direção da administração Republicana trabalhou em um memorando¹⁷⁸ secreto sobre as perspectivas e desafios dos Estados Unidos nos anos por vir. Tendo como contraponto o *Defense Planning Guidance* vazado em 1992, Lawrence Eagleburger escreveu um memorando de 22 páginas endereçado a Warren Christopher, nomeado futuro Secretário de Estado para a administração Clinton. O documento mostrava o abismo entre as perspectivas do Departamento de Defesa e do Departamento de Estado na administração Bush. Eagleburger vai ser pontual no que, no seu entendimento, deve ser objetivo dos Estados Unidos no sistema internacional:

The United States must work to be a provider of reassurance and architect of new security arrangements; an aggressive proponent of economic

¹⁷⁷ CLINTON, Bill REMARKS OF GOVERNOR BILL CLINTON, Los Angeles World Affairs Council. 13 de Agosto de 1992. <http://www.ibiblio.org/pub/academic/political-science/speeches/clinton.dir/c63.txt>. Acessado em 23 de maio de 2008.

¹⁷⁸ Lawrence Eagleburger in CHOLLET e GOLDGEIER, 2008. Págs 47 - 52. Os autores citam textualmente o documento e afirmam em nota que a cópia obtida para a transcrição foi conseguida durante a pesquisa para a publicação da obra em questão. Afirmam também que entraram com pedido no Freedom Information Act dos Estados Unidos para sua publicação integral.

openness; an exemplar and advocate of democratic values; and a builder and leader of coalition to deal with problems in the chaotic post-Cold War world

Porém Eagleburger é claro: existia uma necessidade de atuação de liderança dos Estados Unidos: “For better or worse, people and governments still look to us to make sense of the changes swirling around them and show some initiative and purpose. No one else can do this”.

Fazendo eco as perspectivas de Clinton sobre o foco em questões econômicas, o documento também afirma que “the most importante global challenge we face is the emergence of an increasingly interdependent world and competitive global economy”.

Para Eagleburger, a mudança no contexto internacional buscava uma alteração fundamental no conceito de segurança, que agora deveria abarcar não só temas tradicionais, mas também a ocorrência de epidemias, o HIV e principalmente, Estados em vias de desintegração. Ou seja, o mundo teria se tornado muito mais complexo com o fim do sistema bipolar:

Alongside the globalization of the world economy, the international political system is tilting schizophrenically toward greater fragmentation. (...) Our basic stake is in peaceful processes of change rather than clinging blindly to old maps... this is going to confront us with the dilemma of whether to take part in limited interventions in situations which do not directly threaten our interest.

Eagleburger vai colocar como questão principal do documento que este contexto internacional está colocado em um momento no qual existe pouca mobilidade política para colocá-lo em primeiro plano. A tarefa de Clinton e de seus assessores para com a política externa se colocaria como um grande desafio. Estes sabiam que a vitória eleitoral seria apenas o início de seus problemas. Ainda durante a campanha, Clinton disse a um de seus estrategistas mais próximos: “Well, I guess if I win, then my real troubles begin” (CHOLLET e GOLDGEIER, 2008. Pág. 52).

O fim do governo Bush e o início do governo Clinton foram marcados por diversas crises simultâneas: a intervenção dos Estados Unidos na Somália em fins de 1992, a piora no quadro da crise étnica na ex-Yugoslávia e a uma pequena ação no Iraque foram fatos que marcaram o fim da administração Bush. Porém, foi esta crise no

início do novo governo que permitiu o desenvolvimento de uma perspectiva concreta do papel dos Estados Unidos ao fim da Guerra Fria.

3.4 - Clinton e o alargamento da democracia como mote principal em política externa

No dia 3 de dezembro de 1992, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou por unanimidade uma intervenção humanitária na Somália. O país passava por um grave processo de Guerra Civil que se aprofundou com a queda do regime de Siad Barre. Brent Scowcroft em ligação para Sandy Berger teria informado a nova administração da decisão de intervir: “I’m not asking you; we we’re going to do this”. No dia 4 de dezembro, Bush em pronunciamento público confirma a intervenção¹⁷⁹ da Somália, colocando a questão como uma necessidade moral, tendo em visto a situação precária e o desastre humanitário na região; o presidente também dá ênfase ao papel de liderança dos Estados Unidos e sua ação conjunta com as Nações Unidas e outros países para a intervenção:

The people of Somalia, especially the children of Somalia, need our help. We're able to ease their suffering. We must help them live. We must give them hope. America must act. In taking this action, I want to emphasize that I understand the United States alone cannot right the world's wrongs, but we also know that some crises in the world cannot be resolved without American involvement, that American action is often necessary as a catalyst for broader involvement of the community of nations. Only the United States has the global reach to place a large security force on the ground in such a distant place quickly and efficiently and thus save thousands of innocents from death. We will not, however, be acting alone. I expect forces from about a dozen countries to join us in this mission. (BUSH, 1992)

Bush apontou objetivos claros para a ação, colocando a intervenção em termos humanitários. A invasão que contaria com mais de 25.000 soldados teria como objetivos principais a distribuição de comida para a população Somali e abrir rotas para a

¹⁷⁹ BUSH, George H. W. Transcript of President's Address on Somalia. The New York Times. 5 de Dezembro de 1992. <http://www.nytimes.com/1992/12/05/world/mission-to-somalia-transcript-of-president-s-address-on-somalia.html>. Acessado em 23 de maio de 2008.

distribuição de suprimentos. Neste sentido, os Estados Unidos se ausentavam da responsabilidade em resolver a crise na Somália, colocando sua atuação condicionada a ajuda humanitária - e a reação violenta somente no caso das forças humanitárias serem atacadas:

We have no intent to remain in Somalia with fighting forces, but we are determined to do it right, to secure an environment that will allow food to get to the starving people of Somalia. To the people of Somalia, I promise this. We do not plan to dictate political outcomes. We respect your sovereignty and independence. Based on my conversations with other coalition leaders, I can state with confidence we come to your country for one reason only, to enable the starving to be fed. (BUSH, 1992)

WESTERN (1999) aponta decisão de intervir no país como resultado de um grande debate dentro da administração no extato momento em que esta deixaria o gabinete, Bush e seus assessores comungavam da opinião de que os Estados Unidos deveriam intervir pontualmente em questões que julgassem necessárias como base no interesse nacional. A recusa de uma ação na Bósnia em Março de 1992 foi uma vitória desta perspectiva, que dominou grande parte do panorama político da administração Bush e foi fundamental para o desenvolvimento de sua estratégia de Nova Ordem Mundial. Porém a escalada da violência na intervenção gerou uma grande pressão de liberais intervencionistas que cerravam fileiras com a administração que teria início com Bill Clinton. Bush resolveu agir e imaginou que a situação na Somália seria mais manejável a mais facilmente compreendida pelo público norte-americano do que a situação na Bósnia, vista amplamente pela mídia como uma crise restrita e de caráter regional¹⁸⁰.

Bush ainda promoveu duas ações em política externa nos últimos dias de governo: no dia 25 de dezembro, com o objetivo de atenuar as pressões internas para uma ação na Bósnia, enviando um aviso a Slobodan Milosevic afirmando que os Estados Unidos estariam preparados para intervir nos Balcãs em caso de conflito armado no Kosovo.

¹⁸⁰ WESTERN, Jon. Sources of Humanitarian Intervention: Beliefs, Information, and Advocacy in the U.S. Decisions on Somalia and Bosnia. International Security, Volume 7 N. 1. Julho/ Agosto de 1999. <http://www.mtholyoke.edu/acad/intrel/western1.htm>. Acessado em 23 de setembro de 2008.

Como última ação na administração, Bush promove um ataque aéreo instalações no Iraque em retaliação a negativa de Saddam Hussein de permitir inspeções em busca de armas de destruição em massa das Nações Unidas e violação das zonas restritas do espaço aéreo Iraquiano. Clinton publicamente deu suporte a ação de Bush “I fully support president Bush`s action”¹⁸¹.

Clinton começaria seu primeiro dia com tropas numa grande operação, situadas em um distante país. Clinton e seus assessores tinham pouca experiência em assuntos de política externa e uma recessão econômica interna para enfrentar. Clinton havia prometido durante a campanha mudar o curso promovido pela administração anterior em assuntos internacionais.

O novo governo teve início em 20 de janeiro de 1993. Tinha como seus principais assessores em política internacional Warren Christopher - Secretário de Estado, Les Aspin - Secretário de Defesa, Al Gore - Vice Presidente, Sandy Berger e Anthony Lake - ambos Conselheiros de Segurança Nacional e Madeleine Albright - embaixadora dos Estados Unidos nas Nações Unidas. Albright foi uma das principais responsáveis pela transição nos assuntos de política internacional e percebeu que a nova administração deveria trabalhar com diversos problemas complexos simultaneamente. E este cenário atingiu em cheio os primeiros meses de governo

Existia uma grande demanda interna do eleitorado norte-americano em colocar o foco nas questões domésticas e resolver as questões econômicas. Bill Clinton possuía um grande interesse por questões internacionais¹⁸², porém, a falta de experiência de Clinton ficava cada vez mais explícita e seu lapso de autoridade junto os *staff* militar¹⁸³. Um dos acontecimento emblemáticos deste período foi a visita de Dick Cheney ao

¹⁸¹ Bill Clinton citado em CHOLLET e GOLDGEIER, 2008. Pág. 333.

¹⁸² Uma das primeiras deliberações de Clinton foi a de ler pessoalmente os relatórios da CIA sobre as questões fundamentais de defesa dos Estados Unidos antes dos encontros com Warren Christopher, que aconteciam diariamente as 7:30 da manhã. Durante o governo Bush (e as administrações anteriores), o presidente recebia as informações por um resumo relatado pelo Secretário de Estado (CHOLLET e GOLDGEIER, 2008. Pág. 59)

¹⁸³ A reportagem de 25 de abril do The New York Times recriava o ambiente crítico entre militares e civis durante a visita de Bill Clinton ao USS Theodore Roosevelt. FRIEDMAN, Thomas. White House Memo; Amid Setbacks, Clinton Team Seeks to Shake Off the Blues. The New York Times. 25 de Abril de 1993. <http://www.nytimes.com/1993/04/25/us/white-house-memo-amid-setbacks-clinton-team-seeks-to-shake-off-the-blues.html?scp=2&sq=wobbly%20george%20stephanopoulos&st=cse&pagewanted=3>. Acessado em 23 de maio de 2008.

Pentágono. Collin Powell, que foi mantido como Chefe das Forças Armadas, recebeu Cheney com as seguintes palavras: “Welcome Back Boss”¹⁸⁴. Neste primeiro momento, a relação entre a administração Clinton e Powell era extremamente delicada. Albright teria dito a respeito da relação de Powell e os outros assessores em política externa: “We are all new, and Powell seemed like the grow-up”¹⁸⁵ (Madeline Albright in POWELL, 1995. Pág. 345). Em maio de 1993, um dos reflexos deste impasse foi que o índice de aprovação do governo Clinton era de 36% por cento.

A percepção geral era a de confusão. Jeane Kirkpatrick afirmou: “ the collapse of American authority and leadership”¹⁸⁶. Scowcroft criticou a administração Clinton por sua “peripathetic foreign policy at prey to the whims of the latest balance of forces”¹⁸⁷. O sub-Secretário de Defesa Peter Tarnoff sugeriu que os Estados Unidos estavam passando por sérios problemas para a realização de uma possível liderança internacional: “We simple don’t have the leverage, we dont have the influence or the inclination to use military force”¹⁸⁸.

O novo governo precisava agir. Jeremy Rosner começou a delinear o discurso de Clinton que teria como objetivo sintetizar a política externa Democrata. Rosner era um dos mais proeminentes Novos Democratas e estava participando ativamente do Democratic Leadership Council’s Progressive Policy Institute, um think tank liberal que tinha como foco principal o desenvolvimento de idéias para o governo recém eleito. Em conjunto com Anthony Lake, Rosner estava a procura de um slogan para a política externa de Clinton, que definisse os objetivos e a estratégia que seriam empregados. O

¹⁸⁴ Collin Powell in FRIEDMAN, Thomas. White House Memo; Amid Setbacks, Clinton Team Seeks to Shake Off the Blues. The New York Times. 25 de Abril de 1993. <http://www.nytimes.com/1993/04/25/us/white-house-memo-amid-setbacks-clinton-team-seeks-to-shake-off-the-blues.html?scp=2&sq=wobblly%20george%20stephanopoulos&st=cse&pagewanted=3>. Acessado em 23 de maio de 2008.

¹⁸⁵ Madeleine Albright citada em POWELL, Collin. My American Journey. Nova Yorke, Ballantine, 1995. Pág. 345.

¹⁸⁶ Jeane Kirkpatrick in CHOLLET e GOLDGEIER, 2008. Pág. 65.

¹⁸⁷ Brent Scowcroft in BRINKLEY, Douglas. Democratic Enlargement: The Clinton Doctrine. Foreign Policy, N. 106, Outono de 1997. <http://www.questia.com/PM.qst?a=o&d=5000455769>. Acessado em 23 de maio de 2008.

¹⁸⁸ Peter Tarnoff in MURAVCHINIK, Joshua. AEI Press. 1996. (pág. 34)

resultado veio num discurso realizado na John Hopkins University em 21 de setembro de 1993¹⁸⁹, no qual Lake e Rosner usaram a noção de alargamento da democracia como o principal tema em política externa.

Lake sintetizou os objetivos da política externa dos Estados Unidos: “engage actively in the world in order to increase our prosperity, update our security arrangements and promote democracy abroad” (LAKE, 1993). Dando destaque para o papel ativo dos Estados Unidos no pós-Guerra Fria, e de sua participação do país em diversos conflitos e temas internacionais fundamentais para as relações internacionais naquele contexto:

We have led a global effort to support the historic reforms in Russia and the other new states. We have helped defend democracy in Haiti and Guatemala (...) . We have facilitated major advances in the Mideast peace process (...). We have pursued steps with our G-7 partners to stimulate world economic growth. We have placed our relations with Japan on a new foundation and set a vision of a New Pacific Community. We are putting in place practical policies to preserve the environment and to limit the spread of weapons of mass destruction. We have proceeded with sweeping reductions in nuclear arms (...). We have struggled with the complex tragedy in Bosnia. And we have worked to complete our mission or ensuring lasting relief from starvation in Somalia. (LAKE, 1993)

Lake aponta quatro questões como as bases do papel dos Estados Unidos após o fim da União Soviética: a) os valores - que Lake identifica como valores norte-americanos - de democracia e livre mercado como valores aceitos quase que universalmente; b) os Estados Unidos seriam, naquele momento, o poder dominante do sistema de Estados; c) a multiplicação dos conflitos étnicos; d) a globalização criou novas formas de relações sociais e de demandas públicas.

Lake então sugere a questão da liderança dos Estados Unidos como ponto fundamental deste contexto, porém, esta liderança estaria intrinsecamente ligada a valores norte-americanos, resgatando a percepção de Wilson de que as democracias são a melhor opção de regime para que haja paz e prosperidade no sistema internacional:

¹⁸⁹ LAKE, Anthony. From Containment to Enlargement. John Hopkins University, School of Advanced International Studies, Washington, D.C. 21 de setembro de 1993. <http://www.mtholyoke.edu/acad/intrel/lakedoc.html>. Acessado em 23 de maio de 2008.

These dynamics lay at the heart of Woodrow Wilson's most profound insights; although his moralism sometimes weakened his argument, he understood that our own security is shaped by the character of foreign regimes. Indeed, most Presidents who followed, Republicans and Democrats alike, understood we must promote democracy and market economics in the world -- because it protects our interests and security; and because it reflects values that are both American and universal (LAKE, 1993)

Resumindo a estratégia dos Estados Unidos para o governo Clinton através da idéia de *enlargement*. Para Lake, os Estados Unidos deveriam criar condições para aumentar o número de países que adotavam a democracia e o livre mercado como bases de sua organização social. Como afirmou em discurso, os Estados Unidos partiriam da velha estratégia da “contenção” para a “expansão”: “The successor to a doctrine of containment must be a strategy of enlargement -- enlargement of the world's free community of market democracies” (LAKE, 1993).

Lake buscou ressaltar que a idéia de *enlargement* possuía uma conotação pragmática, afirmando que os Estados Unidos, por sua posição especial no sistema de Estados, deveriam agir de acordo com suas necessidades e objetivo: “We should act multilaterally where doing so advances our interests -- and we should act unilaterally when that will serve our purpose” (LAKE, 1993).

Clinton, no dia 27 de setembro de 1993, fez um discurso¹⁹⁰ nas Nações Unidas e reafirmou a idéia de “democratic enlargement”. O presidente inicia seu discurso reafirmando a necessidade dos Estados Unidos em manterem um papel ativo no mundo, mesmo tendo como foco principal as questões internas.

We must help our publics to understand this distinction: Domestic renewal is an overdue tonic, but isolationism and protectionism are still poison. We must inspire our people to look beyond their immediate fears toward a broader horizon (CLINTON, 1993).

¹⁹⁰ CLINTON, Bill. Reforming The United Nations. 27 de Setembro de 1993. bulk.resource.org/gpo.gov/papers/1993/1993_vol2_1614.pdf. Acessado em 23 de Maio de 2008.

Clinton é claro sobre a percepção da administração quanto a posição do país neste novo contexto: a liderança é fator fundamental do papel dos Estados Unidos no mundo contemporâneo:

Let me start by being clear about where the United States stands. The United States occupies a unique position in world affairs today. We recognize that, and we welcome it. (...) The United States intends to remain engaged and to lead. We cannot solve every problem, but we must and will serve as a fulcrum and a pivot point for peace (CLINTON, 1993).

Porém, como resultado da estratégia conjunta de Lake e Rosner, Clinton afirma que a democracia é o valor fundamental da posição norte-americana no mundo pós-Guerra Fria. É função dos Estados Unidos trabalhar para que as democracias se multipliquem, a fim de se criar um ambiente internacional em que a cooperação, a ordem e a paz sejam a regra:

During the cold war we sought to contain a threat to the survival of free institutions. Now we seek to enlarge the circle of nations that live under those free institutions. For our dream is of a day when the opinions and energies of every person in the world will be given full expression, in a world of thriving democracies that cooperate with each other and live in peace (CLINTON, 1993).

Seguindo esta perspectiva, Clinton vai sugerir que o ativismo democrático internacional passa por uma estratégia de promoção deliberada da democracia: “We will work to reduce the threat from regimes that are hostile to democracies and to support liberalization of nondemocratic states when they are willing to live in peace with the rest of us” (CLINTON, 1993).

Existia a busca por uma doutrina que definisse o novo papel dos Estados Unidos no novo contexto mundial¹⁹¹, pretendendo juntar as demandas internas de bem estar e as perspectivas morais de promoção de valores

¹⁹¹ Madaleine Albright afirmou que a posição desenhada pela administração seria um “multilateralismo assertivo” a fim de buscar sintetizar a idéia da doutrina de “Democratic Enlargement”. Madalaine Albright in Madeleine Albright's Audition. The New York Times. 22 de Setembro de 1992. <http://www.nytimes.com/1996/09/22/magazine/madeleine-albright-s-audition.html?pagewanted=all>. Acessado dia 23 de dezembro de 2008.

Porém, todo este cenário muda drasticamente com a piora sem paralelo da situação na Somália. No dia 3 de outubro de 1993, 18 soldados norte-americanos morreram num ataque de milícias rebeldes somalianas. Vídeos dos soldados mortos sendo arrastados e esquartejados nas ruas de Mogadishu foram veiculadas na mídia. Logo após, outra incursão na Somália resultou na morte de mais 18 soldados norte-americanos, 73 ficaram feridos e dois helicópteros caíram. A percepção geral era de que os esforços de Clinton, Lake, Albright, e demais assessores visando sintetizar o papel dos Estados Unidos no mundo pós-Guerra Fria não passavam de retórica vazia, visto que a administração não estava conseguindo gerir a escalada de violência em uma intervenção humanitária, a qual ninguém, a princípio, dava muita atenção e que cumpria com seus objetivos.

Ainda em outubro de 1993, as Nações Unidas decide em reunião extraordinária colocar a data de 31 de outubro para o retorno de Bertrand Aristide ao governo do Haiti e para a organização de uma missão de paz. Os Estados Unidos aceitaram o envio de pessoal não combatente. Engenheiros e técnicos norte-americanos e canadenses foram enviados no navio USS Harlem County para desembarque no dia 11 de outubro. Houve grande tumulto nas ruas e aos gritos de “Somália! Somália!”, o navio ficou impossibilitado de atracar. Os Estados Unidos e as Nações Unidas haviam enviado um grupo de suporte a missão no Haiti sem qualquer suporte militar e Clinton ordenou que o navio retornasse ao país, abortando a missão (CHOLLET e GOLDGEIER, 2008. Págs 77 e 78).

Nesse momento, a administração Clinton estava desmoralizada. O país ainda vivia por uma grave crise interna, e a situação internacional estava em colapso. Em entrevista ao The New York Times no último dia de outubro de 1993¹⁹², Anthony Lake afirmou sobre o clima dentro da administração:

We have laid out a vision and strategy (...). What is the counter-vision other than a simple retreat? A cacophony of voices without a counter-vision simply encourages the neo-know-nothing isolationists. I would like to hear

¹⁹² Anthony Lake in FRIEDMAN, Thomas. Clinton's Foreign Policy: Top Adviser Speaks Up. The New York Times, 31 de Outubro de 1993. <http://www.nytimes.com/1993/10/31/world/clinton-s-foreign-policy-top-adviser-speaks-up.html?pagewanted=all>. Acessado em 23 de dezembro de 2008.

the alternative vision, not as part of a competitive game of gotcha, but as part of a serious debate

Lake aponta ainda que o Congresso dos Estados Unidos tem uma importância fundamental neste contexto de crise. Os congressistas, em resposta a pressão do eleitorado, entram num grande dilema: aceitar a pressão e forçar o governo rumo ao isolacionismo ou buscar rever a estratégia de inserção internacional do país.

This is not just our battle (...) I think it is an issue for opinion makers outside the Government, it is a battle for the Congress -- to keep making a distinction between the immediate and the important.

O assessor porém insiste que a democracia é um valor intrínseco aos Estados Unidos, e deste modo, deve estar no centro da sua política externa. Coloca porém o tema em termos mais concretos, buscando relativizar o significado da promoção da democracia para a política externa norte-americana. Lake vai definir este momento como um Wilsonismo Pragmático:

A policy needs a clear goal and I think our goal in this era is to expand democracy and take advantage of the democratic tide running in the world. I believe that you best promote general goals not through absolute doctrines, but through a determined pragmatism that then can give substance to the general principles. Principles without pragmatism is posturing, and pragmatism without principles becomes rudderless opportunism.

Aproveitando o contexto para as eleições para o Congresso em 1994, o partido Republicano lança o “Contract With America”¹⁹³ em que 350 candidatos Republicanos assinam um documento em que eram colocados os objetivos do partido caso conseguissem a maioria de legisladores. Escrito por Newt Gingrich, Robert Walker, Richard Arme, Bill Paxon, Tom DeLay, John Boehner e Jim Nussle, o Contrato tinha como grande foco nos temas de política interna. Com relação a política externa, o documento buscava claramente ser um contraponto as decisões tomadas por Clinton e sua administração. O Contrato citava textualmente que um dos objetivos de um

¹⁹³ Partido Republicano dos Estados Unidos da América. REPUBLICAN CONTRACT WITH AMERICA,. <http://www.house.gov/house/Contract/CONTRACT.html>. Acessado em 23 de abril de 2008.

Congresso controlado pelos Republicanos seria a retirada das tropas norte-americanas sob chefia das Nações Unidas e a seleção criteriosa de ações internacionais que serão promovidas pelos Estados Unidos. “No U.S. troops under U.N. command and restoration of the essential parts of our national security funding to strengthen our national defense and maintain our credibility around the world”.

Este documento pode ser interpretado como um dos mais importantes da história do congresso dos Estados Unidos, e marcou uma mudança radical no contexto do Partido Republicano¹⁹⁴. Ele marca o retorno de intelectuais pragmáticos, isolacionistas e outros de perspectiva mais realista em primeiro plano dentro do Partido Republicano. O governo Clinton estava tão politicamente desacreditado que o Partido Republicano adotou a estratégia de se apartar completamente da administração. No ano de 1995 a revista Time elege Newt Gingrich a personalidade do ano por sua atuação nas eleições e no Congresso.

As eleições para o Congresso aconteceram e o Partido Republicano conseguiu 230 cadeiras, frente a 204 cadeiras do Partido Democrata. A aproximação intelectual entre Novos Democratas e Republicanos Neoconservadores que era óbvia durante as eleições de 1992 parecia agora um passado distante. Por outro lado, a vitória Republicana para as eleições no legislativo em conjunto com o Contrato foi fundamental para que a cisão dentro do Partido Republicano entre Neoconservadores de um lado, e Realistas Pragmáticos e Isolacionistas de outro, aumentasse ainda mais. Naquele contexto, não havia qualquer muitas esperanças para a administração Clinton, e este se sentia politicamente derrotado: “I’m frustrated (...). I’m spending too much time mechanics, not enough on grand strategy - and that’s for dor domestic as well as foreign policy” (Bill Clinton in CHOLLET e GOLDGEIER, 2008. Pág. 90).

Em meio a este péssimo cenário interno, três acontecimentos irão transformar a administração Clinton entre os anos de 1994 e 1995, em especial, nos temas referentes as relações internacionais. O primeiro foi o desastre humanitário em Ruanda, o segundo foi o encaminhamento para uma resolução no Haiti, e o terceiro foi e encaminhamento para a negociação de uma resolução do conflito na Bósnia.

¹⁹⁴ GAYNER, Jeffrey. The Contract with America: Implementing New Ideas in the U.S. 12 de Outubro de 1995. <http://www.heritage.org/Research/PoliticalPhilosophy/HL549.cfm>

3.5 - Um novo papel para os Estados Unidos para o pós-Guerra Fria

Em abril de 1994, pouco antes das eleições parlamentares, milícias Hutus assassinaram mais de 800.000 Tustis em 100 dias¹⁹⁵. Na ocasião, Anthony Lake e Bill Clinton decidiram que os Estados Unidos deveriam se manter longe do genocídio em Ruanda. Na administração, pouco se discutiu sobre o ocorrido, inclusive no Congresso: nem mesmo os Congressistas exigiram alguma explicação pública sobre o genocídio. Anthony Lake foi o único membro do governo que publicamente manifestou indignação sobre a situação (POWER, 2002. Pág. 334). Em momentos posteriores, tanto Clinton como Anthony Lake pediram desculpas públicas por permitirem a completa não intervenção na situação do país e no andamento do genocídio (CHOLLET e GOLDGEIER, 2008. Pág. 65). Samantha Power colecionou diversos documentos internos à administração e ao Congresso que apontam a negativa do governo em ajudar a melhorar a situação em Ruanda, inclusive com recursos financeiros (POWER, 2002. Pág. 371). Power afirma que naquele momento, o que estava em jogo eram os cálculos sobre os custos políticos sobre uma possível ação: com pouco ou nenhum interesse público na questão¹⁹⁶ e com as memórias da Somália ainda tão vivas para o eleitorado, o governo e o congresso norte-americano decidiram não intervir.

Com relação ao Haiti, os Estados Unidos lançaram uma ação com o objetivo de dar um fim pacífico a crise desencadeada com o acontecimento *Harlen County*. Sam Nunn, Senador Democrata pelo Estado da Georgia, Collin Powell, chefe do Estado Maior e Jimmy Carter, ex-presidente dos Estados Unidos e enviado especial do governo Clinton foram em missão em setembro de 1994. Sua equipe preparavam uma intervenção com mais de 20.000 soldados a fim de resolver a questão e restaurar o governo de Aristide. Em meio as negociações, O presidente deu as ordens para a

¹⁹⁵ POWER, Samantha. *A Problem from Hell: America and the Age of Genocide*. Basic Books, Nova Yorke, 2002. (Pág. 320)

¹⁹⁶ Power informa ainda que nenhum meio de comunicação de peso deu qualquer valor real a necessidade de intervenção dos Estados Unidos em Ruanda. Tanto Washinton Post quanto The New York Times publicaram editoriais afirmando que o contexto de crise civil do país não permitia uma solução vinda de uma missão de paz das Nações Unidas (POWER, 2002. Pág. 375).

invasão. A junta provisória governamental do Haiti imediatamente voltou atrás. No dia seguinte, as tropas norte-americanas desembarcaram no Haiti, porém em missão de paz, e iniciaram um processo de transição da guerra civil para a restauração do governo eleito de Aristide (CHOLLET e GOLDGEIER, 2008. Pág. 97). Uma resolução provisória da questão Haitiana não representou uma virada radical na percepção sobre o governo Clinton, porém ela demonstrou que a administração era capaz de resolver questões internacionais relevantes. A ação norte-americana abriu um precedente importante para a política externa de Clinton: esta foi a primeira missão internacional organizada pela administração que obteve relativo sucesso. Neste momento, se polarizaram as posições no congresso sobre o papel dos Estados Unidos. Os Republicanos que assinaram o Contrato assumiram a postura de que deveriam se retirar das questões internacionais e reverem sua postura no sistema de acordo com uma redefinição de interesse nacional. Os Democratas liberais foram os principais a apoiar a perspectiva de Clinton. Neste sentido, a separação entre “falcões” do Partido Republicano e as “pombas” do Partido Democrata - separação esta que em grande medida definiram as percepções partidárias durante grande parte da Guerra Fria, em especial, após o Vietnã - trocaram de posição: neste momento, os Democratas eram a principal força política que davam suporte a uma ação mais intervencionista dos Estados Unidos nas relações internacionais e estavam ensaiando um retorno as idéias de Clinton e Lake de promoção da democracia como foco da política externa.

Neste momento, a administração pressionava por uma redefinição da política externa norte-americana. Jeremy Rosner era partidário do retorno da idéia do “Democratic Enlargement”¹⁹⁷. Al Gore afirmava que a administração deveria colocar a questão confiança como ponto principal da agenda em política externa: “Our motto should be push back fear, push up hope and spread confidence”¹⁹⁸. Bill Clinton, por sua vez, estava cético com relação a estas posições:

The critics say that we make it up as we go along, that is all ad hockery, and we make it up solely on the basis of domestic politics...The perception is, right or wrong, that there is no clear line from principle to

¹⁹⁷ Jeremy Rosner in CHOLLET e GOLDGEIER, 2008. Pág. 101.

¹⁹⁸ Al Gore in CHOLLET e GOLDGEIER, 2008. Pág. 101.

action. (...) The operative problem of the moment, is that a bunch of smart people haven't been able to come up with a slogan. And saying that there are no slogans isn't a slogan either... We can litany and analyze and analyze all we want, but until people can say it in a phrase, we're sunk¹⁹⁹

Nas Nações Unidas, Bill Clinton procurou um novo slogan: “Age of Hope”²⁰⁰, porém esta idéia foi permeada de uma retórica de afirmação da posição de liderança incondicional dos Estados Unidos:

It falls to us to avoid the complacency that that followed World War I without the spur of the imminent threat to our security that followed World War II (...) When our national security interests are threatened we will act with others when we can, but alone if we must. We will use diplomacy when we can, but force if we must (CLINTON, 1994)

A vitória eleitoral dos Republicanos nas eleições de setembro de 1994 alteraram este panorama. O partido vencedor buscou “Wilsonizar” Clinton, utilizando os problemas em política externa como instrumento para minar sua legitimidade interna. Entretanto, a capacidade da administração de dar fim ao conflito na Bósnia mudou este panorama (CHOLLET e GOLDGEIER, 2008. Pág. 112).

Michael Mandelbaum escreveu um importante artigo intitulado “Foreign Policy as Social Work” na revista *Foreign Affairs* de Janeiro de 1996²⁰¹. Este artigo que se tornou um dos mais importantes para a administração Clinton. Mandelbaum era muito próximo da administração e foi convidado a ser Planejador de Política do Departamento de Estado, o mesmo cargo exercido por George Keenan após o início da Guerra Fria, porém Mandelbaum declinou do convite devido a diferenças políticas intelectuais com Tony Lake e Warren Christopher (CHOLLET e GOLDGEIER, 2008. Pág. 114). O texto

199 Bill Clinton in CHOLLET e GOLDGEIER, 2008. Pág. 101.

200 CLINTON, Bill. 49th session of the U. N. General Assembly. 26 de Setembro de 1994. http://www.clintonfoundation.org/search?output=xml_no_dtd&proxystylesheet=clintonfoundation&q=legacy. Acessado em 23 de maio de 1994.

201 MANDELBAUM, Michael. Foreign Policy as Social Work. *Foreign Affairs*, Janeiro/Fevereiro de 1996. <http://www.foreignaffairs.com/articles/51618/michael-mandelbaum/foreign-policy-as-social-work>. Acessado em 23 de dezembro de 2008.

criticava pessoalmente as escolhas de Lake dizendo que a política externa da administração era “Serviço Social”. Mandelbaum afirmou que os Estados Unidos deveriam fundamentar sua política externa não nos pequenos focos de conflitos na Somália, Haiti e Bósnia, mas sim nas questões relativas a Rússia, China Japão e também ao comércio internacional (MANDELBAUM, 1996). Nota-se aqui uma posição de Mandelbaum que buscava conciliar as perspectivas do realismo político de Bush - em fundamentar a política externa através dos grandes temas e das grandes potências, e a perspectiva liberal dos Democratas em promoção de valores e de alargamento da democracia. Assim, os Estados Unidos deveriam unir poder e ideais.

O processo democrático na Rússia pós-Soviética foi um dos fatores fundamentais para a virada de Clinton e a consolidação da democracia como foco da política externa dos Estados Unidos. Em janeiro de 1994 fez um discurso público na rádio e na televisão Russa²⁰². O democrata pretendia colocar a Rússia como um *player* fundamental das relações internacionais no novo contxtto mundial:

Therefore, if we are to realize the greatness of Russia in the 21st century, I believe your nation must be strong democratically and economically. And in this increasingly interconnected world, you must be able to get along together and to get along with and trade with your neighbors close at hand and all around the globe (CLINTON, 1994)

Neste discurso, Clinton afirma que papel dos Estados Unidos nesta transição era o de promover a democracia, e criar as condições para que esta transição acontecesse:

I come here as a friend and supporter of the democratic changes going on in this nation. I hope that my nation and I can make a positive contribution in the spirit of genuine and equal partnership, not simply to these large changes, but a positive contribution to the everyday lives of ordinary citizens of this great nation (CLINTON, 1994)

Ao mesmo tempo, a administração Clinton resolveu que o alargamento da OTAN seria uma estratégia viável quando trabalhada em conjunto com a idéia de “alargamento

²⁰² CLINTON, Bill. President's Remarks in Live Telecast to Russian People. 14 de janeiro de 1994. <http://www.friends-partners.org/oldfriends/news/summit/live.telecast.html>. Acessado em 24 de janeiro de 2009.

da democracia”, em especial, com a ampliação da aliança para os países do Leste Europeu. A idéia de alargamento da OTAN estava colocada desde os primeiros momentos do fim da Guerra Fria. Primeiramente foi colocada por Richard Lugar, Senador Republicano pelo Estado de Indiana, e por James Baker ainda na administração de George H. W. Bush . Quando a idéia foi colocada pela administração Clinton, ela atraiu a atenção de Liberais Internacionalistas (que gostavam da idéia dos Estados Unidos se utilizarem de uma instituição multilateral para a promoção da democracia); e também chamou a atenção de Republicanos da velha escola, como o Senador Jesse Helms (CHOLLET e GOLDGEIER, 2008. Pág. 123). Em um encontro em Moscou em Maio de 1995, Clinton convenceu Boris Yeltsin a participar da Parceria para a Paz da OTAN e abrir caminho para uma relação conjunta entre Rússia e OTAN. Porém, no mesmo ano, a Clinton e seus assessores estava m centradas em dar fim ao conflito nos Balcãs.

O contexto da dissolução da Yugoslávia, e em específico a situação na Bósnia, gerou uma situação no leste da Europa na qual, nas palavras de Strobe Talbott, vice-Secretário de Estado a partir do ano de 1994: “The Bosnian War is the beast that could eat not only NATO, but the Russian-American partnership”²⁰³. A Guerra civil na Bósnia envolveu sérvios cristãos ortodoxos, croatas católicos romanos e bósnios muçulmanos e criou uma carnificina sem precedentes na história recente da Europa e deixou um saldo de 300.000 mortos entre civis e militares. Robert Kaplan afirmou naquela circunstância era o resultado de ódios ancestrais entre sérvios, croatas e muçulmanos²⁰⁴ e este argumentou foi importante para que houvessem sérias dúvidas a possibilidade de sucesso de uma intervenção estrangeira para buscar uma solução do conflito. Porém, os países da Europa buscavam nos Estados Unidos uma posição de liderança. Devida a sua incapacidade militar e política em lidar com o conflito, as potências Européias precisavam da uma posição firme dos Estados Unidos e de Bill Clinton. Warren Christopher foi enviado a Europa para ouvir os líderes dos principais países Europeus, porém, a demanda dos *policymakers* era que os Estado Unidos se comprometessem de fato com a região.

203 Entrevista de Strobe Talbott in CHOLLET e GOLDGEIER, 2008. Pág. 123.

204 KAPLAN, Robert. *Balkan Ghost*, Nova York, Picador, 2005. Pág. X-XI

Em Julho de 1995, forças Sérvias destruíram a cidade de Srebrenica e assassinaram milhares de jovens muçulmanos com as tropas das Nações Unidas estacionadas nas fronteiras da cidade. Devido as memórias dos massacres em Ruanda, Clinton foi forçado a agir. Com aprovação das Nações Unidas, os Estados Unidos sob a bandeira da OTAN definiram a estratégia de ação que estava baseada no bombardeio de alvos Sérvios pré-definidos (com o apoio das Nações Unidas) por várias semanas. A operação chamada *Operation Deliberate Force* e se estendeu de 30 Agosto a 20 de setembro de 1995. Contou com 400 aviões e 5000 soldados e 15 países²⁰⁵. Slobodan Milosevic cedeu a pressão e em novembro foram negociados o Acordos de Dayton, que foram assinado formalmente em 14 de dezembro de 1995. Participaram do encontro como representantes dos Estados Unidos Warren Christopher (Secretário de Estado), Richard Holbrooke (enviado especial), Wesley Clark (general das forças armadas dos Estados Unidos), e durante 21 dias, o acordo foi negociado. Porém, um dos fatos mais relevantes a cerca da assinatura dos acordos em Dayton foi a aproximação de diferentes grupos as posições tomadas pela administração Clinton. O Senador Republicano Bob Dole foi um dos congressistas mais atuantes junto a administração para buscar uma saída diplomática, e Richard Perle, um dos mais atuantes Neoconservadores em Washington.

Com a utilização da OTAN para a promoção da democracia e da estabilidade, os Estados Unidos conseguiram restabelecer uma posição de liderança no mundo pós-Guerra Fria. O Primeiro Ministro da Suécia Carl Bildt afirmou²⁰⁶ após os Acordos de Dayton: “The United States is the only player who possessed the ability to employ power as a political instrument and, when forced into action, was also willing to do so” . Warren Christopher, disse ainda que os anos de 1995 foi “o melhor ano para a política

²⁰⁵ De acordo com o Globalsecurity.com: “*Air strikes were conducted on eleven days during the period 29 August through 14 September 1995. Of the total of 3515 sorties flown, 2470 were penetrating sorties, which included attacks on 48 target complexes [consisting of 338 individual targets within target complexes]. Of the 1026 bombs dropped, precision munitions numbered 708 and non-precision munitions 318*”. GLOBAL SECURITY. Operation Deliberate Force. http://www.globalsecurity.org/military/ops/deliberate_force.htm. Acessado em 23 de Maio de 2008.

²⁰⁶ Carl Bildt in CHOLLET e GOLDGEIER, 2008. Pág. 123.

externa dos Estados Unidos desde a Guerra Fria”²⁰⁷. Utilizar-se de uma aliança militar para a buscar criar um Estado democrático na ex-Yugoslávia trouxe de volta a idéia de que os Estados poderiam pautar sua política externa em valores.

²⁰⁷ Warren Christopher in CHOLLET e GOLDGEIER, 2008. Pág. 123.

Considerações Finais - A promoção de valores e a democracia - a busca de um novo paradigma para a política externa dos Estados Unidos.

Some worry that it is somehow undiplomatic or impolite to speak the language of right and wrong. I disagree. Different circumstances require different methods, but not different moralities

George W. Bush, em discurso em West Point, junho de 2002.

O impacto do fim da Guerra Fria trouxe um reexame interno das possíveis posições que os Estados Unidos deveriam assumir neste contexto, bem qual a natureza das prováveis conformações de uma Nova Ordem Mundial. Em artigo recente²⁰⁸, Charles Kupchan e Peter Trubowitz problematizam a formação política dos Estados Unidos quanto ao Liberalismo Internacionalista de origem Wilsoniana. Para os autores, o desenvolvimento de uma posição norte-americana no mundo calcada nesta perspectiva só foi realizável devido ao estabelecimento de um contexto internacional bastante específico, ou seja: a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial contra a Alemanha de Hitler, e logo depois, com o início da Guerra Fria e o combate ao comunismo internacional. De acordo com os autores:

Substantively, it entailed a commitment to both power and cooperation: the United States would project its military strength to preserve stability, but it would seek to exercise its leadership through multilateral partnership rather than unilateral initiative. It was the coupling of U.S. power and international partnership that gave the nation's foreign policy such a distinctive character in the decades following World War II. Politically, liberal internationalism drew broad support from regions of the country that had rarely agreed on matters of either domestic or foreign policy. Working together, Democrats and Republicans fashioned a bipartisan consensus behind a new type of U.S. engagement in world affairs. Bipartisanship was to prove crucial to the emergence and longevity of a U.S. grand strategy that

²⁰⁸ KUPCHAN, Charles, e TRUBOWITZ, Peter L. Dead Center: The Demise of Liberal Internationalism in the United States. *International Security*. Volume 32, N. 2, Outono de 2007.

twinned power and international partnership. (KUPCHAN e TRUBOWITZ, 2007)

Para acabar com a ameaça do Eixo, os Estados Unidos abriram mão da idéia de “unilateralismo”, unindo-se a Inglaterra e a União Soviética²⁰⁹ e estabelecendo a Carta do Atlântico. Internacionalistas e isolacionistas praticamente não se distinguem, tanto no âmbito de políticos liberais quanto de conservadores: a Doutrina Truman²¹⁰, juntamente com o Plano Marshall para a reconstrução da Europa no pós-Segunda Guerra Mundial e a fundação da OTAN selam a posição internacionalista dos Estados Unidos, bem como o início da Guerra Fria e conflito ideológico e militar com a União Soviética. O crescimento de um possível *império americano* no pós-Segunda Guerra pode ser percebido com o crescimento do Departamento de Estado - que em 1917 empregava 1.400 pessoas e em 1956 já empregava 40.000 pessoas²¹¹, e o consequente estabelecimento de um grande número de bases militares instaladas na Europa, Ásia e Américas.

Essa perspectiva faz eco a outras análises que abordam o estabelecimento de um grande consenso interno aos Estados Unidos no período da Guerra Fria. O anticomunismo - como já citado anteriormente²¹² - e a posição especial que o país adquire como líder do “mundo-livre” tornam-se os fatores principais que balizam a

209 “Three weeks after Pearl Harbor, Roosevelt made it official: there was not just an alliance linking the United States, Great Britain, and Soviet Union, but a Grand Alliance. It turn was to fight for the principles of a much broader organization that was as yet only a gleam in the president eye: the United Nations” (GADDIS, 2004. Pág. 49)

210 Discurso de Henry Truman em 1947, que marca o início da Guerra Fria: “I believe that it must be the policy of the United States to support free peoples who are resisting attempted subjugation by armed minorities or by outside pressures. I believe that we must assist free peoples to work out their own destinies in their own way. I believe that our help should be primarily through economic and financial aid which is essential to economic stability and orderly political processes. (...) Should we fail to aid Greece and Turkey in this fateful hour, the effect will be far reaching to the West as well as to the East. (...) The seeds of totalitarian regimes are nurtured by misery and want. They spread and grow in the evil soil of poverty and strife. They reach their full growth when the hope of a people for a better life has died. We must keep that hope alive. The free peoples of the world look to us for support in maintaining their freedoms. (TRUMAN, 1947).

211 LUKACS, 2004. Pág.241.

212 Capítulo 1, Página 83.

legitimidade norte-americana nesse período²¹³. Esta condição explicitada por GADDIS (2004) explica como os Estados Unidos abrem mão de sua tradicional posição de hegemonia e abraçam a perspectiva multilateral a fim de garantir sua legitimidade como liderança incontestada do bloco capitalista, bem como a criação de um amplo mercado internacional calcado na liberalização das economias nacionais²¹⁴. Neste sentido, existia um grande consenso entre os representantes Republicanos e Democratas sobre os *objetivos e o inimigo a ser enfrentado* (no caso, a posição de liderança dos Estados Unidos entre as democracias liberais e o combate ao Comunismo Internacional). As questões colocadas em debate se referiam apenas aos *meios* pelos quais isto deveria ocorrer.

Este contexto externo também garantiu a legitimidade em campo interno, que buscava fundamentar sua posição na repartição de dividendos econômicos na sociedade norte-americana, tornando-a a mais rica do mundo. Como consequência deste processo, pode ser criada uma ampla base política de “centro”²¹⁵, que de alguma maneira faz com que fosse superada a divisão político-ideológica entre o norte e sul criando o que Schelesinger vai nomear como “Centro Vital”²¹⁶ da política do país:

O colapso da União Soviética mudou este panorama. O fim da Guerra Fria cria um novo contexto político interno no qual diversas perguntas aparecem: qual é o novo papel do país no mundo pós-Guerra Fria? Qual deve ser o tipo de engajamento dos Estados Unidos no sistema de Estados após o mundo bipolar? Qual é, afinal de contas, o novo inimigo que deve ser combater?

²¹³ “By virtue of its sheer power, the United States would be the first among equals in such a directorate, relying on its primacy to extend political and economic influence. The Great Design, like the Concert of Europe, would embrace a shared set of understandings and norms; territorial issues and political disputes were to be resolved through consultation and compromise rather than unilateral action. These ideas shaped Roosevelt’s diplomacy at the Yalta Conference in 1945, and they found concrete expression in the United Nations and the Bretton Woods system” (KUPCHAN e TRUBOWITZ, 2007)

²¹⁴ “The hegemony by consent the United States had won during the Cold War would simply become the post-Cold War international system” (GADDIS, 2004. Pág. 77).

²¹⁵ “The formation of a North-South alliance, the easing of class tensions due to economic growth and rising incomes, the onset of political pragmatism and ideological moderation—these were the conditions that led Democrats and Republicans alike to forge what Arthur Schlesinger dubbed the “vital center.” (KUPCHAN e TRUBOWITZ, 2007)

²¹⁶ SCHLESINGER, Arthur Jr. The vital center: the politics of freedom. Transaction Publishers, 1997

O fim do comunismo internacional cria, portanto, condições para que debate a cerca da política externa e do papel dos Estados Unidos no mundo contemporâneo sofra influência de perspectivas partidárias que antes era coibidas pelo contexto bipolar²¹⁷:

The conditions that sustained liberal internationalism have of late been rapidly disappearing, dramatically weakening its grip on the nation's politics. Since the demise of the Soviet Union, U.S. primacy has reduced the incentives for Republicans and Democrats alike to adhere to the liberal internationalist compact. Unipolarity has heightened the geopolitical appeal of unilateralism, a trend that even the threat of transnational terrorism has not reversed. Unipolarity has also loosened the political discipline engendered by the Cold War threat, leaving U.S. foreign policy more vulnerable to growing partisanship at home (KUPCHAN e TRUBOWITZ, 2007)

De alguma maneira, a história dos Estados Unidos desde o fim da Guerra Fria é a história deste debate e da busca por um possível consenso interno. Nesta pesquisa, buscamos apresentar este panorama em seu devido contexto, e em suas mais diversas vertentes. Apontamos que entre os anos de 1989 e 1995 esta busca teve dois momentos principais. O primeiro estaria relacionado a definição de uma possível Nova Ordem Mundial, que tinha como arquitetos George H. W Bush, Brent Scowcroft e James Baker III, que, calcados em uma reinterpretação das perspectivas de Wilson, buscavam criar um contexto onde a posição norte-americana como líderes do mundo pós-Guerra Fria estaria legitimada por um consenso entre as grandes potências e pela utilização de mecanismos internacionais multilaterais para a promoção de estabilidade. Aqui, a Guerra do Golfo de 1991 aparece como o maior exemplo de uma postura prática dos Estados Unidos na busca de criar esta dinâmica no sistema de Estados.

A virada do governo de George H. W. Bush para o de Bill Clinton no ano de 1992 também modifica este panorama, criando condições para uma posição mais moralista do país nas questões internacionais. Vitoriosos na Guerra Fria, os Estados Unidos deveriam se mover de acordo com seus valores e não mais através de cálculos de custos e

²¹⁷ Alguns autores ainda colocam que as diferenças sociais dentro dos Estados Unidos são pontos fundamentais para uma análise da percepção do papel dos Estados Unidos no mundo, bem como para a busca de um comportamento ideológico-partidário: *“Red” and “Blue” America disagree about the nature of U.S. engagement in the world; growing disparities in wealth have reawakened class tensions; and political pragmatism has been losing ground to ideological extremism*” (KUPCHAN e TRUBOWITZ, 2007)

benefícios. Nesse momento, Bill Clinton, Al Gore, Anthony Lake, Lawrence Eagleburger e outros *policymakers* desenvolvem a idéia de alargamento da democracia como o ponto de inflexão da política externa norte-americana. Neste contexto, a incursão na Bósnia em 1995 - através da OTAN - tornou-se o exemplo de uma ação militar incisiva com o objetivo da consolidação da democracia como política de Estado.

Esta percepção está presente nas declarações de intelectuais e *policymakers* sobre o papel dos Estados Unidos no mundo contemporâneo. O fim do mundo bipolar representou, em especial, o fim do consenso interno dentro dos partidos políticos e o lapso de um ponto de contato entre eles. Mitt Romney - pré-candidato do Partido Republicano a presidência do país em 2008, em artigo a *Foreign Affairs*²¹⁸ resumiu a percepção que podemos ter sobre este debate dentro do panorama político do país:

It seems that concern about Washington's divisiveness and capability to meet today's challenges is the one thing that unites us all. We need new thinking on foreign policy and an overarching strategy that can unite the United States and its allies (ROMNEY, 2007)

Foi este o contexto que balizou os debates até os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001. Devido a suas particularidades podemos perceber que os Estados Unidos balizam grande parte de suas ações através de perspectivas morais: assim, a disseminação de valores - e em especial da democracia como forma de organização social - é uma questão que caminha em paralelo a idéia de responsabilidade que o país se incumbe diante do mundo, ou seja, de um entendimento de mundo e de seu papel nas relações internacionais. Ao final de seu governo, Bill Clinton²¹⁹ faz referência a necessidade de se assumir uma posição ativa no mundo pós-Guerra Fria, porém, ressaltando que o país deve reunir a disseminação de valores com a tomada de responsabilidade:

²¹⁸ ROMNEY, Mitt. Rising to a New Generation of Global Challenges. *ForeignAffairs*. Julho/Agosto de 2007. <http://www.foreignaffairs.com/articles/62638/mitt-romney/rising-to-a-new-generation-of-global-challenges>. Acessado em 24 de dezembro de 2008.

²¹⁹ CLINTON, Bill. Farewell Address. 18 de Janeiro de 2001. <http://www.usa-presidents.info/speeches/clinton-farewell.html>. Acessado em 24 de dezembro de 2008.

Because the world is more connected every day in every way, America's security and prosperity require us to continue to lead in the world. At this remarkable moment in history, more people live in freedom than ever before. (...) In his first inaugural address, Thomas Jefferson warned of entangling alliances. But in our times, America cannot and must not disentangle itself from the world. If we want the world to embody our shared values, then we must assume a shared responsibility. If the wars of the twentieth century, especially the recent ones in Kosovo and Bosnia, have taught us anything, it is that we achieve our aims by defending our values and leading the forces of freedom and peace (CLINTON, 2001).

Porém, esta perspectiva sofreu uma grande reviravolta com os atentados de 11 de setembro. A Guerra ao Terror colocou um novo inimigo no centro das atenções dos Estados Unidos: o terrorismo internacional de origem Islâmica. Em seu discurso sobre a invasão ao Afeganistão, George Bush (presidente que sucedeu Bill Clinton nas eleições de 2000) apontava que a posição norte-americana no mundo iria mudar, inclusive em seus meios. Bush afirmou que seriam necessárias inclusive²²⁰ mudanças no *método* de ação devido a natureza do terrorismo como o inimigo a ser enfrentado, colocando em contexto a ação no Afeganistão em 2001:

Now this war will not be like the war against Iraq a decade ago, with a decisive liberation of territory and a swift conclusion. It will not look like the air war above Kosovo two years ago, where no ground troops were used and not a single American was lost in combat. Our response involves far more than instant retaliation and isolated strikes (BUSH, 2002).

Bush definiu o processo de Guerra ao Terrorismo como um momento fundamental para as relações internacionais norte-americanas, visto que ela dividiria o mundo entre aqueles que davam suporte a esta incursão do país no mundo, e aqueles que se opunham a tal intento:

And we will pursue nations that provide aid or safe haven to terrorism. Every nation, in every region, now has a decision to make. Either you are with us, or you are with the terrorists. From this day forward, any nation that

²²⁰ BUSH, George W. Address to a Joint Session of Congress Following 9/11 Attacks. 20 de Setembro de 2001. <http://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbush911jointssessionsspeech.htm>. Acessado em 23 de novembro de 2008.

continues to harbor or support terrorism will be regarded by the United States as a hostile regime (BUSH, 2002).

Porém, este processo não obteve consenso: tanto internamente quanto internacionalmente, houve severas críticas a posição adotada pela administração sobre o andamento da Guerra ao Terrorismo e ao documento *The National Security Strategy of The United States* de 2002. Estes acontecimentos mostraram o quão difícil é o processo de definição interna de uma política que ocupe o lugar deixado pela doutrina de Contenção como *modus operandi* das ações internacionais dos Estados Unidos e da definição de seu papel no mundo. No pós-Guerra Fria, não se estabeleceu uma Nova Ordem Mundial como buscou George H. W. Bush, não se estabeleceu um processo coerente para o Alargamento da Democracia conforme definiu Bill Clinton, nem houve um grande consenso interno sobre a Guerra ao Terrorismo no imediato pós 11 de setembro.

A necessidade da busca de um novo papel para os Estados Unidos no mundo pós-Guerra Fria perpassa pela redefinição interna sobre seu papel legítimo no mundo. Sem uma agenda unificada, as diferentes facções políticas e intelectuais do país dificilmente chegarão a qualquer consenso sobre o tema. E é aqui que as análises liberais e neoconservadoras possuem um grande ponto de contato. Assim como Charles Kupchan e Peter Trubowitz, analistas de perspectiva liberal, Norman J. Ornstein, intelectual neoconservador, sugere que o fim da União Soviética criou um vácuo no que se refere a percepção de legitimidade dentro do país, em especial, pela indefinição do que ele chama de “ausência de um inimigo externo”. O fim do comunismo internacional teria criado uma zona de indeterminação intelectual e política nos norte-americanos no que se refere às questões mundiais. Neste sentido, qual o tema norteador para os debates em política externa para os Estados Unidos a partir de então?

Para Ornstein, a solução é o encontro de um tema convergente nos debates em política externa. Ele sugere então que esta “Grande Ambição” deva ser o espraiamento dos valores norte-americanos para o mundo:

Here is one alternative: a new Big Ambition, tailored to inspire and excite, begins with our values – democracy, freedom and free markets – which indeed won out in the broader ideological struggle with Marxism-

Leninism and totalitarianism. We have an obligation to protect and enhance those values as they take root around the world, but first and foremost we need to exemplify them better than anyone else: to be, in James Fallows phrase, “More Like US” (ORNSTEIN, 1992)

Esta “Grande Ambição”, portanto, significa a superação do debate interno e a busca de um consenso para as ações em política externa. Para se compreender a dinâmica do pensamento político nos Estados Unidos sobre as questões contemporâneas é preciso compreender a busca desse consenso e qual as implicações desta questão para o *estabilshment* político norte-americano. Os anos de 1989 a 1995 mostraram que este debate não foi superado. O papel que o país se incumbe diante do mundo só pode ser definido internamente: buscar compreender parte do processo desta definição foi um dos principais objetivos desta pesquisa.

Bibliografia:

AGAMBEN, Giorgio. Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua. Editora UFMG, Minas Gerais, 2004.

AMBROSIUS, Lloyd E. Woodrow Wilson and the American Diplomatic Tradition: The Treaty Fight in Perspective. Cambridge University Press. 1990.

APPLE, R. W. Fighting in Panama: The Implications; War: Bush's Presidential Rite of Passage. The New York Times. 21 de dezembro de 1989. <http://www.nytimes.com/1989/12/21/world/fighting-in-panama-the-implications-war-bush-s-presidential-rite-of-passage.html?scp=19&sq=%22operation%20just%20cause%22&st=cse>. Acessado em 23 de janeiro de 2008.

BAINART, Peter. Balancing Act: The Other Wilsonianism. World Affairs Journal, Summer 2008. Acessado em <http://www.worldaffairsjournal.org/2008%20-%20Summer/full-Beinart.html>. Acessado em 25 de janeiro de 2008.

BARBÉ, Esther. Relaciones Internacionales. Editora Tecnos, Madrid. 1995.

BENJAMIN, Walter. Documentos de Cultura, Documentos de Barbárie. Editora Cultrix, São Paulo. 1986.

BOBIO, Norberto. Os problemas da Guerra e as Vias para a Paz. Editora UNESP, São Paulo. 2002.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. Brasília, Unb, 2005.

BOOT, Max. The Case for American Empire. The Weekly Standard , Volume 007, N. 5. outubro de 2001. <http://www.weeklystandard.com/Content/Public/Articles/000%5C000%5C000%5C318qpvmc.asp> Acessado em 13 de março de 2009

BUCHANAN, Patrick. America First, and Second, and Third. National Interest, Outono, 1990.

BULL, Hedley. The Anarchical Society. Columbia University, 1977.

BUSH, George H. W. Inaugural Address. 20 de janeiro de 1989. <http://www.nationalcenter.org/BushInaugural.html> acessado em 23 de março de 2009.

_____. Fighting in Panama: The President; A Transcript of Bush's Address on the Decision to Use Force in Panama. Washington D.C. 21 de dezembro de 1989. <http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=950DE4D8143FF932A15751C1A96F948260&sec=&spon=&pagewanted=print>. Acessado em 9 de junho de 2008.

_____. STATE OF THE UNION; Transcript of Bush's State of the Union Message to the Nation. The New York Times, 1 de fevereiro de 1990a. <http://www.nytimes.com/1990/02/01/us/state-of-the-union-transcript-of-bush-s-state-of-the-union-message-to-the-nation.html?scp=16&sq=%22operation%20just%20cause%22&st=cse>. Acessado em 14 de dezembro de 2008.

_____. A Speech by George H. W. Bush, President of the U.S.A., on the new world order. Given to a joint session of the United States Congress. Washington D.C. 11 de Setembro. 1990b. http://en.wikisource.org/wiki/Toward_a_New_World_Order. Acessado em 9 de junho de 2008.

_____. Confrontation in the Gulf; Transcript of President's Address to Joint Session of Congress. The New York Times, 12 de Setembro de 1990. <http://www.nytimes.com/1990/09/12/us/confrontation-gulf-transcript-president-s-address-joint-session-congress.html?sec=&spon=>. Acessado em 23 de setembro de 2008.

_____. Transcript of the Comments by Bush on the Air Strikes Against the Iraqis. The New York Times. 17 de Janeiro de 1991. <http://www.nytimes.com/1991/01/17/us/war-gulf-president-transcript-comments-bush-air-strikes-against-iraqis.html> Acessado em 24 de janeiro de 2009.

_____. Address Before a Joint Session of the Congress on the Cessation of the Persian Gulf Conflict. 6 de Março de 1991. http://bushlibrary.tamu.edu/research/public_papers.php?id=2767&year=1991&month=3. Acessado em 21 de Novembro de 2008.

_____. Transcript of President Bush's Address on End of the Gulf War. The New York Times. 7 de março de 1991. <http://www.nytimes.com/1991/03/07/us/after-war-president-transcript-president-bush-s-address-end-gulf-war.html>. Acessado em 23 de dezembro de 2008

_____. George Bush Library and Museum, Public Papers: Remarks and a Question-and-Answer Session With Reporters on the Relaxation of East German Border Controls, Novembro de 1989. http://bushlibrary.tamu.edu/research/public_papers.php?id=1174&year=1989&month=11. Acessado em 23 de maio de 2009.

_____. Transcript of President's Address on Somalia. The New York Times. 5 de Dezembro de 1992. <http://www.nytimes.com/1992/12/05/world/mission-to-somalia-transcript-of-president-s-address-on-somalia.html>. Acessado em 23 de maio de 2008.

BUSH, George H. W. e SCOWCROFT, Brent. A World Transformed. Knopf. Nova York. 1998.

BUSH, George W. Bush Ties Second Term Policy to the Advancement of Freedom. INAUGURAL ADDRESS BY PRESIDENT GEORGE W. BUSH, United States Capitol, January 20, 2005 <http://www.america.gov/st/washfile-english/2005/January/20050120130733esnamfuak4.221743e-02.html>. Acessado em 10 de novembro de 2008.

_____. Address to a Joint Session of Congress Following 9/11 Attacks. 20 de Setembro de 2001. <http://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbush911jointsessionspeech.htm>. Acessado em 23 de novembro de 2008.

_____. President Bush Delivers Graduation Speech at West Point United States Military Academy. New York, 2002a. <http://www.whitehouse.gov/news/releases/2002/06/20020601-3.html>. Acessado em 5 de junho de 2008.

_____. The National Security Strategy of the United States of America. The White House, Washington, 2002b. www.whitehouse.gov/nsc/nss.pdf. Acessado em 6 de junho de 2008.

BRINKLEY, Douglas. Democratic Enlargement: The Clinton Doctrine. Foreign Policy, N. 106, Outono de 1997. <http://www.questia.com/PM.qst?a=o&d=5000455769>. Acessado em 23 de maio de 2008.

BROOKHISER, Richard Gravedigger of The Revolution. The Atlantic, Outubro de 1992. <http://www.theatlantic.com/issues/92oct/brookhiser.htm>. Acessado em 25 de novembro de 2008.

BYERS, Michael. A Lei da Guerra. Direito Internacional e Conflito Armado. Editora Record. São Paulo, 2007.

CHOLLET, Derek e GOLDGEIER, James. America Between the Wars - From 11/9 to 9/11. Public Affairs, Nova York, 2008a.

CHOLLET, Derek e GOLDGEIER, James. The Clinton Legacy. The Huffington Post, 8 de junho de 2008b. http://www.huffingtonpost.com/jim-goldgeier-and-derek-chollet/the-bill-clinton-legacy_b_106089.html. Acessado em 23 de junho de 2008.

CHOMSKY, Noam. Contendo a Democracia. São Paulo, Editora Record, 2003.

CLAUSEWITZ, Carl Von. Da Guerra. Editora Martins Fontes, São Paulo. 1996.

CNN SPECIALS. In Dephts Specials: Unfinishd War - A Decade Since Desert Storm. <http://www.cnn.com/SPECIALS/2001/gulf.war/facts/gulfwar/>. Acessado em 18 de novembro de 2008.

CNN - WORLD. US and Coalition Casualties: <http://www.cnn.com/SPECIALS/2003/iraq/forces/casualties/>. Acessado em 29 de novembro de 2008.

CNN - WORLD. Cold War Series, Episódio 24. www.cnn.com/SPECIAL/cold.war/episodes/24/. Acessado em 29 de novembro de 2008.

CONFRONTATION IN THE GULF; Excerpts From Iraqi Document on Meeting With U.S. Envoy. Publicado em 23 de Setembro de 1990. <http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9C0CE4DE173BF930A1575AC0A966958260&scp=1&sq=Excerpts%20From%20Iraqi%20Document%20on%20Meeting%20with%20U.S.%20Envoy&st=cse>. Acessado em 23 de maio de 2008.

Conselho de Segurança das Nações Unidas: Resolução 660. The Situation Between Iraq and Kuwait. 2 de agosto de 1990.13

Conselho de Segurança das Nações Unidas: Resolução 678. The Situation Between Iraq and Kuwait. 29 de novembro de 1990.

COOPER, Richard N. Cooper. Economic Interdependence and Foreign Policy in the Seventies. World Politics, Vol. 24, No. 2. 1972.

CLINTON, William. A New Covenant for American Security - Remarks to Students at Georgetown University. 12 de dezembro de 1991. http://www.ndol.org/ndol_ci.cfm?kaid=128&subid=174&contentid=250537. Acessado em 23 de novembro de 2008.

_____. REMARKS OF GOVERNOR BILL CLINTON, Los Angeles World Affairs Council. 13 de Agosto de 1992. <http://www.ibiblio.org/pub/academic/political-science/speeches/clinton.dir/c63.txt>. Acessado em 23 de maio de 2008.

_____. Reforming The United Nations. 27 de Setembro de 1993. bulk.resource.org/gpo.gov/papers/1993/1993_vol2_1614.pdf. Acessado em 23 de Maio de 2008.

_____. President's Remarks in Live Telecast to Russian People. 14 de janeiro de 1994. <http://www.friends-partners.org/oldfriends/news/summit/live.telecast.html>. Acessado em 24 de janeiro de 2009.

_____. 49th session of the U. N. General Assembly. 26 de Setembro de 1994. http://www.clintonfoundation.org/search?output=xml_no_dtd&proxystylesheet=clintonfoundation&q=legacy. Acessado em 23 de maio de 1994.

_____. Farewell Address. 18 de Janeiro de 2001. <http://www.usa-presidents.info/speeches/clinton-farewell.html>. Acessado em 24 de dezembro de 2008.

_____. Text of farewell address. The White House, Washington, D.C, 19 de janeiro de 2001. <http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/americas/1125290.stm>. Acessado em 7 de junho de 2008.

CREVELD, Martin von. The Transformation of War. The Free Press, New York, 1991.

Defense Planning Guidance for the Fiscal Years 1994-1999. Excerpts From Pentagon's Plan: 'Prevent the Re-Emergence of a New Rival'. The New York Times, março de 1992. <http://www.nytimes.com/1992/03/08/world/excerpts-from-pentagon-s-plan-prevent-the-re-emergence-of-a-new-rival.html?scp=6&sq=Defense%20Planning%20Guidance&st=cse&pagewanted=1>. Acessado em 23 de maio de 2008.

DEUTSCH, Karl W. e SINGER, David. Multipolar Power Systems and International Stability. World Polittics, Volume 16 N. 03. Abril de 1964. <http://links.jstor.org/sici?sici=0043-8871%28196404%2916%3A3%3C390%3AMPSAIS%3E2.0.CO%3B2-C>
Acessado em 5 de março de 2008.

DOYLE, Micahel. Michael Doyle on the Democratic Peace - Again in BROWN, Michael, LYN-JONES, Sean, MILLER, Steven. Debating the Democratic Peace. MIT Press. Cambridge, 1999a.

_____. Kant, Liberal Legacies, and Foreign Affairs in BROWN, Michael, LYN-JONES, Sean, MILLER, Steven. Debating the Democratic Peace. MIT Press. Cambridge, 1999b.

Excerpts From Interview With Clinton on Goals for Presidency. The New York Times, 28 de junho de 1992. <http://www.nytimes.com/1992/06/28/us/the-1992-campaign-excerpts-from-interview-with-clinton-on-goals-for-presidency.html>. Acessado em 23 de agosto de 2008.

EVANS, Gareth. Preventing Deadly Conflict and the Problem of Political Will. International Crisis Group. 2002. <http://www.crisisgroup.org/home/index.cfm?id=2285&l=1>. Acessado em 23 de maio de 2008.

FALK, Richard. What War. The Nation, Volume 254, Issue 4. 3 Fevereiro de 1992.

FERRERO, Guglielmo: “Poder: Os Gênios Invisíveis da Cidade”. Irmãos Pongetti Editores, São Paulo, 1945.

FERGUSON. Niall. Hegemony or Empire. Foreign Affairs. Setembro/ Outubro de 2003. Acessado em <http://www.foreignaffairs.com/articles/59200/niall-ferguson/hegemony-or-empire>, 23 de janeiro de 2009.

FRIEDMAN, Thomas. Fighting in Panama: Reaction; Congress Generally Supports Attack, but Many Fear Consequences. The New York Times, 21 de dezembro de 1989. <http://www.nytimes.com/1989/12/21/world/fighting-panama-reaction-congress-generally-supports-attack-but-many-fear.html?scp=12&sq=%22operation%20just%20cause%22&st=cse> Acessado em 23 de janeiro de 2009.

_____. White House Memo; Amid Setbacks, Clinton Team Seeks to Shake Off the Blues. The New York Times. 25 de Abril de 1993. <http://www.nytimes.com/1993/04/25/us/white-house-memo-amid-setbacks-clinton-team-seeks-to-shake-off-the-blues.html?scp=2&sq=wobbly%20george%20stephanopoulos&st=cse&pagewanted=3>. Acessado em 23 de maio de 2008.

_____. THE 1992 CAMPAIGN: The Democrats; Clinton Asserts Bush Is Too Eager To Befriend the World's Dictators, The New York Times, 2 de outubro de 1992. <http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9E0CE0DF1539F931A35753C1A964958260&sec=&spn=&pagewanted=all> . Acessado em 24 de novembro de 2008.

_____. MIDEAST TENSIONS; SENATORS DEMAND ROLE IN APPROVING ANY MOVE ON IRAQ. The New York Times. 18 de Outubro de 1990. <http://www.nytimes.com/1990/10/18/world/mideast-tensions-senators-demand-role-in-approving-any-move-on-iraq.html>. Acessado em 23 de maio de 2008.

_____. Clinton's Foreign Policy: Top Adviser Speaks Up. The New York Times, 31 de Outubro de 1993. <http://www.nytimes.com/1993/10/31/world/clinton-s-foreign-policy-top-adviser-speaks-up.html?pagewanted=all>. Acessado em 23 de dezembro de 2008.

FALK, Richard. What War? The Nation. Volume: 254. Issue: 4. 3 de Fevereiro de 1992.

FINLAN, Alastair: The Gulf War 1991. Routledge, New York, 2003.

FONSECA, Gelson. A Legitimidade e outras Questões Internacionais. Editora Paz e Terra, São Paulo. 1998.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 2003.

FUKUYAMA, Francis. The End of History and the Last Man. Penguin Books. Nova York. 1992.

GAYNER, Jeffrey. The Contract with America: Implementing New Ideas in the U.S. 12 de Outubro de 1995. <http://www.heritage.org/Research/PoliticalPhilosophy/HL549.cfm>

GLOBALSECURITY.COM <http://www.globalsecurity.org/military/library/report/1990/90-9/9091his.htm> Acessado em 23 de fevereiro de 2008.

GADDIS, John L. The Long Peace: Elements of Stability in the Postwar International System. In JONES, Sean Lynn e MILLER, Steven E. The Cold War and After. MIT Press, Cambridge, 1994.

_____. História da Guerra Fria. Editora Nova Fronteira, São Paulo, 2005.

_____. Surprise, Security, And The American Experience. Harvard University Press, Massachussetts, 2004.

GAVIN, Francis J. The Wilsonian legacy in the twentieth century, ORBIS , Fall, 1997. http://findarticles.com/p/articles/mi_m0365/is_n4_v41/ai_20377524. Acessado em 23 de maio de 2008.

GEYER, Alan, GREEN, Barbara G.: Lines in the Sand: Justice and the Gulf War. John Knox Press. Louisville, KY. 1992.

GORBATCHEV, Mikhail. Excerpts of Address by Mikhail Gorbachev. 43rd U.N. General Assembly Session. 7 de Dezembro de 1988. www.eca.com.ve/hsclassweb/DerekSmith/Assignments/IB%2011/Gorbachev%20speech%20to%20United%20Nations.doc. Acessado em 4 de outubro de 2008.

HAAS, Ernest. Technology, pluralism and the new Europe in NYE, Joseph. International Regionalism. Little Brown, Boston, 1968

HASLAM, Jonathan. A Necessidade é a Maior Virtude: O pensamento Realista nas Relações Internacionais. Editora Martins Fontes, São Paulo, 2006.

HABERMAS, Jurgen: Bestiality and humanity: a war on the border between law and morality. The Globalist. 2000 in <http://www.theglobalsite.ac.uk/press/011habermas.htm>. Acessado em 11 de novembro de 2008.

HENDRICSON, David C. The Renovation of American Foreign Policy. Foreign Affairs. Vol. 71. N. 2. Council of Foreign Relations. 1992.

HOBBSAWNM, Eric. Globalização, Democracia e Terrorismo. Companhia das Letras, São Paulo. 2007.

HOFFMAN, Stanley. Conditions of world order. Simon and Schuster, 1970.

HOLSTI, Kalevy. "The State, War, and the State of War". Cambridge University Press. 1996.

HORMATS, Robert D. The Roots of American Power. Foreign Affairs. Council of Foreign Relations, Nova York. Verão de 1991.

HUTCHINGS, Robert. America Diplomacy and the End of The Cold War: An Insiders Account of U.S. Policy in Europe, 1989-1992. Baltimore, John Hopkins University Press, 1994.

IKENBERRY, John. *After Victory: Institutions, Strategic Restraint, and the Rebuilding of Order after Major Wars*, Princeton University Press, 2001.

JOHNSON, Chalmers: *Blowback: The Costs and Consequences of American Empire*. Henry Holt and Co, 2000.

KAGAN, Robert. *America's Crisis of Legitimacy*. *Foreign Affairs*, volume 83 número 2. Março/ Abril de 2004.

KALDOR, Mary. "New and Old Wars- Organized Violence in a Global Era". Stanford University Press, California. 2001.

KAPLAN, Robert. *Balkan Ghost*, Nova York, Picador, 2005. Pág. X-XI

KEEGAN, John. *Uma História das Guerras*. Companhia das Letras, São Paulo, 1995.

KEOHANE, Robert. *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy*. Princeton University Press, Princeton. 1984. MORSE, Edward. *The transformation of foreign policies: modernization, Interdependence and Externalization*. *World Politics*. Vol. 22, No. 3, Abril de 1970.

KEOHANE, Robert e NYE, Joseph S. *Power and Interdependence in the Information Age*. *Foreign Affairs*, Setembro/ Outubro de 1998. <http://www.foreignaffairs.org/19980901faessay1419/robert-o-keohane-joseph-s-nye-jr/power-and-interdependence-in-the-information-age.html>. Acessado em janeiro de 2009.

KIRKPATRICK, Jeane: *A Normal Country in a Normal Time*. *National Interest*. Outono de 1990.

KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. Simon e Schuster Paperbacks, Nova York, 1994a.

_____ . Does America Need a Foreign Policy. Nova York, Tochstone Book, Simon and Schuster. 1994b.

KRATOCHWILL, Friedrich V. International order and foreign policy. Westview Press, 1978.

KRAUTHAMMER, Charles. The Conservative Crackup. Washington Post, Washington DC, 22 de Setembro de 1989.

_____. The Unipolar Moment. inverno 1990/ 1991.

_____. The Lonely Superpower. The New Republic. 29 de Julho de 1991.

KUPCHAN, Charles e TRUBOWITZ, Peter L. Dead Center: The Demise of Liberal Internationalism in the United States. International Security. Volume 32, N. 2, Outono de 2007.

HOBSBAWNM, Eric. Globalização, Democracia e Terrorismo. Companhia das Letras, São Paulo. 2007.

HUCK, Hermes Marcelo. Da Guerra Justa a Guerra Econômica. São Paulo, Editora Saraiva, 1996.

LAKE, Anthony. From Containment to Enlargement. John Hopkins University, School of Advanced International Studies, Washington, D.C. 21 de setembro de 1993. <http://www.mtholyoke.edu/acad/intrel/lakedoc.html>. Acessado em 23 de maio de 2008.

LAYNE, Cristopher. On The Democratic Peace in BROWN, Michael, LYN-JONES, Sean, MILLER, Steven. Debating the Democratic Peace. MIT Press. Cambridge, 1999.

LEACH, James A. A Republican Looks At Foreign Policy. Foreign Affairs, Volume 71, N. 3. Council of Foreign Relations, 1992.

LEWIS, Paul. CONFRONTATION IN THE GULF; U.N., as Well, Is Entering the Post-Cold-War Era. The New York Times, 24 de Setembro de 1990. <http://www.nytimes.com/1990/09/24/world/confrontation-in-the-gulf-un-as-well-is-entering-the-post-cold-war-era.html>. Acessado em 22 de maio de 2008.

LIPSON, Leslie. Os Grandes Problemas da Ciência Política. Zahar Editores, São Paulo. 1976.

LUKACS, John. Uma Nova República – História dos Estados Unidos no Século XX. São Paulo, Jorge Zahar Editores, 2004.

Madeleine Albright's Audition. The New York Times. 22 de Setembro de 1992. <http://www.nytimes.com/1996/09/22/magazine/madeleine-albright-s-audition.html?pagewanted=all>. Acessado dia 23 de dezembro de 2008.

MAERSHEIMER, John J. Back To The Future. In JONES, Sean Lynn e MILLER, Steven E. The Cold War and After. MIT Press, Cambridge, 1994.

MANDELBAUM, Michael. Foreign Policy as Social Work. Foreign Affairs, Janeiro/Fevereiro de 1996. <http://www.foreignaffairs.com/articles/51618/michael-mandelbaum/foreign-policy-as-social-work>. Acessado em 23 de dezembro de 2008.

MANN, Michael. O império da incoerência. Editora Record. São Paulo. 2006.

Margareth Thatcher Foundation. Joint Press Conference with President Bush (Iraqi invasion of Kuwait). 2 de Agosto de 1990. <http://www.margaretthatcher.org/speeches/displaydocument.asp?docid=108170> (acessada em 21 de novembro de 2008).

MARVING, Carolyn e INGLE, David. Blood Sacrifice and the Nation. Cambridge University Press. 1999.

MATTHEWS, Ken. *The Gulf Conflict and International Relations*. Routledge, New York. 1993.

MITCHELL, George. Mitchell Replies for Democrats to Bush's Message. *The New York Times*, 30 de janeiro de 1991. STATE OF THE UNION: The Response; Mitchell Replies for Democrats to Bush's Message. <http://www.nytimes.com/1991/01/30/us/state-of-the-union-the-response-mitchell-replies-for-democrats-to-bush-s-message.html>
Acessado em 23 de maio de 2008.

MURAVCHIK, Joshua, WALT, Stephen M. The Neocons vs. The Realists. *The National Interest On Line*. Março de 2008. <http://www.nationalinterest.org/Article.aspx?id=19672>. Acessado em 13 Janeiro de 2009.

NASSER, Reginaldo Mattar. Woodrow Wilson e a idéia de ordem hemisférica. *Cena Internacional*, vol. 8, nº 2, pp. 9-28. 2006. <http://mundorama.net/2007/08/26/revista-cena-internacional-vol-8-no-2-2006/>. Acessado em 06 de junho de 2008.

NISBET, Robert. *O Conservadorismo*. Lisboa, Editora Estampa, 1987.

NYE, Joseph. *What New World Order?* Foreign Affairs. Council of Foreign Relations, Nova York. Outono de 1992.

OAKES, John. Bush in Panama: A Tragicomedy. *The New York Times*, 26 de Janeiro de 1990. <http://www.nytimes.com/1990/01/26/opinion/bush-in-panama-a-tragicomedy.html?scp=4&sq=%22operation%20just%20cause%22&st=cse> . Acessado em 31 de março de 2008.

O'BRIAN, Patrik K e CLESSE, Armand. *Two Hegemonies: Britain 1846-1914 and the United States 1941-2001*. Asghate Publiser. Londres. 2002.

ORESQUES, Michael. Poll Finds U.S. Expects Peace Dividend. *The New York Times*, 25 de Janeiro de 1990. <http://www.google.com/search?q=Poll+Finds+U.S.+Expects+Peace>

+Dividend&sourceid=navclient-ff&ie=UTF-8&rlz=1B3GGGL_pt-BRBR275BR275.

Acessado em 13 de fevereiro de 2009.

ORNSTEIN, Norman J. Foreign Policy and The 1992 Election. Foreign Affairs, Volume 71. N. 3. Coouncil of Foreig Relations, Nova Yorke, 1992.

PEACE: Restoring the Margin of Safety, in August 18, 1980. <http://www.reagan.utexas.edu/archives/reference/8.18.80.html>. Acessado em 21 de novembro de 2008.

PFAFF, Willian. Foreign Affairs. America and The World - Special. Council of Foreign Relations, Nova York. 1992.

POWELL, Collin. My American Journey. Nova Yorke, Ballantine, 1995. Pág. 345.

POWER, Samantha. A Problem from Hell: America and the Age of Genocide. Basic Books, Nova Yorke, 2002. (Pág. 320)

REAGAN, Ronald. Speech at Veterans of Foreign Wars Convention, Chicago, Illinois.

REEVES, Richard. The Foreign-Policy Education Of Bill Clinton <http://community.seattletimes.nwsourc.com/archive/?date=19920323&slug=1482543>

REPUBLICAN CONTRACT WITH AMERICA,. <http://www.house.gov/house/Contract/CONTRACT.html>. Acessado em 23 de abril de 2008.

RESTON, James. A Persistent American Yearning. The New York Times, 16 de Junho de 1991. <http://www.nytimes.com/1991/06/16/magazine/a-persistent-american-yearning.html>. Acessado em 16 de dezembro de 2008.

REVISTA TIME - Cover Stories "A New Breeze Is Blowing". The New York Times, 30 de janeiro de 1989. <http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,956828,00.html> Acessado em 14 de agosto de 2008.

REVISTA TIME. 25 de Maio de 1992. <http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,975568-1,00.html>. Acessado em 24 de novembro de 2008.

ROMNEY, Mitt. Rising to a New Generation of Global Challenges. ForeignAffairs. Julho/ Agosto de 2007. <http://www.foreignaffairs.com/articles/62638/mitt-romney/rising-to-a-new-generation-of-global-challenges>. Acessado em 24 de dezembro de 2008.

ROSECRANE, Richard. A New Concert of Powers. Foreign Affairs. Vol. 71. N. 2. Council of Foreign Relations. 1992.

RUSSET, Bruce. The Fact of Democratic Peace in BROWN, Michael, LYN-JONES, Sean, MILLER, Steven. Debating the Democratic Peace. MIT Press. Cambridge, 1999.

SAFIRE, William. On Language; The New, New World Order. New York Times, seção 6, pág 14. Nova Yorke. 1991. <http://www.nytimes.com/1991/02/17/magazine/on-language-the-new-new-world-order.html>. acessado em 14 de janeiro de 2009.

SCHLESINGER, James R. Os Ciclos da História Americana. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1992.

_____. Quest for a post-Cold War foreign policy - James R. Schlesinger. Foreign Affairs, Volume 72, N. 1. Council of Foreign Relations, Nova York. Verão de 1992.

_____. The vital center: the politics of freedom. Transaction Publishers, 1997

SCHMITT, Carl. O Conceito do Político. Petrópolis, Editora Vozes, 1992.

SKINNER, Quentin. As Fundações do Pensamento Político Moderno. Companhia das Letras, São Paulo. 2006.

SOREL, Georges. Reflexões Sobre a Violência. Editora Martins Fontes, São Paulo, 1990.

SHAPPIRO, Ian. Os Fundamentos Morais da Política. Editora Martins Fontes, São Paulo, 2006.

THE NEW REPUBLIC. What a Foreign Policy? 30 de Setembro de 1991.

THE NEW YORK TIMES. A New Breeze Is Blowing. The New York Times, 30 de janeiro de 1989. <http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,956828,00.html> Acessado em 14 de agosto de 2008.

_____. War and Peace: A Sampling From the Debate on Capitol Hill. The New York Times, 11 de Janeiro de 1991. <http://www.nytimes.com/1991/01/11/world/confrontation-gulf-war-peace-sampling-debate-capitol-hill.html>. Acessado em 20 de janeiro de 2009.

_____. A Sampling From the Debate on Capitol Hill. The New York Times, 11 de Janeiro de 1991. <http://www.nytimes.com/1991/01/11/world/confrontation-gulf-war-peace-sampling-debate-capitol-hill.html> Acessado em 20 de janeiro de 2009.

TRUMAN, Henry. Address before a joint session of Congress on March 12, 1947. Washington, 1947. http://en.wikisource.org/wiki/Truman_Doctrine. Acessado em 06 de junho de 2008.

TILLY, Charles. Coerção, Capital e Estados Europeus. Edusp. São Paulo, 1996.

TRUMMAN, Henry, Address on Foreign Economic Policy, Baylor University, Waco, Texas, 6 March 1947. <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=12842>. Acessado em 19 de janeiro de 2009.

TYLER, Patrick. U.S. STRATEGY PLAN CALLS FOR INSURING NO RIVALS DEVELOP. The New York Times, 8 de março de 1992. <http://www.nytimes.com/1992/03/08/world/us-strategy-plan-calls-for-insuring-no-rivals-develop.html>. Acessado em 23 de dezembro de 2008.

Vietnam Hardlines Endorses Clinton. Carta Pública de 9 de outubro de 1992. http://campaigntrails.org/catalogs/1992-Marist/Clinton/thread_updated_endorsement_list_long.html. acessado em 25 de novembro de 2003.

WAACK, William. Guerras do Golfo in História das Guerras. Org. Demétrio Magnoli. Editora Contexto, São Paulo. 2006.

WALLERSTEIN, Immanuel. O Universalismo Europeu – a retórica do Poder. Editora Boitempo, São Paulo, 2007.

WALZER, Michael. A Guerra em Debate. Livros Cotovia, Lisboa, 2004.

_____. Guerras Justas e Injustas: Uma Argumentação Moral com Exemplos Históricos. Editora Martins Fontes, São Paulo, 2003.

WALTZ, Kenneth. The Stability of a Bipolar World. Daedalus, Vol. 93. Número 3, 1964.

_____. The myth of National Interdependence in KINDELBERGER, Charles. The International Corporation. Cambridge, MIT Press, 1970.

_____. Theory of International Relations. McGraw-Hill, Nova York, 1979.

_____. O Homem, o Estado e a Guerra. Editora Martins Fontes, São Paulo, 2004.

WEBER, Max. *Ciência e Política: Duas Vocações*. São Paulo, Editora Cultrix, 1984.

_____. *Economia e Sociedade - volume 1*. Imprensa Oficial. São Paulo. 2004.

_____. *Weber - Grandes Cientistas Sociais*. organização: Gabriel Cohn. Editora Ática. São Paulo. 2006.

WESTERN, Jon. *Sources of Humanitarian Intervention: Beliefs, Information, and Advocacy in the U.S. Decisions on Somalia and Bosnia*. *International Security*, Volume 7 N. 1. Julho/ Agosto de 1999. <http://www.mtholyoke.edu/acad/intrel/western1.htm>. Acessado em 23 de setembro de 2008.

WILSON, Woodrow. *President Wilson's Fourteen Points - Delivered in Joint Session, January 8, 1918*. http://wwi.lib.byu.edu/index.php/President_Wilson%27s_Fourteen_Points, Acessado em 16 de fevereiro de 2009.

WOODWARD, C Van. *The Age of Reinterpretation*. Service Center for Teachers of History, Washington, 1961. <http://www.questiaschool.com/read/11879652>. Acessado em 9 de junho de 2008.

World Health Organization - Iraq Family Health Survey 2006/ 2007: <http://www.emro.who.int/iraq/ifhs.htm>. Acessado em 29 de novembro de 2008

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)